



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

TOBIAS DE PAULA LIMA SOUZA

**O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO PAULISTA
CONTEMPORÂNEO: UM ESTUDO SOBRE AS DINÂMICAS
ECONÔMICO-ESPACIAIS EM CAMPINAS PÓS 1990**

**Campinas
2021**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

TOBIAS DE PAULA LIMA SOUZA

**O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO PAULISTA
CONTEMPORÂNEO: UM ESTUDO SOBRE AS DINÂMICAS
ECONÔMICO-ESPACIAIS EM CAMPINAS PÓS 1990**

Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, na área de Desenvolvimento Regional e Urbano.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO
TOBIAS DE PAULA LIMA SOUZA E ORIENTADA
PELO PROF. DR. HUMBERTO MIRANDA DO
NASCIMENTO.**

**Campinas
2021**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

So89p Souza, Tobias de Paula Lima, 1991-
O processo de metropolização paulista contemporâneo : um estudo sobre as dinâmicas econômico-espaciais em Campinas pós 1990 / Tobias de Paula Lima Souza. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Humberto Miranda do Nascimento.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Metropolização - Campinas (SP). 2. Arranjos populacionais. 3. Campinas, Região Metropolitana de (SP) - Desenvolvimento regional. I. Nascimento, Humberto Miranda do, 1969-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The contemporary metropolization process in the State of São Paulo : a study on the economic and spatial dynamics in Campinas after 1990

Palavras-chave em inglês:

Metropolization - Campinas (SP)

Population arrangements

Campinas, Metropolitan Region of (SP) - Region development

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Humberto Miranda do Nascimento [Orientador]

Cláudio Schuller Maciel

Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski

Data de defesa: 07-01-2021

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-4695-3670>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0645223297198626>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

TOBIAS DE PAULA LIMA SOUZA

**O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO PAULISTA
CONTEMPORÂNEO: UM ESTUDO SOBRE AS DINÂMICAS
ECONÔMICO-ESPACIAIS EM CAMPINAS PÓS 1990**

Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento – orientador

Defendida em 07/01/2021

COMISSÃO JULGADORA

**Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento - PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Cláudio Schuller Maciel
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof^a. Dra. Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski
Universidade Federal do Paraná (UFPR)**

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

À minha família, pela eterna fonte de inspiração, amor incondicional, dedicação, persistência e exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento, pela compreensão, dedicação, paciência e sabedoria como orientador. Agradeço, principalmente, pela confiança depositada em mim durante nosso convívio como professor/orientador e aluno. Sua sabedoria e contribuições me iluminaram em diversos momentos, permitindo o desenvolvimento de meu senso crítico e de minhas análises.

Aos professores Dr. Cláudio Schuller Maciel e Dra. Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski, por participarem da minha Banca de Qualificação e guiarem este trabalho para sua melhor versão possível, e por aceitarem o convite para compor minha Banca de Defesa. Também sou grato aos docentes que generosamente se dispuseram a receber o trabalho e ser suplentes da Banca de Defesa, professoras Dra. Mariana de Azevedo Barretto Fix e Dra. Gisela Cunha Viana Leonelli.

À Universidade Estadual de Campinas e ao Instituto de Economia (IE/UNICAMP), pela concretização de um sonho, pela exposição ao conhecimento científico e pela condução às melhores referências sobre a economia brasileira e internacional. Agradeço aos professores por compartilharem seus conhecimentos e enriquecerem meus anos de estudo. Em especial, agradeço aos professores do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE), pelos debates acerca do desenvolvimento urbano e regional, pelas excelentes oportunidades de convivência e reflexões e por me acompanharem mais de perto durante esses últimos anos, na condição de professores e grandes amigos.

À minha família, por sempre representar minha maior fonte de segurança, amor e afeto, pelo companheirismo e por proporcionar sempre uma base sólida de exemplo e resiliência nos momentos felizes e difíceis. Vocês sempre representarão minhas maiores buscas, aspirações, inspirações, e minhas maiores satisfações.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, do Instituto de Economia e do CEDE, que me acompanharam nessa rica e desafiante trajetória acadêmica e tornaram-se grandes parceiros de estudo. A respeito de alguns, é necessário fazer menção devido ao carinho, à companhia e à alegria compartilhados diariamente: Rosângela, Jefferson, Marisela, João Paulo, Elen. Cada um veio de um lugar distante do nosso enorme e heterogêneo país, com

histórias e subjetividades diferentes, e nossa convivência tornou essa experiência única e inesquecível.

Aos amigos de longa data, que me acompanham desde a infância e adolescência, Bruna, Ester, Ana Kelly, Jessica, Júlia, Tamiris.

Por fim, um obrigado especial aos funcionários e servidores do Instituto de Economia, sempre dedicados, solícitos e preparados para proporcionar o melhor atendimento e serviço aos alunos e professores do IE. Agradeço ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela bolsa de estudos concedida durante os onze primeiros meses do curso de mestrado, em acordo com o processo 1786619.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A todos que diretamente e indiretamente torceram por mim e me apoiaram nessa caminhada acadêmica,

Muito obrigado!

“Centro e expressão de domínio sobre um território, sede do poder e da administração, lugar da produção de mitos e símbolos – não estariam estas características ainda presentes nas metrópoles contemporâneas? Cidades da era eletrônica, não seriam suas torres brilhantes de vidro e metal os centros de decisão dos destinos do Estado, país ou planeta? Não seriam seus out-doors, vitrinas e telas de TV os templos dos novos deuses? ”

Raquel Rolnik, “O que é cidade”, 1995.

RESUMO

O objetivo geral dessa investigação é refletir sobre a natureza do processo de metropolização no território paulista, tendo como objeto o processo de metropolização em Campinas/SP pós 1990. A partir do resgate de sua evolução histórico-econômica e do desenvolvimento de suas funções urbanas, até as transformações econômicas recentes vivenciadas por esse território, queremos saber, à luz dos atributos, conceitos e critérios acerca da constituição de espaços metropolitanos no Brasil, se o processo de metropolização de Campinas decorre meramente do extravasamento da metropolização paulistana ou se os processos de metropolização que avançam para o interior do território respondem a novas dinâmicas urbano-regionais. Como hipótese, afirmamos que considerar Campinas somente como área de “extravasamento” da dinâmica da capital paulistana limita o entendimento das especificidades da dinâmica urbano-regional paulista pós-1990, tendo em vista os antecedentes históricos de sua urbanização e os fatores que qualificavam sua região como atrativa aos investimentos industriais, o incremento de suas funções urbanas e seu papel na hierarquia urbana estadual e nacional. Ademais, vemos que, se há pontos de ruptura e de contato no entendimento de Campinas como espaço metropolitano avançado, em face da metropolização paulistana, a dinâmica urbano-regional estabelecida com os municípios de seu entorno encontram especificidades próprias que continuam a dar sentido real à descentralização do desenvolvimento econômico estadual. Para esta análise, parte-se da distinção entre o processo socioespacial e o institucional da metropolização. O recorte institucional, representado pela implantação oficial da Região Metropolitana de Campinas em 2000, é considerado o ponto de partida e critério de comparação com outras RMs; e o recorte espacial, considerado a partir dos Arranjos Populacionais (APs) do IBGE (2016, 2020a), por ser um critério mais uniforme, afeito a aspectos de planejamento territorial e próximo à definição de um espaço metropolitano com ocupação populacional consolidada. O período de análise, pós década de 1990, se justifica pelo avanço da agenda neoliberal nas cidades e pela intensificação dos efeitos da reestruturação produtiva, processos que acarretaram efeitos importantes nas políticas urbanas, no ritmo dos investimentos, no mundo do trabalho e nas desigualdades sociais. Do ponto de vista metodológico, além de uma revisão bibliográfica sobre o sentido da desconcentração industrial paulista e do debate teórico-conceitual acerca da metrópole e do processo de metropolização, são discutidas as dinâmicas econômico-espaciais de Campinas, seus atributos metropolitanos e um conjunto de indicadores que permitirão reflexões circunstanciadas sobre as dimensões econômica, social, demográfica e de integração metropolitana. Nas considerações finais, conjuntem-se os elementos centrais que definem e matizam o processo de metropolização em Campinas.

Palavras-chave: Metropolização – Campinas (SP); Arranjos populacionais; Campinas, Região Metropolitana de (SP) – Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This investigation aims to reflect on the nature of the metropolization process in the state of São Paulo, considering the metropolization process in Campinas after 1990. Based on the rescue of its historical-economic evolution and the development of its urban functions, until the recent economic transformations experienced by this territory, we want to know, in the light of the attributes, concepts and criteria about the constitution of metropolitan spaces in Brazil, if the process of metropolization in Campinas arises merely from the overflow of the dynamics of the metropolis of São Paulo, or if the metropolization processes that advance into the interior of the territory respond to new urban-regional dynamics. As a hypothesis, we affirm that considering Campinas only as an area of “overflow” of the dynamics of the São Paulo metropolis limits the understanding of the specificities of the São Paulo urban-regional dynamics post-1990, considering the historical antecedents of its urbanization and the factors that qualified its region as attractive to industrial investments, the increase of its urban functions and its role in the national urban hierarchy and in the state of São Paulo. Furthermore, we see that, if there are limitations in the understanding of Campinas as an advanced metropolitan space, the urban-regional dynamics established with the surrounding municipalities find their own specificities that continue to give real meaning to the decentralization of economic development in the state of São Paulo. For this analysis, we start from the distinction between the socio-spatial and institutional processes of metropolization. The institutional approach, represented by the official implementation of the Metropolitan Region of Campinas in 2000, is considered as a starting point for comparison with other Brazilian metropolitan regions; and the socio-spatial approach, considered from the Population Arrangements of IBGE (2016, 2020a), since it is a more uniform criterion, used to aspects of territorial planning and close to the definition of a metropolitan space with consolidated population occupation. The period of analysis, after the 1990s, is justified by the advance of the neoliberal agenda in cities and by the intensification of the effects of productive restructuring, processes that have had important effects on urban policies, on the pace of investments, on the labor market and on social inequalities. From a methodological point of view, in addition to a bibliographic review on the meaning of São Paulo's industrial deconcentration and the theoretical-conceptual debate about the metropolis and the metropolization process, we revisit Campinas' economic-spatial dynamics, its metropolitan attributes and a set of indicators that will allow detailed reflections on the economic, social, demographic and metropolitan integration dimensions. In the final considerations, the central elements that define and elucidate the process of metropolization in Campinas are combined.

Keywords: Metropolization – Campinas (SP); Population Arrangements; Campinas, Metropolitan Region of (SP) – Region development.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. ASPECTOS E DIMENSÕES APROFUNDADOS NA CONFORMAÇÃO DO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DA REGIÃO DE CAMPINAS NO SÉCULO XX.	31
FIGURA 2. MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (RMC).	76
FIGURA 3. EVOLUÇÃO TEMPORAL DA ESTRUTURA E DAS FUNÇÕES URBANAS DA REGIÃO DE CAMPINAS.	89
FIGURA 4. REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE CAMPINAS (RIC): CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS, 2007.	99
FIGURA 5. REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE CAMPINAS: NÚMERO TOTAL DE VÍNCULOS ATIVOS FORMAIS EM ATIVIDADES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, 2016.	104
FIGURA 6. A METRÓPOLE E O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO: RESUMO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.	199
FIGURA 7. RESUMO DOS PRINCIPAIS ATRIBUTOS E CRITÉRIOS CONSIDERADOS PARA DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA METRÓPOLE E O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO.	200

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (RMC), DE ACORDO COM POPULAÇÃO TOTAL, DENSIDADE DEMOGRÁFICA, PRODUTO INTERNO BRUTO E DISTÂNCIA ATÉ A CIDADE DE SÃO PAULO.	77
TABELA 2. NÚMERO DE MUNICÍPIOS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL. 2016.	100
TABELA 3. CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO DE ACORDO COM A TIPOLOGIA DA PNDR, 2016.	105
TABELA 4. POPULAÇÃO DO BRASIL. 1970-2010.	136
TABELA 5. EMPRESAS-SEDE E FILIAIS NA CIDADE (UNIDADE LOCAL), CLASSE DE CENTRALIDADE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS E SOMA DOS PERCENTUAIS DAS TIPOLOGIAS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS NA CIDADE. METRÓPOLES BRASILEIRAS – <i>REGIC 2018</i> . .	168
TABELA 6. CLASSES DE CENTRALIDADE: ENSINO DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, SERVIÇOS DE SAÚDE E COMPLEXIDADE DE SERVIÇOS DE SAÚDE. METRÓPOLES BRASILEIRAS – <i>REGIC 2018</i>	170
TABELA 7. INVESTIMENTOS NOS GRUPOS E MUNICÍPIOS DA RMC: VALOR (EM US\$ MILHÕES CORRENTES), NÚMERO (UNID.) E PARTICIPAÇÃO (%). 2000-2017.	192
TABELA 8. MUNICÍPIOS DA RMC COM MAIOR PARTICIPAÇÃO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, DE ACORDO COM O PESO REGIONAL DO VAF DA INDÚSTRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 2012.	196
TABELA 9. GRAU DE URBANIZAÇÃO. RMS E ARRANJOS POPULACIONAIS DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÃO SUDESTE (%). 1991-2010.	218
TABELA 10. TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL TOTAL, URBANA E RURAL. RMS, ARRANJOS POPULACIONAIS DE SÃO PAULO E ESTADO DE SÃO PAULO (%). 1991-2010.	220
TABELA 11. REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO: PRODUTO INTERNO BRUTO, VALOR ADICIONADO POR SETORES E PARTICIPAÇÃO RELATIVA ESTADUAL (PERCENTUAL), 2002-2017.	221
TABELA 12. ARRANJOS POPULACIONAIS DE SÃO PAULO: PRODUTO INTERNO BRUTO, VALOR ADICIONADO POR SETORES E PARTICIPAÇÃO RELATIVA ESTADUAL (PERCENTUAL), 2002-2017.	223
TABELA 13. FORÇA DE TRABALHO, POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E EMPREGO METROPOLITANO URBANO – RELAÇÕES ENTRE RMS E ARRANJOS POPULACIONAIS DE SÃO PAULO E ESTADO DE SÃO PAULO (%). 1991-2010.	224
TABELA 14. TAXA DE PARTICIPAÇÃO E TAXA DE OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL (%). RMS E ARRANJOS POPULACIONAIS DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÃO SUDESTE. 1991-2010.	225
TABELA 15. POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO (ANTIGA CLASSIFICAÇÃO) NO TRABALHO PRINCIPAL. REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO (PERCENTUAL). 2000-2010.	227
TABELA 16. POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO (ANTIGA CLASSIFICAÇÃO) NO TRABALHO PRINCIPAL. PRINCIPAIS ARRANJOS POPULACIONAIS DE SÃO PAULO (PERCENTUAL). 2000-2010.	228

TABELA 17. NÍVEL DE EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO (ANTIGA CLASSIFICAÇÃO) NO TRABALHO PRINCIPAL E REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO (PERCENTUAL). 2000-2010.....	229
TABELA 18. NÍVEL DE EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO (ANTIGA CLASSIFICAÇÃO) NO TRABALHO PRINCIPAL E PRINCIPAIS ARRANJOS POPULACIONAIS DE SÃO PAULO (PERCENTUAL). 2000-2010.....	230
TABELA 19. 1ª INTEGRAÇÃO DO ARRANJO POPULACIONAL "CAMPINAS/SP", SEGUNDO HIERARQUIA – <i>REGIC 2018</i> , POPULAÇÃO, NÚMERO DE MUNICÍPIOS E PIB. 2010.....	234
TABELA 20. GRAU DE URBANIZAÇÃO E CRESCIMENTO POPULACIONAL. MÉDIAS E GRANDES CONCENTRAÇÕES URBANAS E MUNICÍPIO ISOLADO (INDAIATUBA). 1991-2010.	235
TABELA 21. CRESCIMENTO POPULACIONAL. MÉDIAS E GRANDES CONCENTRAÇÕES URBANAS E MUNICÍPIO ISOLADO (INDAIATUBA). 1991-2010.....	236
TABELA 22. FORÇA DE TRABALHO E POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA – RELAÇÕES ENTRE MÉDIAS E GRANDES CONCENTRAÇÕES URBANAS, MUNICÍPIO ISOLADO (INDAIATUBA) E RMC (%). 1991-2010.	237
TABELA 23. EMPREGO URBANO, TAXA DE PARTICIPAÇÃO E TAXA DE OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL (%). MÉDIAS E GRANDES CONCENTRAÇÕES URBANAS, MUNICÍPIO ISOLADO (INDAIATUBA) E RMC. 1991-2010.	238
TABELA 24. MÉDIAS E GRANDES CONCENTRAÇÕES URBANAS E MUNICÍPIO ISOLADO (INDAIATUBA): VALOR ADICIONADO BRUTO TOTAL, POR SETORES E PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%). 2017.....	240
TABELA 25. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO A SEÇÃO DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL. MÉDIAS E GRANDES CONCENTRAÇÕES URBANAS E MUNICÍPIO ISOLADO (INDAIATUBA) E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA RMC (%). 2010.....	242
TABELA 26. EMPREGOS FORMAIS DA INDÚSTRIA, INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE VÍNCULOS ATIVOS. MÉDIAS E GRANDES CONCENTRAÇÕES URBANAS E MUNICÍPIO ISOLADO (INDAIATUBA) E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA RMC (%). 2006 E 2018.	245
TABELA 27. VALOR DAS EXPORTAÇÕES (US\$ FOB), DAS IMPORTAÇÕES (US\$ FOB), CORRENTE DE COMÉRCIO (%) E PARTICIPAÇÕES RELATIVAS (%). MÉDIAS E GRANDES CONCENTRAÇÕES URBANAS, MUNICÍPIO ISOLADO (INDAIATUBA) E RMC. 2004-2019.	251
TABELA 28. VALOR ADICIONADO BRUTO DA RMC POR SETORES DE ATIVIDADE (EM ANOS SELECIONADOS). VALORES CORRENTES EM R\$ MIL.	260
TABELA 29. PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADA EM TRABALHO INFORMAL. MÉDIAS E GRANDES CONCENTRAÇÕES URBANAS, MUNICÍPIO ISOLADO (INDAIATUBA) E RMC. 2010.	266
TABELA 30. POPULAÇÃO EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS (%). CAMPINAS, ESTADO DE SÃO PAULO E BRASIL. 1991 E 2010.	268
TABELA 31. PROPORÇÃO DE AGLOMERADOS SUBNORMAIS (%). CAMPINAS, ESTADO DE SÃO PAULO E BRASIL. 1991 E 2010.	268
TABELA 32. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS POBRES (%). MÉDIAS E GRANDES CONCENTRAÇÕES URBANAS, MUNICÍPIO ISOLADO (INDAIATUBA) E RMC. 2010.....	269
TABELA 33. TAXA DE DESEMPREGO (%). MÉDIAS E GRANDES CONCENTRAÇÕES URBANAS, MUNICÍPIO ISOLADO (INDAIATUBA) E RMC. 1991 E 2010.....	270

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. PRINCIPAIS ASPECTOS E CATEGORIAS REFERENTES AO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO CAMPINEIRO DE ACORDO COM A LITERATURA.	107
QUADRO 2. PRINCIPAIS PROCESSOS, EXPRESSÕES E CAUSAS RELACIONADAS ÀS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA.	126
QUADRO 3. REGIÕES METROPOLITANAS (RMs) E REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO (RIDEs) NAS DATAS DE REFERÊNCIA DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1991, 2000 E 2010 E INSTITUCIONALIZADAS APÓS 2010.	133
QUADRO 4. SÍNTESE TEÓRICO-CONCEITUAL DOS CONCEITOS E REFLEXÕES SOBRE A METRÓPOLE DE ACORDO COM A LITERATURA E A LEGISLAÇÃO FEDERAL BRASILEIRA. .	145
QUADRO 5. SÍNTESE TEÓRICO-CONCEITUAL DOS PRINCIPAIS CONCEITOS E REFLEXÕES DA LITERATURA E DA LEGISLAÇÃO FEDERAL BRASILEIRA A RESPEITO DO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO.	147
QUADRO 6. MUNICÍPIOS ISOLADOS (MÉDIAS CONCENTRAÇÕES URBANAS) E ARRANJOS POPULACIONAIS NO RECORTE INSTITUCIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – 2010.	162
QUADRO 7. REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS: CONDIÇÃO E GRAU DE CONCENTRAÇÃO DO AGLOMERADO E NÍVEL DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS, DE ACORDO COM A TIPOLOGIA ESTABELECIDADA EM RIBEIRO (2009).	179
QUADRO 8. DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA RMC PELOS NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO À DINÂMICA DA METROPOLIZAÇÃO, DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO ESTABELECIDADA EM RIBEIRO ET AL. (2012).	182
QUADRO 9. SÍNTESE TEÓRICO-CONCEITUAL DOS CONCEITOS DE METRÓPOLE A PARTIR DE ESTUDOS REALIZADOS POR INSTITUTOS, INSTITUIÇÕES E GRUPOS DE PESQUISA.	183
QUADRO 10. SÍNTESE TEÓRICO-CONCEITUAL DOS PROCESSOS DE METROPOLIZAÇÃO A PARTIR DE ESTUDOS REALIZADOS POR INSTITUTOS, INSTITUIÇÕES E GRUPOS DE PESQUISA. ...	185
QUADRO 11. REGIONALIZAÇÕES DA ÁREA DE CAMPINAS EM DIFERENTES ESTUDOS, SEGUNDO CRITÉRIOS DA DINÂMICA DA METROPOLIZAÇÃO E POPULACIONAL E CONCENTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ENTRE 2000 E 2017.	231
QUADRO 12. PRINCIPAIS SEGMENTOS INDUSTRIAIS E EMPRESAS. MÉDIAS E GRANDES CONCENTRAÇÕES URBANAS E MUNICÍPIO ISOLADO (INDAIATUBA).	246

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. TAXA DE CRESCIMENTO POPULAÇÃO TOTAL, TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA E GRAU DE URBANIZAÇÃO. BRASIL. 1950-2010.....	65
GRÁFICO 2. POPULAÇÃO TOTAL E URBANA, TAXA DE CRESCIMENTO E GRAU DE URBANIZAÇÃO. ESTADO DE SÃO PAULO. 1940-2010.	85
GRÁFICO 3. INDICADORES SETORIAIS EM RELAÇÃO AO PIB CORRENTE, MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS. 2016.	106
GRÁFICO 4. TAXA DE METROPOLIZAÇÃO (%). RECORTE INSTITUCIONAL (RMs) E SOCIOESPACIAL (<i>REGIC 2018</i>). 1970-2010.....	137
GRÁFICO 5. INVESTIMENTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS: VALOR, NÚMERO, DISTRIBUIÇÃO POR MACRO SETOR E PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL (%). 2000-2017.	191
GRÁFICO 6. INVESTIMENTO POR MACRO SETOR: NÚMERO DE INVESTIMENTOS NOS GRUPOS E MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (%). 2000-2017.....	192
GRÁFICO 7. PARTICIPAÇÕES RELATIVAS NA POPULAÇÃO TOTAL NACIONAL (%). AGREGADOS REGIONAIS METROPOLITANOS. 1991-2010.....	206
GRÁFICO 8. PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO TOTAL METROPOLITANO NACIONAL (%). AGREGADOS REGIONAIS METROPOLITANOS. 1991-2010.	207
GRÁFICO 9. PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO METROPOLITANA NACIONAL (%). PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS E RIDE DF E ENTORNO. 2010.	208
GRÁFICO 10. FORÇA DE TRABALHO, PEA E EMPREGO URBANO METROPOLITANO (%). AGREGADOS REGIONAIS METROPOLITANOS. 2010.	209
GRÁFICO 11. FORÇA DE TRABALHO, PEA E EMPREGO URBANO METROPOLITANO (%) - PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS E RIDE DF E ENTORNO. 2010.	210
GRÁFICO 12. PRODUTO INTERNO BRUTO, VALOR ADICIONADO POR SETORES E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO TOTAL METROPOLITANO (%). AGREGADOS REGIONAIS METROPOLITANOS. 2017.....	211
GRÁFICO 13. POPULAÇÃO EMPREGADA METROPOLITANA, SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL. AGREGADOS REGIONAIS METROPOLITANOS, 2010.....	213
GRÁFICO 14. POPULAÇÃO OCUPADA METROPOLITANA, SEGUNDO GRUPO DE TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS INDUSTRIAS (%). AGREGADOS REGIONAIS METROPOLITANOS. 2000-2010.....	214
GRÁFICO 15. PARTICIPAÇÃO DE SEGMENTOS DO TERCIÁRIO NO TOTAL DE VÍNCULOS ATIVOS DE SERVIÇOS E COMÉRCIO DA RMC (%). 2018.....	248
GRÁFICO 16. ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO FORMAL DO SETOR TERCIÁRIO. MÉDIAS E GRANDES CONCENTRAÇÕES URBANAS E MUNICÍPIO ISOLADO (INDAIATUBA). 2018. .	249
GRÁFICO 17. CORRENTE DE COMÉRCIO DA RMC – PARTICIPAÇÕES RELATIVAS (%). MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA RMC. 2004 E 2019.	253
GRÁFICO 18. VALOR DAS EXPORTAÇÕES, DAS IMPORTAÇÕES, CORRENTE DE COMÉRCIO E SALDO COMERCIAL, EM US\$ FOB. MÉDIAS E GRANDES CONCENTRAÇÕES URBANAS, MUNICÍPIO ISOLADO (INDAIATUBA) E RMC. 2019.	253
GRÁFICO 19. PARTICIPAÇÃO (%) DAS EXPORTAÇÕES DE CAMPINAS, PAULÍNIA, INDAIATUBA, SUMARÉ, VINHEDO, SANTA BÁRBARA D'OESTE E AMERICANA NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DA RMC. 2004-2019.	255

GRÁFICO 20. PARTICIPAÇÃO (%) DAS IMPORTAÇÕES DE CAMPINAS, PAULÍNIA, INDAIATUBA, SUMARÉ, VINHEDO, HORTOLÂNDIA E AMERICANA NO TOTAL DAS IMPORTAÇÕES DA RMC. 2004-2019.....	257

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACPs – Áreas de Concentração de População
AGEMCAMP – Agência Metropolitana de Campinas
APs – Arranjos Populacionais
AUs – Aglomerações Urbanas
CEDE – Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico
C&T – Ciência e Tecnologia
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CTS – Complexo Territorial-Setorial
EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE – Investimento Direto Estrangeiro
IE/UNICAMP – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas
INSEE - *Institut national de la statistique et des études économiques*
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NEPO – Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”
PEA – População Economicamente Ativa
PIESP – Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo
PIB – Produto Interno Bruto
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PUCC – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
RA – Região Administrativa
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
REGIC – Regiões de Influência das Cidades
RIC – Região de Influência de Campinas
RIDEs – Regiões Integradas de Desenvolvimento
RMs – Regiões Metropolitanas
RMC – Região Metropolitana de Campinas
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

VAB – Valor Adicionado Bruto

VAF – Valor Adicionado Fiscal

VAFI – Valor Adicionado Fiscal da Indústria

VTI – Valor de Transformação Industrial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
Capítulo 1 - Urbanização e metropolização no século XXI: a emergência das metrópoles contemporâneas	39
1.1 A reestruturação produtiva nos países centrais e seus efeitos na periferia do capitalismo (1970-1980)	40
1.1.1 A desindustrialização e seus efeitos no Brasil: algumas notas	48
1.1.2 Da concentração produtiva regional à desconcentração industrial paulista	51
1.1.3 A interiorização do desenvolvimento econômico em São Paulo	54
1.2 O processo industrialização-metropolização: do auge à crise	60
1.2.1 Antecedentes da relação industrialização-metropolização	60
1.2.2 Apontamentos sobre o processo de metropolização contemporâneo	72
1.3 Campinas e sua importância como economia urbano-regional no período 2000-2019	75
1.3.1 Antecedentes: a “herança cafeeira” e a precoce função de centralidade	78
1.3.2 Anos 1980 e 1990: avanço da metropolização e conformação metropolitana	90
1.3.3 A metrópole Campinas: uma nova dinâmica urbana interiorizada no período 2000-2019	94
Capítulo 2 – Atributos e características principais do processo de constituição da metrópole e o processo de metropolização no Brasil	110
2.1 A constituição da metrópole e o processo de metropolização no Brasil	110
2.1.1 Transformações territoriais e urbanas da metrópole contemporânea	120
2.1.2 Tendências gerais e particularidades da metropolização latino-americana	127
2.2 A espacialidade metropolitana a serviço do planejamento: as Regiões Metropolitanas	130
2.2.1 Arcabouço teórico-conceitual do Estatuto da Metrópole (Lei n. 13.089/2015)	139
2.3 Conceitos e critérios: um balanço dos estudos nacionais	149
2.3.1 Os critérios e parâmetros de metropolização do final dos anos 60	150
2.3.2 O REGIC do IBGE e as ACPs como critério de metropolização	153
2.3.3 O REGIC do IBGE e os Arranjos Populacionais: integração e contiguidade urbana	158
2.3.4 O Observatório das Metrópoles e seus estudos das décadas de 2000 e 2010	173
2.4 O critério do CEDE/UNICAMP: a área core concentrada da metropolização campineira	187
2.5 A metrópole Campinas entre a metrópole paulistana e as metrópoles-capitais de estado	198
Capítulo 3 – O espaço metropolitano na região de Campinas: contexto e dinâmica da metropolização campineira contemporânea	204
3.1 O contexto metropolitano nacional e regional	204
3.1.1 Análise populacional	206
3.1.2 Análise da atividade econômica e regional	208
3.1.3 Análise do nível de emprego	212
3.2 O contexto metropolitano paulista institucional e socioespacial	217
3.2.1 Análise populacional	218
3.2.2 Análise da atividade econômica	220
3.2.3 Análise do nível de emprego	226

3.3 Análise da dinâmica da metropolização e do espaço metropolitano na região de Campinas	230
3.3.1 O setor industrial e o terciário	243
3.3.2 O comércio exterior: evolução das exportações e importações	251
3.3.3 Os efeitos da “década neoliberal”: desindustrialização e desigualdades sociais	258
CONSIDERAÇÕES FINAIS	272
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	281
APÊNDICES	292

INTRODUÇÃO

O Estado de São Paulo está geograficamente dividido em 645 municípios e possui uma população de 46.289.333 habitantes, de acordo estimativas recentes do IBGE (2020c). Na antiga regionalização do território brasileiro¹, o estado tem seu território dividido em 15 mesorregiões e 63 microrregiões geográficas, ao passo que na versão mais recente da regionalização do território brasileiro², os 645 municípios do Estado encontram-se distribuídos em 53 regiões geográficas imediatas, as quais agrupam-se em 11 regiões geográficas intermediárias (IBGE, 2017). Do ponto de vista econômico e demográfico, o território paulista passou por profundas transformações nas últimas décadas, principalmente se considerarmos o recorte cronológico da década de 1950 até o ano de 2010.

Em 1950, o estado apresentava uma população total de pouco mais de 9,1 milhões de habitantes, taxa de urbanização de 52,5%, densidade demográfica de 36,81 hab./km², PIB de R\$ 73.409.272³ e PIB estadual *per capita* de 8 mil reais anuais⁴. Em 2010, a situação muda radicalmente: a população residente ultrapassa 41,2 milhões de habitantes, a taxa de urbanização atinge 95,9% e a densidade demográfica sobe para 166,25 hab./km², segundo dados do IBGE. O PIB alcança R\$ 1.247.595.927⁵, constituindo 33,1% da economia nacional, e o PIB estadual *per capita* supera os 30 mil reais anuais, considerando preços constantes de 2010. O espaço urbano estadual também vivenciou consideráveis transformações nesse período, sobretudo o seu interior, o qual, a partir da década de 1970, presenciou a consolidação

¹ A necessidade de atualização dos recortes regionais se acentua conforme o expressivo aumento verificado na diferenciação interna do território brasileiro, como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas. A nova Divisão Regional do Brasil cobre uma demanda em relação ao período que vai da última década do Século XX à primeira do Século XXI. A revisão das unidades subestaduais do espaço brasileiro vai ao encontro do aumento da complexidade e heterogeneidade do território, e, no novo estudo do IBGE (2017), as unidades mesorregionais e microrregionais recebem os nomes de Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente.

² As três propostas de Divisão Regional do Brasil elaboradas pelo IBGE no Século XX contemplam os conceitos de Zonas Fisiográficas (década de 1940) e suas revisões, Microrregiões Homogêneas (1968) e Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1989). A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, de 2017, apresenta um novo quadro regional vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão da Divisão Regional do Brasil publicada na década de 1990 (IBGE, 2017).

³ R\$ (mil), a preços do ano 2010.

⁴ PIB a preços constantes de 2010 (IPEADATA).

⁵ PIB Estadual a preços constantes – R\$ de 2010 (mil) (IBGE).

de um novo grande centro urbano, com o desenvolvimento paulatino de características e funções metropolitanas, antes observadas apenas nas capitais estaduais no contexto urbano brasileiro: a cidade de Campinas.

No plano teórico, fazemos referência, portanto, a um processo geoeconômico com um sentido que se difunde por suas funções e formas, no caso, a metropolização, que adquire em alguns contextos um sentido urbanístico como “espaço construído”, difundido como objeto de investigação e com uma identidade mais abstrata, a metrópole. Se a compreensão acerca da metropolização e a maior identidade desse fenômeno, a metrópole, seja no caso brasileiro ou internacional, se dá a partir de aspectos demográficos, urbanísticos ou econômicos, as transformações pelas quais esse território passou nas últimas décadas também acontece a partir desses mesmos aspectos, podendo ser analisadas transformações econômicas, urbanas e territoriais nos processos de metropolização e constituição da metrópole, resultado dos efeitos impulsionados pelas mudanças na base econômica nas últimas décadas do século XX.

Especialmente, os impactos da dinâmica da globalização resultaram em particularidades nas metrópoles e no processo de metropolização da América Latina. Com o avanço da reestruturação econômica e informacional, processos centrais dessa fase modernizadora, deu-se origem a uma expansão geográfica progressiva e generalizada de um espaço de acumulação, que tende a adquirir cobertura mundial como expressão básica da globalização. À medida que as grandes aglomerações urbanas foram incorporadas à dinâmica produtiva globalizada, uma verdadeira metamorfose começou a afetar tanto sua organização e funcionamento, quanto sua morfologia e aparência (DE MATTOS, 2010).

Isto é, a mudança na base econômica das metrópoles também foi acompanhada por uma alteração em seu perfil clássico enquanto cidade industrial compacta, caracterizada pelo padrão centro-periferia, para um padrão agora de dimensão mais regional e difusa. As tendências identificadas no caso das aglomerações metropolitanas latino-americanas, como nota De Mattos (2015, p. 159), seguem a mesma direção das que ocorreram nas metrópoles dos países centrais, especialmente nas norte-americanas, porém com particularidades regionais, que se somaram a esses processos (PRADILLA-COBOS, 2014).

As transformações motivadas pelas alterações do sistema econômico agudizaram características históricas, especialmente relacionadas às desigualdades sociais. Como Pradilla-Cobos (2014) recorda sobre esse período, a desindustrialização tem acentuado a tendência estrutural à *terciarização* das economias metropolitanas da região, e tal processo teve um caráter espúrio, polarizado e predominantemente informal. No caso latino-americano, a característica marcadamente informal do setor terciário difere-se da predominância de serviços de produção especializados verificados nas grandes metrópoles dos países hegemônicos.

Em diversas reflexões teóricas a respeito da metrópole, observamos menções às alterações do perfil dos espaços metropolitanos conforme a sucessão dos eventos históricos, porém estes permanecem sendo reconhecidos pela complexidade das características funcionais, principalmente na hierarquia urbana. Quanto ao processo histórico de urbanização brasileiro, este é frequentemente apresentado atribuindo-se às capitais de estado, ou ao que chamamos de grandes aglomerações espaciais urbanas, o topo da hierarquia do sistema de cidades, fazendo com que os espaços de urbanização no interior do território fossem secundarizados como problemática urbanística e demográfica e/ou subalternizados como espaço econômico-social. Atributos urbanísticos, demográficos e econômicos, *stricto sensu*, têm sido adotados ao longo das décadas como justificativa para reforçar esse padrão de hierarquização urbano. Nesse sentido, não haveria mais originalidade nem novidade na urbanização brasileira desde a década de 1970, momento de generalização desse padrão vertical de hierarquização urbana.

Davidovich e Fredrich (1995) assinalam o papel da cidade como o *lócus* preferencial para a consolidação de uma economia capitalista moderna, principalmente nos anos 70, quando a espacialidade polarizada da urbanização se integrou aos imperativos concentracionistas de um modelo de desenvolvimento com ampla atuação do Estado, com meta de assegurar a realização de uma ordem social predominantemente urbana. Desse modo, o crescimento econômico se apoiou na industrialização e na modernização do aparato institucional, utilizando-se, para este fim, do planejamento com um processo contínuo de intervenção estatal na economia.

No embasamento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I, II e III PND), Davidovich e Fredrich (1995) consideram, entre as questões importantes, o confronto

com uma problemática urbana decorrente de condições sociais e políticas específicas, que se avolumavam nas grandes aglomerações, e a preocupação com a redistribuição populacional e com a desconcentração de atividades econômicas, mediante o reconhecimento oficial de novas estruturas espaciais, com a criação das primeiras nove regiões metropolitanas brasileiras. O desenvolvimento urbano e regional se colocava, dessa forma, como uma questão de Estado, sendo a política urbana e regional elemento estruturador das políticas públicas daquele período (LENCIONI, 2017, p. 75-76).

A instituição das regiões metropolitanas, como apontado por Schmidt (1983), buscava a coordenação integrada de ações, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento irradiando-o pelo território segundo o alcance da influência de cada metrópole, pois as “regiões metropolitanas ganharam destaque porque se colocaram como polos estruturadores do ordenamento territorial” (LENCIONI, 2017, p. 76-77). A urbanização brasileira no período 1950-1980 seria, assim, intensamente caracterizada por dois movimentos (SCHMIDT, 1983; DAVIDOVICH; FREDRICH, 1995; DAVANZO et al., 2011): a expansão da urbanização no interior do país, promovendo o crescimento populacional de cidades já existentes e a emergência de novas cidades, e, principalmente, o processo de metropolização, provocando forte concentração de população, produção, consumo e recursos, assim como pobreza e precariedade, em áreas restritas, em torno de alguns lugares no território nacional.

A promulgação da nova Constituição Federal em 1988 delegou maiores atribuições aos municípios e aos estados, e no bojo desse processo a criação de novas regiões metropolitanas, ou a alteração das já existentes com a exclusão, inserção ou criação de novos municípios passou a ser atribuição dos estados da federação. Até aquele momento, havia certa coordenação entre o critério institucional e o socioespacial para a criação de novas regiões metropolitanas. Porém, a integração e a vida das relações metropolitanas, entendidas como elementos definidores, se desconectaram das regiões metropolitanas oficiais, e a compreensão da espacialidade do processo de metropolização no Brasil não pode mais ser capturado pelo recorte da “região metropolitana”, já que nem todas as unidades institucionalizadas decorrem efetivamente de um processo de metropolização. Logo, ocorreu um divórcio entre metropolização e região metropolitana, bem como seus respectivos processos constitutivos (FIRKOWSKI, 2012, 2013).

Assim, se por um lado, a institucionalização de regiões metropolitanas no Brasil, tal como Moura, Libardi e Barion (2006) salientam, surge em um primeiro momento também “como uma resposta ao fenômeno da metropolização e suas consequências no que concerne à concentração de população, atividades e renda, agudizando a desigualdade e a segregação em alguns pontos do território nacional” (p. 130), por outro, o fenômeno metropolitano não poderia mais ser reduzido aos limites estabelecidos pela criação de regiões metropolitanas, vislumbradas a fim de responderem a uma estratégia voltada ao processo de formação de instituições para enfrentamento da questão urbana (SCHMIDT, 1983). Com o tempo, a expansão progressiva dos territórios metropolitanos acabou distanciando o processo de metropolização das estruturas compreendidas pelas regiões metropolitanas oficiais, desconectando-os institucional e socioespacialmente (COSTA; MATTEO; BALBIM, 2010; FIRKOWSKI, 2013; COSTA, 2013).

O movimento de concentração urbana também era observável na estruturação de aglomerações urbanas abaixo do nível metropolitano, “de que são exemplos expressivos aquelas formadas a partir da expansão industrial da metrópole paulista e localizadas em seu entorno” (DAVIDOVICH; FREDRICH, 1995, p. 28). No Estado de São Paulo, onde a indústria se constituiu na base mais importante de acumulação, o espaço urbano mostrou estruturas relativamente mais equilibradas, evidenciada na regularidade da distribuição de centros e nos menores desníveis econômicos e sociais entre metrópoles e aglomerações hierarquicamente inferiores.

Com as políticas de desconcentração industrial adotadas desde a década de 1970, as cidades interioranas foram as grandes beneficiadas, destacando-se o interior do estado de São Paulo, algo facilitado pela montagem de “uma rede de centros urbanos de tamanho médio, por certa tradição industrial e pela existência de uma rede estadual de centros de pesquisa e ensino distribuídos por várias cidades” (DINIZ, 1993, p. 50). Negri e Pacheco (1994) ressaltam que, enquanto em 1970 o valor da transformação industrial do interior do Estado de São Paulo respondia por um VTI da ordem de um terço do valor agregado na Grande São Paulo, “ao final da década de 1980 este percentual alcançou uma cifra entre 75 e 85%, quase um quarto de toda indústria nacional” (p. 69).

Os autores destacam que a produção manufatureira do interior era, até 1970, fundamentalmente baseada em bens de consumo leves, sobretudo têxteis e

alimentos. Após 1970, o que chama atenção é que o crescimento foi mais intenso exatamente no setor de duráveis e bens intermediários. No entanto, o tratamento do interior como um único agregado por vezes esconde diferenças importantes nas dinâmicas regionais internas do estado (NEGRI; PACHECO, 1994). Baseando-se nas diferenças mais relevantes entre as estruturas produtivas das unidades territoriais, Negri e Pacheco (1994) dividem em termos industriais o interior de São Paulo em seis regiões: a Baixada Santista; o Alto Vale do Paraíba; a região de Campinas; o entorno de Sorocaba; a região de Ribeirão Preto, estendendo-se até São José do Rio Preto; e o “oeste” do estado.

De acordo com os autores, a Baixada Santista comporta uma indústria de bens intermediários complementar à da Grande São Paulo. Já o Alto Vale do Paraíba apresenta uma estrutura em que se destacam algumas grandes unidades fabris, ao passo que a região de Campinas revela uma estrutura bastante diversificada. A importância do entorno de Sorocaba reside na metalurgia, minerais não metálicos, mecânica e têxtil; e na região de Ribeirão Preto, estendendo-se até São José do Rio Preto, predomina o processamento de produtos agrícolas e onde o Pró-Álcool teve os impactos mais importantes (NEGRI; PACHECO, 1994).

Por fim, o “oeste” do estado, entendido como a área que engloba as regiões de Presidente Prudente, Araçatuba, Marília, Bauru, na qual a produção industrial destaca-se pelos bens de consumo leves, a maioria processamento da agropecuária. Tais diferenciações entre as regiões acontecem não apenas pela natureza de suas indústrias, mas também por aspectos que se mostraram importantes no contexto da “interiorização do desenvolvimento”, entre 1970 e 1985, como o desenho do sistema urbano, suas bases agrícolas e o conjunto de suas infraestruturas, aspectos que também delineariam as possibilidades futuras de cada agregado regional do estado (NEGRI; PACHECO, 1994, p. 70).

Diniz (1993) aponta que requisitos locais, como “presença de centros de ensino e pesquisa, mercado de trabalho profissional, relações industriais articuladas geograficamente, facilidade de acesso, base educacional e cultural, clima de negócios, concentração dos recursos de pesquisa” (p. 55), tenderiam a se restringir a regiões com grandes aglomerações urbanas, e no caso brasileiro apenas algumas experiências teriam sido bem sucedidas ou com potencial de desenvolvimento em

polos tecnológicos⁶. Campinas⁷, São Carlos e São José dos Campos, por exemplo, possuíam características comuns que envolviam a multiplicação das agências públicas de pesquisa e de Universidades, em conjunto com a instalação de algumas unidades fabris voltadas para atividades de maior conteúdo tecnológico. Desse modo,

A concentração de um conjunto destes pré-requisitos nas três cidades, o desenvolvimento de ações para dar suporte à articulação entre empresas e instituições de pesquisa, ou mesmo a constituição de um organismo específico para formular uma política de atração de investimentos e de fomento às empresas de alta tecnologia, têm levado a que, em São Paulo, estas sejam as iniciativas que mais chamem a atenção (NEGRI; PACHECO, 1994, p. 70).

Apesar da importância da atividade de ensino e pesquisa no contexto do desenvolvimento de um mercado profissional nas três localidades citadas acima, necessário para a construção de um ambiente para a instalação de várias pequenas empresas e até mesmo a indústria aeronáutica, no caso de São José dos Campos, Negri e Pacheco (1994) declaram que as razões subjacentes à “interiorização” se referem a determinantes mais abrangentes, e não apenas microrregionais, e compreendem “tanto o melhoramento da infraestrutura viária até aspectos como as transformações da base agrícola, ou mesmo as próprias trajetórias das empresas já instaladas no período anterior a 1930” (p. 70).

A estratégia industrial colocada em prática através do II PND articulou um período de investimentos públicos e privados, fomentados pela ação do Estado no esforço de integrar a estrutura industrial e robustecer o processo de industrialização entre meados dos anos 60 e fins da década de 70 (SUZIGAN, 1988, p. 9-10). Entre os objetivos da estratégia industrial, colocava-se a atenuação dos desníveis regionais do desenvolvimento industrial, compatibilizando economias de aglomeração com os movimentos de descentralização e realocação industrial (ROSSETTI, 1995, p. 230)

⁶ O autor aponta essas considerações principalmente a partir das contribuições de Markusen et al. (1986), Scott e Storper (1986) e Medeiros (1990).

⁷ Medeiros et al. (1992), Negri e Pacheco (1994) e Diniz (1993) destacam que Campinas concentrava um conjunto expressivo de instituições de pesquisa e ensino superior, que envolviam desde Universidades (Unicamp e Puccamp) até agências dos governos estadual e federal. Para Diniz (1993), a experiência de Campinas talvez tenha sido a mais bem-sucedida, desenvolvendo a maior e mais diversificada base de pesquisa do País, o que teria permitido a criação ou atração de indústrias de alta tecnologia para a região: “apoiada na UNICAMP, a Telebrás (Telefones Brasileiros S. A.) decidiu pela montagem do seu centro de pesquisa naquela cidade. Várias empresas multinacionais, a exemplo da Rhodia e IBM, tomaram decisões semelhantes. O Governo Federal instalou o CTI (Centro Tecnológico para Informática) e o Laboratório de Síncroton. A esses se soma o IAC (Instituto Agrônomo de Campinas) e o ITAL (Instituto de Tecnologia de Alimentos). Articulado a essas iniciativas foi criada a CIATEC (Cia. de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas)” (DINIZ, 1993, p. 55-56).

com o intuito de aumentar o dinamismo do território econômico nacional ao aumentar o processo de interiorização, como previa a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) do II PND.

O processo de desconcentração circunscreveu-se a determinadas partes do território nacional, e o interior paulista vivenciou esse processo de maneira acentuada em virtude de vantagens substanciais e especificidades históricas de seu desenvolvimento econômico e ocupacional. Cano (1997) salienta que, entre 1970 e 1985, a participação da Grande São Paulo na produção industrial nacional caiu de 43,5% para 29,4%, enquanto a participação do interior paulista subiu de 14,7% para 22,5%. Atualmente, o interior paulista representa um dos maiores mercados consumidores do país, o segundo em termos de PIB após a Região Metropolitana de São Paulo, de acordo com dados da Fundação Seade e do IBGE.

Logo, a compreensão de que a metropolização dos espaços não é um processo isolado, condicionando e produzindo a história urbana atual (LENCIONI, 2017, p. 204), é de suma importância, uma vez que muitas cidades brasileiras “passaram a apresentar mais intensamente um desenvolvimento condizente com o metropolitano à medida que o processo de desconcentração territorial da indústria se aprofundou” e se dispersou pelo território brasileiro, pós-1970, diante das necessidades impostas pelo capital produtivo, o qual exige o desenvolvimento de determinadas funções para sua viabilização, sejam estas de serviços avançados ou o desenvolvimento da rede de infraestrutura material, para o trânsito de pessoas e mercadorias, ou imaterial, para o fluxo de informações.

A dispersão territorial da indústria é mais bem caracterizada, por razões óbvias, em São Paulo, principal aglomeração industrial do país. Foi nesse estado que a “interiorização da indústria” passou a ter destaque, pois ela “se traduziu numa intensa e ampla metropolização do espaço da região de Campinas e mesmo de regiões próximas”, sendo um “resultado do processo de desconcentração industrial pelo qual passou a região metropolitana de São Paulo e que conformou uma região metropolitana desconcentrada”, ou expandida, tendo como núcleos principais São Paulo e Campinas (LENCIONI, 2017, p. 205).

Azzoni (1995, p. 290) consulta os resultados do Censo Demográfico de 1991 em busca de algumas evidências a respeito da distribuição da população por tamanho de cidades naquelas últimas décadas e da distribuição das atividades produtivas pelas

regiões brasileiras, observando a redução significativa da taxa de crescimento demográfico notadamente nas regiões metropolitanas e nas grandes cidades, indagando-se se seria lícito referir-se, naquele período, a um processo de “desmetropolização”. A partir de informações demográficas, o autor considera que seria mais adequado referir-se ao surgimento de novas metrópoles, como Campinas, Santos, São José dos Campos, Sorocaba e outras, enquanto um “fenômeno de metropolização disseminada”, do que a uma desmetropolização com base no ocorrida na área da capital.

Quanto à evolução da produção em distintas porções do território, centrada em setores como a agricultura, agroindústria e mineração, esta não caracterizaria a formação de dinâmicas regionais específicas, com capacidade para concorrer com o circuito principal da acumulação de capital voltada para o mercado nacional, naturalmente concentrada nas áreas tradicionais do Sudeste. Especificamente, o setor industrial se distribui melhor no território, mantendo a concentração do poder decisório no local tradicional: a arena metropolitana (AZZONI, 1995, p. 303).

Dessa forma, a dispersão observada, ou reversão da polarização no Estado de São Paulo, não configuraria uma independência locacional em relação à atração exercida pela área central, mas “um espraiamento da produção na sua área periférica, o que possibilita custos menores sem perdas substanciais de vantagens aglomerativas”, pois a dinâmica industrial do anel externo à Área Metropolitana paulistana guardaria estreita relação com a Capital (AZZONI, 1986, p. 66). Entretanto, no que se refere à Campinas, Fernandes, Brandão e Cano (2002) argumentam que, mais do que um espraiamento da dinâmica paulistana, a metrópole campineira teria desenvolvido sua própria região de influência de grande dimensão, “embora de forma complementar à daquela, especialmente a partir das décadas de 50 e 60, com a interiorização mais intensa e diversificada da economia paulista” (p. 404).

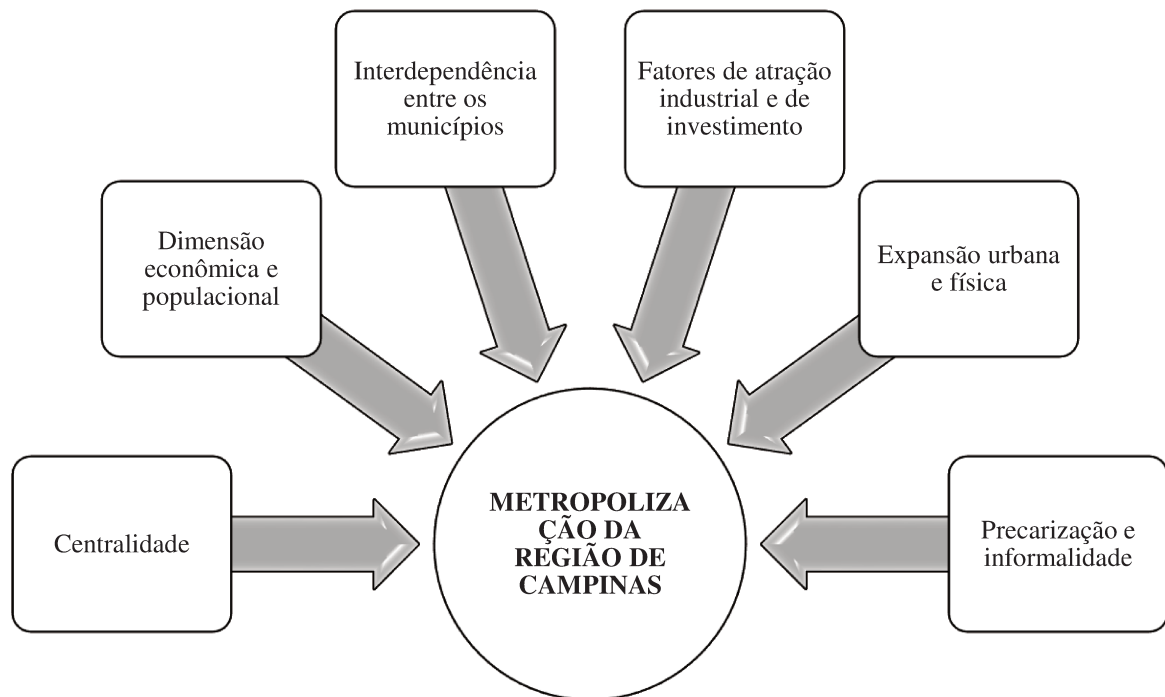
Nas considerações dos autores, a principal característica que atesta o grau de modernização e complexidade da estrutura produtiva de sua metrópole é impressa pela densidade das conexões e as interdependências de suas atividades setoriais. No transcurso do processo de interiorização do desenvolvimento, a atração de modernas plantas de grandes empresas e intensificação das relações intersetoriais da rede de pequenas e médias empresas com a agropecuária e o setor terciário promoveu a diversificação da estrutura produtiva com aumento de setores mais complexos, a qual

induziu também a uma notável expansão do setor terciário, “que se diversifica e sofisticada, ampliando o peso das grandes e modernas redes comerciais, financeiras, serviços de consultoria técnica, serviços especializados de saúde e educação, entre outros” (FERNANDES, BRANDÃO; CANO, 2002, p. 401-402).

A mancha urbana se espalha, apresentando processos expressivos de conurbação em algumas de suas porções, e o crescimento populacional e industrial da região a taxas superiores à média estadual conforma uma aglomeração de porte e complexidade no entorno da cidade de Campinas, com “estrutura urbana e produtiva com nítidos traços de modernidade” (p. 402), em que o moderno sistema viário regional, as cadeias produtivas implantadas em seu território e a alta mobilidade espacial de sua população são fatores de integração, que conferem coerência à dinâmica metropolitana (FERNANDES, BRANDÃO; CANO, 2002, p. 403).

É nesse sentido que daremos destaque à dinâmica econômico-espacial de Campinas como área metropolitana situada no interior paulista e de suma importância no desenvolvimento estadual. Primeiramente, é importante fazer referência aos antecedentes que acentuaram a dinâmica de áreas que hoje constituem os grandes eixos de expansão agrícola e industrial do interior. Diversos autores que estudaram a região de Campinas e sua evolução histórico-econômica enquanto nó da rede urbana destacaram características e aspectos que seriam fundamentais para compreensão do seu processo de metropolização e o próprio entendimento da cidade como uma metrópole no decorrer do século XX, principalmente após os anos 90 (Figura 1):

Figura 1. Aspectos e dimensões aprofundados na conformação do processo de metropolização da região de Campinas no século XX.



Fonte: Elaboração própria.

Além dos aspectos acima relacionados, estudos recentes aprofundam a compreensão acerca da economia da região nos últimos anos e adicionam novos elementos econômicos e espaciais sobre a dinâmica contemporânea da região de Campinas. Em trabalhos recentes (MIRANDA et al., 2018a, 2018b; MIRANDA; VIRGA, 2019; MIRANDA; PORTO, 2019, 2020) elaborados pela equipe do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE), vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), foram estudados os processos socioeconômicos vinculados às principais transformações nos padrões de uso e ocupação do solo, a partir dos tipos de investimentos anunciados e confirmados no período 2000-2017 nos 20 municípios da Região Metropolitana de Campinas, cuja influência é decisiva para o padrão de desenvolvimento regional com base na dinâmica urbana nos próximos anos, inclusive pela abrangência de sua área de influência (MIRANDA; PORTO, 2019).

A análise do direcionamento dos investimentos na RMC, agrupados em suas principais nucleações urbanas, esboçou a noção de um Complexo Territorial-Setorial, em que 12 dos 20 municípios são articulados ao Complexo pelos seus setores produtivos e a indústria é a peça-chave, criando um terciário avançado e espalhando

segmentos da indústria. Foi identificada uma área *core* onde ocorreram os principais investimentos, ou seja, uma concentração espacial dos mesmos em torno do núcleo metropolitano principal (Campinas) e seu entorno imediato que qualificaram e reafirmaram o perfil econômico da região, mas que nem todos os municípios puderam acessar.

Os estudos supracitados destacam que os investimentos voltados ao incremento da infraestrutura foram os que apresentaram maior valor unitário, o que demonstra duas qualificações importantes: a importância desse tipo de investimento na dinâmica desta economia metropolitana e a seletividade, já que somente alguns municípios da RMC se tornaram, mais que outros, referência na atração de certos tipos de investimentos. Campinas, como núcleo econômico principal, foi a que reuniu as melhores condições de atratividade, seguida em seu entorno por mais cinco municípios que concentraram investimentos acima de 1 bilhão de dólares, são eles: Campinas, Paulínia, Sumaré, Hortolândia, Indaiatuba e Americana. Esta é a área de concentração espacial dos maiores investimentos, alguns dos quais qualificam o sentido da metropolização atual.

Logo, dentre os diversos fatores que são apontados frequentemente para a concretização de Campinas como metrópole, estão o crescimento da infraestrutura econômica e social e a atração de novos investimentos, conformando um polo de ciência e tecnologia, com a existência de diversas unidades de pesquisa e de ensino superior, ou a expressão demográfica, como apontada por Azzoni (1995) no passado. Porém, isoladamente, esta coleção de elementos aleatórios não é suficiente para definir Campinas como metrópole. Para isso, é necessário entender como ocorre o processo de metropolização, suas características econômicas, sociais, demográficas e urbanas, e quais os fatores que conduzem à sua interiorização.

Dessa maneira, essa dissertação tem uma dupla curiosidade: a primeira é investigar se o processo de metropolização de Campinas tem especificidades próprias ou é meramente um extravasamento da dinâmica paulistana ao longo do tempo. Estas perspectivas serão discutidas, primeiramente, em nosso referencial teórico, a partir da discussão dos conceitos de metrópole e metropolização, e dos principais trabalhos e estudos pertinentes à compreensão das grandes concentrações urbanas no cenário urbano brasileiro, entendendo-as em seus atributos e características. Em seguida, qualificaremos o sentido do processo de metropolização em Campinas, segundo

variáveis e indicadores que qualificam esse espaço, com vistas a compreender como a porção do território campineiro integra-se efetivamente à dinâmica dos fenômenos relacionados à metropolização, o que contempla, mas não se confunde, com as áreas das regiões metropolitanas (RMs) oficialmente definidas.

Reconhecendo a distinção entre o processo socioespacial e o institucional da metropolização, partimos de dois recortes espaciais para realização de nosso estudo: o institucional/administrativo representado pela Região Metropolitana de Campinas, considerada como ponto de partida e critério de comparação com outras RMs, e como espaço por onde a metropolização passa a ser identificada por um conjunto de indicadores selecionados; e o recorte espacial dos Arranjos Populacionais (APs), do IBGE (2016, 2020a), por ser um critério mais uniforme, afeito a aspectos de planejamento territorial e próximo à definição de um espaço metropolitano com ocupação populacional consolidada, devendo nos auxiliar nessa qualificação do processo de metropolização.

Ao utilizarmos os dois recortes espaciais, nos interessa esclarecer a diferença entre a metropolização institucional, representada pela RMC, e a espacial, representada pelos Arranjos Populacionais, onde passaremos a enxergar com maior profundidade a dinâmica dos municípios da área *core* e sua importância como qualificadores do processo de metropolização atual da região. Embora a delimitação oficial de Região Metropolitana de Campinas, composta por 20 municípios, seja importante para entender aspectos de sua divisão político-administrativa, o recorte espacial dos Arranjos Populacionais é um bom parâmetro ao conceito econômico-espacial de área metropolitana, constituída dentro de um processo de metropolização, a ser discutida e mais bem definida ao longo deste trabalho. Cabe mencionar que, com a Constituição Federal de 1988, o processo de metropolização institucional ganha maior expressão.

Como recorte temporal, adotamos o período pós década de 1990, de avanço da agenda neoliberal e da reestruturação produtiva que, conforme ganharam maior dimensão, também acarretaram efeitos nefastos devido às grandes repercussões no universo do trabalho, uma vez que a ampliação dos níveis de precarização e desemprego foi mais intensa, sobretudo na periferia do capitalismo mundial. Além dessas consequências, tais países, sobretudo os latino-americanos de maior peso

econômico relativo, principalmente, têm sofrido, de forma desigual, os efeitos da desindustrialização precoce.

Por isso, o entendimento acerca da metropolização do espaço e os espaços metropolitanos, além do próprio histórico de desenvolvimento capitalista da região, enquanto processo e produto de uma espacialidade urbana que ganhou características comuns, mas que também guardam certas especificidades, é de fundamental relevância nesse trabalho, assim como a distinção conceitual entre os processos institucionais e os socioespaciais. Os critérios de metropolização considerados em importantes estudos, como o IBGE (2008, 2016, 2020a) e o Observatório das Metrôpoles (RIBEIRO, 2009; RIBEIRO et al., 2012) auxiliam na compreensão dos processos econômico-espaciais contemporâneos pelos quais a economia de Campinas passou nos anos recentes, visando esclarecer a relação de tais critérios com os processos econômicos-espaciais da região, aprofundando a compreensão destas transformações.

Tais qualificações, entendidas a nível conceitual e por trabalhos revisitados, são importantes na articulação da hipótese trabalhada nessa investigação, de que os processos econômicos e espaciais da região de Campinas a particularizam como espaço metropolitano com especificidades e interiorizado, próximo à Grande São Paulo. Ainda que receba a influência direta da capital, Campinas possui dimensão e características metropolitanas próprias que a singularizam como importante nó da rede urbana frente à dinâmica paulistana e nacional. Vemos pontos de ruptura e de contato no entendimento de Campinas como espaço metropolitano avançado, em face da metropolização paulistana, que encontram na dinâmica urbano-regional estabelecida com os municípios em seu entorno continuidades e que dão sentido real à descentralização do desenvolvimento econômico estadual.

Desta hipótese, abrem-se as indagações que conduzem a análise proposta e que procuraremos responder ao longo do trabalho: O processo de metropolização de Campinas se deu em bases próprias? Como as especificidades, as continuidades e os sentidos relacionados à dinâmica urbano-regional paulista ajudam a entender a metropolização de Campinas? Ou seu processo de metropolização foi um extravasamento da dinâmica econômica paulistana?

Com base nos aspectos mais gerais discutidos anteriormente, o objetivo geral desta dissertação é refletir sobre a natureza do processo de metropolização de

Campinas/SP pós 1990, atentando-se às dinâmicas econômico-espaciais recentes do município e seu entorno, e considerando os atributos comumente associados a uma metrópole e ao processo de metropolização. Busca-se, adicionalmente, discutir como estes atributos auxiliam na compreensão de dinâmicas econômico-espaciais próprias de um processo de metropolização, que particularizam Campinas em face do extravasamento da metropolização paulistana. Considera-se como corolário da *metropolização no interior paulista* o avanço da desconcentração industrial no estado São Paulo pós 1970.

Como objetivos específicos, estabelecemos os seguintes:

1. Revisitar brevemente as implicações pertinentes ao processo de desconcentração industrial paulista de 1970 a 1990, para compreender a dinâmica dos processos de metropolização e urbanização anteriores a 1990, com base na literatura da área de Desenvolvimento Regional e Urbano do CEDE;
2. Revisitar a evolução histórica, econômica e demográfica da região de Campinas, atentando-se ao momento em que o processo de metropolização de sua área acontece como expressão do padrão de urbanização instaurado em São Paulo mediante o processo de industrialização após os anos 50 e principalmente durante os anos 70.
3. Revisar a literatura mais recente na área de desenvolvimento e planejamento regional e urbano sobre a constituição da metrópole e o processo de metropolização, a fim de discutir os seus atributos, conceitos e definições, relacionando-os ao caso de Campinas.
4. Analisar o contexto metropolitano nacional e do Estado de São Paulo e as disparidades entre o processo institucional e socioespacial relacionados ao fenômeno metropolitano.
5. Caracterizar a porção do território da área de Campinas que reflete a dinâmica da metropolização, contrastando estudos da produção bibliográfica geográfica tradicional sobre as grandes concentrações urbanas e novos elementos trazidos por estudos recentes sobre a Região Metropolitana de Campinas.
6. Refletir sobre a deterioração do padrão de vida da região de Campinas com o aprofundamento do processo de metropolização pós anos 90, principalmente os reflexos no mercado de trabalho e os desequilíbrios sociais.

Para tanto, adotaremos como procedimento a pesquisa documental e bibliográfica, baseada no estudo de caso, em que dois trabalhos anteriores foram especialmente importantes por serem antecedentes na investigação aqui proposta: o trabalho de Benício Schmidt (1983), para caracterização da urbanização e metropolização nacional entre as décadas de 1950 e 1970, e as contribuições de Ulysses Semeghini (1988, 1992), acerca da metropolização de Campinas entre as décadas de 1960 e 1980. A respeito do período pós anos 90, principalmente entre 2000 e 2017, os trabalhos realizados pela equipe do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE) foram de extrema relevância como base empírica e compreensão acerca da economia da região nos últimos anos e adicionam novos elementos econômicos e espaciais sobre a dinâmica recente da região de Campinas⁸.

Para apresentação dos cenários desenvolvidos em âmbito nacional, estadual e regional e representação de Campinas nessas escalas, contamos com o uso de indicadores selecionados e construídos para o conjunto dos municípios e das regiões metropolitanas dos recortes espaciais adotados, os quais foram escolhidos de forma a refletir a dinâmica das aglomerações a partir das dimensões demográfica, econômica e do nível de emprego. Na análise específica da dinâmica da aglomeração campineira e seu entorno, também selecionamos indicadores para refletir a situação social em alguns aspectos, como infraestrutura habitacional, informalidade do mercado de trabalho e nível de pobreza.

Sobre as fontes de informações, os dados foram trabalhados a partir das bases de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, pela consulta dos microdados e dos dados disponibilizados em formato digital na plataforma SIDRA, e da base de dados do Produto Interno Bruto – PIB dos Municípios, na série que tem como referência o ano de 2010, ambas divulgadas pela Fundação IBGE. Informações e dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) também foram utilizados para acesso ao conjunto de dados sobre ocupação, empregos formais e valor de exportações e importações, assim como as bases de dados da Pesquisa dos Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (PIESP/SEADE). Salientamos

⁸ Baseamo-nos principalmente nos seguintes trabalhos: Miranda et al. (2018a, 2018b), Miranda e Virga (2019) e Miranda e Porto (2019, 2020).

que, para algumas dessas bases, os dados foram coletados pelo acesso ao sistema de informações da Fundação SEADE e do IPEADATA.

Discutir o processo de metropolização contemporâneo é importante para a compreensão da natureza e direção que ele assumiu e assume no estado de São Paulo. Os movimentos de concentração econômica e populacional em determinadas partes do território brasileiro beneficiaram-se, em última instância, da própria centralização política e, nesse particular, da ampliação desses movimentos dentro do quadro de desigualdades regionais e urbanas que marca o período recente no século 21.

A dissertação está estruturada, além da introdução e da conclusão, em três capítulos. O primeiro capítulo retoma, brevemente, as principais mudanças ocorridas no capitalismo após a década de 70, que se aprofundaram principalmente após os anos 80, tanto no centro quanto na periferia do sistema, para compreensão de como seus desdobramentos afetaram o processo de desconcentração industrial paulista. Para tanto, retomará as interpretações acerca das transformações no capitalismo, com base, principalmente, na literatura da área de Desenvolvimento Regional e Urbano do Instituto de Economia da UNICAMP.

O primeiro capítulo ainda realiza uma discussão mais centrada nas conexões entre o processo de urbanização e metropolização no século XX e as características que esses processos assumem pós 1990, e resgata a evolução histórica, demográfica e econômica da região de Campinas, atentando-se ao momento em que o processo de metropolização na região acontece como expressão do padrão de urbanização instaurado em São Paulo mediante o processo de industrialização após os anos 50, e principalmente durante os anos 70. O segundo capítulo é dedicado a estabelecer um arcabouço teórico-conceitual sobre a concepção a respeito da metrópole e o processo de metropolização, lançando luz ao próprio caso campineiro, além de revisar produções bibliográficas tradicionais de grupos de pesquisa e instituições acerca das grandes concentrações urbanas, ressaltando e situando os resultados para Campinas no cenário metropolitano brasileiro.

O terceiro capítulo, por sua vez, é pensado de forma a apresentar um conjunto de indicadores e informações relacionadas à dinâmica da metropolização, de forma a dialogar com a literatura estudada e os trabalhos mais recentes sobre a região, para aprofundarmos o entendimento sobre o espaço metropolitano de Campinas,

principalmente para onde se dirige essa discussão quando falamos de dinâmica urbano-metropolitana em Campinas, já que, como vimos, não se trata da discussão no âmbito do recorte institucional delimitado pelas regiões metropolitanas. Também nos interessa nesse capítulo compreender como a região também reflete características que a metropolização pós anos 90 assume, principalmente diante de um quadro de baixo dinamismo industrial, novas exigências de acumulação capitalista e, em alguns contextos específicos, como o brasileiro, a desindustrialização.

Nas considerações finais, conjuminam-se os elementos centrais que definem e matizam o processo de metropolização em Campinas.

Capítulo 1 - Urbanização e metropolização no século XXI: a emergência das metrópoles contemporâneas

A desconcentração da indústria paulista foi um processo decorrente tanto das políticas nacionais voltadas diretamente para a desconcentração produtiva, a partir dos anos 70, como também do ajuste recessivo dos anos 80, que aconteceu posteriormente e atingiu a região paulista com elevada intensidade. A década de 90, com as medidas de corte neoliberal, reestruturação produtiva e abertura comercial, aprofundaria as transformações pelas quais o país e o território paulista passariam. A compreensão desse processo é de extrema relevância, uma vez que a dispersão territorial da indústria paulista para outras regiões brasileiras e para o interior do Estado significou também, no caso do interior paulista, uma mudança do caráter metropolitano de alguns espaços, como nos recorda Lencioni (2017). Interligam-se, assim, as mudanças que afetaram tanto a indústria paulista e a sua espacialidade, decorrentes das profundas transformações e reestruturações econômicas vivenciadas pelos países periféricos latino-americanos, a partir dos anos 1990.

Neste primeiro capítulo, são retomadas, brevemente, as principais mudanças ocorridas no capitalismo após a década de 70, que se aprofundaram principalmente após os anos 80, tanto no centro quanto na periferia do capitalismo, para compreensão de como seus desdobramentos afetaram o processo de desconcentração industrial paulista. Para tanto, retomará as interpretações acerca das transformações no capitalismo, com base, principalmente, na literatura da área de Desenvolvimento Regional e Urbano, em especial as contribuições do professor Wilson Cano (2000, 2007, 2011b, 2012, 2014) e os estudos do CEDE/IE.UNICAMP.

Também revisitaremos as importantes contribuições de Ricardo Carneiro (2002), Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Maria da Conceição Tavares (2002), Paulo Nogueira Batista (1994), entre outros importantes autores latino-americanos, como Emilio Pradilla Cobos (2014) e Carlos de Mattos (2010). Busca-se, ainda, resgatar a discussão em torno da desconcentração industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo, a qual aconteceu em dois sentidos: em direção ao restante do Brasil e em direção ao Interior paulista. Intenta-se compreender o início de um processo de metropolização e sua manifestação no interior do Estado de São Paulo, decorrente da desconcentração industrial, que não se deu de forma homogênea em todo o Estado.

A compreensão dos desdobramentos pertinentes ao processo de desconcentração industrial no sentido ao interior paulista apoiou-se, principalmente, nas interpretações de Cano (2007, 2008, 2011b) relativas a esse processo. Importantes considerações e interpretações a esse respeito foram revisitadas, principalmente, as contribuições de Wilson Cano (1977, 2002, 2008), Carlos Antônio Brandão (2012), Wilson Cano e Leonardo Guimarães Neto (1986), Barjas Negri (1994), Carlos Roberto Azzoni (1985) e Clélio Campolina Diniz (1993), além de outros importantes autores.

1.1 A reestruturação produtiva nos países centrais e seus efeitos na periferia do capitalismo (1970-1980)

A década de 1970 foi marcante para a economia internacional e o sistema monetário internacional, pois representou um momento de inflexão importante na condução da política econômica e financeira internacional. Para compreender seus efeitos, é importante abordar, mesmo que sumariamente, alguns pontos essenciais de mudança nessa década. Para os países da América Latina, especialmente, Cano (2000) considera que o período que se inicia em 1929 e se prolonga até 1979 constitui um período de excepcional grau de soberania nacional no manejo e exercício da política econômica, que se encerra na década seguinte quando os Estados Unidos retomam sua hegemonia internacional e o grau de conformismo e subordinação aumenta por parte dos países latino-americanos.

O período que se segue do pós-guerra até a década de 1970 foi marcado pelo crescimento vigoroso da economia mundial, do comércio internacional, e de uma forte internacionalização bancária, decorrentes da forte expansão dos investimentos das empresas americanas em direção à Europa, movimentos estes baseados no padrão ouro-dólar, vigentes desde Bretton Woods. Segundo Carneiro (2002), a década de 1970 também seria caracterizada, dessa forma, pelo aumento da liquidez internacional, fruto das inversões de investimentos internacionais e do crescimento do sistema financeiro internacional.

De acordo com Belluzzo e Tavares (2002, p. 151), no imediato pós-guerra, a hegemonia americana, pautada nas regras de Bretton Woods, permitiu a reconstrução dos sistemas industriais da Europa e do Japão, assim como a industrialização de muitos países da periferia do mundo capitalista e o desenvolvimento de economias

nacionais autônomas, apoiadas nas políticas de seu respectivo Estado e garantidas por compromissos militares nas alianças da Guerra Fria.

A esse movimento de forte inversão de dólares americanos no mercado europeu e o acirramento da competição comercial internacional, levou os Estados Unidos de uma condição superavitária, desde o pós-guerra, a uma condição de déficit comercial e na conta corrente a partir de 1971. Nesse ano Nixon rompe com a conversibilidade do padrão ouro-dólar e, em 1973, após um período de tentativas de manutenção de uma taxa de câmbio fixo, decretou-se finalmente o fim do sistema de taxa de câmbio fixo e a preparação para um processo de desvalorização do dólar a partir de então, de acordo com Pádua Lima (1985) e Serrano (2002).

Neste sentido, após 1973 o mundo passará por intensa especulação cambial, com a ampliação do euromercado, e sofrerá com os choques do petróleo, culminando em uma explosão inflacionária nos países centrais. Sobre a continuidade desse período, Cano (2007) reflete que a crise da economia internacional iniciada em 1973 tomaria rumos inesperados com a mudança da política fiscal dos EUA a partir de 1979, “notadamente a brutal elevação de sua taxa de juros. Subsequentemente, restaurariam sua hegemonia e instaurariam, com outras atitudes, o maior poder imperial no sistema capitalismo de produção” (p. 18).

Durante a década de 1970 tivemos, resumidamente, um forte movimento de elevação do valor do petróleo, principal fonte energética mundial, e elevação das taxas de juros, que subiram acompanhando o ritmo de aumento do preço do petróleo, embora, em termos reais, as taxas de juros internacionais permanecessem praticamente constante, só crescendo de fato a partir do anúncio da elevação das taxas de juros pelos Estados Unidos, no final de 1979. Será a partir de 1979 que os Estados Unidos retomarão inquestionavelmente sua hegemonia no controle financeiro internacional⁹.

Na perspectiva de Cano (2000), a política de reestruturação norte-americana foi feita à custa do neoliberalismo dos demais países, com importações artificialmente barateadas pela alta do dólar e parte substancial de seus déficits comercial e fiscal por eles financiada:

Todos atingidos, os países desenvolvidos fizeram coro com o ideário norte-americano e inglês do neoliberalismo: a procura de maior

⁹ Sobre a retomada da hegemonia norte-americana, no sentido de retomar o controle financeiro internacional através da chamada diplomacia do dólar forte, ver Tavares (1985).

ocupação para o capital ocioso, por meio da busca da eficiência do mercado e ataque frontal ao Estado nacional regulador e social. A investida consistiu, fundamentalmente, em: i) ruptura dos monopólios públicos; ii) privatização; iii) abertura comercial; iv) desregulamentação dos movimentos do capital internacional; v) flexibilização das relações trabalho/capital; e vi) cortes nos gastos sociais (CANO, 2000).

Para os países subdesenvolvidos e fortemente endividados, como o Brasil, o efeito imediato foi o corte substancial do financiamento externo, além de outros efeitos nocivos, como a alta inflação, a queda do investimento, o baixo crescimento, crise crônica de balanço de pagamentos, corte do crédito interno, elevação acentuada das dívidas públicas externa e interna, além do aprofundamento das crises fiscais e financeiras do estado nacional, prejudicando o gasto e os investimentos públicos (CANO, 2007).

Os eventos que marcaram o fim da década de 1970 e o início da década de 1980 são elementos essenciais para compreender tanto a recessão internacional quanto a crise que será verificada na periferia capitalista, que se convencionou chamar de Crise da Dívida¹⁰. De acordo com Carneiro (2002, p. 115) ocorreu uma deterioração global da situação econômica de tais países, compreendendo uma piora nos termos de troca e um extremo racionamento do financiamento externo, e o Brasil não foi exceção. Nesta etapa da globalização, o autor aponta como a periferia foi excluída, entrando na década de 1980 pela crise da dívida e que consistiu num drástico racionamento do financiamento externo (CARNEIRO, 2002).

Durante a década de 1980, a década perdida, a ação do estado no plano nacional e regional ficou seriamente comprometida devido aos fatores anteriormente apontados por Cano (2007) e Carneiro (2002), o que também debilitou o investimento privado, principalmente o industrial. O núcleo da dinâmica industrial, o parque produtivo de São Paulo, foi fortemente atingido, diminuindo os efeitos impulsionadores de desconcentração industrial.

A crise dos anos 1980 representa uma ruptura no padrão de desenvolvimento do país, da construção de melhores bases estruturais da sua indústria, criando todas

¹⁰ Para Carneiro (2002), a década de 70 marca o esgotamento de um longo ciclo de prosperidade do capitalismo sob a égide da ordem de Bretton Woods. A desagregação da ordem internacional de Bretton Woods, para a periferia do mundo capitalista, trouxe diversos percalços, como “desaceleração do Produto Interno Bruto dos países industrializados e do comércio internacional, perda das relações de troca, diminuição das formas de financiamento de maior estabilidade em benefício de outras mais caras” (p. 55).

as condições para o novo padrão econômico que viria a seguir, no modelo neoliberal, com bases cada vez mais financeiras e rentistas. Apenas na década de 90, atendendo à liberalização financeira, o Brasil voltaria a ser receptor de capitais, acompanhando a tendência de receber predominantemente Investimento Direto Estrangeiro destinado a fusões e aquisições, especialmente na privatização dos serviços de utilidade pública e no setor bancário (BELLUZZO; TAVARES, 2002, p. 159). Desse modo,

o Brasil e outros grandes países latino-americanos, até então submetidos às condições de ajustamento impostas pela crise da dívida externa, foram literalmente capturados pelo processo de globalização financeira da década de 1990. Todos eles executaram seus programas de estabilização de acordo com as normas dos mercados financeiros globalizados, cuja regra básica das estabilizações com abertura financeira é a da criação de uma oferta de ativos atraentes que possam ser encampados pelo movimento geral de concentração e de centralização do capital em escala mundial. (BELLUZZO; TAVARES, 2002, p. 160-161).

Na década de 1990, ocorre nossa abdicação quanto ao manejo e implementação da política econômica, como bem descrito por Cano (2000, 2007) e Batista (1994): o receituário neoliberal implicou na submissão consentida dos países subdesenvolvidos à Nova Ordem, representada pelos preceitos contidos no chamado Consenso de Washington¹¹, assentado para atender a duas ordens de questões: a financeira e a produtiva. A primeira impondo a quebra da soberania nacional de nossos países, para liberar seu movimento internacional na busca incessante da valorização.

A segunda, referente à reestruturação produtiva e comercial feita pelas grandes empresas transnacionais (ETs), em suas bases localizadas nos países desenvolvidos, que também exigiria, na década de 1990, reestruturações semelhantes em suas bases localizadas nos subdesenvolvidos. Destas duas ordens derivaram os objetivos para impor um conjunto de reformas¹² institucionais liberais, que constituem um todo articulado para permitir a funcionalidade do modelo neoliberal, resumidas por Cano

¹¹ Batista (1994) assinala que a denominação informal de "Consenso de Washington" refere-se às conclusões da reunião de novembro de 1989, em que se reuniram na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título "*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região.

¹² Em Cano (2000) encontramos uma descrição mais detalhada desse conjunto de reformas, inclusive seus desdobramentos em alguns países latino-americanos.

(2000, 2007): ampla liberdade para o capital (estrangeiro ou nacional); as reformas dos sistemas financeiros nacionais; a abertura comercial e de serviços; flexibilização das relações trabalho-capital; as reformas previdenciárias e a reforma do estado nacional, para dismantelar suas estruturas.

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível¹³, conforme ganharam maior dimensão, também acarretaram efeitos nefastos devido às grandes repercussões no universo do trabalho, com o retorno mais acentuado do desemprego estrutural e o empobrecimento dos trabalhadores. Esse cenário afetou os países capitalistas centrais, seguramente, mas a periferia do capitalismo mundial, onde o grau de seguridade social não havia se consolidado e avançado como nas economias centrais, a ampliação dos níveis de precarização e desemprego foi mais intensa, pois a flexibilização produtiva implicava também exigências de legislação flexibilizada do trabalho (ALVES, 2003¹⁴; ANTUNES, 2000, 2009, 2011; ANTUNES; ALVES, 2004; ANTUNES; POCHMANN, 2007).

Antunes (2009) e Antunes e Pochmann (2007) consideram que foi nesse contexto que novas e velhas modalidades de trabalho foram redesenhadas, proliferando o trabalho precarizado, o qual é verificado nas variadas modalidades de “flexibilização”¹⁵ e formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam através de empregos formais: “pode-se constatar uma nítida ampliação de modalidades de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados regulamentados para

¹³ Antunes e Pochmann (2007) destacam que a simbiose entre o padrão taylorista e fordista e a vigência do *welfare State* nos países centrais foi dominante até o início dos anos 1970, quando ocorre a crise estrutural do sistema produtivo e novas formas de acumulação capazes de oferecer respostas foram delineadas, “de modo cada vez mais flexível. Daí é que se gestou a chamada empresa flexível” (p. 197, grifo dos autores). A reestruturação produtiva do capital engendrada em escala global teve forte incremento com a vitória do neoliberalismo na Inglaterra e nos Estados Unidos, apresentando um novo desenho político-ideológico como alternativa ao *welfare State*.

¹⁴ Alves (2003) realiza um balanço da “década neoliberal” – a década de 1990 – indicando o aprofundamento da desigualdade social no Brasil, sendo a deterioração dos indicadores de renda do trabalho uma de suas principais características. No decorrer da década de 90, de acordo com o autor, aumentaram os índices de desemprego, em especial nas regiões metropolitanas do país, e cresceu a precarização da força de trabalho, espelhada, por exemplo, na denominada informalização do mercado de trabalho.

¹⁵ Para Antunes (2009), “dentre as distintas formas flexibilização – em verdade precarização – podemos destacar a salarial, de horário, funcional ou organizativa [...] pode ser entendida como ‘liberdade da empresa’ para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa” (p. 50), diante das variadas adversidades que por ventura se apresentem às empresas.

trabalhadores desregulamentados” (ANTUNES, 2009, p. 55), sem vínculo empregatício e registro formalizado.

Sobre a crescente informalização presente nas distintas formas laborais e de terceirização, Antunes e Pochmann (2007) colocam que “esse trabalho é desprovido de regulamentação, com redução (quando não eliminação) de direitos conquistados por meio de duras e longas lutas sociais [...]. Quando o mercado necessita, aumenta-se a produção e eleva-se o número de terceirizados; quando o mercado retrai-se, reduzem-se a produção e os terceirizados” (p. 200). Sem uma proteção adequada, o processo de degradação e a piora das condições e relações de trabalho foram inevitáveis, principalmente na periferia do capitalismo mundial, em que a “destruição dos direitos do trabalho tornou-se uma ação quase que contínua, especialmente nos governos dóceis à globalização neoliberal” (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p. 208).

Para Batista (1994) e Cano (2007), a mensagem neoliberal do Conselho de Washington era transmitida com vigor pelas agências internacionais e do governo norte-americano, sendo considerada pelas elites políticas, empresariais e intelectuais da região como sinônimo de modernidade, compondo parte do discurso e ação dessas elites¹⁶. A disseminação das propostas do Consenso de Washington fomentou a desmoralização do modelo de desenvolvimento que havia se estabelecido na região, inspirado pela Cepal, comprometendo, no caso brasileiro, a liberdade de ação desejada para prosseguir em seu processo de industrialização (BATISTA, 1994).

Cano (2011b, p. 13-14) nota que o novo “modelo” foi complementado, no Brasil, pela nova política de estabilização, implantada entre fins de 1993 e junho de 1994, bem-sucedida, mas que teve como lastro uma elevada valorização da moeda nacional ante o dólar: “à medida que o PIB cresce, aumenta aceleradamente as importações e outros gastos externos, exigindo altos, crescentes e persistentes fluxos de capital estrangeiro, forte aumento das dívidas externa e interna, contaminando as contas públicas, dados os elevados juros”. Nota-se, adicionalmente, a importante entrada de capitais como Investimento Direto Estrangeiro (IDE), mas a maior fração dele destinou-se a comprar empresas públicas e privadas nacionais, as quais passaram a

¹⁶ Tanto o Brasil quanto a América Latina adotaram a postura, por parte de suas classes dirigentes, de que a grave crise econômica que enfrentavam era decorrente apenas de fatores internos, frutos de equivocadas políticas nacionalistas, não contando com as raízes externas, como a alta dos preços do petróleo, a alta das taxas internacionais de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio (BATISTA, 1994).

remeter juros e lucros ao exterior, tornando-se consumidoras líquidas de divisas e o país ampliou sobremodo seus gastos com serviços importados.

Para De Mattos (2010)¹⁷, ganhou impulso uma dinâmica econômica substancialmente diferente daquela que havia prevalecido após a grande crise de 1929. “Com isso, deu-se início a um processo que, pela profundidade e amplitude das transformações que produziu, pode ser considerado como uma *nova fase de modernização capitalista*” (p. 82, grifo do autor). Para explicar os rumos desse novo processo modernizador, o autor analisa dois fenômenos específicos que estruturaram as principais respostas ao esgotamento do modelo de acumulação e crescimento keynesiano-fordista, que prevaleceu principalmente a partir da Grande Depressão, os quais também articularam uma nova dinâmica econômica que rapidamente se espalhou pelo mundo: um que se desenvolveu a nível técnico-científico, com a geração e difusão das tecnologias de informação e comunicação (TIC), e outro a nível do discurso teórico-ideológico, que tendia a promover um esforço sistemático de liberalização econômica, cuja materialização se traduziu na progressiva ausência de fronteiras dos territórios nacionais e na constituição de um espaço supranacional de acumulação. Estas respostas

visavam restabelecer as condições que assegurassem o funcionamento “natural” de uma economia capitalista, o que significava, sobretudo, devolver ao mercado a sua função de mecanismo básico de regulação econômica e ao capital privado seu papel como protagonista efetivo na dinâmica de acumulação e crescimento [...]. Nesse sentido, o novo discurso pressupunha que os arranjos institucionais estabelecidos na fase anterior dificultavam o surgimento e a propagação de uma dinâmica econômica que permitisse o aproveitamento pleno das potencialidades oferecidas pelas inovações trazidas pela revolução técnico-científica informacional em uma economia de mercado e que, portanto, era necessário adotar as medidas que permitissem corrigir esta situação (DE MATTOS, 2010, p. 83, tradução nossa).

Com as fronteiras nacionais fragilizadas, as mudanças possibilitaram a disseminação de uma infinidade de circuitos globalizados, entre os quais se destacam os de carácter financeiro e produtivo e todos os relacionados com o consumo. No âmbito da nova arquitetura produtiva e reconfiguração geográfica global, o núcleo básico do fordismo, a grande empresa verticalmente integrada, agora via-se com

¹⁷ Texto original escrito em língua espanhola. Tradução nossa.

difficuldade para competir no espaço supranacional, principalmente diante de sua perda de competitividade e produtividade (DE MATTOS, 2010).

Neste contexto, muitas empresas optaram por uma estratégia que contemplava a sua gradual desintegração vertical, para a qual recorreram a medidas como terceirização e subcontratação de um número crescente de subprocessos produtivos: “foi assim que a organização em rede permitiu a expansão global de um número crescente de empresas, multiplicando e intensificando um amplo conjunto de fluxos de natureza diversa (capitais, comunicações, informações, mercadorias, pessoas, cultura, etc.)” (DE MATTOS, 2010, p. 85, tradução nossa).

Nas redes globais dispersas pelo mundo, iniciou-se a configuração de uma nova arquitetura financeira e produtiva, e as empresas transnacionais em processo de reestruturação demonstraram uma preferência marcante por dispersar suas filiais ou subsidiárias em um conjunto de cidades estrategicamente localizadas no espaço global de acumulação, que consideravam estar em condições de lhes oferecer a dotação de fatores de que necessitam para concretizar a sua implantação. Estrategicamente, os fluxos buscavam os países que apresentavam, aos olhos dos investidores, as melhores condições para valorização do capital, e após a decisão sobre o destino nacional, os capitais móveis se orientam para as principais áreas urbanas do país escolhido, por entender que é este o local que no âmbito nacional oferece as melhores condições para a sua valorização (DE MATTOS, 2010, p. 86-87).

Para Pradilla-Cobos (2014, p. 44)¹⁸, no padrão neoliberal de acumulação, a privatização inclui muitas áreas públicas urbanas: terrenos e edifícios públicos, praças, parques, reservas naturais, estradas, serviços sociais, áreas de lazer, etc., integrando-os num amplo, profundo e incessante processo de mercantilização de todos os elementos da estrutura urbana, incluindo os não produzidos pelo homem. Essa privatização tem sido mais acelerada, profunda e extensa nos países latino-americanos do que nos capitalistas hegemônicos, especialmente os europeus, devido principalmente à reduzida capacidade defensiva dos trabalhadores e cidadãos latino-americanos diante do apetite privatizador de seus governantes e empresários neoliberais¹⁹.

¹⁸ Texto originalmente escrito em língua espanhola. Tradução nossa.

¹⁹ Pradilla-Cobos (2014) chama a atenção para a presença histórica na América Latina de formas e processos socioterritoriais particulares, ausentes na Europa ou nos Estados Unidos, como “a subsistência de núcleos indígenas no campo e na cidade, as formas de propriedade coletiva de terras

Esses fatos, mostraram, de acordo com o autor, a natureza desigual dos dois processos (latino-americano e países hegemônicos), que também se manifesta entre os países latino-americanos e suas cidades, em intensidade e profundidade, o que exige sua diferenciação e particularização. Ademais, os países latino-americanos, principalmente os de maior peso econômico relativo, também têm sofrido, de forma desigual, os efeitos da desindustrialização precoce. Sobre esse processo, principalmente no que diz respeito aos países latino-americanos, em geral, e ao Brasil, em particular, nos reportaremos às importantes interpretações de Wilson Cano (2012, 2014) e Emilio Pradilla Cobos (2014).

1.1.1 A desindustrialização e seus efeitos no Brasil: algumas notas

De acordo com Pradilla-Cobos (2014, p. 44), os países latino-americanos de maior peso econômico relativo, como Brasil, México e Argentina, sofreram nas últimas décadas o que Pierre Salama (2012) denomina “desindustrialização relativa prematura” devido à baixa produtividade no setor manufatureiro; altas taxas de juros no mercado especulativo e de capital aberto; a valorização de suas moedas em relação às moedas internacionais; e a baixa competitividade de seus preços de produção no bojo do processo neoliberal de abertura comercial internacional. Esse seria o contexto nacional geral em que ocorreu uma desindustrialização das metrópoles latino-americanas, especialmente aquelas cujas economias foram industrializadas durante o período 1940-1980.

Cano (2012, 2014), por sua vez, faz uma distinção entre a desindustrialização no sentido *positivo* ou *normal* e a desindustrialização *precoce* ou *negativa* (grifos do autor), como denominou a UNCTAD (2003)²⁰. O primeiro caso se referiria basicamente aos países desenvolvidos, os quais teriam amadurecido seus processos de industrialização e respectivas urbanizações, com expansão e transformação exigindo uma estrutura diversificada do setor serviços. Consequentemente, a estrutura produtiva e a do emprego movem-se no sentido de “expandir, modernizar e

periurbanas no México (1917 a 1992), a urbanização acelerada entre 1940 e 1980, a autoconstrução massiva de moradias populares difundida na região desde 1940, a formação e a atual presença de um mercado informal de terras urbanas, a chamada informalidade como atividade de trabalho de subsistência diante do enorme desemprego estrutural e pobreza, a presença recorrente de ditaduras militares e regimes excepcionais na região, especialmente na década de 1970 [...]” (p. 39, tradução nossa).

²⁰ UNCTAD. *La acumulación de capital, el desarrollo económico y el cambio estructural*. UNCTAD-ONU, N.Y., 2003. Disponível em: www.unicc/unctad.

diversificar ainda mais os serviços, mais que a agricultura e a indústria de transformação” (CANO, 2014, p. 141), as quais perdem peso na participação do PIB para os serviços. Porém, essa indústria²¹ permanece crescendo e mantém altos seus investimentos, seu desenvolvimento de C&T, a elevação de sua produtividade e de sua competitividade internacional.

No âmbito do processo de globalização, Cano (2014, p. 143) destaca que ocorreu um *deslocamento geográfico da produção* (grifo do autor), no qual o país investidor continua a se apropriar de boa parte do valor agregado da produção agora globalizada, via recebimento de *royalties*, de lucros, e de outros direitos, como uso de marca. Cabem ressalvas à aparente desindustrialização, principalmente pós 1990, no caso dos desenvolvidos, devido às inversões produtivas desses países na Ásia, especialmente na China, “deslocando parte de sua capacidade produtiva para essa região e, portanto, criando assim uma industrialização que tem um sentido muito mais espacial do que efetivo” (CANO, 2014, p. 145).

Já o segundo caso, a desindustrialização *precoce* ou *negativa*, ocorre nos países subdesenvolvidos, cujas indústrias crescem a taxas reduzidas. Quando o crescimento ocorre, diminuem as participações na produção mundial e a taxa de investimento, “sofrendo estagnação ou queda de produtividade, perda de competitividade externa e interna e flagrante queda na participação de exportações de manufaturados” (CANO, 2014, p. 150)²². Como mencionado no tópico anterior, a expansão industrial latino-americana durante a década de 1970 aconteceu mediante forte financiamento externo, a taxas flexíveis, e posteriormente esse crescimento e investimento industrial sofreu duro golpe com a restrição creditícia e elevação da taxa de juros real dos EUA a partir de 1979 (CANO, 2014).

A trajetória de industrialização seria, assim, negativamente impactada pela “década perdida” de 1980 e pelas reformas neoliberais entre 1980 e a década de 1990,

²¹ Cano (2014, p. 139) esclarece que o setor indústria é uma agregação de quatro segmentos: a mineração; a construção civil; o produtor de serviços de utilidade pública (gás, energia, água); e a *indústria de transformação ou manufatureira* (grifo nosso). Este último envolve maior complexidade tecnológica e é o principal vetor das políticas de desenvolvimento, especialmente das industriais e de comércio exterior. No entanto, o segmento de transformação é o mais suscetível na concorrência internacional, fazendo sentido utilizar apenas esse segmento na discussão a respeito de desindustrialização.

²² Para uma comparação de dados de países desenvolvidos, subdesenvolvidos e da China a respeito de taxas de crescimento do valor adicionado total (VA) e da indústria de transformação (VAT), exportação de manufaturados e estrutura das exportações de manufaturados, ver Cano (2014), páginas 143 a 150.

distanciando os países subdesenvolvidos, principalmente os latino-americanos, dos desenvolvidos em termos de produtividade e competitividade internacional, já que estes realizavam suas “reestruturações produtivas, articulavam seus ‘negócios com a China’ e consolidavam a implantação da revolução tecnológica dos anos 1980” (CANO, 2014, p. 151).

No caso do Brasil, os principais fatos que estão causando a desindustrialização precoce e nociva, de acordo com Cano (2012, 2014), são: a trilogia juros, câmbio e desregulamentação instaurada a partir do Plano Real resultou em crescente perda da competitividade da indústria nacional perante outros países. De forma complementar ao efeito nocivo do câmbio valorizado, a abertura comercial com a queda das tarifas e outros mecanismos protecionistas da indústria nacional reduziu o grau de proteção perante a concorrência internacional. O autor também aponta o investimento direto estrangeiro (IDE), cujo fluxo passou a priorizar os serviços e as atividades financeiras em detrimento da indústria de transformação, e o próprio investimento interno, priorizando a alocação nos serviços, especialmente no setor financeiro, construção, negócios imobiliários, agropecuária e mineração. Os nocivos efeitos internos foram:

perda de competitividade das exportações industriais brasileiras (produtos manufaturados) e, ainda, deslocamento de parte delas, pelo produto da China, em tradicionais mercados como o dos EUA; elevado aumento de importações desses produtos, tanto de bens finais de consumo ou de capital como, inclusive, de insumos industriais de toda ordem, especialmente os químicos e eletrônicos, afetando muitas cadeias produtivas da indústria brasileira de forma nociva; os dois efeitos anteriores afetaram profundamente os investimentos produtivos do setor, tornando-os de caráter mais específico, oportunistas e atomizados (CANO, 2014, p. 158).

Cano (2012, 2014) ainda traz dados macroeconômicos para ilustrar a profundidade do problema, mostrando, entre os componentes da demanda efetiva, como a taxa média de crescimento do investimento, deprimida desde 1980, voltou a cair após 2012, longe do nível alcançado nos anos 1970, da ordem de 25% do PIB. Ou ainda, na comparação das taxas de crescimento setoriais da economia brasileira, a indústria de transformação apresentou os piores resultados. Por fim, entre outros importantes dados levantados pelo autor²³, a estrutura produtiva da indústria de

²³ Cano (2014, p. 160-170) acrescenta outros dados para reforçar a crítica acerca da debilidade da indústria de transformação, versando sobre os seguintes temas: relação VTI (valor de transformação industrial) / VBP (valor da produção industrial); estrutura produtiva da indústria de transformação; problemas com a nova inserção comercial externa; negócios do Brasil com a China; reprimarização de

transformação, segundo o critério de uso dos bens, mostra a tendência regressiva dos bens de consumo durável e, de forma mais transparente²⁴, a regressão industrial dos bens de capital após a década de 1980, com retorno do predomínio de não duráveis e de setores exportadores de semi-industrializados.

Ainda, a estrutura da pauta exportadora, até 2013, mostra redução do peso das exportações de manufaturados, de pouco mais de 60% em 2000 para cerca de 38% entre 2011-2013, ao passo que a exportação de bens básicos, que era de 23,4% em 2000, aumentou para cerca de 48% em 2013. Logo, através da discussão e dos dados apresentados, notamos como a inserção internacional brusca prejudicou a competitividade da indústria brasileira, uma vez que a abertura comercial permitiu a importação desenfreada, principalmente de bens de consumo duráveis, por motivos já apresentados em parágrafos anteriores. O aumento das importações e a própria exposição da indústria brasileira à competição internacional debilitou elos de diversas cadeias produtivas, “eliminando empresas e linhas produtivas de várias empresas. Ao mesmo tempo, é altamente inibitório do investimento normal e daquele típico inovador ou mesmo o que complementa cadeias produtivas” (CANO, 2014, p. 167).

1.1.2 Da concentração produtiva regional à desconcentração industrial paulista

A discussão a respeito da extensão dos processos mais gerais supracitados no que diz respeito à desconcentração produtiva regional necessita, primeiramente, retomar o fenômeno da concentração econômica regional, que se acentua desde o início do século XX até a década de 1960, como nos recorda Cano (2008, 2011b). Portanto, faremos alguns breves apontamentos sobre o processo de concentração produtiva regional no Brasil, para posteriormente iniciarmos a discussão em torno da desconcentração industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo, a qual aconteceu em dois sentidos: em direção ao restante do Brasil e em direção ao Interior paulista.

nossa pauta exportadora; estrutura da pauta importadora; e política macroeconômica e o balanço de pagamentos.

²⁴ De acordo com Cano (2014, p. 161-162, grifo do autor), a metodologia empregada classifica os setores da indústria de transformação em *predominantemente produtores de*: i) bens de consumo não duráveis; ii) bens intermediários; e iii) bens de consumo durável e de capital. No entanto, Cano (2014) faz um exercício com outras fontes de dados e retira, do setor iii, os itens que se destinam mais ao consumo do que ao investimento produtivo, para estimar os bens de capital.

Nesse momento, buscaremos compreender como os desdobramentos resultantes do contexto anteriormente discutido afetaram o processo de desconcentração industrial paulista. Para tanto, retomaremos, principalmente, as interpretações de Wilson Cano sobre desconcentração, as quais são clássicas: a desconcentração do período 1970-1980 é referida como *virtuosa*, ao passo que a desconcentração do período 1980-1989 é referida em sua obra como *espúria*, ou meramente estatística (CANO, 2008). Intenta-se compreender o início de um processo de metropolização do interior de São Paulo, decorrente da desconcentração industrial, que não se deu de forma homogênea em todo o Estado.

A produção industrial brasileira concentrou-se no Sudeste, mais exatamente na região da Grande São Paulo. O predomínio de São Paulo foi acentuado, com sua participação na produção nacional da indústria de transformação aumentando ininterruptamente até 1970, quando atinge 58,2%. Entre os fatos nacionais importantes que impactaram a política econômica do período, sobressaem-se a notável expansão do Estado, do sistema nacional de planejamento e da montagem de instituições e instrumentos orientadores da política de desenvolvimento regional, assim como o papel exercido pelo investimento público, o qual era indispensável aos esforços mais gerais de desenvolvimento nacional e regional. O período entre 1960 e 1970 também presenciou notável expansão e diversificação da agropecuária e da agroindústria e da própria expansão industrial em setores mais complexos, como insumos básicos e bens de capital, além da acentuada expansão da infraestrutura de transporte, telecomunicação e energia (CANO, 2002, p. 279).

Como já extensamente discutido na literatura, a concentração em São Paulo beneficiou-se do complexo capitalista cafeeiro²⁵: a atividade produtora do café; a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas dentro e fora da propriedade cafeeira; a atividade industrial, produção de equipamentos, sacarias de juta, têxtil; a implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário paulista; a atividade de exportação e importação; o desenvolvimento de infraestruturas de portos, armazéns, transporte urbano e comunicações; a atividade do Estado federal e estadual, com

²⁵ Como Negri e Pacheco (1994, p.64) assinalam, “a formação da Grande São Paulo é um resultado da indústria, ainda que as origens da produção fabril liguem-se ao passado cafeeiro. Num sentido estrito, a indústria não determinou apenas o ritmo de crescimento da cidade, mas muitas vezes prescreveu a própria geografia de seu crescimento urbano”. Apenas recentemente o terciário substituiu esse papel do perfil metropolitano paulista, argumentam os autores.

gastos públicos; o movimento migratório; os saldos da balança comercial com o exterior e com o restante do país, entre outros fatores (CANO, 1977).

No momento de extrema polarização da indústria de transformação nacional, inicia-se um processo mais decisivo de desconcentração produtiva, de um lado devido aos efeitos positivos das políticas regionais anteriores na atração de inversões privadas, e por outro lado em razão da ação do Estado no sentido de desconcentrar energia, transportes, telecomunicações agricultura e agroindústria, além de indústrias básicas. O fenômeno da desconcentração aconteceu não apenas no sentido de São Paulo para o restante do país, já que a indústria do interior paulista também aumentou sua participação nacional, de 14,7% para 22,5%, denotando determinantes de localização de atividades econômicas diversos que os emanados apenas por decisão estatal (CANO, 2002, p. 279-80).

A instalação da indústria pesada no país, principalmente no período de forte avanço da industrialização a partir de 1956 a 1962, amplia ainda mais os efeitos de estímulo sobre a estrutura produtiva periférica. Surgiria ainda outro tipo de efeito: os de *bloqueio*²⁶, uma vez que instalada em São Paulo o segmento industrial que viesse a operar com escala para atender ao mercado nacional, impediria a possibilidade de outro empreendimento semelhante ser instalado também na periferia (CANO; GUIMARÃES NETO, 1986, grifo no original). O Plano de Metas foi decisivo no processo de concentração industrial²⁷, porém, é nesse momento que se delineou uma nova política regional, baseada em incentivos aos investimentos para o Nordeste (COUTINHO, 2003).

A acentuada participação de São Paulo na produção nacional da Indústria de Transformação até 1970 estabelece uma dinâmica que ao mesmo tempo formou e integrou o mercado nacional, reforçando os elos regionais do processo nacional de

²⁶ De acordo com Cano (2007, p. 300, grifos no original), o processo de integração do mercado nacional gerou três efeitos diferentes: os de *estímulo*, que se manifestam pela ampliação do grau de complementariedade inter-regional; os de *bloqueio*, pois a periferia não poderia repetir o processo histórico do desenvolvimento de São Paulo; e os de *destruição*, que se manifestam pela concorrência que empreendimentos mais eficientes implantados pelo capital do polo estabelecem aos similares periféricos, os quais operariam com técnica mais obsoleta ou com desvantagem concorrencial.

²⁷ Ao final dos anos cinquenta, mais de 40% de toda a produção industrial brasileira e quase 3/4 da produção de bens de capital estava concentrada na Grande São Paulo, a qual concentra os investimentos industriais durante o período do Plano de Metas em setores como material de transporte, mecânica, material elétrico e comunicações, “assegurando a primazia produtiva da metrópole paulista nos mercados nacionais” e resguardando a importância da produção fabril no significado da “industrialização pesada” para a constituição da metrópole (NEGRI; PACHECO, 1994, p. 64).

desenvolvimento. Ou seja, embora tenha acontecido de forma concentrada, nossa industrialização, que atingira seu apogeu entre 1967 e 1974, modificou as estruturas produtivas e mercantis da periferia nacional²⁸, desencadeando importantes efeitos de complementariedade entre ela e São Paulo (CANO, 2008; BRANDÃO, 2012).

A primeira fase da industrialização pesada, entre 1956 e 1970, representou, sobretudo para São Paulo, um momento de consolidação das bases materiais de uma sociedade urbana e industrial. Transformações no setor agropecuário e no terciário eram respostas às modificações sentidas na estrutura e propagadas pelo espaço do interior do Estado de São Paulo, o qual passou a ter uma extensa rede ferroviária e uma completa rede rodoviária ligando suas Regiões Administrativas aos Estados vizinhos e à Capital. Associadas, juntamente, à agricultura de dimensão nacional e ao acelerado progresso de urbanização no período 1959/1970, as bases para a consolidação de uma indústria interiorizada estavam, dessa forma, estabelecidas, constituindo uma indústria que, em 1970, respondia por quase 30% do valor da produção industrial de São Paulo e por 16% do nacional (NEGRI, 1994, p. 117).

Às vésperas da implementação do II Plano Nacional do Desenvolvimento, o interior paulista apresentava condições específicas em termos de infraestrutura e dinâmica econômica, sinalizadoras de características históricas do desenvolvimento de seu espaço econômico (OTERO, 2012).

1.1.3 A interiorização do desenvolvimento econômico em São Paulo

Quando, em 1970, a indústria paulista atinge 58,2% da indústria nacional, tanto o governo federal quanto o governo do Estado de São Paulo implementam ações visando lograr uma desconcentração industrial. Caiado (1995), Cano (2008) e Diniz (1993) elencam algumas razões que explicam esse movimento no território paulista: políticas estaduais de interiorização, com elevados investimentos em infraestrutura; restrições ambientais, surgimento de “deseconomias de aglomeração”²⁹ e

²⁸ Em sua obra, Cano (2007, p. 11) se refere a São Paulo por diversas expressões, como “SP”, “região paulista” e “centro dominante” e, para não se tornar repetitivo, também adota em muitas passagens a expressão “polo”, em razão de São Paulo ser efetivamente o centro dinâmico da economia nacional, como justifica o autor. O conjunto das restantes unidades federadas é determinado em sua obra como “Brasil, exclusive SP”, “periferia nacional”, ou “restante do Brasil”.

²⁹ Segundo Diniz (1993, p. 39-40), as deseconomias de aglomeração, em contraste às economias de aglomeração, relacionam-se aos custos locais e sociais que se agravariam nas grandes metrópoles a partir de um certo momento, como preços dos terrenos e aluguéis, congestionamentos, aumento dos salários, enchentes e alagamentos, violência urbana, entre outros.

fortalecimento de atividades sindicais na Região Metropolitana de São Paulo, dificultando novos investimentos na metrópole; articulação da moderna agricultura com o setor industrial, gerando complexos industriais; incentivos fiscais; existência de uma estruturada rede de cidades; investimentos diretos industriais realizados pelo governo federal em alguns municípios paulistas, irradiando para diversos ramos industriais, entre outras razões.

De acordo com Cano (2011b), o padrão vigente após 1980, com a “Década Perdida” e as políticas neoliberais, causaram profundas alterações sobre as determinações mais gerais que agem sobre os processos de desenvolvimento regional e de urbanização brasileiros. A discussão a respeito da extensão desses processos no que diz respeito à desconcentração produtiva regional necessita, primeiramente, retomar o fenômeno da concentração econômica regional, que se acentua desde o início do século XX até a década de 1960, como discutido e revisado no tópico anterior.

Cano (2008) destaca, contudo, que esse processo de concentração reforçou reivindicações antigas por maior equidade regional e federativa, das quais resultariam a implantação de políticas de desenvolvimento regional, por meio da criação de instituições públicas específicas para esse fim a partir de década de 1960. Como já discutido no tópico anterior, o Plano de Metas concentrou grande parte dos investimentos em São Paulo, e a grande seca nordestina de 1958 também contribuiu para a tomada de consciência em relação à questão regional e aos graves desequilíbrios regionais da economia brasileira, os quais se tornariam tema de destaque e objeto de uma política econômica específica (CANO, 2007, p. 297).

Desse modo, a desconcentração sofrida por São Paulo se processou em dois sentidos regionais: no sentido “estado de São Paulo ao restante do Brasil” e no sentido “Região Metropolitana de São Paulo ao Interior Paulista”, impulsionada, como lembrado por Cano (2008), pela grande modernização e expansão do agro paulista e também por várias ações de políticas públicas estaduais e federais que ampliaram sobretudo a infraestrutura interiorana, não apenas em transporte, energia e comunicações, mas sobretudo em educação superior e Ciência e Tecnologia (C&T), que possibilitaram a desconcentração de grandes investimentos em setores produtivos de tecnologia mais avançada.

Por ora, retomaremos os efeitos da década perdida e das políticas neoliberais sobre a desconcentração produtiva regional. Cano (2008) considera a hipótese de que ocorreu uma inflexão no processo de desconcentração econômica, devido ao crescimento econômico de São Paulo que foi seriamente afetado nesse período. Isto é, durante a crise da década de 1980, a desconcentração teria se elevado muito mais devido às quedas de setores produtivos paulistas, ao invés de participações maiores registradas pela produção periférica, sendo, desse modo, um efeito mais “estatístico”. Os efeitos das políticas neoliberais, a partir de 1990, seriam sentidos também com maior intensidade pela indústria paulista devido a sua maior complexidade, estando mais exposta, em comparação ao restante do país, à “enxurrada” de importações, à valorização cambial e à quebra de cadeias produtivas.

Discutindo especificamente o sentido da desconcentração interna a São Paulo, ou seja, o vetor da Região Metropolitana de São Paulo ao Interior Paulista, no período da desconcentração virtuosa, de 1970 a 1980, o Interior paulista aumentava sua participação na indústria de transformação de 14,7% para 19,8%, ao passo que a Região Metropolitana de São Paulo diminuía de 43,5% para 33,6%, entre 1970 e 1980. As principais razões desse fato são enumeradas por Cano (2008), como, por exemplo, as políticas de descentralização dos governos de São Paulo e do federal, embasadas por importante conjunto de obras de infraestrutura (principalmente rodoviárias) e de pesquisas (como a Unicamp, CPqD e CTI) e complementadas por sistema de informações regionalizadas. Adicionalmente:

políticas de atração municipal, instauradas por muitos municípios do Interior, com subsídios fiscais, dotação de infra-estrutura local, distritos industriais etc.; os *custos (efetivos e imputáveis)* da concentração na RMSP, que se traduziam em aumento de custos de aglomeração, tempo de deslocamento espacial, combate à poluição industrial, aumento da insegurança pessoal e o surgimento de um novo sindicalismo moderno e organizado no ABCD. Acrescente-se a necessidade de expansão e reestruturação de grandes empresas, que optaram por instalar novas plantas adicionais, na maioria dos casos, no Interior; os *investimentos federais* implantados no Interior, que nesse período desempenharam papel crucial: a refinaria da Petrobras em Paulínia, os grandes Centros de Pesquisa (Telecomunicações, Informática e Agrícola, entre outros), que geraram grandes efeitos multiplicadores locais, atraindo a instalação de empresas e a formação de novas; as *políticas de incentivo às exportações e o Pró-Álcool*, que encontraram, na mais avançada agricultura do país, fértil espaço para modernização, diversificação produtiva e crescimento agroindustrial (CANO, 2008, p. 74, grifos do autor).

Todavia, nesse mesmo período, enquanto perdia participação industrial, a consolidação de São Paulo como metrópole nacional se fortalecia, pela alteração em sua estrutura de serviços, e também vivencia transformações de modernidade, com a implantação em sua região metropolitana da maior parte da nova indústria de equipamentos, produtos e componentes para microeletrônica, informática, automação e telecomunicações, representando uma nova concentração no seio do processo de desconcentração³⁰. Durante a “década perdida”, 1980-1989, novamente, apesar da perda de participação e a debilidade gradativa fiscal e financeira do governo federal sendo transmitida aos governos estaduais, restringindo a geração de economias externas na periferia nacional, foi em São Paulo que se localizaram os principais investimentos nos novos segmentos de microeletrônica.

Nesse período, a participação da Região Metropolitana de São Paulo caiu de 33,6% em 1980 para 28,8% em 1989, ao passo que o Interior paulista teria subido sua participação na indústria de transformação para 21,4%. Como principais razões, estavam a continuidade e amadurecimento das políticas de descentralização dos governos de São Paulo e dos investimentos federais em São Paulo, a maior agressividade das políticas de atração municipal em vários municípios do Interior e a continuidade das políticas de incentivo às exportações e o Pró-Álcool, estimulando a transformação do agro e da agroindústria paulista (CANO, 2008).

Assim como no período da desconcentração virtuosa, a metrópole avançou em sua diversificação terciária³¹, com novas modificações em sua estrutura produtiva de serviços decorrentes de novos setores mais complexos, e concentrados especificamente na Região Metropolitana de São Paulo e na região de Campinas. É nesse momento também que São Paulo inicia sua consolidação como “capital financeira” do país, atendendo ao rentismo do sistema financeiro, das empresas e das

³⁰ Negri e Pacheco (1994, p. 65) ressaltam que foi a partir dos anos 70 que a Grande São Paulo ganhou a feição de “metrópole internacional”, transformando-se em uma metrópole nacional por excelência: embora perdesse posição relativa na produção industrial do país, a passagem dos anos 70 para a crise dos anos 80 acentuou sua produção de serviços, a qual “sofisticou-se e diversificou-se, criando e passando a ser sede de serviços ultra-especializados bem como reestruturando toda uma gama dos chamados ‘serviços pessoais’”.

³¹ De acordo com Negri e Pacheco (1994, p. 65): “a economia da metrópole não mais reflete apenas sua base industrial imediata. Ao contrário, recebe inclusive o estímulo do crescimento da periferia e do interior do Estado de São Paulo”. A crise da década de oitenta, ao mesmo tempo que promoveu a estagnação do produto industrial da Grande São Paulo, também acelerou e concentrou em seu território parte significativa das transformações mais dinâmicas do terciário. Desse modo, a Grande São Paulo detém a centralização do comando do grande capital privado no Brasil e sedia a maioria dos mais importantes complexos industriais, comerciais e financeiros.

famílias de altas rendas, concentrando esse setor particularmente na cidade de São Paulo (CANO, 2008, p. 118-120).

Convém recordar as contribuições de Azzoni (1985) e Diniz (1993) sobre a questão da reversão da polarização. Para Azzoni (1985), o espraiamento da produção industrial pós 1970 a partir da área metropolitana de São Paulo seria um processo, na verdade, de “desconcentração concentrada”, e não uma verdadeira despolarização, pois a expansão geográfica da área mais industrializada teria acontecido em seu entorno imediato, em um raio de aproximadamente 150 km do centro da Grande São Paulo. Uma metrópole nacional com altos custos, segundo o autor, não seria suficiente para uma desconcentração industrial para áreas com distâncias superiores à sua área vizinha.

De acordo com Azzoni (1985), não teriam se formado áreas de crescimento industrial autônomas em relação ao poder de atração do centro principal, o qual, pelo contrário, se fortaleceu, pois o espraiamento da produção para sua área periférica possibilita custos locacionais menores. A área em seu entorno guardaria forte dependência em relação a sua dinâmica, conformando, com a metrópole, um conjunto regional abarcado também pela localização industrial, ao mesmo tempo em que essa área ofereceria a possibilidade de separação das atividades produtivas das atividades de comando empresarial, devido aos custos locacionais maiores da área central.

Diniz (1993), todavia, amplia a discussão acerca do espraiamento da indústria paulista e da base territorial alcançada, e que permite conciliar a ideia de reversão da polarização da Região Metropolitana de São Paulo com a ideia de uma aglomeração num grande polígono³², que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre, incluindo o próprio Estado de São Paulo. De acordo com este autor, o efeito combinado das diferentes mudanças tende a confinar o crescimento econômico nacional no polígono Belo Horizonte – Uberlândia - Londrina/Maringá - Porto Alegre – Florianópolis - São José dos Campos - Belo Horizonte. O “polígono” beneficiado pelo processo de desconcentração apresentaria cidades com relativa base industrial, renda, infraestrutura, mercado consumidor e concentração de atividades de pesquisa e

³² O desenvolvimento poligonal seria resultado de um conjunto de forças, como as deseconomias de aglomeração do centro principal frente às economias de aglomeração estabelecidas em outros centros urbanos e o papel do Estado através de políticas regionais e incentivos, além de mudanças na própria estrutura produtiva, permitindo separar atividades de comando e gerenciais das atividades de produção (DINIZ, 1993).

serviços, ou seja, uma região ampliada apresentando possibilidade de localização industrial e capacidade de atrair indústrias e os investimentos industriais.

Regiões como o Nordeste, objeto de políticas regionais, não teriam demonstrado capacidade de sustentar um crescimento diferenciado que se traduzia em alteração macroespacial significativa, a despeito do crescimento industrial do Estado da Bahia. Para Diniz (1993), o resultado estaria longe de ser uma verdadeira desconcentração, uma vez que os novos centros estão no próprio Estado de São Paulo ou relativamente perto dele, não implicando em uma sustentada desconcentração para a Nação como um todo:

o efeito combinado de mudanças nas economias de aglomeração, crescente integração do mercado nacional, relativa disponibilidade de recursos naturais, conflitantes esforços entre os níveis federal e estadual para o desenvolvimento regional, desigualdade regional do gasto em pesquisa, mercado de trabalho profissional e renda tendem a confinar o crescimento econômico nacional na região que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre [...] que inclui o próprio Estado de São Paulo (DINIZ, 1993, p. 57).

Não seria, na visão do autor, um verdadeiro caso de desconcentração, como almejado por aqueles que desejavam um desenvolvimento regional mais equilibrado. A desconcentração macroespacial desenvolvida desde o final da década de 1960 foi incentivada pela busca de recursos naturais, forte intervenção estatal em termos do investimento feito e constituição de infraestrutura e incentivos. No entanto, o processo teria sido bloqueado pelas dificuldades de criar polos de acumulação autossustentáveis e independentes do centro dominante. Além do mais, as transformações tecnológicas e estruturais reconcentrariam as atividades modernas na área mais desenvolvida do País (DINIZ, 1993, p. 57-58).

Já durante o período neoliberal, 1990-2005, a participação nacional da Região Metropolitana de São Paulo teria caído para 16,9% em 2004, ao mesmo tempo em que o Interior paulista teria subido sua participação nacional para 26,2%, explicada pela continuidade da expansão e modernização de seu parque agroindustrial, a retomada dos preços do petróleo, a continuidade da desconcentração espacial da indústria automobilística, instalando novas plantas, e a expansão de setores mais complexos, como de informática e de microeletrônica, primordialmente na região de Campinas (CANO, 2008, p. 191).

1.2 O processo industrialização-metropolização: do auge à crise

A experiência de metropolização está historicamente associada aos processos de industrialização e urbanização, e, por isso, tais processos merecerão destaque neste tópico. Em maior ou menor grau, “suas características básicas são a grande concentração populacional, a multifuncionalidade e a presença de relações econômicas diferenciadas nos âmbitos nacional e internacional” (DAVANZO et al., 2011, p. 97). Porém, mudanças na organização funcional, física e espacial das metrópoles são observadas desde as últimas décadas do século XX, fomentadas pela acumulação de capital a nível global e pelas inovações tecnológicas e nas relações de trabalho, expressando transformações nas condições de produção e consumo.

Neste tópico, realiza-se uma discussão mais centrada nas conexões entre o processo de urbanização e metropolização no século XX e as características que esses processos assumem pós 1990, de forma a compreender a emergência do processo de metropolização no Brasil e as heterogeneidades inerentes a esse processo, particulares à formação histórica de nosso sistema de cidades e às especificidades do capitalismo periférico. Nesse momento, a discussão centrou-se principalmente a partir das contribuições teóricas de Milton Santos (1967), Paul Singer (1977), Fany Davidovich e Olga Buarque Fredrich (1995), Francisco de Oliveira (1982, 2003), Wilson Cano (2011a), Benicio Schmidt (1983) e Sandra Lencioni (2017).

1.2.1 *Antecedentes da relação industrialização-metropolização*

Milton Santos (1967, p. 81-84) destaca que a organização urbana do Brasil, até 1930, era uma herança direta da colonização. Durante quatro séculos, as cidades que se formaram, tanto no litoral quanto no interior, resultaram, na maioria das vezes, da instalação dos serviços do governo e também do sucesso da realização econômica, principalmente agricultura e exploração mineira, sendo assim, o quadro urbano foi uma finalidade de dois fatores principais: a localização do poder político-administrativo e a centralização dos agentes e das atividades econômicas. Os maiores êxitos econômicos relacionavam-se com a demanda do exterior e a vida urbana praticamente não existia fora das zonas litorâneas e sub-litorâneas. Diante desse quadro, era difícil falar em uma metrópole nacional. Essa configuração urbana não se modifica antes dos anos 1940 com o começo de uma integração nacional, quando se estabelece uma rede brasileira de cidades, com uma hierarquia nacional.

De acordo com Singer (1977), uma das características essenciais da economia colonial é sua desarticulação, uma vez que aparece segmentada em diversas regiões economicamente autônomas entre si³³, cada uma vinculada à economia da metrópole (ou dos países industrializados), sem a existência de relações comerciais significativas entre elas: “cada segmento local liga-se ao mercado metropolitano diretamente, mediante a venda de produtos ‘coloniais’ ou indiretamente, mediante o fornecimento de produtos de subsistência a um segmento ligado àquele mercado”. Cada região teria como polo, geralmente, um núcleo urbano, desempenhando funções comerciais, administrativas, religiosas, entre outras, em relação ao todo (p. 8).

Singer (1977), ao analisar o processo de desenvolvimento econômico sob o prisma da evolução urbana³⁴, retoma, primeiramente, o metabolismo econômico entre campo e cidade, no qual se entende que as funções urbanas implicam o consumo de uma parte dos bens criados nestes setores pelos homens do campo, os quais se desfazem de uma parte do seu excedente de produção para alimentar a população da cidade ou servir como matéria-prima para a indústria. Ou seja, pressupõe-se o exame de uma área mais ampla onde acontece a divisão de trabalho entre agricultura e os setores produtivos localizados na cidade. Na Economia Colonial, existiria apenas uma especialização do trabalho material³⁵ voltada ao mercado externo, e esse baixo nível da divisão do trabalho seria a causa da pobreza das cidades coloniais:

³³ Seria o caso, por exemplo, da Amazônia exportando borracha, o Nordeste exportando açúcar e o Centro-Sul (São Paulo, Rio e Minas) exportando o café. “O Nordeste açucareiro tinha como Setor de Subsistência as áreas mais interiorizadas (Agreste e Sertão), além de poder contar, em parte, com a pecuária do Vale do São Francisco. A área cafeeira do Centro-Sul [...] tinha como Setor de Subsistência certas áreas de Minas (Zonas Sul, Triângulo) e, sobretudo, as áreas de colonização europeia do Sul do Brasil e as zonas de criação dos campos de Lages e das planícies sul-riograndenses” (SINGER, 1977, p. 362).

³⁴ Singer (1977) adota a análise estrutural para caracterizar a Economia Colonial, com origem na base teórica mais geral encontrada em Karl Marx, e também retomando as influências das análises de Rosa Luxemburgo, Keynes e as concepções “dualistas” sobre os problemas do desenvolvimento econômico. Para Singer (1977, p. 13-15), a Economia Colonial se compõe de dois setores básicos: um setor de Mercado Externo, especializado, e um Setor de Subsistência, com baixo grau de divisão de trabalho. Um terceiro setor, de Mercado Interno, existe diante da impossibilidade de importar certos serviços e bens do exterior, os quais seriam produzidos mercantilmente na própria Economia Colonial. A Economia Industrial, por sua vez, seria composta de apenas um Setor de Mercado, produzindo fundamentalmente para o mercado interno e exportando uma parcela pequena de sua produção. O processo de desenvolvimento consistiria no crescimento autônomo do Setor de Mercado Interno da Economia Colonial até o ponto em que ele tenha absorvido o conjunto das atividades produtivas do país. A ruptura estrutural acontece, inicialmente, com esse setor estabelecendo uma competição com a indústria fornecedora de produtos importados, que ele passa a substituir, até se transformar no setor condutor de toda a economia.

³⁵ Como Singer (1977, p. 10) coloca, na sociedade colonial a divisão do trabalho praticamente não ultrapassa a separação entre trabalho físico e espiritual, que é o primeiro estágio da divisão do trabalho propriamente dita. A produção especializada voltada ao mercado externo seria a única instância na

Não havia uma autêntica divisão de trabalho entre campo e cidade. Esta nada produzia, a não ser a comercialização dos produtos do campo. É preciso compreender, no entanto, que a impossibilidade de uma autêntica divisão do trabalho entre campo e cidade derivava, fundamentalmente, do fato de que a cidade era o posto avançado da indústria estrangeira no país. A superioridade econômica desta esmagava qualquer veleidade de se estabelecer uma indústria urbana. O extremo desenvolvimento da função comercial, ligada ao mercado mundial, sufocava as possibilidades de desenvolvimento da função industrial da cidade (SINGER, 1977, p. 361).

Dessa forma, a Economia Colonial é incapaz de desenvolver um grau mais elevado de divisão de trabalho *dentro* da economia nacional, pois está mais profundamente inserida numa divisão de trabalho *internacional* (SINGER, 1977, p. 361, grifos do autor). Com o desenvolvimento³⁶, aconteceria uma substituição da divisão de trabalho “internacional” pela divisão de trabalho “intranacional”, processo que, quando não planejado, transformaria um dos núcleos urbanos em “polo industrial” de todo país. O núcleo urbano privilegiado estabeleceria com as demais regiões uma divisão de trabalho do tipo “campo-cidade”, passando o restante do país a ser mercado para os produtos de sua indústria:

A integração da economia nacional não se dá de um modo homogêneo, em todo o país, não se especializando cada região de acordo com suas potencialidades produtivas; pelo contrário, geralmente uma única área se torna o palco da industrialização em sua fase superior, drenando das demais recursos e mão-de-obra. Um dos efeitos do desenvolvimento não-planificado é precisamente este: *concentrar espacialmente a indústria e especializar a agricultura* (SINGER, 1977, p. 8, grifo nosso).

A criação de desequilíbrios regionais seria decorrente dos mesmos motivos que levam à concentração do capital: a acumulação de capital se faz pela reinversão de uma parte do excedente. “Quanto maior o excedente, tanto maior a reinversão e mais intensa a acumulação [...]. Quando a técnica de produção tende a levar a economia a *rendimentos crescentes*, como acontece geralmente com a indústria e a agricultura modernas [...], então as diferenças no ritmo de acumulação de capital provocam diferenças no produto (“out put”) cada vez *maiores*” (SINGER, 1977, p. 8-9, grifos do

sociedade colonial em que a divisão do trabalho físico se tornara significativa. Na sociedade industrial, a divisão do trabalho é potencializada, já que, conforme se avança a técnica e se aperfeiçoam os elementos materiais da produção, é exigida a contribuição de numerosos trabalhos especializados.

³⁶ Para Singer (1977, p. 11), o desenvolvimento econômico é um processo histórico de mudança global da sociedade, “cuja dimensão propriamente econômica consiste numa completa transformação da estrutura de produção preexistente”. Analisá-lo como processo de transformação estrutural seria a única maneira de captar seu sentido global.

autor). No caso da economia colonial desarticulada em diversas regiões, o início da industrialização “obedeceu às articulações econômicas preexistentes, no início, aproveitando as vias de comunicação e as ligações comerciais já estabelecidas” (p. 362), firmando-se em cada cidade condicionada à extensão do mercado local.

As potencialidades industriais de cada cidade eram definidas, de acordo com Singer (1977) pela amplitude do seu *hinterland*, e São Paulo e Rio de Janeiro, como centros urbanos da área cafeeira, dispunham de amplas zonas tributárias³⁷. A economia do país, mediante a implantação da indústria, se articula ao redor do eixo Rio-São Paulo, o qual se torna, aos poucos, o centro polarizador do mercado nacional em formação. A disponibilidade de um mercado local mais amplo, para Singer (1977, p. 366-367), foi o fator decisivo para que a concentração acontecesse no Rio de Janeiro e em São Paulo, cujos fatores que determinavam sua extensão eram a área geográfica abrangida, o número de pessoas que participavam da economia de mercado nessas áreas e a repartição da renda na economia de mercado da área³⁸.

Outros fatores, decorrentes da própria concentração, seriam a população cada vez maior e de elevado poder aquisitivo na cidade e a complementaridade dos diferentes ramos industriais, possibilitando “economias externas” nos centros industriais maiores e ampliando, assim, a atração de novos investimentos:

Para a empresa industrial que produz bens finais de consumo, a proximidade de empresas complementares constitui um fator de redução de custos, isto é, elas representam “economias externas”. Para as empresas da base da pirâmide, o mercado é constituído pelas indústrias do cume, ou seja, das que se encontram mais próximas do consumidor. É lógico que as indústrias da base procurem se localizar junto aos seus clientes, fixando-se nos centros industriais já desenvolvidos (SINGER, 1977, p. 370).

O processo de industrialização do país e sua localização transformam a orientação e o sentido da urbanização, pela renovação de suas funções e do tipo de relações que elas mantêm entre si e por estabelecer uma nova distribuição espacial

³⁷ O *hinterland* é constituído do centro urbano e de suas regiões tributárias, devido ao metabolismo econômico entre campo e cidade. Portanto, inclui, de acordo com Singer (1977), uma área maior que a cidade propriamente dita, pois abrange as “áreas agrícolas que cedem à cidade [...] parte de seu excedente e consomem, em alguma medida, bens ou serviços da cidade” (p. 7). São Paulo e Rio de Janeiro dispunham das regiões onde se praticavam as atividades produtivas do Setor de Mercado Externo e também aquelas inseridas no Setor de Subsistência, que forneciam excedentes de produção.

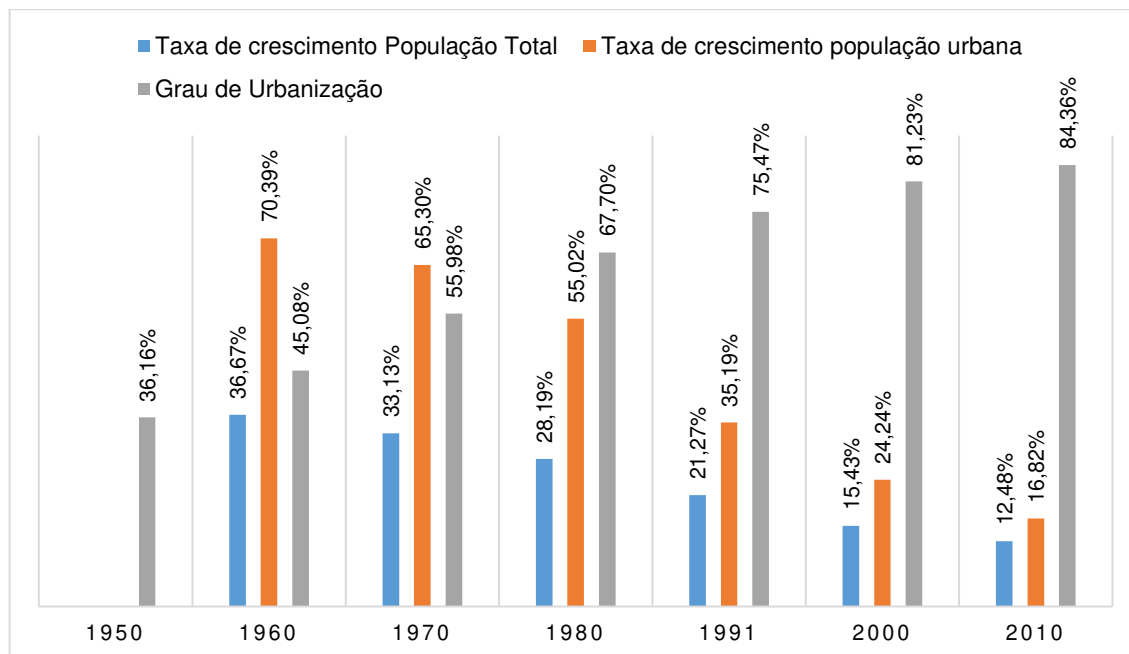
³⁸ As indústrias dos demais Estados dependeriam dos seus mercados locais, limitando o volume de produção e impedindo os “ganhos de escala”. Por não disporem dos ramos da indústria de base (com exceção de Minas), registrariam menor produtividade e se veriam inferiorizados em relação à indústria paulista (SINGER, 1977).

das cidades. A partir da década de 30, cria-se no sul do Brasil uma importante indústria e São Paulo torna-se uma grande metrópole industrial, “onde estão presentes todos os tipos de fabricação. Para fazer face a este despertar industrial o país inteiro conheceu uma quantidade de solicitações”, entre as quais a mais importante foi a necessidade de uma legítima integração nacional representada pela conclusão, ainda que parcial, da rede ferroviária e a criação de estradas de rodagem (SANTOS, Milton, 1967, p. 84).

A industrialização promoveu, além da comunicação entre os centros regionais e a metrópole econômica, a urbanização interior³⁹ mediante a criação e o desenvolvimento de inúmeras cidades no interior do país. As cidades, como aponta Milton Santos (1967), foram as maiores beneficiadas com o crescimento da população brasileira, e no período entre 1950 e 1960 esse fenômeno é mais nítido, pois enquanto o aumento global da população brasileira foi de 36,67% em relação ao ano de 1950, o aumento da população urbana foi de 70,39% (Gráfico 1).

³⁹ O papel dominante de São Paulo na produção de bens de produção e de consumo, a construção de um sistema de estradas para servir à metrópole econômica, tiveram como consequência uma hegemonia cada vez maior de São Paulo e é este fato novo para a organização urbana brasileira, que chamamos *Urbanização Interior*. O nascimento de importantes cidades no interior não é uma coincidência em relação ao novo período da história econômica, isto é, o período industrial. A criação de Belo Horizonte, Goiânia e de Brasília, a mais recente, resultaram de condições que não poderiam absolutamente existir sem esta expansão industrial (SANTOS, Milton, 1967, p. 85, grifos do autor).

Gráfico 1. Taxa de Crescimento População Total, Taxa de Crescimento da População Urbana e Grau de Urbanização. Brasil. 1950-2010.



Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1950 a 2010, SIDRA).

Ao analisar as implicações do modelo urbano-industrial, mas com foco nos desdobramentos do ponto de vista do desenvolvimento urbano dessa transição, Davidovich e Fredrich (1995) centram-se no estudo do sistema urbano, o qual constitui elemento importante para a compreensão de processos e agentes sociais subjacentes. As autoras recordam que, entre 1950 e 1980, a população urbana exibiu acréscimo superior a 60 milhões de pessoas. Ou seja, o nosso país passou a ser caracterizado, naquelas décadas, pelo rápido crescimento urbano e uma expressiva mobilidade populacional interna⁴⁰.

Tal como Oliveira (2003)⁴¹, Davidovich e Fredrich (1995) assinalam a intensificação da urbanização como um processo histórico específico, associado ao

⁴⁰ No entanto, Davidovich e Fredrich (1995) consideram que a expansão acelerada da população em situação urbana deve ser interpretada como expressão de grandes mudanças na estrutura econômica e social do País, cabendo o questionamento sobre até que ponto tais características se reportam a uma sociedade urbana madura, compreendida como comunidade relativamente estável e composta de cidadãos efetivos.

⁴¹ No Capítulo II de sua referida obra, Oliveira (2003) assevera que a Revolução de 1930 marcou o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial, em que a destruição das regras do jogo de uma economia agrário-exportadora significava penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para a produção com destino externo. O autor ressalta aspectos que passam a desempenhar um papel de enorme significação, como a regulamentação das leis de relação entre o trabalho e o capital, a intervenção do Estado e o papel da agricultura.

desenvolvimento de um sistema produtivo, mobilizado em grande parte pelo capital industrial, o qual, juntamente com a expansão de determinados grupos sociais, que implicou na formação de uma classe média importante e o crescimento considerável do papel do Estado, constituíram elementos principais de mudanças estruturais na vida do País.

Davidovich e Fredrich (1995, p. 19-20) destacam que a configuração desigual do sistema urbano resultou, entre outros fatores, do legado da economia colonial agroexportadora⁴² e de base mercantil, favorecendo a concentração da riqueza em alguns portos e contribuindo para a “litoralização”⁴³ do sistema. Cano (2011a) resgata a diferença da relação entre o desenvolvimento industrial e a urbanização nos países avançados e nos países subdesenvolvidos, como o caso latino-americano e o brasileiro: nos países avançados, o desenvolvimento industrial, ao avançar, exigiu a produção de serviços complementares modernos: “dessa forma, essa economia urbana pôde também responder produtiva e eficientemente, ampliando sobre modo a produção não só do comércio, mas também dos transportes, das finanças e principalmente dos serviços de educação e de saúde pública” (CANO, 2011a, p. 3).

Logo, a urbanização da maior parte dos países avançados foi um processo que percorreu um longo caminho histórico, possibilitando “um desenvolvimento urbano com melhor equidade, melhor distribuição de rendas e de salários, não gerando, portanto, os problemas que permeiam a urbanização no mundo subdesenvolvido” (CANO, 2011a, p. 3). No caso brasileiro, o processo de avanço industrial se desenvolveu com elementos essenciais, caracterizado pela heterogeneidade

⁴² Ao resgatar os pressupostos teóricos da formação do urbano na economia brasileira, Oliveira (1982), como Singer (1977), esclarece a formação a partir da economia colonial, sob o ângulo da divisão social do trabalho, em que nunca o campo controlou realmente o Estado no Brasil. As cidades se constituíram segundo um padrão litorâneo não só devido ao seu caráter exportador de produtos primários, mas também devido à divisão social do trabalho, pois é nelas que se localizarão tantos os aparelhos que fazem a ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias quanto os aparelhos de Estado.

⁴³ Assim sendo, herdamos do colonizador um “sistema” de cidades voltado “para fora”, com uma infraestrutura primário-exportadora que pouco tinha a ver com nossas necessidades concretas de integração de nosso mercado nacional. Isto gerou um sistema urbano complexo, que teve que ser submetido a várias adaptações. Oliveira (1982) ressalta que as cidades eram, na verdade, a sede do capital comercial que, controlando a produção agroexportadora, faziam a ligação dessa produção agroexportadora com a circulação internacional de mercadorias. Disso resultou a produção de um vasto campo movido pelo conhecido complexo latifúndio-minifúndio e sobretudo fundado nas monoculturas, que não gerou uma rede urbana de maior magnitude no entorno das próprias regiões produtivas, criando um padrão de urbanização muito pobre, caracterizado por poucas, mas grandes cidades no Brasil, as quais eram exatamente as sedes do controle, seja burocrático, seja do capital comercial.

estrutural e também pela heterogeneidade regional e urbana, elementos distantes das transformações históricas:

Saídos da colonização, pudemos (no caso do Brasil), mais tarde, desenvolver agricultura exportadora de alta produtividade - a cafeeira - que, entretanto, convivia com uma já atrasada agricultura de subsistência. Vinda a industrialização, já neste século, essa moderna atividade urbana foi também obrigada a conviver com a agricultura atrasada. A dimensão débil de nossa indústria e do restante da economia urbana foi incapaz de absorver o excedente demográfico do mundo real. O avanço da industrialização, a partir da década de 60, ampliaria sobremodo seu poder modernizador sobre a agricultura. Contudo, esse poder foi parcial, tanto no sentido de que o progresso técnico atingiu majoritariamente alguns setores agrícolas e algumas regiões, como pelo fato de que o êxodo rural - tanto o gerado pelo progresso quanto o gerado pelo atraso - só foi em parte produtivamente absorvido pela economia urbana (CANO, 2011a, p. 5).

No Estado de São Paulo, onde a indústria se constituiu na base mais importante de acumulação, o espaço urbano mostrou estruturas relativamente mais equilibradas, evidenciada na regularidade da distribuição de centros e nos menores desníveis econômicos e sociais entre metrópoles e aglomerações hierarquicamente inferiores. Sobre o período de contrastes econômicos e sociais que representou os anos 70, Davidovich e Fredrich (1995) assinalam o papel da cidade como o *lócus* preferencial para a consolidação de uma economia capitalista por parte do Estado. Assim, enquanto o crescimento industrial da segunda metade dos anos 50 se apoiou principalmente em investimentos diretos e na diminuição relativa das importações, o crescimento da década de 70 se caracterizou sobretudo pela ampliação da capacidade de importar e pelos grandes investimentos monetários em função do excesso de liquidez financeira internacional.

Dessa forma, a espacialidade polarizada da urbanização se integrou aos imperativos concentracionistas de um modelo de desenvolvimento capitalista com ampla atuação do Estado, cujo crescimento econômico se apoiou na industrialização e na modernização do aparato institucional, utilizando-se, para este fim, do planejamento com um processo contínuo de intervenção estatal na economia. A organização do território nacional veio a se constituir em importante meta do planejamento, já que motivação importante seria a utilização do espaço nacional como estratégia de “controle social”, principalmente no tocante à sua utilização e à sua estruturação como suporte político necessário à centralização do poder então vigente. Dentro dessa perspectiva, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I, II e III PND)

apresentaram uma orientação econômica abrangente, em que a preocupação com o urbano encontrou expressão mais concreta no II-PND, embora todos, em seu conjunto, visassem integrar aspectos setoriais prévios numa perspectiva macroespacial, com a meta de assegurar a realização de uma ordem capitalista moderna numa sociedade de base predominantemente urbana (DAVIDOVICH; FREDRICH, 1995, p. 23-24).

No embasamento desses planos, Davidovich e Fredrich (1995) consideram duas questões importantes: o confronto com uma problemática urbana decorrente de condições sociais e políticas específicas, que se avolumavam nas grandes aglomerações, e a preocupação com a redistribuição populacional e com a desconcentração de atividades econômicas, visando tanto a objetivos políticos de aliviar tensões sociais que se agravavam nas grandes aglomerações, como à necessidade de expandir o aparato produtivo, reorganizando o sistema de cidades com vistas a novas oportunidades para investimentos lucrativos.

Na primeira questão apontada por Davidovich e Fredrich (1995), houve o reconhecimento oficial de novas estruturas espaciais, com a criação de nove regiões metropolitanas, e com respeito à segunda, houve as iniciativas de descentralização administrativa que rebateram na expansão de capitais estaduais e a concepção do programa de cidades de porte médio. As autoras apontam dois movimentos que caracterizaram intensivamente a urbanização brasileira no período 1950-1980:

de um lado, o *processo de metropolização* que, apoiado no avanço da industrialização, provocou uma forte concentração de população e recursos em áreas restritas; de outro, uma expansão da urbanização no interior do País, levando ao surgimento de novas cidades e ao aumento da dimensão populacional de outras já existentes (DAVIDOVICH; FREDRICH, 1995, p. 26-27, grifo nosso).

Tal movimento de concentração urbana não se reduziria, no entanto, aos limites das regiões metropolitanas, pois também era observável na estruturação de aglomerações urbanas abaixo do nível metropolitano, “de que são exemplos expressivos aquelas formadas a partir da expansão industrial da metrópole paulista e localizadas em seu entorno” (DAVIDOVICH; FREDRICH, 1995, p. 28).

Enquanto Davidovich e Fredrich (1995) e Oliveira (2003) preocupam-se com as mudanças estruturais no país sob a ótica da emergência de um novo padrão de acumulação urbano-industrial, com forte intervenção estatal, Schmidt (1983) explora uma faceta essencial desta dinâmica: o processo de metropolização característico de

nossa acelerada urbanização a partir dos anos 1950, em especial no período de 1950-1970⁴⁴ no Brasil. O conceito de metropolização trabalhado por Schmidt (1983, p. 49-50) é definido como a “concentração de produção e consumo, assim como de população, em torno de alguns lugares no território nacional”, processo que tem caracterizado a história brasileira, em particular a partir da década de 50. O autor aponta que o modelo de modernização adotado no Brasil foi gerido pelas políticas governamentais de modo a tirar proveito positivo dos desequilíbrios territoriais existentes, influentes no relacionamento urbano-rural.

Portanto, aparentemente, o resultado destas políticas foi a evidente concentração de investimentos e incentivos para o crescimento de setores urbanos no passado, aproveitando-se de substanciais desigualdades regionais. As relações entre as variáveis do grupo escolhido pelo autor para descrever o movimento real configurado pela urbanização-com-metropolização no Brasil indicaram a existência de uma acentuada concentração das atividades econômicas em torno de alguns centros. Conclui o autor que o sistema de desenvolvimento urbano no Brasil

gerou um arranjo concentrado de atividades econômicas e sociais em torno de alguns centros. Dentro da perspectiva do estudo do desequilíbrio regional, pode-se notar que os atuais esforços para o desenvolvimento, embasados na modernização e industrialização, não diminuíram a desigualdade, mas, sim, a ampliaram. Desta forma, o modelo centro-periferia de crescimento urbano parece ser, no Brasil, o resultado de um esforço persistente para controlar e transformar o território nacional, e a população em meios propícios ao desenvolvimento de um tipo especial de sistema produtivo capitalista (SCHMIDT, 1983, p. 82).

A concentração de recursos no Brasil, à época, não era um acontecimento imprevisto: para Schmidt (1983), foi fruto de uma herança histórica, como já referida por Singer (1977), Oliveira (1982) e Davidovich e Fredrich (1995), caracterizada pela exportação de produtos primários, associada a um modelo de industrialização altamente concentrado, em que se levou em conta fatores políticos, aglutinando os

⁴⁴ Schmidt (1983) usa um conjunto de variáveis para caracterizar a urbanização do período, como grau de urbanização, tamanho da força de trabalho, a população economicamente ativa e a estrutura ocupacional. A análise longitudinal estabelecida pelo autor é destinada a tratar da metropolização em informações referentes às mesmas áreas geográficas em dois momentos distintos, 1950 e 1970, baseando-se nos Censos Demográficos e Censos de Produção de 1950 e 1970. As variáveis do estudo são encaradas a dois níveis: a nível dos estados metropolitanos, e o seu correspondente a nível das regiões metropolitanas. Na época do estudo, as municipalidades em torno de nove capitais de estado foram organizadas como “autoridades metropolitanas”: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro (SCHMIDT, 1983, p. 50-51).

interesses econômicos da burguesia mercantil até então dispersos pelo território nacional.

Adicionalmente, a industrialização brasileira do período foi estabelecida “através da instalação de uma economia monopolista, na qual o Estado e o capital estrangeiro desempenham os papéis principais”, além do tamanho das unidades produtoras em operação, que favoreciam a concentração espacial, uma vez que, no estágio do desenvolvimento capitalista brasileiro do período, não poderiam “sobreviver sem uma extrema concentração em vários níveis diferentes”, de forma a compatibilizar suas expectativas de retorno previstas com as reduzidas dimensões do mercado interno⁴⁵ (SCHMIDT, 1983, p. 83).

No contexto de ditadura militar dos anos 60 e 70 do século XX, marcado pelo papel do Estado brasileiro como agente de implementação das reformas sociais e pelas políticas nacionais de caráter desenvolvimentista assentadas na ideia de modernização e de planejamento territorial, o poder centralizado orientava, inclusive, as políticas desenvolvimentistas urbanas e regionais. O desenvolvimento urbano e regional se colocava, dessa forma, como uma questão de Estado, o qual tratava a política urbana e regional como elemento estruturador das políticas públicas daquele período (LENCIONI, 2017, p. 75-76).

De acordo com Schmidt (1983, p. 47-48), a modernização do aparato produtivo no Brasil tratou os problemas urbanos, de 1973 em diante, “considerando que as políticas estatais deveriam se sujeitar a critérios espaciais destinados a superar desequilíbrios regionais seculares; portanto, uma complexa política urbana nacional e regional foi delineada pelos órgãos federais”. Pensava-se em novas estruturas institucionais para um eficaz desempenho governamental para administração das demandas e recursos, e nesse sentido as regiões metropolitanas e uma comissão nacional de política urbana foram criadas. As instituições metropolitanas “vieram a ser os instrumentos políticos mais importantes empregados pelo governo federal para executar seus programas urbanos”, e a evolução para uma concepção mais complexa de

“política espacial que se baseia nas áreas metropolitanas” implicou mudanças fundamentais na natureza do regime político e do Estado no Brasil, incluindo a intervenção econômica mais volumosa, a

⁴⁵ Nesse contexto, as economias de aglomeração apresentariam vantagens como a redução dos custos de transporte, a disponibilidade de um exército de reserva de desempregados e o fácil acesso a reservas de mão-de-obra (SCHMIDT, 1983).

centralização crescente e uma percepção mais aguda de parte do Estado dos limites à acumulação do capital em sua fase monopolista de desenvolvimento (SCHMIDT, 1983, p. 48).

A instituição das regiões metropolitanas, como apontado por Schmidt (1983), buscava a coordenação integrada de ações⁴⁶, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento irradiando-o pelo território segundo o alcance da influência de cada metrópole, pois as “regiões metropolitanas ganharam destaque porque se colocaram como polos estruturadores do ordenamento territorial” (LENCIONI, 2017, p. 76-77). A indústria motriz era colocada como a principal geradora da dinamização de um polo de crescimento e, segundo a influência econômica de cada polo, se formaria uma estrutura hierárquica entre o local, o regional, o nacional e o internacional. Assim sendo, as RMs criadas na década de 1970 tinham em sua matriz institucional o viés de promoção do desenvolvimento regional, recebendo incentivos e impulsos para tornarem-se polos regionais e nacionais e submetendo ao seu domínio a rede de cidades do país, em linha com o que o II Plano Nacional de Desenvolvimento vislumbrava (COSTA, 2013, p. 326-327).

Sem as forças produtivas, como a máquina a vapor, a eletricidade, os canais de navegação e as estradas de ferro, que se constituem à época em forças fundamentais ao desenvolvimento da produção capitalista, não teria sido possível o desenvolvimento industrial. Com a “separação dos fatores de produção, incorporação significativa de maquinaria, divisão técnica do trabalho e centralização de capitais, a exemplo da indústria automobilística” (LENCIONI, 2017, p. 139), a indústria motriz se tornou o principal agente da atividade industrial fabril e de conformação do urbano, que caracterizou o século XX e as regiões metropolitanas relacionadas aos processos de industrialização e urbanização típicos daquele século (idem, p. 136-139).

No entanto, já não explicaria mais o aglomerado metropolitano contemporâneo, fragmentado em cidades, que se constitui em uma região metropolitana de outro tipo, em que os limites entre a cidade e o campo, o rural e o urbano, o agrário e o industrial,

⁴⁶ De acordo com Lencioni (2017, p. 75), quer para o desenvolvimento regional, quer para o urbano, duas referências teóricas pautaram as ações: a discussão de modelos aplicativos e a Teoria dos Polos de Crescimento, de Perroux (1973), de grande influência nos discursos dos organismos de planejamento e dos planos de desenvolvimento urbano e regional. Segundo essa teoria, “o crescimento econômico não surge em todos os lugares e que a partir de certos pontos do território se pode dinamizar uma região. Um polo de crescimento tem, portanto, a capacidade de irradiar o desenvolvimento numa dada região e para isso requer uma rede de circulação viária que possa estabelecer os fluxos entre polo e a região”.

o interurbano e o intraurbano não são mais claramente distintos. Essas transformações que se refletem tanto no perfil territorial quanto econômico do espaço metropolitano são resultado das mudanças capitalistas, agora sob a égide da globalização econômica e o neoliberalismo.

1.2.2 Apontamentos sobre o processo de metropolização contemporâneo

A ideia de indústria motriz perde força como indutora do desenvolvimento de outras indústrias porque o eixo estruturador da reestruturação produtiva reside na empresa em rede, que não tem um padrão territorial como a indústria motriz, assentada numa estrutura hierárquica piramidal com a sede e suas filiais. Isto posto, a produção de um espaço global não se dá pela superação da forma de produção fordista pela flexível⁴⁷, pois muito do que vivemos ainda acontece pelos imperativos de uma produção fordista que não se completou, principalmente nos países de industrialização tardia, “muito mais marcados por transformações na organização do trabalho e sua precarização, do que por significativas transformações no processo produtivo” (LENCIONI, 2017, p. 137).

Ou seja, a produção flexível superou aspectos da indústria motriz ao também se apresentar como dinamizadora do território, ao mesmo tempo em que abandonou aspectos como a separação distinta dos fatores de produção e a decomposição técnica das tarefas, características da indústria motriz. Também, os fluxos de relações na clássica hierarquia entre as metrópoles já se tornam difíceis de precisar, pois a densidade de relações internacionais já não é mais exclusividade dos níveis superiores da hierarquia urbana. Ou seja, há intensos fluxos entre o local e o global, uma vez que os fluxos acontecem independentemente da hierarquia entre o local, o regional, o nacional e o internacional (LENCIONI, 2017, p. 77-80).

⁴⁷A produção fordista se notabiliza pela indústria com “separação dos fatores de produção, incorporação significativa de maquinaria, divisão técnica do trabalho e centralização de capitais, a exemplo da indústria automobilística” (LENCIONI, 2017, p. 139). O padrão territorial da indústria motriz assenta-se numa estrutura hierárquica piramidal com a sede e suas filiais. Já o eixo estruturador da reestruturação produtiva reside na empresa em rede, as quais guardam como características a divisão do trabalho flexível; a tendência à flexibilização nos contratos de trabalho; a terceirização, relativo à força de trabalho ou às fases do processo produtivo; e a externalização de atividades não estratégicas, além da característica de “mais ancorar no território do que criar raízes, posto que está disposta a migrar para outras paragens que apresentem maiores vantagens. O que, em síntese, significa dizer que a empresa-rede tem pouco enraizamento no território, situação oposta à das indústrias motrizes” (LENCIONI, 2017, p. 83).

Assim, se a industrialização e as multinacionais foram importantes para o desenvolvimento da metrópole moderna do século XX, de sua centralidade, a metrópole contemporânea seria reforçada pela presença dos grupos econômicos, principalmente a gestão desses grupos. Nesse momento, se intensifica a centralização do capital por meio de inúmeros casos de fusões de empresas, assim como a internacionalização e ampliação dos mercados: o urbano se transforma pelo desenvolvimento da região metropolitana associada ao processo de reestruturação produtiva, que incorpora novos espaços ao processo de metropolização e reafirma “a primazia de seu centro pela concentração das atividades de serviços especializados relacionados, principalmente, à gestão do capital” (LENCIONI, 2017, p. 184).

A dispersão das unidades produtivas e a concentração da gestão do capital no centro metropolitano apoiam-se na compreensão de sua lógica histórica, de um novo momento da reprodução do capital que se tornou possível pela revolução nas comunicações e informática. Tal dispersão é, para Lencioni, produto de dois movimentos relacionados ao processo geral de produção: o movimento relacionado à desintegração vertical⁴⁸ e outro relativo à produção de condições gerais de produção⁴⁹. Logo, tal dispersão territorial da indústria não é infinita e encontra seus limites territoriais, e os dois movimentos citados anteriormente se “combinam e redesenham proximidades”, produzindo um complexo industrial territorialmente concentrado, ampliando-se nas franjas da região metropolitana (LENCIONI, 2017, p. 184-187).

⁴⁸ Nesse primeiro movimento, as fases de um mesmo processo produtivo não se encontram mais integradas numa mesma empresa ou fábrica. A empresa tem na gestão do capital o elemento integrador da dispersão territorial de suas unidades ou, ainda, há a desintegração vertical pela relação de subcontratação, renomeada de terceirização. A empresa não deixa de controlar os diversos ciclos de valorização do capital e uma relação entre empresa contratada e contratante é estabelecida. A renovação da prática da subcontratação pela terceirização “desenvolve uma teia de relações entre as indústrias, induzindo à concentração territorial das empresas envolvidas”, ainda que possa haver subcontratação entre empresas de países diferentes ou regiões diferentes de um mesmo país (LENCIONI, 2017, p. 184-185).

⁴⁹ O segundo movimento permite interpretar a dispersão territorial da indústria a partir de condições do passado e do presente: pelos olhos do passado, a ideia de liberdade de localização do capital industrial em relação ao território foi motivada pela compreensão de que a revolução dos transportes permitiu o desenraizamento da indústria em relação a fatores de produção industrial como fontes de recursos naturais e matérias-primas. Pelos olhos do presente, outras condições gerais de produção são impostas, e que se avolumam na metrópole e seu entorno, territorializando a indústria característica desse novo momento (LENCIONI, 2017, p. 186-187).

A metrópole da nova fase do capitalismo acentua sua centralidade⁵⁰ sob o imperativo das rendas (financeiras e imobiliárias), “revelando-se mais pela produção de serviços e pela produção imobiliária do que pela produção industrial, como foi no passado a história das mais importantes metrópoles do mundo”, se constituindo em metrópoles de serviços (LENCIONI, 2017, p. 64). Ou como Sassen (1998) ressalta, a metrópole da era da globalização reforça sua centralidade pela prestação de serviços e por ser palco dos processos globais, notadamente os serviços mais avançados e voltados ao gerenciamento das operações econômicas globais.

O processo de metropolização modificaria metrópoles que se constituíram como fruto da urbanização e industrialização características do século XX, renovando suas áreas urbanas e estendendo sua área territorial pela incorporação de cidades, “formando um novo aglomerado metropolitano”, ao mesmo tempo em que há alterações nas “centralidades urbanas e redefinições das funções do núcleo metropolitano que devem responder às exigências da reestruturação produtiva” (LENCIONI, 2017, p. 142).

Como observamos, a diferenciação entre os processos de metropolização do século XX e XXI acarreta a necessidade de compreensão mais aprofundada acerca dos seus atributos, principalmente os econômicos, com o intuito de identificá-los em frações do território. Essa discussão, principalmente centrada nos atributos econômicos e funcionais metropolitanos (SCHMIDT, 1983; MEYER, 2000; BENKO, 2002; FIRKOWSKI, 2012, 2013; LENCIONI, 2017; SASSEN, 1998), mas também resgatando as transformações nas características territoriais e urbanas sob a égide do novo padrão de acumulação do capital (DE MATTOS, 2010, 2015; PRADILLA-COBOS, 2014; LENCIONI, 2017, 2020; CARLOS, 2013) norteará o Capítulo 2.

No bojo da discussão acerca da desconcentração industrial a partir da Grande São Paulo, vimos como em um primeiro momento o destaque do processo foi o próprio interior paulista, principalmente as áreas localizadas no entorno da metrópole paulistana, em um raio a partir de 150 km, formadas a partir de sua expansão industrial, como Azzoni (1985, 1986), Diniz (1993) e Davidovich e Fredrich (1995)

⁵⁰ Para Lencioni (2017, p. 51), um olhar sobre as transformações internas da metrópole ressalta a questão da centralidade. A metrópole é percebida como multicêntrica em alguns casos e policêntrica em outros, termos distintos no âmbito da política: quando mais de uma centralidade desempenha as funções de direção e gestão do capital, temos a policentralidade. Quando o centro de comando e da gestão do capital está circunscrito a uma só área, temos a multicentralidade.

apontaram. Ademais, este processo também fomentou a concentração urbana abaixo das aglomerações urbanas do nível metropolitano, como a região de Campinas. Portanto, não se deve reduzir esta discussão a uma mera dicotomia entre a metrópole (São Paulo) e o interior do estado, pois explicar o interior a partir da região de Campinas significa entendê-la como área interiorizada próxima à capital, a qual dispunha de condições de produção para o deslocamento de unidades industriais e os investimentos necessários, como veremos no tópico a seguir.

1.3 Campinas e sua importância como economia urbano-regional no período 2000-2019

Neste tópico, será realizada uma breve consideração a respeito da evolução histórica, demográfica e econômica, atentando-se ao momento em que o processo de metropolização na região de Campinas acontece como expressão do padrão de urbanização instaurado em São Paulo mediante o processo de industrialização após os anos 50 e principalmente durante os anos 70.

Nos estudos acadêmicos de diversos autores sobre a região, como Ana Cristina A. Fernandes, Carlos Brandão e Wilson Cano (2002), Rosana Baeninger e Renata Franco Gonçalves (2000), Rinaldo Fonseca, Aurea Davanzo e Rovenia Negreiros (2002), Ulysses Cidade Semeghini (1988, 1992, 2006), Maria Flora Gonçalves e Ulysses Semeghini (2002), Eugenio Queiroga e Denio Benfatti (2007), Maria Célia Silva Caiado e Maria Conceição Silvério Pires (2006) assim como em textos veiculados na mídia, como no Portal do Governo do Estado de São Paulo (2010)⁵¹, em texto na Folha de S. Paulo (SALLOWICZ, 2013)⁵², ou mesmo em sítios da própria cidade, como no *site* de Prefeitura de Campinas (2012)⁵³, podemos notar que o município é referido como metrópole, e neste tópico buscaremos revisitar o

⁵¹ GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Conheça Campinas, a metrópole do interior**, out. 2010. Disponível em:< <http://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/conheca-campinas-a-metropole-do-interior/>>. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

⁵² SALLOWICZ, M. Campinas, no interior de SP, é a metrópole campeã de bem-estar no Brasil. **Folha de S. Paulo**, ago. 2013. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1329494-campinas-e-a-metropole-campea-de-bem-estar.shtml>>. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

⁵³ PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Campinas é segunda metrópole mais arborizada do Brasil, diz IBGE**, maio 2012. Disponível em:< <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=13292>>. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

processo de constituição de Campinas como “grande cidade”, assim como a emergência das funções metropolitanas.

A atual regionalização do estado de São Paulo abrange 15 Regiões Administrativas e 42 Regiões de Governo, sendo que a Região de Governo de Campinas possui 22 municípios. São seis Regiões Metropolitanas, duas aglomerações Urbanas, uma Unidade Regional e 645 municípios em todo o estado. A Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 870, de 19 de junho de 2000, sendo constituída pelo agrupamento de 20 municípios: Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo (Figura 2). Possui uma área de 3.792 Km² e uma população de 3.224.443 habitantes, segundo dados do IBGE.

Figura 2. Mapa da Região Metropolitana de Campinas (RMC).



Fonte: EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A.

A região apresenta uma diversificada produção industrial, principalmente em setores dinâmicos e de alto *input* científico/tecnológico, com destaque para municípios de Campinas, Paulínia, Sumaré, Santa Bárbara d'Oeste e Americana. A RMC é servida por um sistema viário amplo e de boa qualidade, contando como eixos

principais as rodovias Bandeirantes e Anhanguera ligando a região à Capital estadual e ao interior paulista, a Rodovia SP-304 rumo a Piracicaba e a Rodovia D. Pedro I que faz a ligação com o Vale do Paraíba e a Rodovia Dutra rumo ao Rio de Janeiro (AGEMCAMP, 2018).

A Região Metropolitana de Campinas vem conquistando e consolidando, nos últimos anos, uma importante posição econômica nos cenários estadual e nacional. Essa área, contígua à Região Metropolitana de São Paulo, possui um parque industrial moderno, diversificado e composto por segmentos de natureza complementar. É a segunda maior região metropolitana do Estado de São Paulo em população, com mais de 3,2 milhões de habitantes, de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2018, e gerou 8,75% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual em 2016 (EMPLASA, 2018; AGEMCAMP, 2018).

A Tabela 1, abaixo, sumariza a Região Metropolitana de Campinas (RMC) com dados demográficos e socioeconômicos dos municípios que compõem esta unidade metropolitana, comparando-os, de maneira agregada, com dados do Estado de São Paulo:

Tabela 1. Caracterização da Região Metropolitana de Campinas (RMC), de acordo com população total, densidade demográfica, Produto Interno Bruto e distância até a cidade de São Paulo.

Municípios	População (2018)		Densidade Demográfica 2018 (hab./km ²)	PIB 2016 (mil reais)		Distância até São Paulo (km)
	Total	(% da RMC)		Total	(% da RMC)	
Americana	237.112	7,35	1.770,66	10.287.915	5,77	127
Artur Nogueira	53.450	1,66	300,24	991.268	0,56	145
Campinas	1.194.094	37,03	1.502,82	58.523.732	32,82	93
Cosmópolis	70.998	2,20	459,04	1.318.217	0,74	135
Engenheiro Coelho	20.284	0,63	184,5	439.779	0,25	158
Holambra	14.579	0,45	222,32	909.273	0,51	133
Hortolândia	227.353	7,05	3.642,54	11.515.071	6,46	109
Indaiatuba	246.908	7,66	792,53	11.735.699	6,58	98
Itatiba	119.090	3,69	369,53	5.122.838	2,87	84
Jaguariúna	56.221	1,74	397,63	8.422.260	4,72	123
Monte Mor	58.765	1,82	244,28	2.260.957	1,27	117
Morungaba	13.458	0,42	91,71	396.689	0,22	107
Nova Odessa	59.371	1,84	804,62	2.810.058	1,58	122
Paulínia	106.776	3,31	769,41	31.504.043	17,67	117
Pedreira	47.361	1,47	435,24	1.124.077	0,63	137
Santa Bárbara d'Oeste	192.536	5,97	710,39	5.079.379	2,85	135
Santo Antônio de Posse	23.085	0,72	149,77	887.953	0,50	138
Sumaré	278.571	8,64	1.815,21	12.061.112	6,76	118

Municípios	População (2018)		Densidade Demográfica 2018 (hab./km ²)	PIB 2016 (mil reais)		Distância até São Paulo (km)
	Total	(% da RMC)		Total	(% da RMC)	
Valinhos	127.123	3,94	855,83	5.095.635	2,86	85
Vinhedo	77.308	2,40	947,36	7.830.623	4,39	79
RMC	3.224.443	7,15¹	850,37	178.316.578	8,75¹	-
Estado de São Paulo	45.094.866	100	181,67	2.038.004.931	100	-

Fonte: Elaboração própria com dados da EMPLASA (2018).

¹ Percentual em relação ao Estado de São Paulo.

Com a interiorização da indústria, a partir dos anos 70, a Região Metropolitana de São Paulo repartiu seu dinamismo econômico e populacional com determinadas regiões do interior, embora continuasse a se destacar como o principal centro financeiro e de serviços especializados do País. Nesse contexto, o processo de redistribuição espacial da população no Estado já passava a assumir feições distintas (LENCIONI, 2017; BAENINGER, 2001). O avanço do processo de metropolização no interior do país tem a cidade de Campinas e sua região, situada no estado de São Paulo, como a, talvez, maior novidade da urbanização descentralizada pós-1990. Primeiramente, é importante fazer referência aos antecedentes que acentuaram a dinâmica de áreas que hoje constituem os grandes eixos de expansão agrícola e industrial do interior.

1.3.1 Antecedentes: a “herança cafeeira” e a precoce função de centralidade⁵⁴

Queiroga e Benfatti (2007) retomam que Campinas se tornara o maior polo do interior paulista desde a economia cafeeira do século XIX. Com exceção da Capital, a região campineira possuía o maior entroncamento ferroviário do Estado de São Paulo, permitindo a nucleação de uma ampla rede de cidades. A dinâmica do complexo cafeeiro estabeleceu na região uma economia com grau elevado de disseminação das relações mercantis de produção e de diferenciação da divisão social do trabalho: “ao

⁵⁴ Esse tópico e o próximo serão baseados principalmente nas contribuições de Ulysses Cidade Semeghini (1988, 1992, 2006) sobre o desenvolvimento econômico e urbano da região de Campinas, desde o período cafeeiro até a década de 1980. Inclui-se, entre as contribuições revisitadas do autor, a dissertação de mestrado *Campinas (1860-1980): agricultura, industrialização e urbanização*, defendida no Instituto de Economia da Unicamp em 1988 e elaborada sob orientação do professor Wilson Cano. Ao refletir sobre Campinas na obra de 1992, o autor expressa que a discussão conceitual e acadêmica sobre a caracterização de uma metrópole não era um dos seus propósitos, embora buscasse analisar na realidade de Campinas o desenvolvimento de funções tipicamente metropolitanas.

lado das grandes fazendas de café, foi-se estabelecendo um colar de pequenas e médias propriedades, de produção diversificada e voltada para o mercado urbano e rural em expansão” (SEMEGHINI, 1992, p. 17).

Para Semeghini (1992) e Gonçalves e Semeghini (2002), Campinas constitui exemplo notório da especificidade e desdobramento do processo de urbanização e desenvolvimento capitalista no território paulista a partir da economia cafeeira. Desde cedo, sua evolução econômica evidenciou o dinamismo e a capacidade de diversificação, promovendo mudanças na estrutura produtiva frente aos estímulos proporcionados pelos diferentes padrões de acumulação da economia brasileira. Três características distinguiriam Campinas das demais regiões do Estado:

Em primeiro lugar, o grau mais avançado de diversificação de sua base produtiva, tanto na agricultura quanto nas atividades urbanas, gerando assim uma estrutura diferenciada e integrada da divisão social do trabalho, um processo mais intenso de disseminação das relações mercantis de produção, e relações inter-setoriais e inter-regionais mais dinâmicas. *Em segundo lugar*, salienta-se a função de centralidade que o município precocemente desenvolveu sobre amplas e ricas regiões do Estado [...]. Finalmente, *como consequência das duas características anteriores*, a cidade pôde sempre colocar-se como uma “interface” entre a capital e o interior, no processo de desenvolvimento econômico paulista (SEMEGHINI, 1992, p. 16-17, grifo nosso).

A partir de meados do século XIX, a região de Campinas foi sede das principais transformações que deram origem ao complexo cafeeiro capitalista de São Paulo, servindo como uma das principais bases do processo de sua expansão no território e rivalizando, até o final do mesmo século, com a Capital quanto ao porte populacional e enquanto centralização das atividades urbanas do complexo cafeeiro. Beneficiava-se dos estímulos oriundos de sua economia local e também de sua posição como nó importante de transportes e comunicações. Rapidamente, após a crise de 1929/33, a economia da região reciclou-se e Campinas se especializou nas culturas industrializáveis/exportáveis, além de produtos destinados ao mercado urbano (SEMEGHINI, 1992).

Depois de 1930, a economia iria diversificar-se com o *boom* do algodão (beneficiamento e comercialização), os produtos alimentares e a pecuária, compondo, junto com o café, suas principais atividades, estimulando a indústria, comércio e os serviços de apoio nos maiores centros urbanos (SEMEGHINI, 1992, p. 37). Já nas décadas de 30 e 40, as atividades urbanas se afirmariam como as mais importantes

do município, estimuladas pela mudança do padrão de acumulação, agora voltado ao desenvolvimento do mercado interno, com reforço dos setores secundários e terciários. Medidas urbanísticas se fizeram cada vez mais necessárias: em 1938 foi criado o Plano de Medidas Urbanas, e as zonas de uso foram criadas em 1951, estabelecendo restrições de altura, área, recuo, impostos das edificações urbanas. Em 1959 foi criado o código de obras e urbanismo para o Município de Campinas, com capítulo específico para o zoneamento (SEMEGHINI, 1992, 2006).

No pós-guerra, o conjunto integrado de inversões do período do Plano de Metas promoveu alteração no perfil da indústria paulista e um novo salto ao seu processo de industrialização, com a implantação de grandes estabelecimentos dos setores de bens de consumo durável, intermediários e de capital, os quais se concentraram na Capital e nos municípios de seu entorno. Apesar da perda de peso relativo do interior do Estado, como um todo, na produção industrial, Campinas foi a única outra região além da Grande São Paulo que atraiu as novas indústrias em escala significativa (SEMEGHINI, 1992).

Em síntese, a Região de Campinas desenvolveu a diversificação em suas atividades industriais e agrícolas, diferenciando-se das demais regiões do estado do ponto de vista de sua estrutura produtiva, a qual atingiu um nível mais avançado de “divisão social do trabalho, de complementariedade produtiva e, portanto, de estímulos recíprocos no processo de crescimento” (SEMEGHINI, 1988, p. 202-203). As funções urbanas, por conseguinte, também foram estimuladas, tanto de apoio à produção quanto aquelas relacionadas ao aumento populacional. Estruturava-se, também, uma rede regional de cidades hierarquizada, na qual a sede regional (Campinas) e os centros sub-regionais despontavam conjuntamente, de acordo com as diferentes especializações industriais e agrícolas (SEMEGHINI, 1988).

Acompanhar a evolução da indústria, do terciário e o crescimento populacional principalmente após a década de 1960 é fundamental para a compreensão do porte de grande cidade que o município de Campinas viria a adquirir, bem como a emergência das funções metropolitanas a partir da complexidade que as funções urbanas adquiriram. Desse modo, também é importante acompanhar a evolução desses setores e o aspecto demográfico, especialmente entre 1960 e 1980.

- *A indústria, o terciário e a evolução das funções urbanas*

Em 1960, a Região de Campinas já detinha o maior percentual do valor da produção estadual após a Grande São Paulo, equivalente a quase 9%. Do ponto de vista espacial, a produção industrial não se concentrava apenas no principal polo, pois Campinas detinha 17% da produção regional, ao passo que sua sub-região⁵⁵, com importantes centros como Americana, Sumaré e Valinhos, era responsável por 41% daquela produção. O município de Campinas, principalmente, atraiu nos anos 50 importantes empresas mecânicas, de material elétrico, borracha, entre outros, segmentos que seriam generalizados para outros polos da região com a dinâmica da industrialização pesada (SEMEGHINI, 1988).

Semeghini (1988) destaca que o crescimento do período 1960/1980 transformou a região no terceiro parque industrial brasileiro atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo e do estado do Rio de Janeiro, consolidando inclusive a produção industrial como a atividade econômica mais importante do município de Campinas, repercutindo sobre as demais funções urbanas. Para a região vieram, além das indústrias pesadas como grandes empresas mecânicas, de material de transportes e de material elétrico, também empresas nacionais de dimensões mais reduzidas, que se tornariam de porte nacional.

Nesse mesmo período de vinte anos, em Campinas, o número de estabelecimentos industriais aumentou de 519 para 1.204 e o pessoal ocupado aumentou de 15.315 para mais de 52.000 pessoas. Iniciada nos anos 50, a implantação na cidade de grandes empresas nacionais e estrangeiras, de bens de capital e de consumo durável, aprofundou-se marcadamente nos anos 70. O segmento metal/mecânico destacou-se, com crescimento em Campinas e nos municípios próximos, como Sumaré, Valinhos e Indaiatuba, da mesma forma como a indústria química também se expandiu com a implantação da Replan em Paulínia (SEMEGHINI, 1988, p. 216-218).

Uma especificidade do parque industrial local, que remete aos determinantes da industrialização desse período em Campinas, de acordo com Semeghini (1988), é a diversificação, característica antiga, mas que foi reforçada durante esse período. A

⁵⁵ Semeghini (1988, nota 30) adota a divisão em Regiões Administrativas definida pelas leis 48.163, de 1967, e 52.576, de 1970. A RA (ou região) de Campinas subdividia-se em oito sub-regiões, com 83 municípios. A sub-região de Campinas compreendia os municípios de Aguas de Lindoia, Americana, Amparo, Artur Nogueira, Campinas, Capivari, Cosmópolis, Elias Fausto, Indaiatuba, Itapira, Jaguariúna, Lindoia, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Mombuca, Monte Alegre do Sul, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Rafard, Santo Antônio de Posse, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

estrutura industrial de Campinas e seu entorno assemelha-se à da Grande São Paulo, diferentemente dos polos industriais de outras regiões do interior, especializados em ramos e setores. Assim, algumas importantes considerações sobre os determinantes da industrialização desse período em Campinas são traçadas por Semeghini (1988):

O grau de desenvolvimento que a base econômica regional atingira (destacando-se o vigor capitalista de sua agricultura) permitira uma integração precoce – face às demais regiões – ao novo padrão de acumulação no período 1930/1955, manifestando-se localmente sobretudo efeitos “de estímulo” no processo de integração do mercado via comércio de mercadorias, característico dessa fase, polarizado pelo capital industrial sediado em São Paulo. Assim, naquele período, a industrialização local adquire um caráter complementar, tanto às indústrias do polo quanto à crescente urbanização que ali se manifesta a partir da década de 40 (SEMEGHINI, 1988, p. 220).

O deslocamento de grandes empresas para a cidade e a região ainda na primeira metade dos anos cinquenta⁵⁶ atestaria que o fator fundamental na atração desses investimentos seria o seu processo prévio de desenvolvimento capitalista e de industrialização, permitindo também “a integração regional às determinações e à dinâmica do novo padrão de acumulação e à presença das grandes empresas, estimulando-se fortemente a base econômica local, especialmente a indústria” (SEMEGHINI, 1988, p. 221-222). Outros importantes determinantes também foram o “boom” agrícola e a ação do Estado com a implantação da Replan, além do poderoso indutor da industrialização local representado pelo crescimento urbano.

Semeghini (1988), a partir das observações supracitadas, contesta as interpretações sobre a generalização da implantação industrial em áreas do interior mais próximas de São Paulo, as quais seriam simples “desbordamento” da Região Metropolitana paulistana, constituição do “entorno” da capital, como defendida por Azzoni (1986, 1995), ou ainda de uma “macro-metrópole”⁵⁷. Na opinião do autor, tais

⁵⁶ A localização industrial foi o primeiro vetor da configuração metropolitana, uma vez que as empresas que se deslocaram para a região a partir dos anos 50, dado seu porte e alcance (mercado nacional), privilegiaram a instalação ao longo das rodovias. A via Anhanguera induziu a urbanização acelerada no seu entorno, primeiro em Campinas e a seguir em Valinhos, Vinhedo, Sumaré e Nova Odessa (GONÇALVES; SEMEGHINI, 2002; SEMEGHINI, 2006).

⁵⁷ Castello Branco, Pereira e Nadalin (2013), Cunha et al. (2013), Silva, Cunha e Ortega (2017) e Castro e Júnior (2017) ressaltam que a discussão em torno da “macrometrópole paulista” foi prenunciada por Souza (1978) no final da década de 1970, porém se consolidou entre 2000 e 2010, fomentada pelas designações recentes adotadas pela Emplasa (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A) nos planos oficialmente lançados. De acordo com Queiroga e Benfatti (2007), o termo “macro-metrópole” (Souza, 1978) expressa expansões de uma metrópole, ou seja, expansões da dinâmica urbano-industrial para além dos limites territoriais metropolitanos oficiais, enquanto o núcleo principal estruturador dos territórios é mantido. No caso brasileiro, a difusão industrial pelo interior paulista teria consolidado a “macro-metrópole”, cujo território ocuparia a parcela mais concentrada e contínua do

interpretações seriam equivocadas, pois “sem levar na devida conta o processo local de desenvolvimento e sua interação com o movimento geral não é possível explicar as características específicas de cada industrialização regional, nem entender os contornos que vai adquirindo a divisão do trabalho no território” (SEMEGHINI, 1988, nota 43, p. 222).

Isto é, o entendimento de Campinas como parte do conjunto regional formado pela metrópole (São Paulo) e o “interior próximo”, o qual se beneficiaria de um mero espraiamento industrial da região central para sua área periférica, como indicou Azzoni (1986, 1995), ignorava, na visão de Semeghini (1988), as características históricas e o processo prévio de desenvolvimento capitalista e de industrialização de Campinas, apoiado na diversificação de sua estrutura produtiva, capacidade de se estabelecer como interface entre a capital e o interior, o acelerado crescimento urbano e a função precoce de centralidade exercida em relação a outras regiões do interior.

A evolução do setor terciário complementa o entendimento sobre a complexidade que as funções urbanas adquiriram entre os anos 1960 e 1980. Esse setor acompanhou as exigências colocadas pela evolução da produção agrícola e industrial e recebeu, adicionalmente, estímulos do processo de desenvolvimento de uma ampla área do interior do estado, para a qual Campinas exerceu a função de polo urbano. Entre os anos 1970 e 1980, o comércio varejista aumentou em 53% seu número de estabelecimentos, e em 121% o pessoal empregado (SEMEGHINI, 1988).

Os segmentos mais tradicionais do comércio varejista perderam importância, como vestuário, alimentos, tabacaria, ao mesmo tempo que aumentou o peso das grandes redes de supermercados, lojas de departamentos e gêneros como materiais de construção, máquinas, aparelhos e equipamentos, boutiques e o comércio especializado, refletindo diretamente o crescimento populacional e urbano do período. No comércio atacadista, a cidade empregava quase 5.174 pessoas em 626 estabelecimentos em 1980, crescimento de 73% no pessoal empregado e 152% no número de estabelecimentos em relação ao ano de 1970 (SEMEGHINI, 1988, p. 223-224).

processo de dispersão da indústria metropolitana, envolvendo, além da Grande São Paulo, as regiões administrativas de Sorocaba, Campinas, São José dos Campos e Baixada Santista. Pasternak e Bógus (2019, p. 434) apontam que, no trabalho realizado pela Emplasa em 2014, a delimitação da macrometrópole paulista compreende cinco RMs (São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba/Litoral Norte), duas aglomerações urbanas (Piracicaba e Jundiaí) e a microrregião de Bragançana.

Agregando-se Campinas e os municípios do entorno, como Sumaré, Paulínia e Valinhos, com 3,3% da população do estado em 1980, essa área detinha o maior volume de emprego no comércio estadual após a Capital e respondia por 5% da receita do comércio varejista e 14% da receita do comércio atacadista. Quanto ao setor de serviços, na década de 1970, o emprego cresceu à taxa de 14,9% ao ano, taxa superior à estadual e à da Grande São Paulo. Os maiores crescimentos quanto à população economicamente ativa aconteceram em atividades sociais (170%), prestação de serviços (130%) e transportes e comunicações (71%) (SEMEGHINI, 1988, 1992).

As ligações de Campinas com o interior são reforçadas no setor de energia elétrica e telecomunicações (CPFL, Telebrás, Telesp, etc.), a abertura de novas rodovias, o crescimento do transporte rodoviário e a função de “nó” ferroviário entre a região e o interior paulista e outros estados, exercendo a função de centro irradiador e receptor de cargas⁵⁸. Ademais, a cidade centralizava as sedes regionais de todos os grandes e médios bancos e contava com agências de todos os bancos estrangeiros com operação no Brasil naquela época, destacando-se como terceira praça em movimento bancário do país. O aeroporto de Viracopos reforçava a pauta do mercado exterior, quando a cidade também se transformou em uma das principais praças exportadoras do país (SEMEGHINI, 1988, p. 224-225).

Sobre o desenvolvimento do terciário ligado à população, as funções hospitalares e educacionais foram ampliadas com o crescimento urbano, com estímulo à atividade universitária e científica (Unicamp, PUCC, entre outros). Portanto, observa-se como na década de 70 o conjunto do terciário em Campinas ampliou-se, diversificou-se e modernizou-se, acompanhando o desenvolvimento da base produtiva e o crescimento da população urbana e acelerando a transição do papel de polo regional para o de centro metropolitano (SEMEGHINI, 1988, 1992).

Tendo em vista o processo de urbanização mais intenso verificado nesse período devido à industrialização local e regional e à ampliação e diversificação das funções de polo terciário na cidade-sede, também é de suma importância acompanhar

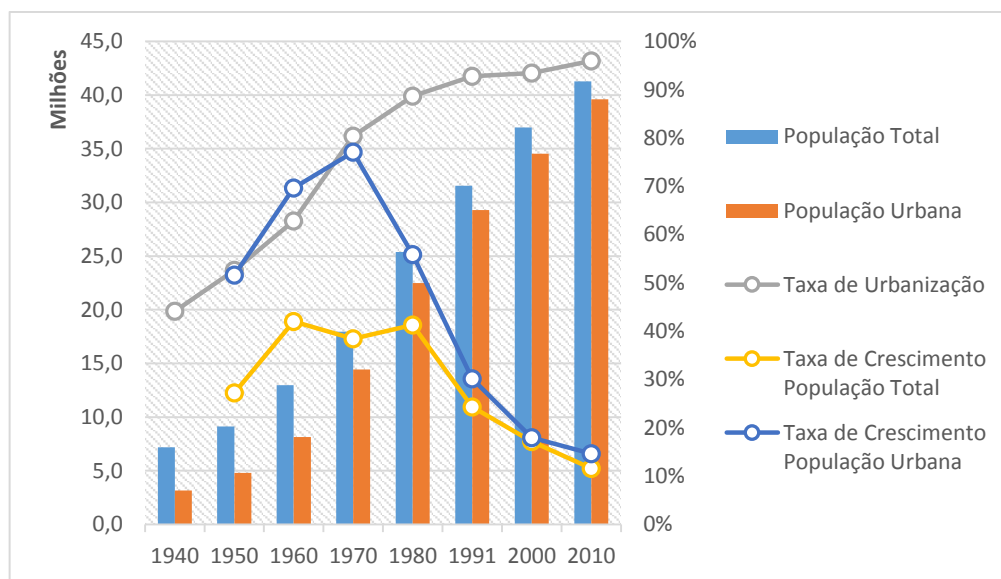
⁵⁸ Semeghini (1988, p. 225) destaca o desenvolvimento do terciário ligado à produção, cuja modernização estimulou o desenvolvimento em Campinas do segmento de apoio com empresas de variados setores, principalmente o “quaternário”, envolvendo serviços de engenharia, informática, consultoria, publicidade, etc.

o crescimento urbano observado, juntamente com a expansão física de Campinas nesse período.

- *O crescimento populacional e a expansão urbana de Campinas no período 1960/80*

A população do Estado de São Paulo saltou de um patamar de pouco mais de 7,1 milhões de habitantes, em 1940, para mais de 25,3 milhões de habitantes em 1980. Ou seja, a população total mais que triplicou nesse período (3,53), aumentando em 253% entre 1940 e 1980. A população urbana, por sua vez, apresentou uma evolução ainda mais expressiva nesse mesmo período: era 7,1 vezes a população de 1940, apresentando uma taxa de crescimento de 610% entre 1940 e 1980. A urbanização foi intensa nesse período, saltando de uma taxa de 44,12% em 1940 para 88,65% em 1980 (Gráfico 2).

Gráfico 2. População Total e Urbana, Taxa de Crescimento e Grau de Urbanização. Estado de São Paulo. 1940-2010.



Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1950 a 2010, SIDRA/IPEADATA).

Devido ao intenso dinamismo e industrialização, a população se concentrou principalmente na região da Grande São Paulo durante essa etapa, atenuando-se apenas décadas de 70/80, quando as regiões do litoral, Vale do Paraíba e, principalmente, a de Campinas, aumentam suas participações. Semeghini (1992, p. 34) aponta que, na década de 70, a região de Campinas atraiu elevado fluxo

migratório, principal responsável por seu crescimento demográfico, atingindo mais de 12% de participação populacional relativa ao estado em 1980. Do fluxo migratório total demandado pelo Estado de São Paulo, 21,4% dirigiu-se para a região de Campinas, assim como 53% da migração que se dirigiu ao interior paulista também teve como destino essa região. Da mesma forma, internamente, a concentração populacional reproduziu-se: a sub-região de Campinas concentrou 46% do contingente demográfico.

A população urbana da região aumentou 76% nos anos 70, ao passo que a população rural apresentou diminuição de 6%, percentual inferior à retração apresentada pela população rural estadual, conservando ainda expressivo contingente populacional rural. Os efeitos sobre a rede urbana da região foram sentidos: em 1980, havia 7 cidades com mais de 100 mil habitantes, sendo que 11 dos 22 municípios com taxa de crescimento superior a 4% ao ano localizavam-se na sub-região de Campinas, formando o “contínuo” de maior crescimento populacional e industrial regional. Destacaram-se Sumaré, Nova Odessa e Santa Bárbara d’Oeste, os três municípios de maior crescimento da década no espaço adjacente a Campinas (SEMEGHINI, 1992, p. 34-35).

Iniciada nas décadas de 50 e 60 e aprofundada durante os anos 70, a expansão urbana de Campinas também apresentou maior dinamismo com a consolidação do processo de industrialização, conformando a “grande cidade” do interior paulista. O movimento de horizontalização⁵⁹ e periferização, iniciado num primeiro momento pela instalação das plantas das grandes indústrias nos eixos da Anhanguera e da Santos Dumont, seria fortemente destrinchado “com o aumento dos vazios que entrecortam a malha urbana e são retidos como reserva de valor, mecanismo este de valorização imobiliária que dominaria a dinâmica urbana das décadas de 50, 60 e 70 em diante” (SEMEGHINI, 1992, p. 47).

O crescimento populacional aumentou a demanda por incorporação de novas áreas urbanas⁶⁰ para moradia, instalação de indústrias, comércio e serviços, sistema

⁵⁹ A horizontalização do espaço urbano estaria relacionada ao ganho especulativo oriundo da dotação de infraestrutura em áreas vazias, mediante inversão de recursos públicos para atingir loteamentos periféricos distantes, possibilitando a privatização do diferencial de valor da terra adquirido nesse processo. No caso de Campinas, a ação da Cohab, a partir dos anos 60, incrementou a horizontalização já antes induzida fortemente pela implantação das novas indústrias a partir dos anos 50, tendo sido sua principal indutora (SEMEGHINI, 1988, p. 235).

⁶⁰ Em 1954, a área urbana de Campinas correspondia, em mil m², a 52.921. Em 1980, correspondia a 172.876 mil m², uma variação absoluta de 119.955 mil m², de acordo com Semeghini (1988, p. 233).

viário, mediante parcelamento do solo (loteamentos), com o intuito de atender ao real crescimento da demanda de uso e também devido aos interesses do capital imobiliário especulativo, ávido por valorização imobiliária com a passagem de terreno rural para suburbano e urbano. Semeghini (1988), para medir a importância da especulação imobiliária, utiliza um indicador que considera a relação da área urbana por habitante. Os resultados para Campinas mostraram grande proporção de vazios urbanos, “lotes ociosos à espera de valorização”⁶¹ (idem, p. 234).

No espaço urbano, principalmente após a década de 70, dois processos interligaram-se, atendendo aos interesses do capital imobiliário: a “verticalização” para as classes de rendas altas, e a “horizontalização” no caso da população de renda mais baixa. Reproduz-se, em Campinas, um padrão urbanístico vigente nas grandes cidades brasileiras, contemplando as necessidades de valorização do capital construtor e loteador e dos segmentos dominantes no processo de acumulação, a construção civil e a indústria automobilística (SEMEGHINI, 1988, p. 238-239). Tal crescimento urbano, tanto populacional quanto físico, deteriorou o padrão de vida de Campinas, antes apontada, até o período da industrialização pesada, como uma das cidades com melhores padrões urbanísticos do Brasil (SEMEGHINI, 1992, p. 38).

A conjuntura de acentuada expansão econômica dos anos 70 transformou as condições urbanas de Campinas, consolidando evidências de que uma nova grande cidade emergiria. No bojo do movimento de interiorização da indústria, os fatores de atração industrial, como aceleração da urbanização, possibilidades de complementariedade produtiva, diversificação de atividades terciárias de apoio e mercado de trabalho amplo, compuseram o “ambiente industrial” necessário para atrair grande parcela da produção manufatureira, credenciado pelo seu desenvolvimento anterior (SEMEGHINI, 1992, p. 40).

A expansão e sofisticação na oferta de serviços, sobretudo culturais e de lazer, acompanhando as alterações nos hábitos de vida, também afirmaram a nova feição de grande centro urbano em desenvolvimento. No entanto, esse processo não ocorreu

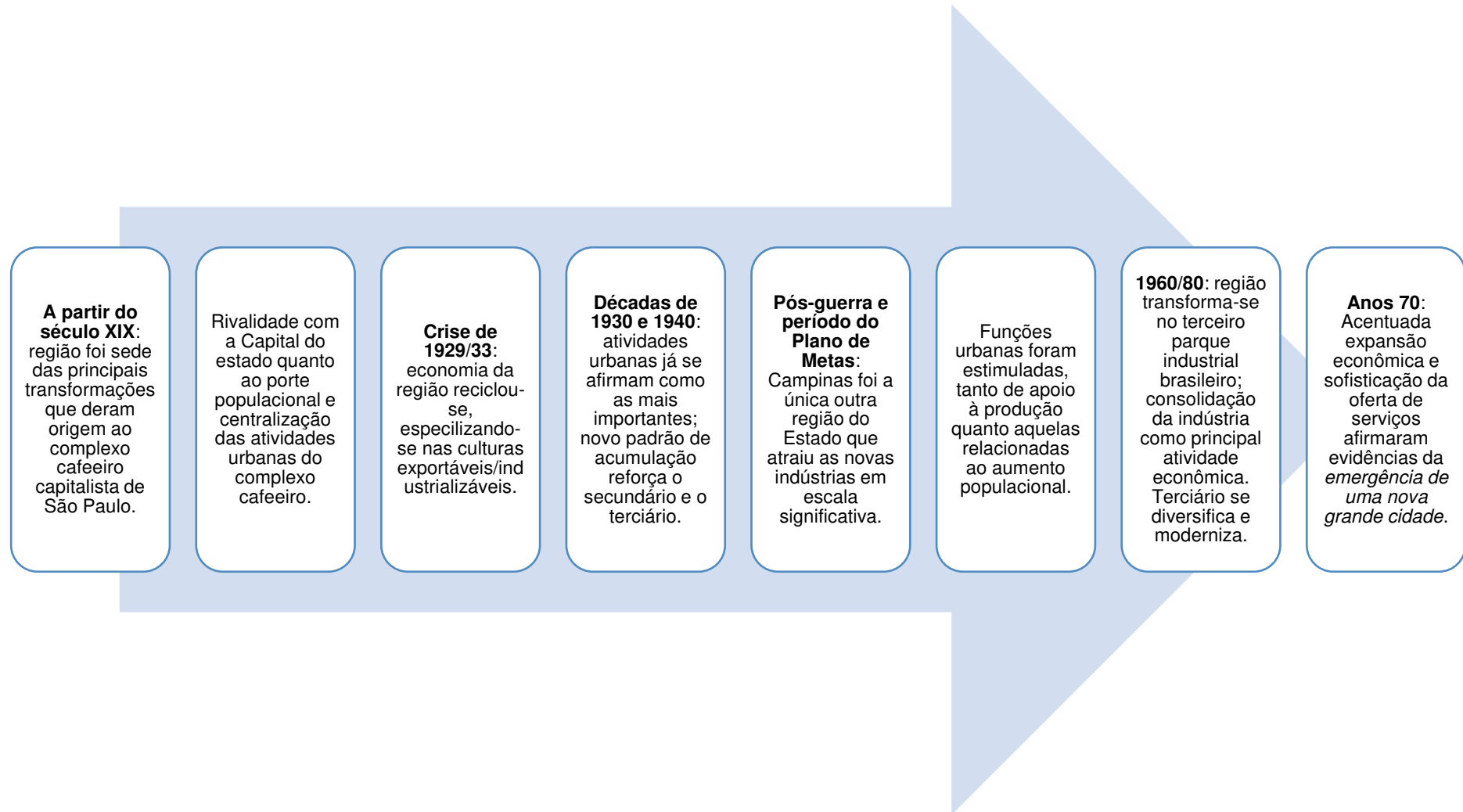
Entre 1960 e 1980, a população urbana aumentou a uma taxa anual de 6,2% na década de 60 e de 5,8% na década de 70, saltando de 186 mil para 591 mil habitantes, de acordo com dados de Semeghini (1988, p. 227), devido principalmente aos fluxos migratórios, com prevalência dos migrantes com residência anterior no próprio estado de São Paulo. Por outro lado, Minas Gerais e Paraná foram os estados responsáveis pelos maiores contingentes atraídos à Campinas.

⁶¹ Os resultados encontrados por Semeghini (1988, p. 234) foram: 197,5 m²/hab. em 1940; 349 m²/hab. em 1968 e 292 m²/hab. em 1980.

sem um ônus, reflexo da heterogeneidade estrutural característica da industrialização desse período no Brasil e também marcante das grandes cidades brasileiras: a deterioração em termos sociais e da qualidade de vida da população, verificada pelos indicadores de educação, saneamento, habitação e pela explosão do favelamento (SEMEGHINI, 1992, p. 46).

A Figura 3 abaixo sintetiza as principais transformações da estrutura urbana da região de Campinas, do século XIX até o fim da década de 1970, quando já se observa a emergência da conformação da metrópole do interior do Estado de São Paulo:

Figura 3. Evolução temporal da estrutura e das funções urbanas da região de Campinas.



Fonte: Elaboração própria com base em Semeghini (1988, 1992, 2006) e Gonçalves e Semeghini (2002).

1.3.2 Anos 1980 e 1990: avanço da metropolização e conformação metropolitana

No entorno imediato de Campinas, a industrialização acelerada da década de 1970 potencializou a conformação de um aglomerado urbano⁶², que é hoje a maior concentração populacional, industrial e de serviços no estado depois da Grande São Paulo. O crescimento populacional e industrial acelerou o processo de expansão física dos espaços urbanos nos municípios da área, e coube à cidade de Campinas assumir papéis e funções que a configurariam em nova metrópole, de âmbito regional, e a exercer papel relevante ao comandar a região que assumiu a liderança da expansão industrial no Interior no momento da desconcentração relativa da indústria metropolitana, em que a década de 70 foi o marco de mudanças notáveis e decisivas (SEMEGHINI, 1988, p. 247-248; GONÇALVES; SEMEGHINI, 2002, p. 28-29).

A localização das atividades fora dos centros urbanos, ao longo das rodovias, como a Anhanguera, Santos Dumont e a rodovia D. Pedro I, contribuiu para interligar as economias das várias cidades, unificando o mercado de trabalho local e estimulando os fluxos pessoais e produtivos intermunicipais. Simultaneamente à renovação e modernização da centralidade de Campinas, ocorria o processo de sua metropolização como decorrência, portanto, de dois processos desenvolvidos concomitantemente nesse espaço: a transformação econômica derivada da industrialização pesada e processada a partir de sua base econômica, urbana e social previamente constituída, e a apropriação, uso e ocupação do solo urbano, na qual é essencial a ação sancionadora do poder público (SEMEGHINI, 1988, p. 254-255; GONÇALVES; SEMEGHINI, 2002, p. 46).

Para Gonçalves e Semeghini (2002), a transformação de Campinas em metrópole expressa o extraordinário desenvolvimento de um dos mais tradicionais centros regionais de São Paulo, situando-se em uma posição estratégica, “no raio de influência imediata da Região Metropolitana de São Paulo, mas estruturando uma área de influência própria [...] o de frente de expansão da modernização capitalista para o Interior, conquistando posições de liderança com base na irradiação de sua

⁶² Compreendendo, além de Campinas, principalmente os municípios de Sumaré, Valinhos, Vinhedo, Paulínia, Indaiatuba e Nova Odessa. Essa aglomeração de sete municípios apresentaria elevado grau de conurbação e os mais intensos fluxos intra-urbanos (SEMEGHINI, 1988, p. 248; GONÇALVES; SEMEGHINI, 2002, p. 43).

atuação para além dos limites do município” (p. 27-28). A trajetória nos anos 80 foi de ampliação e desenvolvimento das principais funções urbanas e do conjunto de novas possibilidades econômicas construídas no período anterior, as quais continuaram a evoluir e apresentavam tendência à transição de centro regional de médio porte para uma nova metrópole. O conjunto de equipamentos implantados, principalmente durante os anos 70, constitui uma das faces mais visíveis da metropolização em curso:

Entre eles, destacam-se o aeroporto internacional de Viracopos, que foi durante bom tempo o principal do Estado [...]; a Unicamp, hoje [década de 80] em muitas áreas a mais importante universidade do país; dois grandes hospitais de Clínicas, o da própria Unicamp e o da PUCC; um complexo de entrepostos e hipermercados, situados nos principais eixos rodoviários, e que atraem clientela inclusive de outros estados; um grande shopping center – o maior do país em áreas; duas estações de TV em operação, cobrindo grande região do interior; e o aparato de pesquisas científicas, envolvendo Universidades, Instituto Agrônomo, Telebrás [...] (SEMEGHINI, 1992, p. 62).

Em relação a complexos de dimensão nacional, há o petroquímico nucleado pela Replan e o de microeletrônica e informática em torno dos centros de pesquisa. A dimensão do setor terciário, além do populacional, seguramente, é o que coloca Campinas como um dos principais centros do país e confirma o porte metropolitano, já que conforme se expandia, o terciário também se sofisticava e se diversificava, alterando a escala e a qualidade, uma das marcas da metropolização: grandes lojas de departamento, supermercados, redes atacadistas, equipamentos culturais, artísticos e de lazer, rede hoteleira e de restaurantes, assim como a multiplicação das empresas de ônibus e transportadores de carga, dos bancos, agências, imobiliárias e administradoras de imóveis, construtoras e firmas de projetos (SEMEGHINI, 1992, p. 63-64).

As mudanças na relação PEA urbana/População urbana são apontadas como um forte indicador das transformações na estrutura social e nos padrões de vida urbana desenvolvidos com a industrialização pesada, pois a incorporação relativa da população ao mercado de trabalho revela o maior grau de desenvolvimento econômico, e no caso de Campinas, essa relação apresentava em 1980 uma proporção de incorporação inclusive superior à da capital, à do estado de São Paulo e à média brasileira⁶³. O desenvolvimento econômico advindo com a industrialização pesada transformou Campinas em uma área singular, no cenário paulista e brasileiro:

⁶³ A relação PEA urbana/População Urbana no município de Campinas, em 1980, era de 47,1%, enquanto a capital apresentava uma proporção de 45,3%, e o estado de São Paulo e o Brasil, 41,6% e

Nesse transcurso gerou-se uma estrutura produtiva complexa, moderna, com perfil de economia desenvolvida, e que, ao contrário das demais regiões do estado, pôde aliar o elevado crescimento industrial ao desenvolvimento agrícola, contando, ao mesmo tempo, com o suporte de um setor terciário que acompanhou as mudanças, modernizando-se e diferenciando-se por sua vez (SEMEGHINI, 1988, p. 229).

Como resultado do que foi exposto anteriormente, duas características da cidade tornaram-se importantes: por um lado, a dimensão relativa de sua classe média, com profissionais liberais das mais variadas especializações, e por outro lado as oportunidades de trabalho no “setor informal”, decorrentes da gama de serviços demandados pelos segmentos sociais médios e, também, forte estimulante dos fluxos migratórios que demandam a cidade. Portanto, do crescimento econômico do período, emergiu um amplo segmento social com padrões de vida comparados aos das sociedades desenvolvidas e também se consolidou, como característica dos desequilíbrios do desenvolvimento brasileiro, uma grande parcela de população pobre, com problemas de empregabilidade e remuneração (SEMEGHINI, 1988, p. 230-233).

Ou seja, os sinais da metropolização em Campinas se expressam pelo porte do terciário e populacional e pela influência que exerce sobre porções consideráveis do território estadual, evidências já mencionadas. Ademais, pelo “lugar que ocupa nos cenários estadual e nacional em termos econômicos, científico-culturais ou de serviços. Essas condições ficam claras quando se considera tanto o porte de alguns equipamentos instalados na cidade, quanto as dimensões do seu setor terciário” (idem, p. 65-66). Logo, a aglomeração populacional e a conurbação física não definem por si só o processo de metropolização: a própria demanda por novos fluxos de capitais surgida na área de Campinas, que não fossem aqueles ligados aos capitais e interesses meramente locais, também era uma característica sinalizada como da metropolização em curso (SEMEGHINI, 1988, p. 255).

Por fim, sobre a transformação na estrutura urbana e social de Campinas no período de 1960 a 1980, aprofundada principalmente no decorrer dos anos 70, são gestadas as características associadas comumente a um processo de metropolização: “novos fluxos de capitais, mercadorias e serviços; centros de

38,2%, respectivamente. Em 1960, essa relação em Campinas era de 39,4%, de acordo com dados de Semeghini (1988, p. 228-229).

decisões administrativas e empresariais cada vez mais distantes de interesses e capitais apenas locais e ‘movimentos pendulares’ da população, nos deslocamentos moradia/trabalho e para compras ou acesso aos serviços” (SEMEGHINI, 1988, p. 256).

Semeghini (1988, p. 257) assinala que o avanço do processo de metropolização em Campinas dependeria da implantação e desenvolvimento dos setores de alta tecnologia, dos serviços e comércio modernos, assim como dos estabelecimentos de ensino e pesquisa superior, estruturando, dessa forma, uma capacidade de oferecer condições de complementariedade entre as atividades e um mercado altamente qualificado. Todavia, como já citado anteriormente, esse processo aconteceria refletindo também os problemas relacionados ao atraso estrutural e de exclusão social, característicos do desenvolvimento brasileiro, impactando seriamente a qualidade de vida de parcela de seus moradores⁶⁴.

A dinâmica urbana local e regional seria condicionada também por novo fator, representado pelo demasiado aumento da violência, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 90. De acordo com Semeghini (2006), “bairros inteiros com excelente infraestrutura viram-se abruptamente desvalorizados, ruas e acessos viários passaram a ser obstaculizados pelos moradores e exacerbou-se ao extremo a verticalização e a formação de loteamentos fechados” (p. 65). Nos anos 90, o espraiamento da área urbanizada também apresentou características e direções distintas do processo de periferização dos anos 70, com a intensificação da incorporação de áreas mais afastadas “através de loteamentos e condomínios horizontais de médio e alto padrão construtivo e baixa densidade” (SEMEGHINI, 2006, p. 68).

⁶⁴ A deterioração do padrão de vida em Campinas pode ser analisada pelos indicadores de qualidade de vida: em 1980, um terço da população urbana de Campinas vivia em habitações subnormais; a população favelada era 8% da população urbana, considerando os cortiços e os loteamentos precários. As posições relativas de Campinas quanto aos principais municípios paulistas, entre 1970 e 1980, pioraram no que diz respeito à cobertura em rede de águas, em rede de esgotos e em iluminação elétrica residencial. A população absoluta de analfabetos cresceu. Para maiores detalhes acerca dos efeitos sociais do crescimento econômico, populacional e urbano em Campinas nesse período, consultar Semeghini (1988), páginas 240-247.

1.3.3 A metrópole Campinas: uma nova dinâmica urbana interiorizada no período 2000-2019

Como assinalado anteriormente por Semeghini (1988, 1992) e Gonçalves e Semeghini (2002), Campinas foi capaz de auferir benefícios pela ligação natural entre a Grande São Paulo e o Interior agrícola, desenvolvendo funções de “lugar central” na região agrícola mais rica do interior paulista e capitalizando para si benefícios e riquezas oriundos do avanço da ocupação econômica no Oeste do estado, ao mesmo tempo que se estabeleceu uma certa complementariedade entre Campinas e São Paulo, possível pela característica fundamental do processo de urbanização paulista: “a formação e crescimento da Metrópole de São Paulo [...] ocorreu mediante uma divisão de trabalho articulada, reciprocamente referida, em que se desenvolveram simultaneamente o Interior e a Capital, núcleo original da Metrópole” (GONÇALVES; SEMEGHINI, 2002, p. 28).

A renovação e modernização da centralidade de Campinas seria reafirmada pela atuação do setor terciário, com a consolidação de aparatos setoriais direcionado ao mercado estadual e até nacional e a dinâmica do processo de interligação das economias das várias cidades da Região Metropolitana de Campinas, articulando fortemente os fluxos pessoais e produtivos. Ademais, o processo de industrialização e urbanização da Região de Campinas teria ocorrido de forma diferenciada em relação ao das principais metrópoles nacionais, pois, além do polo regional, os demais municípios foram também capazes de estabelecer uma base econômica expressiva e dinâmica, tanto industrial, quanto agrícola, configurando uma estrutura diferenciada daquela das demais regiões metropolitanas, caracterizada pela presença de um município rico cercado de municípios dormitórios (SEMEGHINI, 1988; SANTOS et al., 2011; BAENINGER; GONÇALVES, 2000).

Fernandes, Brandão e Cano (2002) destacam, ainda, que a Região Metropolitana de Campinas apresenta padrões médios de renda elevados quando comparados àqueles do próprio Estado de São Paulo e do Brasil, com dinamismo que repercute no conjunto da economia brasileira, ainda que o produto, o emprego e a renda encontrem-se relativamente concentrados em alguns dos municípios integrantes da RMC, com destaque para o município de Campinas (p. 461). A concentração no município núcleo não impediria, contudo, a conformação de territórios limítrofes que formam conjuntos conexos, “com forte integração física e

econômica entre os diferentes municípios, com enorme fluxo de mercadorias e pessoas, configurando um típico processo de metropolização” (FERNANDES; BRANDÃO; CANO, 2002, p. 418).

O terciário desenvolveria papel decisivo nesse processo, uma vez que a sofisticação do seu mercado consumidor atraiu grandes empreendimentos terciários e equipamentos urbanos de dimensão metropolitana, e a proximidade com a RMSP, de um lado, e outras regiões do interior, de outro, impulsionaria um terciário avançado, que se fortalece como grande centro de prestação de serviços mais especializados e sofisticados (p. 418). A região teria posição privilegiada para a localização da nova indústria no interior do estado, devido às vantagens locacionais tais como “proximidade com a RMSP e com o maior mercado consumidor do país, excelente logística aeroportuária, rodoferroviária e de pesquisa em ciência e tecnologia, disponibilidade de mão-de-obra com alta qualificação”, vantagens apontadas como fatores importantes na “atração de investimentos de porte e de qualidade para o espaço metropolitano campineiro” (FERNANDES; BRANDÃO; CANO, 2002, p. 415).

Como os autores buscaram ressaltar, em relação às demais regiões metropolitanas, Campinas apresenta uma estrutura urbana com características próprias, em que a tendência de concentração populacional no município sede é bem menos marcada, resultando em uma conformação da rede urbana mais equilibrada, com a presença de centros secundários de atividades econômicas e com expressivo contingente populacional. Carlos Américo Pacheco, no prefácio da obra *Livro Verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas* (FONSECA; DAVANZO; NEGREIROS, 2002), refere-se a Campinas como uma metrópole sobretudo pela intensa articulação econômica, social e cultural que existe entre seus distintos subespaços, além de sua dimensão populacional e econômica e as características clássicas de conurbação ou dependência funcional entre os municípios que a compõem.

O deslocamento pendular, a natureza variada dos fluxos dos mais diversos tipos e a interdependência entre seus municípios seriam as suas características mais importantes, de acordo com Pacheco. Especificamente do ponto de vista demográfico, Baeninger (2001, p. 326) nota o componente migratório – especialmente os deslocamentos internos – como um dos elementos fundamentais na configuração da nova espacialidade subjacente à oficialização da Região Metropolitana de Campinas,

assim como para o conhecimento do processo de metropolização em Campinas, a despeito do pouco conhecimento sobre os nexos dinâmicos entre os municípios que a compõe (BAENINGER; GONÇALVES, 2000).

Apesar dos aspectos ressaltados anteriormente e o desenvolvimento do porte e das funções metropolitanas no núcleo (Campinas) e sua região, para Queiroga e Benfatti (2007), a proximidade com a maior e mais importante economia metropolitana do país (a Metrópole de São Paulo) acarretaria vantagens e desvantagens, tornando a região uma metrópole incompleta, mas com um polo megalopolitano⁶⁵, uma vez que a Região Metropolitana de Campinas poderia ser compreendida a partir de uma perspectiva dialética entre os processos de metropolização e de megalopolização.

Os autores procuram entender a estruturação da metrópole campineira com base na complexidade megalopolitana, avançando em relação à mera classificação de metrópole regional ou incompleta. Isto é, o crescimento de setores industriais mais modernos e a evolução populacional advindos com a expansão de áreas industrializadas, acarretando fortes conurbações e novas metropolizações, transformou a noção de uma simples expansão da metrópole industrial paulistana. Além das novas áreas de produção interioranas possuírem melhores condições urbano-industriais que o “centro inicial”, as ampliações das atividades do terciário superior fora da capital intensificaram a reestruturação urbano-industrial no território paulista, estabelecendo uma metamorfose:

De macro-metrópole centrada na cidade de São Paulo, passa-se a uma megalópole onde outros centros urbanos compõem uma complexa rede relacionada ao terciário superior, e se destacam, além da capital paulista, as cidades do Rio de Janeiro, Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto e Sorocaba. Estabelece-se, desta maneira, uma nova estrutura territorial, uma nova entidade urbana: a Megalópole do Sudeste do Brasil (QUEIROGA; BENFATTI, 2007, p. 44).

Nessa nova estrutura territorial estariam os maiores investimentos de capitais, públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, conformando a mais importante

⁶⁵ Como Queiroga e Benfatti (2007, p. 42) explicam, o conceito “megalópole” foi introduzido por Jean Gottmann (1961) para expressar, além da conurbação física, sobretudo a ampla conurbação funcional verificada em uma rede urbana muito densa, conectando de maneira complexa diversas entidades urbanas, entre elas distritos, cidades, aglomerações urbanas e metrópoles. Não se confundiria com o conceito de “megacidade”, relacionado às cidades ou metrópoles de população muito grande, acima de 10 ou 15 milhões de habitantes. Nessa dissertação, abordamos sucintamente a escala da megalópole com o intuito de demonstrar algumas limitações no entendimento de Campinas como espaço metropolitano avançado, principalmente no que diz respeito ao papel de comando em atividades empresariais e o alcance espacial de sua influência diante da perspectiva megalopolitana.

concentração urbano-industrial da América do Sul. Dialéticas sócio-espaciais de construção do território da Megalópole do Sudeste se refletiriam em Campinas, como um dos seus núcleos estruturadores: a megalópole se caracterizaria pelo sistema de fluxos (pessoas, mercadorias, capitais e informações) e pelos enclaves de alta densidade produtiva dos setores primário e secundário da economia, loteamentos e condomínios fechados e habitacionais de baixa densidade à beira das rodovias, atendendo para além das escalas municipais (QUEIROGA; BENFATTI, 2007, p. 48-49). Inserida nesse contexto, a Região Metropolitana de Campinas se revelaria como exemplar expressão do território megalopolitano:

Suas estradas cumprem diversos papéis, do escoamento de produtos de exportação, vindos de outros Estados ou ali produzidos, ao tráfego cotidiano de pessoas indo e vindo do trabalho, escolas, compras ou lazer. São “avenidas metropolitanas” – embora cobrem pedágios em suas extensões –, e são também infovias, que capacitam o território para cumprir novos papéis produtivos, informacionais e comunicacionais. Os fluxos na metrópole campineira são intensos e ainda se dão com grande eficiência, diferentemente do observado nas maiores metrópoles da Megalópole (São Paulo e Rio de Janeiro), onde os congestionamentos são cada vez maiores (QUEIROGA; BENFATTI, 2007, p. 48).

Ademais, a fragmentação das manchas urbanas na Região Metropolitana de Campinas seria uma das mais notáveis entre as metrópoles brasileiras, constituindo, em sua maioria, espaços fechados, “de acesso controlado, sejam destinados a moradia (condomínios ou loteamentos fechados), ao trabalho (centros empresariais, centros de pesquisa, condomínios industriais), ao consumo-lazer (hipermercados, *shoppings centers* e parques temáticos), ao estudo (escolas particulares e universidades com *campi* bastante afastados) ou mesmo à saúde [...]” (QUEIROGA; BENFATTI, 2007, p. 49). Grande parte desses espaços fechados possuiria escala megalopolitana ou maior, como o Aeroporto Internacional de Viracopos, as principais universidades, hospitais, *shopping centers*, “benefícios” da Metrópole de Campinas aproveitados pelos habitantes de alta renda, porém o mesmo não se pode dizer da população que depende do transporte coletivo (QUEIROGA; BENFATTI, 2007).

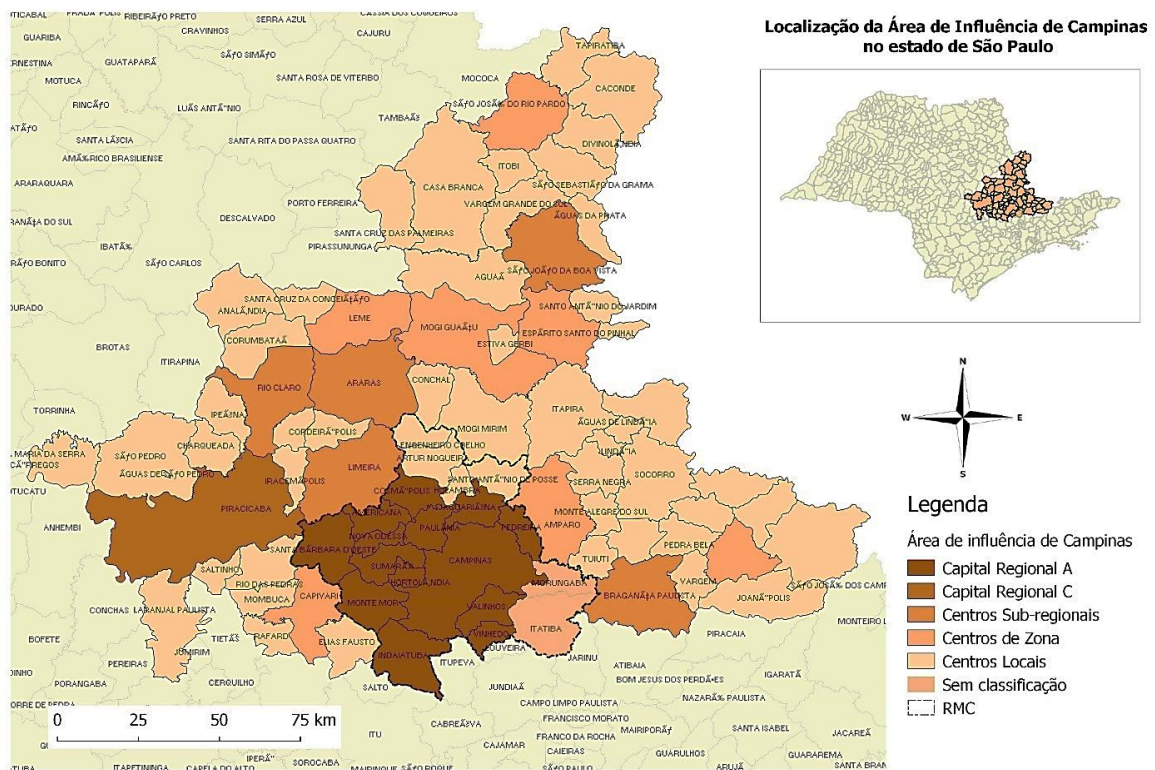
A Metrópole Campineira ganharia, desse modo, com a expansão verificada na Região Metropolitana de São Paulo e, por outro lado, não conseguiria se constituir como um polo metropolitano completo, de escala estadual, devido à proximidade com a Grande São Paulo. Ainda que um moderno e diversificado parque industrial se apresente na região de Campinas, a sede da maioria das grandes empresas encontra-

se em São Paulo ou no exterior. Porém, ser um polo da Megalópole do Sudeste do Brasil, ainda que de escala intermediária, atenuaria em muito, na visão dos autores, o caráter “incompleto” da Metrópole de Campinas (QUEIROGA; BENFATTI, 2007, p. 50-51).

O trabalho de Miranda e Porto (2019) revela aspectos relevantes para compreensão de características recentes do desenvolvimento urbano-regional de Campinas. Os autores destacam o reforço à centralidade do município de Campinas e aumento de importância do setor terciário na dinâmica da economia urbana. Analisando a relação da Região Metropolitana de Campinas (RMC) com as demais cidades de seu entorno, definidas como Região de Influência de Campinas (RIC)⁶⁶, identificadas tomando como referência o trabalho *REGIC 2007* (IBGE, 2008), os autores notam importantes aspectos referentes à centralidade exercida por Campinas dentro da rede urbana (Figura 4). Em termos de concentração urbana, por exemplo, ocorreu uma elevação da participação da Região Metropolitana de Campinas na população urbana da região, entre 2000 e 2010, reforçando ainda mais sua polarização, principalmente quando observam que o ganho de participação ocorreu sobre os núcleos intermediários dentro da região analisada. Nesse sentido, há um incremento do seu processo de metropolização.

⁶⁶ De acordo com Miranda e Porto (2019), a Região de Influência de Campinas (RIC) compõe-se de 81 municípios, que juntos apresentavam cerca de 5,3 milhões de habitantes e densidade demográfica de 235 hab./km², no ano de 2010. O comando desta rede cidades está na ACP de Campinas (Capital Regional A), resultante da aglomeração de 14 municípios, todos pertencentes à atual RMC e tendo Campinas como núcleo principal.

Figura 4. Região de Influência de Campinas (RIC): classificação dos níveis de hierarquia dos centros urbanos, 2007.



Fonte: Miranda e Porto (2019).

No plano econômico, comparada à RIC, a RMC elevou sua participação para 63% do PIB da região, ainda que tenha acontecido perda de participação do município de Campinas em relação à RMC, o que indica certa desconcentração econômica nos limites metropolitanos institucionais. Em termos do setor de serviços (com exceção dos serviços de administração, defesa, educação e saúdes públicas e seguridade social), são feitas duas importantes observações: a RMC ganhou participação em relação à sua área de influência, reforçando a centralidade que Campinas exerce dentro da rede de cidades que ela comanda, ao passo que o município de Campinas novamente apresentou queda de participação do seu valor adicionado no setor em relação à região metropolitana, demonstrando que cada vez mais sua importância econômica está relacionada à dinâmica metropolitana (MIRANDA; PORTO, 2019, p. 12-13).

Essas constatações são importantes principalmente quando recordamos que a dinâmica do setor de serviços é um dos principais indicadores da importância relativa das cidades na hierarquia urbana. O valor agregado na região é cada vez mais

Classificação da atividade econômica principal	RM São Paulo		RM Sorocaba		RM Campinas		RM Vale do Paraíba e Litoral Norte		RM Baixada Santista		RM Ribeirão Preto		Municípios não metropolitanos	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Indústrias de transformação	0	0	1	3,7	1	5,0	0	0	1	11,1	3	8,8	49	10,3
Indústrias extrativas	0	0	0	0	0	0	1	2,6	0	0	0	0	1	0,2
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,4
Produção florestal, pesca e aquicultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de Municípios	39	100	27	100	20	100	39	100	9	100	34	100	477	100

Fonte: Elaboração própria (IBGE, PIB dos Municípios – Ano de Referência 2010. 2016).

Observa-se como a RMC não apresentou nenhum município com dependência da administração pública na geração interna da riqueza, assim como a Grande São Paulo e a Baixada Santista. No quadro nacional, Miranda e Porto (2019) notam que 2.806 municípios (50,4%) tinham nesse segmento a principal atividade econômica em 2015. Mesmo os municípios paulistas não inseridos em regiões metropolitanas, apenas 11,3% dependiam da administração pública como a principal atividade econômica em 2016 (Tabela 2). Os *Demais serviços*⁶⁷ correspondiam à principal classe de atividades na geração de riqueza interna do maior número de municípios das regiões metropolitanas paulistas (acima de 70% em todas) em 2016, quase atingindo a totalidade dos municípios da Grande São Paulo e da RMC (acima de 90% em ambas).

No caso da RMC, apenas os municípios de Holambra, no qual destaca-se a agricultura, e Paulínia, com a indústria de transformação, não apresentavam o segmento *Demais serviços* como a principal classe de atividades na geração de riqueza interna em 2016. No cenário brasileiro, 27% dos municípios tinham nesse segmento a sua principal atividade econômica, enquanto no Estado de São Paulo esse percentual subia para 65,4% em 2015, abrangendo 422 municípios, “evidenciando-se ainda mais o espraiamento das atividades econômicas pelo território paulista, bem como a robustez de sua rede urbana, cujo setor de serviços é um segmento fundamental de sua dinâmica” (MIRANDA; PORTO, 2019, p. 19-20).

⁶⁷ Os autores fazem ressalva quanto à heterogeneidade desse setor: agrega atividades muito dinâmicas e intensivas em conhecimento, da mesma forma como revela também um “terciário pobre”, altamente informal (MIRANDA; PORTO, 2019).

Olhando com maior detalhe o grande setor de serviços a partir da abertura dos dados de emprego por setores, feito com base nas informações de população ocupada, obtidos pelos dados do censo de 2010, Miranda e Porto (2019) notam que 20,5% da população ocupada residente da RIC estavam alocadas em atividades ligadas à indústria de transformação, sendo que os municípios que formavam a ACP de Campinas respondiam por 46% dos postos de trabalho, refletindo sua importância como polo industrial. O comportamento de três importantes segmentos – indústria de transformação, comércio e construção, apontariam para a forma de distribuição da atividade econômica dentro da rede urbana e o sentido da hierarquia urbano-regional, pois os núcleos de maior hierarquia possuem em média um número maior de pessoas ocupadas em alguma dessas atividades (MIRANDA; PORTO, 2019, p. 20-21).

Os municípios que formavam a ACP de Campinas lideram nas atividades mais intensivas em conhecimento ou que envolvam maior relação de capital investido⁶⁸, conferindo maior sentido à centralidade de Campinas. Por outro lado, como marca do subdesenvolvimento no processo de urbanização brasileiro, refletido igualmente em Campinas na consolidação de seu processo de metropolização durante os anos 70 (SEMEGHINI, 1988, 1992), também residem na ACP de Campinas cerca de metade das pessoas ocupadas no setor de serviços domésticos, o qual concentra a maior parte da população em atividades relacionadas ao “terciário pobre” (MIRANDA; PORTO, 2019). Ou seja, no núcleo dessa rede de cidades estão concentrados o terciário avançado e o terciário “precarizado”.

Buscando compreender alguns dos condicionantes da hierarquia urbana na RIC nos últimos anos, Miranda e Porto (2019) analisam a diversidade da oferta de comércio e serviços entre os anos de 2006 a 2016, uma variável indicativa do grau de centralidade dos centros urbanos⁶⁹. Para tanto, é considerado o número total de classes de atividades de comércio e serviços relacionados no quarto nível da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). O grau de diversidade

⁶⁸ Como os segmentos de informação e comunicação; atividades administrativas e serviços complementares; atividades imobiliárias; atividades financeiras, de seguro e serviços relacionados; além de transporte, armazenagem e correio e atividades profissionais, científicas e técnicas (MIRANDA; PORTO, 2019).

⁶⁹ De acordo com os autores, a variável tem como parâmetros os mesmos critérios utilizados pela *REGIC 2007* (IBGE, 2008) e é baseada nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A CNAE 2.0 identifica 95 classes pertencentes à seção de comércio e 232 classes relacionadas às seções de serviços, perfazendo um total de 327 classes. Assim, o grau de diversidade da oferta de comércio e serviços de cada núcleo urbano corresponde a uma fração desse total, variando entre zero e um (MIRANDA; PORTO, 2019, nota 12, p. 24).

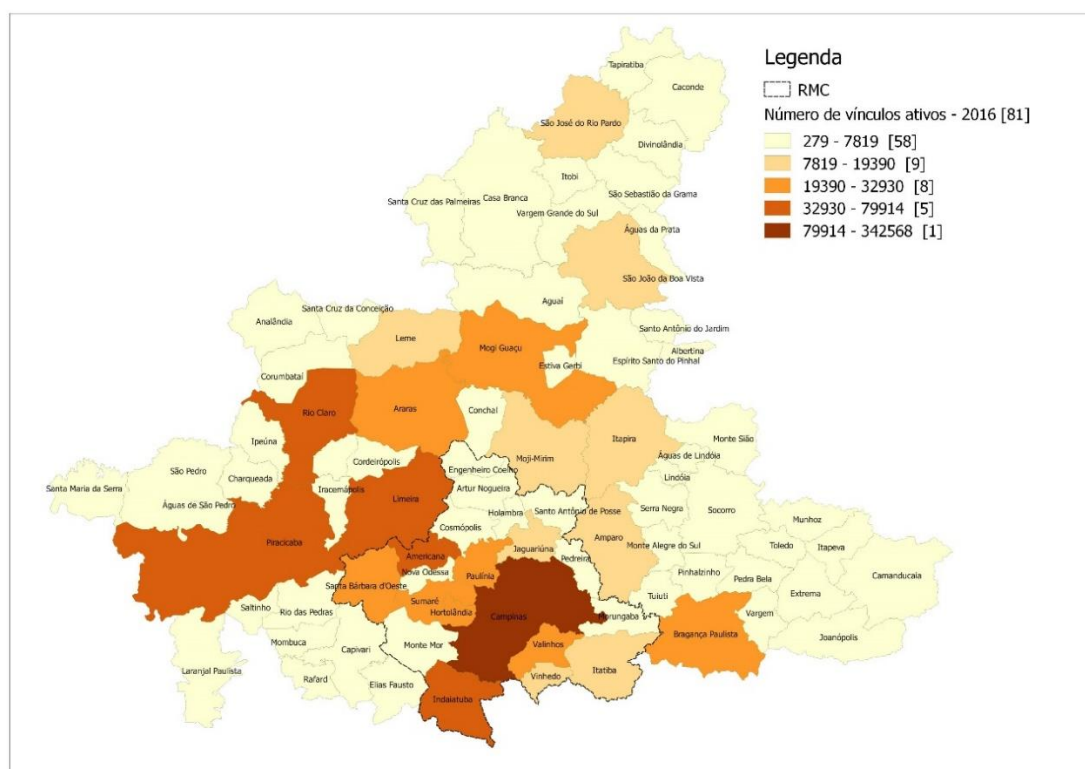
da oferta de comércio e serviços é obtido pela razão entre o número de classes na CNAE de cada município investigado em relação ao total possível de classes, no caso, 327 classes nos dois grupos de atividades.

Como já demonstrado a partir de outras variáveis e indicadores, o grau de diversidade da oferta de comércio e serviços também reforça a dimensão e importância do setor terciário na região campineira, assim como sua relevância enquanto segunda principal aglomeração do estado. Analisando a RMC e o seu núcleo de cidades, a ACP de Campinas, estas apresentaram, respectivamente, grau num patamar de 0,896 e 0,890 em 2016, inferiores apenas ao da RM de São Paulo (0,979)⁷⁰. O grau de diversidade superior da RMC em relação a sua ACP revelaria que municípios fora do seu núcleo principal apresentaram atividades não presentes no núcleo, embora o crescimento no número de trabalhos formais nas atividades de comércio e serviços tenha sido maior nos municípios da ACP de Campinas entre 2006 e 2016, indicando a maior dinamicidade dos núcleos da região (MIRANDA; PORTO, 2019, p. 24-26).

De fato, ao observarem o sentido que o emprego nas atividades de comércio e serviços se distribui espacialmente pela Região de Influência de Campinas (RIC), Miranda e Porto (2019) percebem que um eixo parte de Campinas em direção à Piracicaba, passando por Americana e Limeira, e subindo em direção à Rio Claro, Araras e Mogi Guaçu, destacando-se o entorno de Campinas, como os municípios de Indaiatuba, Valinhos, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Santa Bárbara d'Oeste (Figura 5). Por outro lado, a taxa de crescimento do emprego formal nestes setores foi maior nos municípios mais periféricos desta rede, e mesmo dentro da RMC o crescimento foi mais acelerado nos municípios situados no entorno de Campinas do que o do núcleo desta rede, “demonstrando um movimento de desconcentração do emprego em direção aos demais municípios da região metropolitana” (MIRANDA; PORTO, 2019, p. 29-30).

⁷⁰ Para maiores detalhes quanto aos resultados para outras regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do estado de São Paulo, ver Miranda e Porto (2019), página 25.

Figura 5. Região de Influência de Campinas: número total de vínculos ativos formais em atividades de comércio e serviços, 2016.



Fonte: Miranda e Porto (2019).

Por fim, o estudo de Miranda e Porto (2019) conclui, em linha com as considerações de Semeghini (1988), Santos et al. (2011) e Baeninger e Gonçalves (2000) revisitadas anteriormente, que a concentração da atividade econômica em Campinas não se traduz em maiores desequilíbrios internos em sua região, uma vez que a dinâmica da região se beneficiaria do maior dinamismo de seu núcleo, correspondendo a níveis de integração e divisão interna do trabalho mais equilibrado e com maior complementaridade entre as cidades.

A Tabela 3 traz algumas variáveis qualitativas consideradas com o intuito de fomentar a discussão realizada nos parágrafos anteriores, utilizando, para tanto, a base de dados do Produto Interno Bruto – PIB dos Municípios de 2016, na série que tem como referência o ano de 2010, e resgatando a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional⁷¹, discriminando os resultados para os municípios paulistas inseridos em regiões metropolitanas:

⁷¹ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Ministério atualiza classificação de municípios para as políticas de desenvolvimento.** Disponível em:< http://mi.gov.br/ultimas-noticias/-/asset_publisher/ZSVIyvx09vib/content/integracao-atualiza-classificacao-de-municipios-para-as-

Tabela 3. Classificação dos municípios das regiões metropolitanas de São Paulo de acordo com a tipologia da PNDR⁷², 2016.

Tipologia da PNDR	Alta Renda		Baixa Renda		Estagnada		Dinâmica		Total de Municípios
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	
RM São Paulo	17	43,6	0	0	13	33,3	9	23,1	39
RM Sorocaba	9	33,3	0	0	11	40,7	7	25,9	27
RM Campinas	15	75,0	0	0	3	15,0	2	10,0	20
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	12	30,8	0	0	16	41,0	11	28,2	39
RM Baixada Santista	2	22,2	0	0	6	66,7	1	11,1	9
RM Ribeirão Preto	14	41,2	0	0	16	47,1	4	11,8	34
Municípios não metropolitanos	117	24,5	9	1,9	226	47,4	125	26,2	477

Fonte: Elaboração própria (IBGE, PIB dos Municípios – Ano de Referência 2010. 2016).

Observa-se que 75% dos municípios da Região Metropolitana de Campinas podem ser classificados como de alta renda, 10% como municípios dinâmicos e apenas 15% como estagnados. Os municípios estagnados foram Engenheiro Coelho, Monte Mor e Morungaba e os municípios dinâmicos foram Hortolândia e Santo Antônio de Posse. Morungaba e Santo Antônio de Posse estavam entre os cinco municípios da Região de Influência de Campinas com redução do número de empregos formais no setor terciário entre 2006 e 2016, enquanto Monte Mor esteve entre os sete municípios da RMC com indicador de grau de diversidade da oferta de comércio e serviços inferior a 0,400, conforme os dados apresentados por Miranda e Porto (2019).

A análise dessas informações também é útil no sentido de ampliar a compreensão sobre a particularidade da RMC em relação à maior parte das outras regiões metropolitanas do país, em que o núcleo possui expressividade econômica e dinamismo muito superiores em relação ao seu entorno, geralmente composto por municípios satélites com menor expressão econômica e demográfica, como argumentam Semeghini (1988), Santos et al. (2011), Baeninger e Gonçalves (2000) e Miranda e Porto (2019). Ao notarmos que 15 dos 20 municípios integrantes do recorte institucional da RMC são classificados como alta renda, essa composição é inclusive notória na comparação com o próprio quadro metropolitano do estado de São Paulo (Tabela 3), já que é a região metropolitana com a maior concentração de municípios

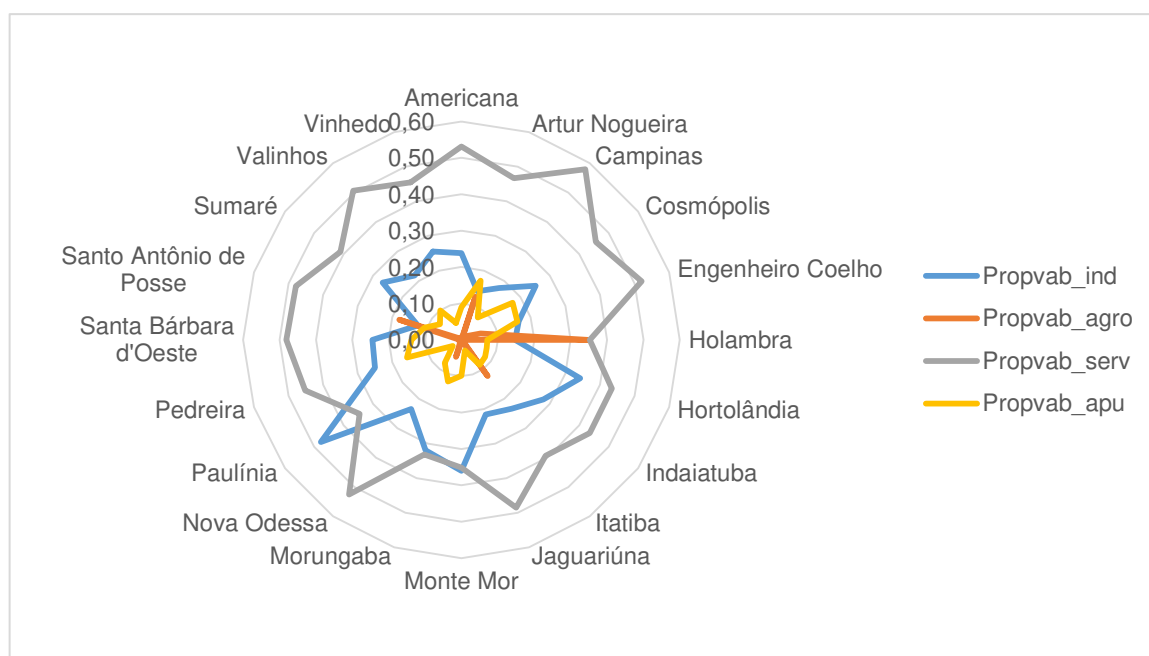
[politicas-publicas-de-reducao-das-desigualdades?inheritRedirect=false>](#). Acesso em 24 de junho de 2019.

⁷² Variável qualitativa que representa a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), de acordo com a nomenclatura antiga de classificação dos municípios em quatro categorias: alta renda, baixa renda, dinâmico e estagnado.

classificados como alta renda, com um percentual (75%) bastante superior em relação às outras RMs paulistas.

Cruzando essas informações com a principal atividade geradora de riqueza de cada município, percebe-se que dos 15 municípios da RMC classificados como alta renda, apenas 1 possui a indústria de transformação como principal atividade de valor adicionado bruto (Paulínia), já que a maioria, 13, está atrelada aos *demaís serviços* como principal atividade de valor adicionado bruto. Holambra é o único município de alta renda que possui como principal atividade de valor adicionado bruto a agricultura.

Gráfico 3. Indicadores setoriais em relação ao PIB corrente, municípios da Região Metropolitana de Campinas. 2016.



Fonte: Elaboração própria (IBGE, PIB dos Municípios – Ano de Referência 2010. 2016).

Pela análise do Gráfico 3, os municípios da RMC estão representados em eixos que partem do mesmo ponto central. Observamos como Holambra atinge o maior valor na proporção do valor adicionado bruto da agropecuária em relação ao PIB, seguida por Santo Antônio de Posse, e Paulínia destaca-se na proporção do valor adicionado bruto da indústria em relação ao PIB, seguida por Monte Mor e Hortolândia. Campinas, seguida por Nova Odessa e Americana, apresenta a maior proporção de valor adicionado bruto dos serviços em relação ao PIB, e a importância do valor adicionado bruto da administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade

social em relação ao PIB é maior em Engenheiro Coelho, Cosmópolis, Artur Nogueira e Pedreira.

Após revisitarmos as importantes contribuições de Fernandes, Brandão e Cano (2002), Semeghini (1988, 1992, 2006), Gonçalves e Semeghini (2002), Santos et al. (2011), Baeninger e Gonçalves (2000), Carlos Américo Pacheco (2002), Baeninger (2001), Queiroga e Benfatti (2007) e Miranda e Porto (2019), podemos entender com maior profundidade os principais aspectos relacionados à importância que Campinas assume enquanto economia urbano-regional e dinâmica urbana interiorizada, os quais revelam, também, características que aprofundam o entendimento acerca do processo de metropolização da região, resumidas abaixo (Quadro 1):

Quadro 1. Principais aspectos e categorias referentes ao processo de metropolização campineiro de acordo com a literatura.

Aspectos e Categorias	Características
Centralidade	- Centralização das atividades urbanas do café; interface entre a capital estadual e o interior; nó importante de transporte e comunicação. Desenvolvimento de região de influência própria, de maneira complementar à dinâmica paulistana, o que limitaria sua constituição como polo metropolitano completo, de escala estadual. - Desenvolvimento do interior do estado estimulou terciário de Campinas, para o qual estabeleceu função de polo urbano. Instalação de equipamentos de dimensão estadual e nacional e sede regional dos principais serviços. - Terciário cumpre funções decisivas; grande centro de prestação de serviços mais especializados e sofisticados. Modernização e centralidade de Campinas seria refirmada pela atuação do setor terciário. - Recentemente, houve reforço à centralidade do município de Campinas e aumento da importância do setor terciário na dinâmica da economia urbana. Municípios que formavam a ACP de Campinas lideram nas atividades mais intensivas em conhecimento ou que envolviam maior relação de capital investido.
Dimensão populacional e econômica	- Sempre mostrou capacidade de diversificação produtiva diante dos diferentes padrões de acumulação da economia brasileira. Indústria e terciário ganham complexidade e tornam-se referência para ampla área do interior. Densidade das conexões e interdependência das atividades setoriais atestaria o grau de modernização e complexidade da estrutura produtiva. - Porte e dimensão do terciário, estimulado com aumento dos setores mais complexos resultantes da diversificação da estrutura produtiva, confirmam porte metropolitano. Fluxos de capitais, mercadorias e serviços cada vez mais distantes de interesses e capitais apenas locais. - Recentemente, município de Campinas perdeu participação na composição do PIB e no valor adicionado no setor de serviços em relação à sua região metropolitana, demonstrando certa desconcentração econômica nos limites metropolitanos institucionais e maior importância econômica relacionada à dinâmica metropolitana. - Região de Campinas atraiu elevado fluxo migratório, principal responsável pelo seu crescimento demográfico. Contingente demográfico também se concentrou mais na sede.
Interdependência e Complementaridade entre os municípios	- Rede regional de cidades hierarquizada, na qual sede e centros sub-regionais despontam conjuntamente, de acordo com as diferentes especializações agrícolas e industriais. Além do polo regional, demais municípios também foram capazes de estabelecer uma base econômica expressiva e dinâmica. - Fluxos pessoais e produtivos intermunicipais estimulados pela interligação das economias das várias cidades, devido à localização das atividades fora dos centros urbanos, à transformação econômica derivada da industrialização

Aspectos e Categorias	Características
	pesada e à apropriação, uso e ocupação do solo urbano mediante ação sancionadora do poder público. Forte integração física e econômica entre os diferentes municípios. - Estudos recentes mostraram que concentração da atividade econômica em Campinas não se traduz em maiores desequilíbrios em sua região, correspondendo a níveis de integração e divisão interna do trabalho mais equilibrado e com maior complementaridade entre as cidades. - Características clássicas de conurbação ou dependência funcional, deslocamento pendular e os nexos dinâmicos entre os municípios seriam elementos fundamentais para conhecimento do processo de metropolização em Campinas.
Vantagens locacionais/Fatores de atração industrial e de investimento	- Processo prévio de desenvolvimento capitalista e de industrialização. - Aceleração da urbanização. - Possibilidades de complementaridade produtiva. - Diversificação de atividades terciárias de apoio. - Mercado de trabalho amplo e mão-de-obra com alta qualificação. - Proximidade com o maior mercado consumidor do país (RMSP). - Excelente logística aeroportuária, rodoferroviária e de pesquisa.
Expansão urbana e física	- Localização industrial privilegiando instalação ao longo das rodovias e horizontalização do espaço urbano destrincham a expansão urbana de Campinas. Reprodução do padrão urbanístico vigente nas grandes cidades brasileiras.
Precarização e informalidade	- Crescimento urbano deteriora padrão de vida de Campinas. Heterogeneidade estrutural acompanha a transição de centro de porte médio para porte metropolitano. - Explosão do favelamento e exclusão social. - Deterioração em termos sociais e de qualidade de vida. - No núcleo da rede urbana de Campinas (ACP de Campinas) residem metade das pessoas ocupadas em atividades relacionadas ao “terciário pobre”.

Fonte: Elaboração própria.

Percebemos como Campinas aprofundou sua centralidade nas décadas do século XXI, ao mesmo tempo que seu entorno também acompanhou e acentuou as interações com o núcleo principal. Também notamos como alguns municípios participam dessa interação de forma menos expressiva, apresentando um perfil tanto de geração de riqueza quanto ocupacional diferente em relação à Campinas e o conjunto de municípios mais interligados a sua dinâmica. Como podemos entender essas características recentes, que, como vimos, começaram a ser delineadas desde a formação histórica regional desse território, à luz da teoria da metropolização?

Metropolização e espaços metropolitanos descrevem o processo e o produto de uma espacialidade urbana com características comuns, mas também que guardam certas especificidades. No próximo capítulo trataremos, em primeiro lugar, dos elementos comuns ou atributos com base na literatura sobre o tema e nas características do processo de urbanização brasileiro. Semeghini (1988, 1992), em seus diversos trabalhos, buscou caracterizar a evolução de Campinas de centro de porte médio para grande cidade, com porte metropolitano, durante a década de 1970 e 1980, ainda que seu objetivo não fosse caracterizar o que de fato seria uma

metrópole ou processo de metropolização do ponto de vista teórico-conceitual e acadêmico.

De fato, a importância de Campinas como centro metropolitano e polo de uma região interiorizada não parou de crescer, como vimos no decorrer desse capítulo. A cidade e seu entorno seriam institucionalizados como região metropolitana no ano 2000, por lei complementar, reconhecendo juridicamente a importância metropolitana desse território. No entanto, como situar Campinas (e sua região metropolitana institucionalizada), e suas funções metropolitanas adquiridas desde a década de 70, diante do arcabouço teórico-conceitual sobre a constituição de uma metrópole e o processo de metropolização? Sua região metropolitana formal corresponde ao território onde efetivamente acontecem as dinâmicas da metropolização? Como os elementos identificados nas décadas do século passado continuam a dar sentido ao processo de metropolização da região campineira, e como eles a aprofundam?

Novos estudos, principalmente após os anos 2000, ampliaram o entendimento acerca dos centros urbanos metropolitanos brasileiros, entre eles a cidade de Campinas, atestando sua nova condição como metrópole, uma trajetória histórico-econômica que começou a ser esboçada nos anos 50, partindo de antecedentes que já existiam nessa fração do território paulista e foram aprofundados com as transformações trazidas com a industrialização pesada. Essa história podemos revistar nesse capítulo, e a história a respeito da Campinas metropolitana? Como os novos estudos nos ajudam a contá-la?

O Capítulo 2 é dedicado a realizar essas reflexões, estabelecendo um arcabouço teórico-conceitual sobre a concepção a respeito da metrópole e o processo de metropolização, lançando luz ao próprio caso campineiro, além de revisitar produções bibliográficas tradicionais de grupos de pesquisa e instituições acerca das grandes concentrações urbanas, ressaltando e situando os resultados para Campinas no cenário metropolitano brasileiro.

Capítulo 2 – Atributos e características principais do processo de constituição da metrópole e o processo de metropolização no Brasil

Os conceitos de metrópole e metropolização diferem de acordo com a área de estudo, pois podem ser compreendidos a partir de aspectos demográficos, urbanísticos ou econômicos. A compreensão acerca da metrópole é mais abstrata, mas ganhou um sentido urbanístico como “espaço construído” que passou a ter identidade e se difundiu como objeto de investigação; ao passo que a metropolização, compreendida como relação mais concreta e complexa, ganhou um sentido geoeconômico que se difunde por suas funções e formas. Em ambos, expandem-se as relações capitalistas e a produção do espaço ocorre de maneira característica, de acordo com o padrão de crescimento econômico-espacial do país.

Embora seja importante assinalar a passagem da metrópole moderna, relacionada à indústria nascente e a uma função no ordenamento territorial, como no contexto brasileiro, para a metrópole contemporânea do século XXI, o termo continua sendo associado à importância funcional de uma cidade, como nos recorda Firkowski (2013). Já se sabe, todavia, que o conteúdo das metrópoles se altera conforme os processos históricos se sucedem. As diversas reflexões teóricas a respeito da metrópole fazem menções às alterações dos perfis espaciais metropolitanos conforme a sucessão dos eventos históricos, mas tais perfis passaram a ser reconhecidos pela complexidade das características funcionais, principalmente na composição da hierarquia urbana.

Após a discussão da trajetória histórico-econômica dos centros metropolitanos brasileiro e paulista no Capítulo 1, parte-se para a compreensão da metrópole e do processo de metropolização com base nas transformações econômicas, urbanas e territoriais. Interessa aqui analisar como as relações socioeconômicas e espaciais explicam a metropolização, ou seja, como as características desse processo numa realidade social específica aportam determinados atributos aos espaços metropolitanos no Brasil.

2.1 A constituição da metrópole e o processo de metropolização no Brasil

Importante nesse momento distinguir os conceitos de metrópole e metropolização. Tais conceitos refletem espacialidades e processos, e

consideraremos as reflexões de autores nacionais e estrangeiros. Embora o contexto seja a década de 1960, em que a concepção de metrópole guardava uma forte relação com a concepção espacial centrada em pontos do território dinamizadores de uma região, Milton Santos (1967) faz uma distinção baseada na importância funcional, diferenciando metrópoles, metrópoles incompletas e centros regionais, incluída, nesta última, as capitais regionais.

As metrópoles⁷³ serão as “cidades cujo grau de complexidade ou força das funções respectivas lhes assegura uma espécie de domínio apoiada numa ou noutra função no país. Este domínio faz com que todas as outras cidades dela dependam, embora cada metrópole ao menos no que concerne a algumas de suas funções, não seja dependente de suas homólogas” (p. 86). As metrópoles incompletas⁷⁴ “comandam a economia de vastas extensões do território brasileiro, sobretudo para a colheita de produtos brutos, bem que esta seja cada vez menos feita pelo intermediário. Com efeito, o domínio no território que depende de cada uma delas não é total” (p. 86), devido ao fato de a indústria não ser suficientemente forte para atender às necessidades da população e à organização insuficiente do espaço pelos transportes.

As metrópoles incompletas guardariam como fato comum o volume de sua população e a função central que exercem para uma vasta região. A dependência de tais metrópoles em relação ao exterior teria diminuído ao passo que a dependência em relação à São Paulo estaria aumentando, portanto, o desenvolvimento atual delas “é mais resultado dos fatores internos no país do que relações longínquas com o estrangeiro” (SANTOS, Milton, 1967, p. 89).

Nessa concepção, os centros regionais são definidos por relações mais diretas com sua região de influência. Estes centros “apresentam caracteres específicos diferentes e presidem regiões diferentes. Geralmente sua função dominante é limitada, sua força de decisão sendo reflexa frente às metrópoles nacionais ou às

⁷³ São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília entrariam nessa definição estabelecida por Milton Santos (1967). O Rio de Janeiro acumulou por muito tempo as funções da capital político-administrativa do país e de uma metrópole regional, assim como Salvador, Belém ou Recife, e desde que sua população começou a aumentar, probabilidades de industrialização foram criadas. Com São Paulo, no entanto, acontece o contrário: a partir de seu despertar industrial sua população começa a aumentar num ritmo cada vez mais acelerado. A existência de uma grande população urbana não é o motor da indústria paulista, de acordo com Milton Santos (1967). Brasília, sede dos três Poderes da República, dividiria com São Paulo e Rio de Janeiro as funções metropolitanas possíveis num país como o Brasil (p. 88).

⁷⁴ Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte e Belém seriam as metrópoles incompletas (SANTOS, Milton, 1967, p. 89).

metrópoles incompletas” (p. 86). Logo, representam intermediários das metrópoles completas e incompletas. Seriam divididos da seguinte forma: centros de recolhimento de produtos primários e de distribuição de produtos manufaturados; centros de distribuição de mercadorias, mas sem realizar o recolhimento de produtos destinados à exportação; e centro de coleta, mas onde a distribuição é fraca (SANTOS, Milton, 1967, p. 89).

Schmidt (1983, p. 159-160) salienta que o termo metrópole é entendido tanto no sentido tradicional como no moderno. No sentido tradicional, ele implica a existência de um “amplo centro de importantes atividades urbanas, o qual através de atividades culturais, econômicas e políticas independentes passa a exercer uma influência evidente sobre as cidades vizinhas”. Já o conceito moderno⁷⁵ de metrópole considera a forte influência que áreas centrais podem exercer sobre configurações espaciais vizinhas, adicionando ao conceito tradicional um elemento administrativo, “na medida em que uma área metropolitana compreende não somente uma aglomeração socioeconômica de fatores indispensáveis para a manutenção de uma economia de mercado, mas implica também na necessidade de novas estruturas governamentais”.

Davanzo, Pires, Negreiros e Santos (2011) destacam que a experiência de metropolização está historicamente associada aos processos de industrialização e urbanização. Em maior ou menor grau, “suas características básicas são a grande concentração populacional, a multifuncionalidade e a presença de relações econômicas diferenciadas nos âmbitos nacional e internacional” (p. 97). Os autores ressaltam, a partir das contribuições teóricas de Villaça (1998), Caldeira (1997) e Santos e Silveira (2001), que as metrópoles brasileiras que se consolidaram na etapa da industrialização pesada, ou seja, durante parte do século XX, e especialmente a partir dos anos 1950, apresentam como característica econômico-espacial o padrão fordista de organização socioespacial centro/periferia. Tais “espaços concentram capitais, investimentos, crescimento, modernização e, ao mesmo tempo, pobreza e precariedade”, sendo, geralmente, a conurbação de municípios a partir da expansão

⁷⁵ Na época, Schmidt (1983, p. 160-161) observava que a definição de metrópole adotada ao caso concreto da estratégia nacional brasileira era a moderna. O entendimento de áreas metropolitanas por órgãos nacionais encarregados de executar as estratégias era enquadrado dentro de uma perspectiva moderna, admitindo uma noção de uma “*cidade-mãe* prestando serviços usufruídos por uma área mais ampla, que ultrapassa os limites municipais; assim como reconhece a função estratégica desempenhada pela área metropolitana no desenvolvimento nacional” (grifo do autor).

física do município-sede a fase inicial de crescimento da metrópole (DAVANZO et al., 2011, p. 97).

Naquela etapa do desenvolvimento capitalista, a primazia da metrópole, situada no topo da hierarquia urbana, se revelava na “concentração populacional, presença de indústrias modernas, comércio diversificado, serviços especializados e boas condições de infraestrutura, especialmente aquelas demandadas pelo desenvolvimento industrial”, oferecendo as “condições territoriais necessárias à instalação da grande indústria, à organização do mercado consumidor e à concentração, de forma precária, da classe trabalhadora” (DAVANZO et al., 2011, p. 97).

O termo metrópole ressurgiu, na primeira modernidade, para designar cidades mais complexas que as existentes anteriormente, com funções mais desenvolvidas, e a concentração da atividade produtiva, que se deslocava do campo para a cidade, e do acelerado crescimento populacional eram sinônimos do que havia de moderno no mundo naquele período: novos bens de consumo, novas formas de vida, novos meios de transporte. Na atualidade, o processo de globalização imprime maior complexidade às funções características de uma metrópole, devido à alteração nas atividades econômicas, com mudança de foco para os serviços, à emergência do setor financeiro e à intensificação da concentração de pessoas nas cidades, provenientes de outras cidades, ou seja, com experiências urbanas já definidas. Espacialmente, há a ênfase na aceleração dos transportes e mesmo em novas formas virtuais de comunicação (FIRKOWSKI, 2013, p. 26-27).

Tratando da metrópole e do processo que a conforma, a metropolização, Firkowski (2012, p. 22-23, grifo do autor) ressalta que a população é *um* dos elementos e não *o* elemento definidor de uma metrópole, já que estes parâmetros populacionais não são fixos e dependem das realidades urbanas e populacionais de cada país. Portanto, ser uma grande cidade não qualifica uma cidade como metrópole, pois o tamanho da cidade não pode ser descontextualizado de suas inter-relações com outras cidades dentro de um determinado recorte espacial, em que duas dimensões são importantes: a *centralidade* e a *região de influência*.

A centralidade se revelaria pela oferta de bens e serviços dos quais a população do entorno necessita, tanto para uso diário como eventual, assim, este conceito compreende os atributos de uma cidade que a diferencia das demais, devido ao fato

de nela se localizarem atividades variadas que a tornam referência para uma população de um contexto que ultrapassa o da própria cidade. O conceito de região de influência diz respeito ao alcance espacial das atividades de comércio e serviços, gerando fluxos mais ou menos intensos e de alcance mais ou menos distantes. Nesse sentido, a metrópole é compreendida como “a grande cidade, que possui funções superiores de comando e gestão e articuladas à economia global, sendo a porta de entrada dos fluxos globais no território nacional, onde se ancoram interesses internacionais e de onde partem, para o território nacional, vetores de modernidade e complexidade” (FIRKOWSKI, 2012, p. 37).

Lencioni (2017⁷⁶, p. 198) recorda que o que existe é a realidade a ser examinada, e os conceitos de metrópole e aglomerado urbano existem a partir das construções intelectuais, as quais acontecem por meio de teorias e de métodos que permitem compreender a realidade⁷⁷. Embora o conceito de metrópole seja polissêmico, alguns pontos são comuns nas diversas interpretações, de acordo com Lencioni (2017): o fato de constituir uma forma urbana de tamanho expressivo, territorialmente e demograficamente; possuir um leque variado de atividades econômicas, com destaque para a concentração de serviços de ordem superior⁷⁸; ser um lugar privilegiado de inovação e se constituir num ponto de grande densidade de emissão e recepção dos fluxos de informação e comunicação.

Adicionalmente, a metrópole também se constitui em um “nó significativo de redes, quer sejam de transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder ou, mesmo, de cidades” (LENCIONI, 2017, p. 201). Face ao contexto atual da globalização e integração mundial dos mercados de produtos, de serviços e de capitais, a concentração de serviços que “buscam garantir a gestão da reprodução

⁷⁶ Em 2017, o livro *Metrópole, metropolização e regionalização*, da geógrafa brasileira Sandra Lencioni, foi publicado pela editora Consequência, reunindo uma série de textos escritos pela autora sobre as três temáticas citadas no título, ou seja, sobre metrópole, metropolização e regionalização. No decorrer do texto, faremos referência aos textos e artigos publicados como capítulos desta obra recentemente lançada.

⁷⁷ Por conseguinte, de acordo com Lencioni (2017), não existiria o reconhecimento ou a identificação de metrópoles, mas a interpretação “de que o que se examina, ou seja, a realidade objetiva, pode ser interpretada como sendo constituída de metrópoles” (p. 198). Assim, o sentido de reconhecer metrópoles deve ser entendido como uma realidade que se apresenta e, segundo referências teóricas e metodológicas, ocorre a interpretação por parte do pesquisador de que alguns aspectos da realidade constituem o que ele denomina de metrópole ou aglomerado.

⁷⁸ Segundo Lencioni (2017, p. 201), esses se referem aos serviços voltados para a administração e gestão do capital das grandes empresas, assim como aos serviços relativos diretamente ao setor financeiro, como bancos, carteiras de créditos ou seguradoras, além dos serviços voltados à esfera pública, como os da administração pública e os relacionados ao controle político.

do capital e sua viabilização política”, sejam estes públicos ou privados, é um dos principais aspectos em comum ressaltados nas diferentes concepções acerca de metrópole (idem, p. 202).

Se o conceito de metrópole se relaciona ao conceito de cidade, como já discutido nos tópicos anteriores, o de metropolização tem relação com o conceito de espaço, ou seja, a um processo relativo ao espaço: um processo socioespacial, que ‘metropoliza’ espaços inseridos numa lógica urbana. No caso do estado de São Paulo, por exemplo, muitos espaços fora das regiões metropolitanas instituídas pela administração pública apresentam características antes específicas das metrópoles, embora todo o estado se encontre altamente urbanizado. As características que aparecem generalizadas como próprias de uma metrópole agora aparecem também, ora de forma concentrada, ora de forma diluída, nos espaços metropolizados⁷⁹ (LENCIONI, 2017).

Tal processo “implica, portanto, um território no qual os fluxos de pessoas, mercadorias e informações são múltiplos, intensos e permanentes. Aí, a presença de cidades conurbadas faz parte dessa lógica, bem como a concentração das condições gerais necessárias às particulares condições da reprodução do capital nos dias atuais” (LENCIONI, 2017, p. 203). Lencioni (2020, p. 174) destaca que nas últimas décadas do século XX, subjacente à discussão sobre globalização e à percepção do crescimento territorialmente extensivo das regiões metropolitanas, o conceito de metropolização se desenvolve restrito às transformações que aconteciam nas regiões metropolitanas, principalmente no que dizia respeito ao desenvolvimento de policentralidades, à extensão territorial e à intensificação das conurbações urbanas.

Lencioni (2017, 2020) destaca⁸⁰ a posição de François Ascher (1998) acerca do processo de metropolização, o qual não se restringiria ao espaço metropolitano.

⁷⁹ O início da discussão sobre a transformação na produção do espaço e a própria reflexão de metropolização do espaço de Sandra Lencioni partem das contribuições de diversos autores, especialmente franceses, como Kayser (1969), Bassand, Joye e Leresche (1995), Levy (1997), Veltz (1997), Lacourt e Puissant (1998), Ascher (1998), Bassand (2001), Garnier (2005), Pinson e Rousseau (2011), entre outros importantes autores. A metropolização teria sido percebida por Bernard Kayser (1969), embora sem fazer menção à palavra metropolização, estabelecendo distinção entre espaços metropolizados e espaços não metropolizados, em que o primeiro corresponderia a espaços com fluxos bastante intensos e permanentes de pessoas, mercadorias e capitais, característicos da grande cidade, ao passo que os espaços não metropolizados corresponderiam aos de poucos investimentos de capital e de baixa densidade demográfica (LENCIONI, 2020).

⁸⁰ E também destaca a contribuição intelectual de David Harvey, Manuel Castells, Edward Soja e Saskia Sassen como contribuições fundamentais na discussão da relação entre globalização, reestruturação

Na concepção de Ascher (1995)⁸¹, o processo de metropolização alcançaria lugares que se integram ao funcionamento da metrópole, não relacionando a ideia de metropolização apenas à metrópole ou à região metropolitana. O importante, na concepção desse autor, seria perceber o alcance no espaço do processo de metropolização. O conceito elaborado por Ascher (1995), a metapóle, se relacionaria ao conjunto de espaços onde as atividades econômicas e a maior parte dos habitantes e territórios estão integradas ao funcionamento da metrópole, não sendo necessariamente espaços contíguos (LENCIONI, 2020, p. 175).

De maneira sintética, a autora resume que o processo de metropolização imprime características metropolitanas ao espaço, independente desses espaços serem ou não metrópoles. Algumas metrópoles apresentam mudanças profundas e dinâmicas relacionadas a uma metamorfose social e espacial e se constituindo como um produto contemporâneo da metropolização do espaço, indicando uma “transformação gradativa para algo distinto do que é conhecido”. Tal “momento de transição metropolitana” redefine o sentido atribuído à palavra metrópole, se colocando “historicamente à frente da transição urbana que, no passado levou à crescente urbanização da população e ao intenso desenvolvimento de cidades”. Essa transição metropolitana produz uma metamorfose que acontece pela mudança completa na estrutura, forma e função da metrópole⁸².

O processo de metropolização do espaço teria, basicamente, oito características, segundo Lencioni (2017, p. 30-31, grifo nosso):

A primeira é que seu fundamento não diz respeito apenas à transição do rural para o urbano [...]. A segunda é a de que a metropolização do espaço conforma uma região de grande escala territorial, com limites extremamente dinâmicos e difusos. A terceira característica é a dessa região expressar ao mesmo tempo uma nítida e intensa fragmentação territorial e transparente segregação social, até então nunca vistas, ao lado de espaços com aspetos bastante homogêneos. A quarta característica deve-se à redefinição das antigas hierarquias entre as

e metrópole, autores de referência para a compreensão da relação entre a economia pós-fordista e as mudanças territoriais, em especial, as transformações das metrópoles.

⁸¹ O ano de 1995 refere-se à publicação em língua francesa da obra *Metapolis: ou l'avenir des villes*, de François Ascher. O ano de 1998 faz referência à tradução em língua portuguesa, *Metápolis: acerca do futuro da cidade*.

⁸² Lencioni (2017, p. 32-40) destaca a importância de duas tríades formuladas por Lefebvre como referências analíticas importantes para a compreensão desse momento de transição metropolitana: a análise da estrutura, da forma e da função e a análise do espaço que se apresenta como sendo homogêneo, fragmentado e hierarquizado na sociedade contemporânea. Como Bartholomeu (2019) também nota, a abordagem lefebvriana sobre o urbano e a urbanização serve de base aos estudos de Lencioni.

idades da região e da rede de relações entre elas. *A quinta diz respeito ao expressivo número de cidades conurbadas com incrível polinucleação e intensa e múltipla rede de fluxos.* A sexta característica está relacionada à diminuição relativa do crescimento demográfico da cidade central, acompanhada de expansão demográfica e desenvolvimento do ambiente construído de outros municípios da região. A sétima característica se pauta pela redefinição das pequenas cidades dessa região, conformando um novo tipo de integração dessas pequenas cidades com os espaços polinucleados. *A oitava diz respeito à intensidade dos expressivos movimentos pendulares entre algumas cidades da região, consagrando uma expressiva estrutura regional em rede.*

Embora a maioria das características descritas acima por Lencioni (2017) não façam referência aos processos socioeconômicos, centrando-se mais nas dinâmicas espaciais e socioespaciais, chama a atenção a quinta e a oitava característica, referentes à conurbação com intensa e múltipla rede de fluxos e à expressividade dos movimentos pendulares, consagrando a expressiva estrutura regional em rede. Como veremos posteriormente, a intensidade de tais características subsidiou, por exemplo, o estudo do IBGE (2016) sobre os arranjos populacionais, o qual privilegiou elementos de integração e de contiguidade urbana para identificação desses espaços, sejam eles pequenas, médias ou grandes aglomerações.

O processo de metropolização do espaço imprimiria ao território características metropolitanas, independentemente do porte da cidade, como o caso de cidades de porte médio que, “por estarem diretamente relacionadas à economia global, apresentam algumas condições gerais de produção e determinados serviços que, anteriormente, só eram encontrados nas metrópoles modernas” (LENCIONI, 2017, p. 142). A metrópole contemporânea seria, desse modo,

uma tradução urbana da manifestação socioespacial da globalização. Ela apresenta uma forma territorial nova, que pode ser descrita como uma ampliação da metrópole moderna, herdada do processo de urbanização e industrialização. Ela é produto do processo de metropolização que nada mais é do que uma metamorfose do processo de urbanização (LENCIONI, 2017, p. 141).

A metrópole contemporânea, e a própria dinâmica urbana atual, também é melhor compreendida pela discussão de dois conceitos, de acordo com Lencioni (2017): o de concentração e o de centralização do capital⁸³. O primeiro permitiria

⁸³ Lencioni (2017, p. 95), através do recurso aos dois conceitos, relaciona a dinâmica do capital à dinâmica dos lugares. São conceitos relativos à reprodução do capital, sendo referidos ao processo social, e dizem respeito “a movimentos distintos que constituem dois momentos do processo de valorização do capital”. Tais conceitos não aparecem diferenciados nas primeiras edições de *O Capital*,

entender a concentração de renda, indústrias de alta tecnologia, trabalho qualificado e população como parte da racionalidade da acumulação capitalista, ainda que a metrópole contemporânea se apresente espalhada e difusa territorialmente⁸⁴. Já o conceito de centralização se relaciona à reorganização na distribuição da propriedade dos capitais⁸⁵. O controle das unidades dispersas por meio da centralização da gestão empresarial é o que importaria, por exemplo, no caso de um grupo econômico, de uma rede de fornecimento de serviços ou de uma rede dispersa de comércio. Para a interpretação do urbano, a gestão empresarial dos grupos econômicos e das grandes empresas em rede prioriza a metrópole e, no caso do Brasil, a metrópole de São Paulo, principalmente os serviços avançados, voltados às empresas.

Também buscando situar a transição metropolitana, da metrópole moderna⁸⁶ do estágio industrial para a metrópole contemporânea do estágio pós-industrial, Meyer (2000, p. 4-5, grifo do autor) considera que as metrópoles modernas teriam se instalado a partir da “*explosão* sucessiva de estágios urbanos precedentes, o povoado e depois a cidade, num ciclo que traduz a contínua necessidade de ser eficiente, de exercer de forma plena as suas funções de ‘lugar de centralização’ de forças econômicas, de relações sociais, de manifestações artísticas e de inovação técnica”.

Nesse novo paradigma metropolitano, ou novo modelo metropolitano, “o território e o espaço, onde está em andamento a transição de um modo de produção mecânico para um modo de produção tecnológico, vêm sendo designados como

de Karl Marx (1984), porém, a partir da terceira e quarta edições, aparecem os termos concentração e centralização, no Capítulo XXIII, sobre a lei geral da acumulação capitalista, observa a autora.

⁸⁴ Os limites territoriais da metrópole contemporânea são, desse modo, difusos, dado o grau de dispersão da população, das atividades produtivas e de consumo, por exemplo. No entanto, possui um alto coeficiente de concentração do trabalho qualificado, de serviços produtivos, “ou seja, daqueles serviços voltados ao atendimento às empresas, notadamente aquelas com fortes vínculos com o mercado mundial, de fluxos virtuais, de população, de renda e de edifícios verticalizados” (LENCIONI, 2017, p. 92).

⁸⁵ Processo em que “frações individuais de capitais se associam, se fundem ou se reagrupam”, não constituindo um aumento do capital. “A centralização da propriedade do capital coloca sob um mesmo poder, um mesmo comando, o processo que mobiliza e controla os ciclos de valorização dos capitais envolvidos” (LENCIONI, 2017, p. 99).

⁸⁶ A vida metropolitana foi essencialmente *moderna* em todos os seus aspectos, desde a origem, pois abrigou, como metrópole industrial, as atividades da sociedade vistas como modernas, convertendo-a no *locus* da sociedade industrial. Materialmente, ofereceu as condições territoriais, naquele estágio de desenvolvimento, para a instalação da grande indústria, para a organização do mercado consumidor e para o alojamento da classe trabalhadora. O mesmo motor que fez da metrópole moderna o ideário da Revolução Industrial também conduziu o organismo metropolitano a prosseguir num processo contínuo de transformações, alcançando no final do século XX uma nova fase do seu percurso, em que os novos padrões de modernização oferecem uma face nova para a metrópole e inutilizam o qualificativo que as designou até aqui e utilizado até os anos 70 para defini-las: modernas (MEYER, 2000, p. 5, grifo do autor).

metrópole contemporânea” (MEYER, 2000, p. 5, grifo do autor). Do mesmo modo como ocorreu com a *metrópole moderna*, a constante remoção dos limites físicos permanece um atributo fundamental na reestruturação da *metrópole contemporânea*. A partir das reflexões de Massimo Cacciari, sobre a metrópole estar a serviço do desenvolvimento do grande capital contemporâneo, Meyer (2000) observa que

a *metrópole contemporânea* é ao mesmo tempo uma forma de organização da força de trabalho qualificada, um equipamento científico do desenvolvimento econômico, uma estrutura econômico-financeira, um mercado, um centro global de poder político e um centro de irradiação de conhecimento e cultura. É fundamental não perder de vista, sob pena de produzir outros equívocos, que está em jogo não apenas a simples substituição da atividade industrial pela de serviços, mas algo bem mais complexo, ou seja, a ampliação de suas atribuições no interior do novo estágio em todos os níveis e aspectos da etapa produtiva denominada *pós-industrial* (MEYER, 2000, p. 6-7, grifo do autor).

O atributo que distingue as metrópoles de outras formas de organização territorial é o caráter de articulação, de agregação do território urbanizado, traduzido semanticamente pela palavra conurbação, ou seja, a agregação de diversos núcleos e cidades em um todo mediante a unificação das suas malhas urbanas, respeitando uma hierarquia funcional (MEYER, 2000, p. 7). Por sua vez, Benko (2002) compreende que mundialização e metropolização se desenvolvem ao mesmo tempo. A globalização conduz a um universo econômico muito imprevisível, em que as firmas precisam se reorientar muito rapidamente, e a metrópole facilita essas mudanças por constituir “um tipo de ‘seguro’, porque permite às firmas enfrentar as mudanças, apoiando-se em vastos mercados de mão-de-obra e de serviços privados e públicos, e, sobretudo, reduz os preços de saída de uma atividade [...]” (p. 53). As metrópoles atuais expressam a mundialização da economia pelos valores e experiências que veiculam e pelas novas tecnologias da informação e telecomunicação.

A cidade contemporânea, da era da globalização econômica (SASSEN, 1998), seria, desse modo, uma cidade global, local determinado onde ocorrem os processos globais. A compreensão da cidade pelo termo cidade global relaciona-se às transformações da economia mundial a partir dos anos 70 e os impactos sobre os perfis das metrópoles dos países do Primeiro Mundo, as quais teriam vivenciado uma crise de centralidade econômica devido à substituição das atividades industriais pelas atividades de prestação de serviços, notadamente os mais especializados, vinculados ao setor financeiro e informacional. Portanto, tratava-se mais de uma ressignificação

do papel das metrópoles no interior do sistema produtivo mundial do que uma perda de centralidade econômica, concentrando serviços avançados e telecomunicações fundamentais ao gerenciamento das operações econômicas globais, além de escritório de empresas, notadamente as transnacionais.

Para Clementino e Almeida (2015), o crescimento e a riqueza do mundo estão cada vez mais concentrados em um número limitado de metrópoles. Elas não são apenas aglomerações humanas, “são centros estratégicos de produção econômica, cultural e espaços referenciais para a dinâmica política de qualquer país”, se diferenciando de realidade para realidade, uma vez que são, como todo espaço social, produto de uma história econômica e política, a qual define suas possibilidades, o ritmo de sua expansão e seu formato.

Esta revisão bibliográfica buscou recuperar, por ora, as principais transformações econômicas no perfil metropolitano e, nesse sentido, a maior identidade concreta desse fenômeno, a metrópole, e o processo que a conforma, a metropolização, foram os espaços e processos privilegiados para observação desses novos acontecimentos. Igualmente, a discussão acerca das mudanças nos espaços metropolitanos também perpassa as transformações urbanas e territoriais, fruto dos efeitos impulsionados pelas mudanças na base econômica nas últimas décadas do século XX.

Especialmente, os impactos da dinâmica da globalização resultaram em particularidades nas metrópoles e no processo de metropolização da América Latina. Embora o tópico atual já tenha adianto alguns desses aspectos físicos ao discutir o perfil econômico metropolitano e suas alterações recentes, uma vez que as transformações estão interligadas, o tópico seguinte recuperará, sem estender profundamente, os impactos sobre as alterações urbanas metropolitanas, principalmente as observadas no caso latino-americano.

2.1.1 Transformações territoriais e urbanas da metrópole contemporânea

As transformações pelas quais o espaço metropolitano passou nas últimas décadas podem ser entendidas no campo econômico, como se buscou mostrar no tópico anterior, e também do ponto de vista das alterações territoriais e urbanas. Sob os efeitos da dinâmica da globalização e da ampla liberalização econômica, a mudança na base econômica e tecnológica também provocou alterações físicas e

urbanas nos espaços metropolitanos. Faremos essa leitura a partir das contribuições de Scott et al. (2001), Sandra Lencioni (2017), Ana Fani Carlos (2013), Carlos de Mattos (2010, 2015) e Emilio Pradilla Cobos (2014). No caso dos impactos sobre as metrópoles e o processo de metropolização latino-americano, principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho, nos apoiaremos nas interpretações de Emilio Pradilla Cobos (2014) e Carlos de Mattos (2010, 2015).

Com o avanço da reestruturação econômica e informacional, processos centrais dessa fase modernizadora, deu-se origem a uma expansão geográfica progressiva e generalizada de um espaço de acumulação, que tende a adquirir cobertura mundial como expressão básica da globalização. À medida que as grandes aglomerações urbanas foram incorporadas à dinâmica produtiva globalizada, uma verdadeira metamorfose começou a afetar tanto sua organização e funcionamento, quanto sua morfologia e aparência (DE MATTOS, 2010).

A base econômica das áreas urbanas nacionais, ao sediarem os componentes dos circuitos globais em seu território, também sofreram diversas mudanças para acomodar estes componentes, com o intuito de permitir o bom funcionamento e implantação das filiais dos referidos circuitos globais. Novas atividades⁸⁷, com o avanço da globalização, passaram a exercer protagonismo na conformação das economias urbanas envolvidas nesses novos processos. As atividades produtivas tradicionais, sobretudo aquelas relacionadas aos serviços diários, muitas delas de baixa produtividade e informais, permaneceram, desenvolvendo um complexo entrelaçamento entre os processos globais e locais, que em muitos casos adotou modalidades específicas em cada área urbana (DE MATTOS, 2010, p. 90-91).

A estrutura urbana metropolitana, palco principal do aporte das novas atividades relacionadas aos circuitos globais, passa por uma evolução, de forma urbana bem delimitada para uma área metropolitana expandida, em que “vários subcentros coexistem articulados por novas modalidades de conectividade e mobilidade em um território predominantemente urbano com dimensão regional” (DE

⁸⁷ De Mattos (2010, p. 90, tradução nossa) cita as novas atividades que começam a se destacar, em especial: *i*) serviços de produção, especialmente financeiros, jurídicos, consultivos, publicitários, informáticos, engenharia e arquitetura, etc.; *ii*) tarefas de direção, gestão, coordenação e controle de subsidiárias de redes globais e redes nacionais em processo de globalização; *iii*) atividades industriais relacionadas e/ou atendimento a redes globais; *iv*) atividades de distribuição e comercialização de produtos globais destinados ao consumo de famílias e empresas; e *v*) um conjunto de atividades relacionadas com o negócio imobiliário e a indústria da construção, que adquiriu especial relevância na maioria destas áreas urbanas (grifo nosso).

MATTOS, 2010, p. 92, tradução nossa). Na origem da intensificação dos processos de metropolização expandida e difusa, estaria o conjunto de estratégias e decisões locais dos principais atores urbanos, famílias e empresas, afetadas pelas mudanças provocadas pelos avanços da liberalização econômica e informacional, as quais ampliaram as opções para localização em um território que se tornou cada vez mais extenso.

No caso do comportamento locacional das famílias, por exemplo, estas contribuíram com a tendência à metropolização expandida ao estabelecerem suas residências em lugares cada vez mais distantes das áreas centrais das cidades. No caso das empresas, a dispersão territorial aparece associada ao fato de muitas das funções e atividades agora usufruírem de condições favoráveis para optar por localizações mais distantes, dentro da área expandida destas aglomerações, devido às mudanças produzidas pela nova dinâmica econômica, como a decomposição das tarefas promovidas pelas empresas organizadas em rede, o que implica a separação física entre as tarefas de direção e gestão e os processos de produção, entre outras alterações importantes⁸⁸ (DE MATTOS, 2010, p. 95).

Tais mudanças comportamentais locais constituíram, segundo De Mattos (2010, p. 96), impacto decisivo na transição para uma forma urbana substancialmente diferente daquela que caracterizou a cidade da era industrial-desenvolvimentista, transição que constitui um dos aspectos centrais da metamorfose que então começou a ganhar força. Estabeleceram-se, assim, condições para a expansão descontrolada daquela cidade compacta, com limites relativamente claros, para dar lugar a uma aglomeração expandida, difusa, descontínua, policêntrica e de dimensão regional, como, por exemplo, a grande área socioeconômica com elevado grau de integração técnica e funcional envolvendo o conjunto das regiões no entorno da Região Metropolitana de São Paulo com ela, integrando aglomerações metropolitanas (São Paulo, Campinas e Santos) e não metropolitanas (São José dos Campos e Sorocaba)⁸⁹.

Para Pradilla-Cobos (2014), nas novas condições de acumulação do capital, a persistência da migração rural e intermunicipal, somada ao crescimento natural

⁸⁸ Para maiores informações sobre a alteração do comportamento locacional dos atores urbanos diante das mudanças provocadas pela liberalização econômica, ver De Mattos (2010), páginas 93 a 95.

⁸⁹ De Mattos (2010) resgata a contribuição de Maria de Fátima Infante Araújo (2001) nessa discussão.

interno, ou a integração das vilas e pequenas cidades nas redes urbanas, têm acelerado os processos de metropolização e de formação de cidades-regiões, que se tornaram as formas urbanas características e dominantes do padrão de urbanização no período histórico atual. Melchiors (2017)⁹⁰ interliga o pensamento de Pradilla-Cobos (2014) e De Mattos (2010) em relação aos novos comportamentos locacionais: a tendência à metropolização expandida se apresenta de forma diferente conforme a renda, porém convergindo para a ocupação de espaços suburbanos agora também destinados às classes de média e alta renda, como colocado por De Mattos (2010). Na América Latina, segundo Pradilla-Cobos (2014), “esse fenômeno causou situações em que periferias ou assentamentos em processo de integração com as metrópoles alcançam taxas de crescimento populacional muito superiores à média urbana e, ao contrário, diversas áreas centrais possuem taxas muito baixas ou negativas” (MELCHIORS, 2017, p. 140).

De acordo com Lencioni (2017, p. 144), Scott et al. (2001) formulam o conceito de cidade-região⁹¹ para exprimir com maior clareza o novo entendimento sobre região metropolitana, o qual refletiria a expansão territorial da metrópole constituindo uma região, diferente das regiões metropolitanas derivadas do processo de urbanização e industrialização que caracterizaram grande parte do século XX. Esse novo arranjo territorial se constitui “numa manifestação socioespacial do capitalismo contemporâneo e se estabelece como um paradigma para se pensar a nova escala de processos e relações sócias”, se constituindo numa determinação histórica da sociedade contemporânea e correspondendo a um momento mais avançado do processo de urbanização.

A *cidade-região*⁹² tornou-se o “novo fato urbano”, de movimentos pendulares cotidianos entre cidades distintas, conformada como espaço produzido como produto do processo de metropolização. Tal como De Mattos (2010) discute, ela está relacionada à reestruturação produtiva recente, em que os grandes grupos econômicos estão estruturados em empresas-rede, ou seja, “empresas organizadas

⁹⁰ Melchiors (2017) discute os efeitos das transformações econômicas e tecnológicas no processo contemporâneo de metropolização latino-americano a partir de diversos autores, entre eles Pradilla-Cobos (2014) e De Mattos (2010).

⁹¹ Cidade-arquipélago (Viard, 1994), metápolis (Ascher, 1995), exópolis (Soja, 2000), cidade reticular (Dematteis, 1998), cidade dispersa (Monclús, 1999) e metrópole-região (De Mattos, 2004) seriam outras denominações dadas à expansão territorial das metrópoles, segundo Lencioni (2017, p. 144).

⁹² Os conceitos usados têm sido múltiplos, como o “de região metropolitana expandida, complexo metropolitano expandido, cidade-arquipélago, cidade-região e metápolis” (LENCIONI, 2017, p. 88).

em redes, em malhas que tecem retículas entre si e entre os lugares” (LENCIONI, 2017, p. 83). Neste novo momento histórico, assim como a industrialização e a urbanização se apresentavam como processos duplos anteriormente, a cidade-região emerge como produto da metropolização do espaço, regionalizando-o, e mostrando que a “metropolização e regionalização possuem unicidade” (p. 83).

Assim, o complexo industrial metropolitano, produto da dispersão territorial da indústria, reafirma a primazia da metrópole direcionada ao atendimento dos imperativos da nova lógica do capital, em que as redes materiais e imateriais permitem conectar o que está desconexo. Está contido, também, um novo fato urbano de caráter metropolitano, o qual forma uma região em que os limites entre os municípios se perdem e não são nítidas suas fronteiras devido às conurbações urbanas⁹³. Logo,

pensar a metrópole, a região metropolitana ou o entorno metropolitano é pensar uma região. *Mesmo examinando apenas a metrópole, o espectro da região aparece, porque ela em si não é mais uma cidade isolada, mas uma cidade-região.* Uma cidade-região que não se definiu por um planejamento, mas uma cidade que assim se estabeleceu por um processo, por uma lógica histórica que desafia a compreensão de sua dinâmica [...]. Essa cidade-região, como uma forma nova do processo de urbanização, é, vale repetir, um produto associado à reestruturação produtiva. Essa cidade-região está relacionada ao processo de metropolização do espaço, processo esse que imprime características metropolitanas aos territórios (LENCIONI, 2017, p. 189, grifo nosso).

Portanto, a metrópole contemporânea, para Lencioni (2017), seria a *cidade-região* de movimentos pendulares entre cidades distintas, pautada pela emergência de “um novo fato urbano de caráter metropolitano”, expresso pela extensão territorial da mancha urbana das metrópoles pela incorporação de cidades. A *cidade-região* estaria relacionada à reestruturação produtiva recente, reforçada pela presença dos grupos econômicos, principalmente a gestão desses grupos. A dispersão das unidades produtivas e a concentração da gestão do capital no centro metropolitano apoiam-se na compreensão de sua lógica histórica, de um novo momento da reprodução do capital que se tornou possível pela revolução nas comunicações e informática.

⁹³ No tocante ao novo fato urbano de caráter metropolitano que Lencioni menciona, relativo a dimensão cada vez mais regional de análise do urbano, Firkowski (2013) considera a frequente confusão dessa expressão com as regiões metropolitanas brasileiras, perpassadas por uma questão legal e institucional e que generalizam um processo que está circunscrito a algumas porções do território nacional, sendo necessário entender em qual “parte” das regiões metropolitanas a discussão sobre metropolização é pertinente.

O limite territorial ao tamanho da cidade-região seria fluído e difícil de determinar, já que, devido à presença de inúmeras redes interconectadas, se constituiria em um espaço de fluxos. Porém, guardaria relação com as condições de transportes, pois o sentido de conjunto e unidade seria garantida pelos deslocamentos diários de pessoas entre trabalho e moradia. As relações na cidade-região seriam superadas por meio de um complexo sistema de redes e fluxos acelerados, aproximando lugares distantes e distanciando lugares vizinhos de acordo com a densidade dos fluxos de comunicação.

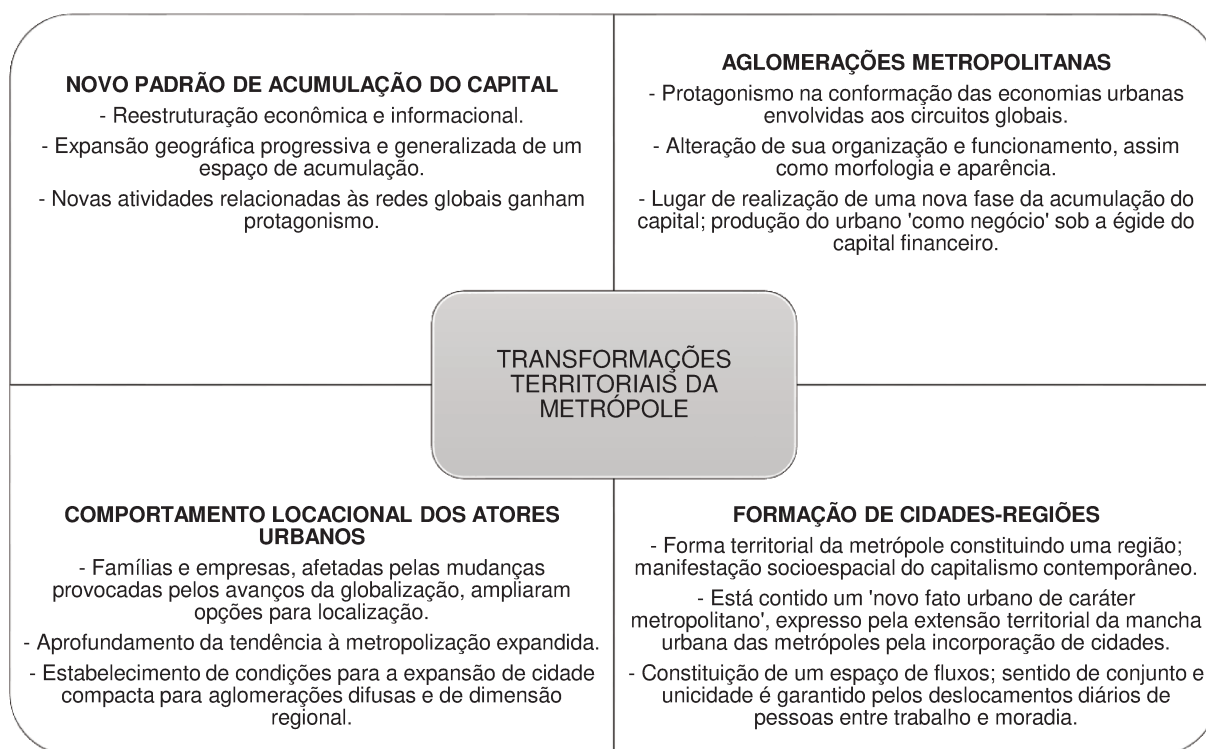
Para Carlos (2013, p. 35), a metrópole e o espaço subjacente a ela se colocam como a forma contemporânea da expansão do tecido urbano, num movimento de reprodução social que em seus conteúdos “re-articulam áreas urbanas consolidadas, as quais assumem novo papel na divisão espacial do trabalho, ora como lugar de moradia, ora como expansão das atividades econômicas constituidoras de novas centralidades”. A autora constrói a hipótese de que a reprodução do capital sinaliza um movimento real e concreto, que transforma os conteúdos da urbanização, em que a metrópole aparece como o lugar da realização de uma nova fase da acumulação do capital que se revela na mudança do sentido do espaço: “a produção do urbano ‘como negócio’ (como fonte de lucro) sob a égide do capital financeiro. Nesse contexto o solo urbano se torna, em si mesmo, lugar de investimento e fonte de realização da mais-valia” (p. 37).

A extensão do tecido urbano aponta três situações, segundo Carlos (2013, p. 48) para pensar hoje o sentido da metropolização: a) produção de espaços homogêneos que tendem, sob o império da norma, a produzir os imensos condomínios fechados, baseados na produção em grande escala e urbanização de grandes terrenos como motor da atual reprodução imobiliária que forja novos espaços com uma nova fronteira de valorização; b) a construção dos condomínios fechados periféricos e com ele a concentração de comércio e serviços em áreas de fronteira urbana deslocam a “periferia pobre”, e c) as políticas urbanas orientam os investimentos em determinados setores e áreas da metrópole propícias a esta realização, com a produção de infraestrutura necessária a esta acumulação (CARLOS, 2013, p. 48-49).

Sem pretender esgotar a discussão sobre as novas características físicas das metrópoles, assim como as suas causas e implicações, buscamos revisitar a

“aparência” que a metrópole contemporânea adquiriu sob o novo padrão de acumulação neoliberal, inserido no processo de globalização. Isto é, a mudança na base econômica das metrópoles também foi acompanhada por uma alteração em seu perfil clássico enquanto cidade industrial compacta, caracterizada pelo padrão centro-periferia, para um padrão agora de dimensão mais regional e difusa. Por isso, embora nosso intuito primordial seja compreender os atributos socioeconômicos do processo de metropolização, revisitar as características físicas da metrópole contemporânea também se colocou de suma importância, as quais podem ser resumidas no Quadro 2 abaixo, em suas principais expressões, processos e causas:

Quadro 2. Principais processos, expressões e causas relacionadas às transformações territoriais da metrópole contemporânea.



Fonte: Elaboração própria com base em De Mattos (2010), Pradilla-Cobos (2014), Lencioni (2017) e Carlos (2013).

Buscamos anteriormente compreender os principais atributos que distinguem uma metrópole de outros espaços urbanos, assim como as características do processo de metropolização, para depois entender suas alterações econômicas e morfológicas sob o padrão de acumulação neoliberal. No tópico seguinte, encerrando a discussão conceitual e teórica a respeito das características dos espaços

metropolitanos, buscaremos entender os principais efeitos sociais da metropolização contemporânea, sobretudo o aumento da desigualdade verificada principalmente nas metrópoles da América Latina.

2.1.2 Tendências gerais e particularidades da metropolização latino-americana

Como explicitado nos tópicos anteriores, as dinâmicas da rede urbana metropolitana e os fluxos de bens, serviços, mercadorias e pessoas entre os municípios, ao tornarem-se “nós” de uma rede global, se alteram e se intensificam sob os efeitos da globalização, porém com impactos diferentes e especificidades no caso das metrópoles da América Latina (MELCHIORS, 2017). Ou seja, como nota De Mattos (2015, p. 159), as tendências identificadas no caso das aglomerações metropolitanas latino-americanas seguem a mesma direção das que ocorreram nas metrópoles dos países centrais, especialmente nas norte-americanas, porém com particularidades regionais que se somaram a esses processos (PRADILLA-COBOS, 2014).

Existem traços gerais próprios da região⁹⁴, desenvolvidos historicamente e exacerbados pelo neoliberalismo, que tornam viável a construção de explicações latino-americanas sobre essas particularidades comuns. As transformações motivadas pelas alterações do sistema econômico agudizaram características históricas, especialmente relacionadas às desigualdades sociais. A desindustrialização e as políticas públicas urbanas têm determinado e/ou acentuado a tendência estrutural à *terciarização* das economias metropolitanas típica desta fase do desenvolvimento capitalista (PRADILLA-COBOS, 2014, grifo nosso).

Pradilla-Cobos (2014)⁹⁵ argumenta que tal processo na região “teve um caráter espúrio, polarizado e predominantemente informal [...], já que em 2002 a força de trabalho informal na América Latina chegava a 46,5% do total da população economicamente ativa (PEA), ultrapassava 34% em algumas das maiores metrópoles do continente e concentrava-se principalmente no setor terciário” (p. 45, tradução

⁹⁴ Pradilla-Cobos (2014, tradução nossa) cita como especificidade, por exemplo, a coexistência de dois mercados fundiários urbanos com regras bastantes distintas: “o *formal*, totalmente capitalista e sujeito às regulamentações estaduais de propriedade e planejamento urbano; e o *informal* que domina em áreas sem título de propriedade, as quais foram urbanizadas de forma ilegal ou irregular” (p. 41, grifo nosso). Essa especificidade, entre outras, diferencia estruturalmente as cidades latino-americanas e as dos países hegemônicos e impõem a necessidade de sua própria elaboração teórico-interpretativa.

⁹⁵ O autor recorre às análises empíricas de Tokman (2007), Portes e Roberts (2005) e Pradilla-Cobos (2010) para ilustração dos dados.

nossa). Essa característica predominantemente informal do setor terciário latino-americano difere-se da predominância de serviços de produção especializados verificados nas grandes metrópoles dos países hegemônicos, como diversos autores apontam, de acordo com Pradilla-Cobos (2014). A conjunção dos dois processos (desindustrialização e terciarização) produziu consequências muito negativas para a vida econômico-social metropolitana, como:

perda de dinamismo econômico devido ao desaparecimento do setor industrial, mais dinâmico que o setor terciário; queda na produtividade urbana média à medida que o setor terciário informalizado domina, com menor produtividade de capital e trabalho do que o setor industrial; déficit na balança comercial do território urbano específico dada a baixa exportabilidade de serviços; aumento do desemprego urbano; e queda no nível de renda dos setores populares devido à perda de empregos manufatureiros com melhor remuneração que o terciário (Márquez e Pradilla, 2008). (PRADILLA-COBOS, 2014, p. 45, tradução nossa).

Aliado aos processos discutidos anteriormente, a política neoliberal na América Latina, aplicada de forma desigual e com intensidade distinta entre os países, acarretou na desvalorização da força de trabalho assalariada por meio da redução dos salários reais e da eliminação ou redução dos benefícios sociais nos contratos coletivos de trabalho, a flexibilização da relação de trabalho e a privatização dos serviços públicos com elevação dos preços. Em um contexto de baixo crescimento do PIB desde a década de 1980 e de recessões recorrentes, os impactos sociais mais imediatos têm sido⁹⁶, entre outros, o aumento da taxa de desemprego aberto, o crescimento do setor informal e uma redução mínima nos níveis de pobreza urbana e indigência apesar dos gastos bilionários em programas voltados para setores muito vulneráveis, de natureza fundamentalmente assistencialista (PRADILLA-COBOS, 2014, p. 46-47).

Por fim, Melchior (2017) resume as observações de Pradilla-Cobos (2014) a respeito dos efeitos sobre a organização urbana:

O aumento do desemprego, a multiplicação da informalidade e a exacerbação da pobreza neste período, na América Latina, acarretaram alterações na estrutura urbana, com a multiplicação das concentrações de atividades informais nas vias públicas, a multiplicação da delinquência incidental e a ampliação dos territórios de violência crescente (MELCHIOR, 2017, p. 138).

⁹⁶ O autor se baseia principalmente nos estudos da Cepal (2004, 2013), Tokman (2007) e Pradilla (2009).

De Mattos (2015) também nota que nas áreas metropolitanas da periferia capitalista, em contraste às economias de desenvolvimento capitalista avançado, ainda não se estabeleceram as mesmas condições gerais que favoreceriam a segmentação estrutural dos mercados de trabalho. A partir da leitura de diversos estudos, o autor chega à conclusão de que houve tendência de aumento das desigualdades e de maior segregação social urbana. Logo, “as mudanças recentes na estrutura socioterritorial metropolitana devem ser observadas considerando o impacto das transformações econômicas produzidas pelo avanço da globalização sobre seus mercados de trabalho” (p. 171).

Sob a globalização, a maioria dos países da região realizou importantes mudanças em sua política trabalhista, que afetaram profundamente seus mercados de trabalho. O desmonte da legislação trabalhista estruturada no período anterior, através de reformas que tentavam aumentar o vínculo entre produtividade e salários, junto com os efeitos da transformação da base econômica metropolitana, ocasionou consequências no panorama social. Entre as tendências insatisfatórias, como assinalado por Pradilla-Cobbos (2014), está a redução da geração de emprego no setor manufatureiro, com os novos empregos concentrando-se quase exclusivamente no setor terciário, especialmente em atividades de baixa produtividade. Por outro lado,

a informação disponível para as últimas duas décadas do século XX permite identificar algumas tendências gerais para a maioria desses países, como: i) a criação de postos de trabalho foi insuficiente com relação ao rápido crescimento da população economicamente ativa (pea); ii) à medida que se desenvolveram os processos de privatização e terceirização, aumentaram a informalidade e a precarização [...] (DE MATTOS, 2015, p. 172)⁹⁷.

De acordo com De Mattos (2015), as tendências observadas acerca do comportamento dos mercados de trabalho na América Latina apresentam uma evolução que permite refletir sobre a tendência à polarização social, em que, no caso latino-americano, corresponderia a uma etapa em que “a crescente terceirização produtiva intensificou ainda mais a urbanização dos mercados de trabalho; por esse motivo, essas transformações se manifestam especialmente nas cidades, sobretudo nas grandes aglomerações metropolitanas, sedes da parte medular do processo de produção de cada país” (p. 172-173).

⁹⁷ De Mattos (2015) analisa os trabalhos de Weller (1998) e Klein e Tokman (2000) para observação dessas tendências insatisfatórias.

Desse modo, a metrópole latino-americana é, acima de tudo, uma cidade polarizada e segregada, cujo “cenário urbano emergente persiste uma polarização social associada à existência de amplos setores que não conseguem se inserir em mercados de trabalho estruturados em razão da competitividade, junto com outros grupos para os quais a acumulação de riqueza parece não ter limites” (DE MATTOS, 2015, p. 190), uma vez que a reestruturação e flexibilização de seus mercados de trabalhos não se mostraram eficientes em mitigar as desigualdades sociais herdadas do período anterior, pelo contrário, parecem acentuá-las.

Até momento, foi importante retomar a compreensão teórico-conceitual a respeito da metrópole e seu processo de constituição, bem como as transformações pelas quais essa espacialidade passou no último século, reflexo das mudanças do processo de acumulação capitalista com impactos urbanos, estimulando, do ponto de vista teórico, novas teorizações e conceituações acerca da identidade desse espaço. E as regiões metropolitanas, se confundiriam com esse espaço metropolitano? Estas, como veremos no próximo tópico, embora sejam um primeiro indicativo das áreas metropolitanas, ou criadas com esse intuito inicialmente, não se confundem com a espacialidade decorrente do fenômeno da metropolização, já que o processo institucional e socioespacial brasileiro caminharam em sentidos diferentes.

2.2 A espacialidade metropolitana a serviço do planejamento: as Regiões Metropolitanas

Os conceitos anteriormente discutidos de metrópole e metropolização também não se confundem com as regiões metropolitanas, criadas no contexto de uma estratégia concreta voltada ao processo de formação de instituições para enfrentamento da questão urbana por novas estruturas, pensadas pela “ideia de que recursos estratégicos mobilizados com a finalidade de atingir um desenvolvimento total devem ser disciplinados por uma concepção espacial centrada em polos econômicos e sociais”. Desse modo, a política urbana empreendida pelo governo brasileiro ao instituir as regiões metropolitanas ajustava-se melhor ao entendimento do conceito de estratégia do que ao entendimento do conceito de política, visto que é resultado de uma formulação mais complexa de objetivos a serem alcançados por um conjunto de políticas imposto à sociedade pela ação governamental (SCHMIDT, 1983, p. 158).

Fernandes e Araújo (2015, p. 8-9) e Moreira e Guimarães (2015, p. 1.252) notam que a institucionalização das regiões metropolitanas era prerrogativa exclusiva da União, previstas no ordenamento jurídico brasileiro desde a Constituição Federal de 1967, e com fundamento na Emenda Constitucional de 1969, foram estabelecidas as Leis Complementares federais n. 14/1973 e n. 20/1974. A primeira (BRASIL, 1973) criou as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, ao passo que a segunda (BRASIL, 1974) instituiu a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, extinguindo, ao mesmo tempo, o estado da Guanabara. A Constituição Federal de 1988 trouxe como novidade a alteração da competência para a sua instituição, que passou a ser dos estados.

Como é sempre recordado pela literatura ao analisar o processo de metropolização institucional pós 1988, principalmente no que diz respeito à multiplicação das RMs, muitas delas sem metrópoles (SCHMIDT, 1983; MOURA; LIBARDI; BARION, 2006; FIRKOWSKI, 2012; CASTELLO BRANCO; PEREIRA; NADALIN, 2013; COSTA; TSUKUMO, 2013; LEOPOLDO, 2013; FERNANDES; ARAÚJO, 2015; MOURA, 2016; GURGEL, 2017; COSTA et al., 2018; FIRKOWSKI; BALISKI, 2018), podemos acompanhar a instituição de Regiões Metropolitanas mediante duas fases distintas: antes de 1988, quando eram estabelecidas por lei federal, ou seja, eram de exclusividade da União, e após 1988, quando sua criação foi facultada aos estados pela Constituição Federal de 1988, no seu Art. 25, parágrafo 3º, “constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (BRASIL, 1988).

Assim, a partir de 1988, as Unidades da Federação, buscando solucionar problemas de gestão do território estadual, definiram novas Regiões Metropolitanas, criadas por lei complementar estadual. Antes de 1988, porém, importantes municipalidades em torno de nove capitais de estado foram convocadas pelo regime militar dirigente no Brasil a se organizarem como “autoridades metropolitanas” (SCHMIDT, 1983, p. 51). A definição legal de regiões metropolitanas no Brasil entendia, na época, que:

elas [eram] entidades administrativas, criadas pela União e dirigidas pelo governo estadual através do funcionamento de conselhos. Estas regiões [seriam] montadas com a finalidade de fornecer serviços comuns, serviços que por definição ultrapassam os limites do município. De acordo com a *Lei Complementar 14* (junho de 1973), é

encargo do conselho deliberativo promover planos integrados para assegurar serviços comunitários à região em seu todo, assim como coordenar a implementação de outros projetos relevantes. Este conselho, sendo ele próprio a principal fonte de poder decisório na entidade metropolitana, tem o governador estadual como seu presidente (SCHMIDT, 1983, p. 165, grifo do autor).

Entre os serviços a serem oferecidos pelas regiões metropolitanas através de seus órgãos, estariam: planejamento integrado para o desenvolvimento socioeconômico; saneamento, abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo; uso do solo metropolitano; transporte e sistemas viários; produção e distribuição de gás encanado; utilização de recursos hídricos e controle da poluição ambiental e qualquer outro serviço incluído na competência do conselho deliberativo pela lei federal (SCHMIDT, 1983, p. 165). Portanto, a criação de regiões metropolitanas buscava atender ao novo molde de intervenção nos campos social e econômico, via novos arranjos institucionais, por meio dos quais o Estado expandiu e redefiniu sua relação com a sociedade civil. E com o intuito de prover bens e serviços públicos, “o órgão técnico das regiões metropolitanas [podia] desempenhar suas funções através da definição de empresas metropolitanas de natureza mista, ou através de acordos com agências públicas federais, locais ou estaduais” (SCHMIDT, 1983, p. 171).

As regiões metropolitanas, de acordo com Clementino e Almeida (2015), são áreas que, por força da necessidade de sistematização do planejamento das cidades, “são definidas como espaços especiais pelas funções que exercem, pelo tamanho de sua população, pela inexistência de limites perceptíveis entre os municípios que ela incorpora, dentre outros critérios norteadores”. São, desse modo, arranjos territoriais e institucionais do planejamento governamental e da gestão urbana. Para Moura, Libardi e Barion (2006, p. 130):

A institucionalização de regiões metropolitanas no Brasil surge como uma resposta ao fenômeno da metropolização e suas consequências no que concerne à concentração de população, atividades e renda, agudizando a desigualdade e a segregação em alguns pontos do território nacional. Constituiu um conjunto de ações que combinaram a identificação da situação problema, a institucionalização das áreas identificadas, a definição do rol de serviços a serem contemplados, a destinação de recursos e a organização de uma estrutura de gestão.

Segundo a divisão territorial contida na metodologia do Censo Demográfico de 2000 e 2010 (IBGE, 2003, 2013), as regiões metropolitanas são “um conjunto de municípios de uma mesma Unidade da Federação, reunidos, por legislação estadual, segundo os critérios estabelecidos pelo próprio estado”. Já a institucionalidade das

regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs) compete à União por envolver municípios de mais de uma unidade federativa. Estas “são conjuntos de municípios cuja criação baseia-se no princípio de cooperação entre os diferentes níveis de governo — federal, estadual e municipal” (IBGE, 2003, n.p.), podendo ser compostas por municípios de unidades federadas diferentes. Desse modo, foi autorizada a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE⁹⁸, pela Lei Complementar n. 94, de 19 de fevereiro de 1998.

Até a data de referência do Censo 2010 havia 36 regiões metropolitanas em 20 Unidades da Federação, além de 3 regiões integradas de desenvolvimento (IBGE, 2013, p. 298). O Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2003) considera as regiões metropolitanas institucionalizadas até a data de referência do Censo 2000 (1º de agosto de 2000) e, por conseguinte, havia 22 regiões metropolitanas em 15 Unidades da Federação, com apenas 1 região integrada de desenvolvimento, no caso, a Ride do Distrito Federal e Entorno. O Quadro 3 abaixo resume as regiões metropolitanas até as datas de referência dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e de 2010, assim como as regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs).

Quadro 3. Regiões Metropolitanas (RMs) e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) nas datas de referência dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 e institucionalizadas após 2010.

RMs no Censo 1991	RMs e RIDEs no Censo 2000	RMs e RIDEs no Censo 2010	RMs criadas após 2010 ou não incluídas no Censos anteriores
Belém (PA)	Belém (PA)	Manaus (AM)	Zona da Mata (AL)
Fortaleza (CE)	Grande São Luís (MA)	Belém (PA)	Caetés (AL)
Recife (PE)	Fortaleza (CE)	Macapá (AP)	Palmeira dos Índios (AL)
Salvador (BA)	Natal (RN)	Grande São Luís (MA)	Médio Sertão (AL)
Belo Horizonte (MG)	Recife (PE)	Sudoeste Maranhense (MA)	São Francisco (AL)
Rio de Janeiro (RJ)	Maceió (AL)	Fortaleza (CE)	Sertão (AL)
São Paulo (SP)	Salvador (BA)	Cariri (CE)	Vale do Paraíba (AL)
Curitiba (PR)	Belo Horizonte (MG)	Natal (RN)	Feira de Santana (BA)
Porto Alegre (RS)	Vale do Aço (MG)	João Pessoa (PB)	Sobral (CE)
	Grande Vitória (ES)	Campina Grande (PB)	Araruna (PB)
	Rio de Janeiro (RJ)	Recife (PE)	Barra de Santa Rosa (PB)
	São Paulo (SP)	Maceió (AL)	Cajazeiras (PB)
	Baixada Santista (SP)	Agreste (AL)	Esperança (PB)

⁹⁸ Ribeiro (2009) e Fernandes e Araújo (2015) consideram, inclusive, que a Ride do Distrito Federal (DF) e Entorno, é, em sua essência, uma região metropolitana interestadual, principalmente devido ao porte metropolitano de sua cidade principal.

RMs no Censo 1991	RMs e RIDEs no Censo 2000	RMs e RIDEs no Censo 2010	RMs criadas após 2010 ou não incluídas no Censos anteriores
	Campinas (SP)	Aracaju (SE) ⁹⁹	Guarabira (PB)
	Curitiba (PR)	Salvador (BA)	Itabaiana (PB)
	Londrina (PR)	Belo Horizonte (MG)	Patos (PB)
	Maringá (PR)	Vale do Aço (MG)	Sousa (PB)
	Florianópolis (SC)	Grande Vitória (ES)	Vale do Mamanguape (PB)
	Norte/Nordeste Catarinense (SC)	Rio de Janeiro (RJ)	Vale do Piancó (PB)
	Vale do Itajaí (SC)	São Paulo (SP)	Santarém (PA)
	Porto Alegre (RS)	Baixada Santista (SP)	Porto Velho (RO)
	Goiânia (GO)	Campinas (SP)	Capital (RR)
	Ride DF e Entorno (DF/GO/MG)	Curitiba (PR)	Central (RR)
		Londrina (PR)	Sul do Estado (RR)
		Maringá (PR)	Gurupi (TO)
		Florianópolis (SC)	Palmas (TO)
		Norte/Nordeste Catarinense (SC)	Ribeirão Preto (SP)
		Vale do Itajaí (SC)	Sorocaba (SP)
		Carbonífera (SC)	Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP)
		Foz do Rio Itajaí (SC)	Apucarana (PR)
		Tubarão (SC)	Campo Mourão (PR)
		Chapecó (SC)	Cascavel (PR)
		Lages (SC)	Toledo (PR)
		Porto Alegre (RS)	Umuarama (PR)
		Vale do Rio Cuiabá (MT)	Serra Gaúcha (RS)
		Goiânia (GO)	Alto Vale do Itajaí (SC)
		Ride DF e Entorno (DF/GO/MG)	Contestado (SC)
		Ride Grande Teresina (PI/MA)	Extremo Oeste (SC)
		Ride Petrolina/Juazeiro (PE/BA)	

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (1996, 2003, 2013, 2019).

A atualização semestral do IBGE sobre as regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento e aglomerações urbanas, com base em informações de dezembro de 2019, aponta a existência de 74 regiões metropolitanas no país e 3 regiões integradas de desenvolvimento (IBGE, 2019). Observamos pelo quadro acima a multiplicação¹⁰⁰ das regiões metropolitanas, principalmente em alguns estados,

⁹⁹ A RM de Aracaju, embora criada em dezembro de 1995, não havia obtido a ratificação da adesão dos municípios por parte das Câmaras de Vereadores, conforme exigia seu artigo 5º (RIBEIRO, 2009).

¹⁰⁰ Costa et al. (2018, p. 22-23) observam que o processo de metropolização institucional, referido por Costa, Matteo e Balbim (2010), se intensificou desde o ano de 2010, principalmente nas Regiões Nordeste e Sul, as quais foram responsáveis pelo maior número de institucionalização de novas regiões metropolitanas, com destaque para os estados da Paraíba e de Alagoas, no Nordeste, e de Santa Catarina e do Paraná, no Sul, liderando o processo de metropolização institucional. Curiosamente, os autores notaram que a região mais urbanizada e densamente ocupada do país, a Região Sudeste,

notadamente Paraíba, Santa Catarina¹⁰¹, Alagoas e Paraná, com, respectivamente, 12, 11, 9 e 8 regiões metropolitanas institucionalizadas. Olhando para esses números, Leopoldo (2020, p. 94) declara que o processo de criação¹⁰² de regiões metropolitanas parece estar sob o controle de uma “varinha mágica inconsequente”, a qual não para de transformar regiões em metropolitanas, cuja razão de ser é reiterada pelas estratégias de acumulação de capital e de arrecadação do Estado.

Consequentemente, o divórcio entre as metrópoles e as RMs, referido por diversos autores, como Firkowski (2013) e Costa (2013), ou de “metropolização institucional”, como expresso por Costa, Matteo e Balbim (2010), principalmente após a Constituição Federal de 1988, mostrou-se evidente, já que os espaços metropolitanos, expressão dos processos socioespaciais, permanecem circunscritos a algumas porções do território, ao passo que as RMs brasileiras já ultrapassam a casa de sete dezenas. Dessa observação decorre que a adoção do instrumento da regionalização não possui relação direta com o processo socioespacial de conformação dos espaços metropolitanos.

Pelo recorte institucional, verificamos que o processo de urbanização se intensificou no Brasil na década de 1970, quando mais da metade da população do país já era urbana (55,94%). A população urbana metropolitana, considerando as mesmas áreas metropolitanas atuais no ano de 1970 e 1991, perfazia 59,5% da população urbana geral em 1970 e 57,4% da população urbana geral em 1991. Naquelas décadas, o aumento da população urbana foi acelerado: apresentou, em 1980, um aumento de 54,4% em relação ao ano de 1970, ao passo que na década

criou apenas três novas regiões metropolitanas, todas no estado de São Paulo. Ou seja, a intensificação do processo de metropolização institucional desde 2010 não teve a Região Sudeste como principal expressão.

¹⁰¹ Ribeiro (2009) e Moura, Libardi e Barion (2006) destacam que, em alguns casos, como na legislação do Estado de Santa Catarina, a organização do sistema de gestão identifica, além de área metropolitana, também áreas de expansão, denominadas “área de expansão metropolitana”. Por sua vez, Leopoldo (2020, p. 95) faz uma crítica à relevância que a “empresa de criação de regiões metropolitanas” ganhou em Santa Catarina, inclusive especializando-se, uma vez que todas as suas regiões metropolitanas possuem divisões: “um *core* e um entorno de ampliação, denominados respectivamente núcleo metropolitano e área de expansão metropolitana”. Para Barreto (2012, p. 4), o caso de Santa Catarina merece atenção pelo fato de ficar bastante evidente naquele estado uma visível ausência de critérios na institucionalização de novas regiões metropolitanas. Ademais, a maioria das unidades político-administrativas catarinenses apresentavam população inferior a um milhão de habitantes.

¹⁰² Sobre os benefícios diretos da formalização de uma região metropolitana como possíveis razões para o *boom* de regiões metropolitanas aprovadas mediante legislação complementar estadual, ver Fernandes e Araújo (2015). Para reflexão acerca do sentido de se instituir uma RM, ou sobre suas funcionalidades no Brasil atual, ver Costa (2013).

seguinte, em 1991, apresentou aumento de 38% em relação ao ano de 1980. De 1970 a 1991, a população urbana geral aumentou 113% (Tabela 4).

Considerando o universo das regiões metropolitanas definidas no Censo de 2010 (36 RMs), com acréscimo de algumas mais recentes criadas no Estado de São Paulo (RM de Ribeirão Preto, RM de Sorocaba e RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte) e a Ride do Distrito Federal e Entorno (RIDE DF), observamos sua evolução nas décadas passadas: a população total metropolitana aumentou 44,7% entre 1980 e 1970 e 28,9% entre 1991 e 1980, ao passo que a população urbana metropolitana, entre 1970 e 1980, apresentou aumento de 55,5%, e entre 1980 e 1991, o incremento foi de 32,3% (Tabela 4).

Entre 1991 e 1970, a população total metropolitana aumentou 86,4% e a população urbana metropolitana aumentou 105,6%. No período mais recente, comparando a população urbana geral e a população urbana metropolitana, esta era 56,7% da população urbana total em 2000, diminuindo para 56,2% em 2010, mostrando uma desaceleração da concentração da população metropolitana urbana nas 40 unidades territoriais consideradas, no período de 2000 a 2010 (Tabela 4).

Tabela 4. População do Brasil. 1970-2010.

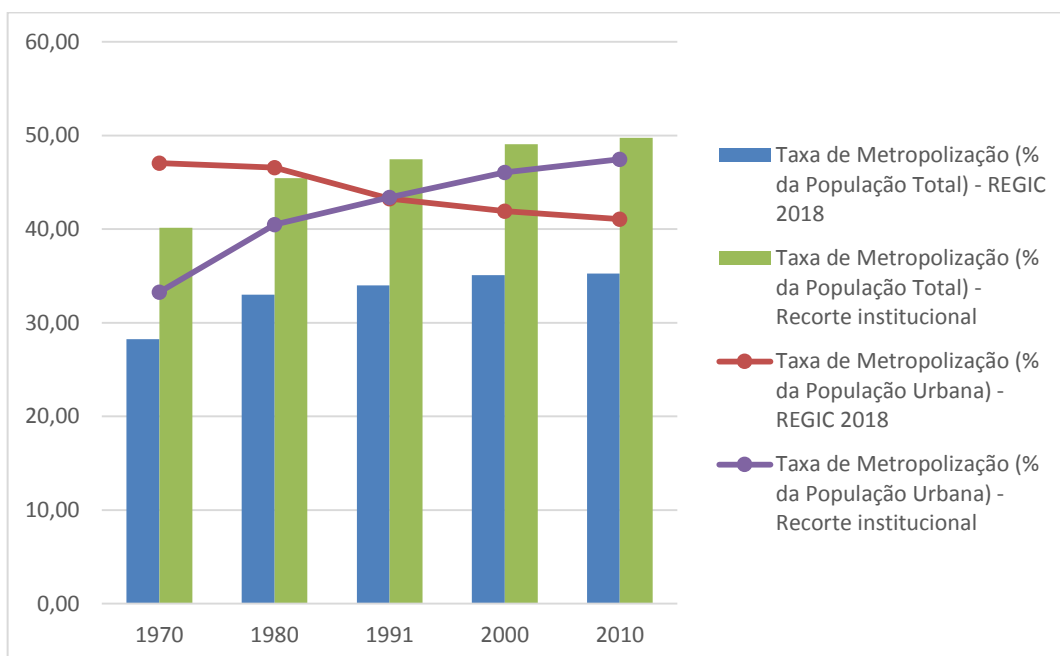
População	2000	%	2010	%	Índice 2000 = 100
Metropolitana Urbana	78.221.157	46,07	90.500.810	47,44	115,7
Total Metropolitana	83.292.326	49,05	94.888.625	49,74	113,9
Urbana	137.953.959	81,25	160.925.804	84,36	116,7
Total - Brasil	169.799.170	100,0	190.755.799	100,0	112,3
	1980	%	1991	%	Índice 1980 = 100
Metropolitana Urbana	48.162.485	40,47	63.702.921	43,39	132,3
Total Metropolitana	54.060.186	45,42	69.658.327	47,44	128,9
Urbana	80.437.327	67,59	110.990.990	75,59	138,0
Total - Brasil	119.011.052	100,0	146.825.475	100,0	123,4
	1970	%	1980	%	Índice 1970 = 100
Metropolitana Urbana	30.978.598	33,26	48.162.485	40,47	155,5
Total Metropolitana	37.369.792	40,12	54.060.186	45,42	144,7
Urbana	52.097.260	55,94	80.437.327	67,59	154,4
Total - Brasil	93.134.846	100,0	119.011.052	100,0	127,8

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1970 a 2010, Microdados/SIDRA).

O crescimento da população urbana (aumento de 16,7% em relação ao ano 2000) e da população urbana metropolitana (aumento de 15,7% em relação ao ano 2000) no período mais recente (2000-2010) foi apenas ligeiramente superior ao crescimento da população nacional total apresentado em 2010, de 12,3% em relação ao ano 2000, o que mostra que o aumento da população metropolitana do País na década passada não obteve a mesma intensificação como nas décadas da segunda metade do século XX. Entretanto, nos deparamos com uma realidade bastante diferente quando analisamos a evolução da população metropolitana com base nas 15 metrópoles definidas no estudo mais recente do IBGE (2020a), cujo recorte territorial dos arranjos populacionais é um critério mais próximo à noção de um espaço com população consolidada e com intensas relações entre os municípios, especialmente aqueles relacionados às grandes concentrações urbanas.

O Gráfico 4 sintetiza essa reflexão, ao compararmos duas taxas de metropolização diferentes:

Gráfico 4. Taxa de Metropolização (%). Recorte institucional (RMs) e socioespacial (*REGIC 2018*). 1970-2010.



Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1970 a 2010, Microdados/SIDRA; IBGE, 2020a).

Quando consideramos o recorte territorial dos arranjos populacionais utilizado no mais recente estudo *REGIC 2018* (IBGE, 2020a), temos a definição de 15 grandes

concentrações urbanas como metrópoles, as quais concentravam 35,2% da população brasileira em 2010, nos limites definidos pelos seus arranjos populacionais. Ou seja, de aproximadamente 191 milhões de pessoas em 2010, 67,2 milhões se concentravam nas 15 metrópoles reconhecidas pelos seus atributos tidos como realmente metropolitanos. Pelo critério institucional das regiões metropolitanas, no entanto, teríamos uma realidade completamente diferente: a área territorial definida pelas regiões metropolitanas concentraria 49,75% da população brasileira em 2010, ou seja, quase metade da população nacional poderia ser considerada metropolitana.

Igualmente, pelo critério institucional, as 40 RMs consideradas concentrariam 47,4% da população urbana brasileira em 2010, ao passo que pelo critério da *REGIC 2018* as 15 metrópoles concentrariam 41% da população urbana brasileira em sua espacialidade definida pelos arranjos populacionais, apresentando inclusive um declínio em relação à população urbana que concentraria em seus entornos em 1970, de aproximadamente 47%. Esses números ilustram, brevemente, a discussão a respeito da multiplicação dos recortes metropolitanos, sem correspondência necessária com a realidade territorial abarcada pela dinâmica da metropolização.

A proposição de regiões metropolitanas, mediante legislação, fundamenta-se mais em critérios institucionais do que necessariamente em processos socioespaciais de metropolização, o que acarreta dizer, segundo Firkowski (2013), que poucas regiões metropolitanas são de fato metropolitanas, tornando-se inadequado colocar a região metropolitana como equivalente à metrópole, ou seja, “igualar o processo espacial com o fato institucional”. Isto é, as principais diferenças entre a institucionalidade e a espacialidade metropolitana assim se explicitam: a primeira se reveste de caráter de frágil compreensão do fenômeno metropolitano e por vezes, político, ao passo que a segunda se caracteriza por sua dimensão de processo socioespacial, fruto de uma dinâmica construída historicamente (FIRKOWSKI, 2012, p. 35). Por isso, as regiões metropolitanas não podem ser tomadas como sinônimo da complexidade metropolitana.

A instituição das RMs na atualidade, para Firkowski (2012, 2013) e Costa (2013), envolve o elemento regional, ou seja, a perspectiva do desenvolvimento regional, cujo objetivo maior é a promoção do desenvolvimento da região em torno do município polo, com ampliação do acesso a investimentos que favorecerão seu desenvolvimento. Ou seja, a perspectiva do fortalecimento da região emerge,

“consolidando seu domínio sobre o território sob sua influência e firmando-se como um centro hierárquico” na rede de cidades do país (COSTA, 2013, p. 327).

Para Costa (2013), o elemento urbano-metropolitano também aparece no escopo de criação das RMs, na medida em que compartilham funções públicas de interesse comum. Portanto, o desenvolvimento regional e o metropolitano estariam presentes em todas as RMs, de acordo com o autor, ao passo que para Firkowski (2012, 2013), a criação de regiões metropolitanas, do ponto de vista institucional, guardaria maior vinculação a uma perspectiva do desenvolvimento regional em detrimento do urbano-metropolitano. Da mesma forma, Moura, Libardi e Barion (2006, p. 141) já apontavam que na ausência de uma política de Estado voltada ao desenvolvimento regional ou sem uma “efetiva consciência e diferenciação do sentido e da problemática da gestão regional do desenvolvimento e da gestão das funções públicas de interesse comum”, a instituição das RMs não perderia sentido, ainda mais se não estivesse isenta de flutuações políticas locais.

Como vimos, desde 1988 as regiões metropolitanas são definidas pelos estados da federação, o que acarretou distorções no processo de criação das regiões metropolitanas devido aos critérios e parâmetros divergentes entre os estados da Nação, tornando-as, em até certo ponto, incomparáveis. Nesse sentido, a criação do Estatuto da Metrópole pretendia estabelecer critérios objetivos para a criação de RMs, bem como se colocava como um esforço de reflexão teórico-conceitual do ponto de vista legal acerca de termos importantes para nossa discussão, como metrópole e área metropolitana. Por isso, revisitaremos esse importante dispositivo legal nos tópicos seguintes, junto com outros estudos que buscam critérios objetivos para identificação do fenômeno urbano-metropolitano no território nacional.

2.2.1 Arcabouço teórico-conceitual do Estatuto da Metrópole (Lei n. 13.089/2015)

Como apontado no tópico anterior, a necessidade de critérios e conceitos únicos para a delimitação de regiões metropolitanas no Brasil, isto é, uma base metodológica única, abriu espaço no campo teórico e político para a aprovação da Lei Federal n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015, instituindo o Estatuto de Metrópole (BRASIL, 2015). O olhar para o metropolitano a partir de esfera federal nasceu com o intuito de apresentar normas gerais e um arcabouço conceitual uniforme sobre

conceitos relacionados ao fenômeno metropolitano, já que não havia critérios objetivos, e mesmo tratamento conceitual de termos específicos no ordenamento jurídico federal, para a criação de regiões metropolitanas até a aprovação do Estatuto da Metrópole (PERES et al., 2018; FIRKOWSKI; BALISKI, 2018). Tal ausência já era criticada e colocada como basilar em estudos anteriores sobre o quadro metropolitano nacional (FIRKOWSKI, 2012; CASTELLO BRANCO; PEREIRA; NADALIN, 2013; COSTA, 2013).

A trajetória até a aprovação do Estatuto da Metrópole, no entanto, não foi instantânea e livre de percalços e críticas (MOURA; HOSHINO, 2015; FERNANDES; ARAÚJO, 2015; SANTOS, Marcela, 2018): foram necessários dez anos de tramitação¹⁰³, desde a apresentação do Projeto de Lei (PL) n. 3.460/2004 pelo deputado Walter Feldman (PSDB/SP), em 2004, o qual foi posteriormente substituído pelo PL n. 5/2014, resultando, finalmente, na edição do Estatuto da Metrópole em 2015. Para Fernandes e Araújo (2015, p. 11), Marcela Santos (2018, p. 459) e Peres et al. (2018, p. 272-273), o novo diploma normativo, “marco regulatório da temática metropolitana”, é um texto legal que veio para complementar e sanar lacunas deixadas pelo Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), o qual reforçou a abordagem municipalista em diferentes áreas das políticas públicas e urbanas em detrimento do desenvolvimento da dimensão metropolitana¹⁰⁴.

O Capítulo I do Estatuto da Metrópole apresenta as contribuições que vão ao encontro de nossos objetivos teórico-conceituais, e por isso nos concentraremos nele. As disposições preliminares da nova lei (BRASIL, 2015), contidas no Capítulo I, em seu artigo 1º, já estabelecem seus principais objetivos:

Esta Lei, denominada Estatuto da Metrópole, estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em

¹⁰³ Moura e Hoshino (2015) resgatam a trajetória de tramitação do Estatuto da Metrópole, além de analisar sucintamente o novo diploma. Por outro lado, Marcela Santos (2018), a partir de um trabalho colaborativo junto a especialistas, oferece sugestões de interpretação e aborda os principais pontos críticos do Estatuto da Metrópole. Já Peres et al. (2018) tem como referente empírico o Estatuto da Metrópole e seus antecedentes e apresentam, a partir dessa legislação e do contexto de sua elaboração, uma análise crítica acerca dos conceitos referentes à região metropolitana, metrópole e aglomerados urbanos adotados pelo Estatuto da Metrópole, analisados a partir do conceito miltoniano de “território usado”.

¹⁰⁴ Marcela Santos (2018, p. 460-461) nota que o Estatuto da Metrópole desempenha papel complementar ao Estatuto da Cidade, “especificamente no que concerne aos centros urbanos de maior escala”. Logo, o tema do direito urbanístico geral é disciplinado pelo Estatuto da Cidade, ao passo que o Estatuto da Metrópole se dirige a “unidades territoriais consideradas em maior escala, reconhecendo os processos de metropolização das cidades brasileiras”.

aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, com base nos incisos XX do art. 21, IX do art. 23 e I do art. 24, no § 3º do art. 25 e no art. 182 da Constituição Federal.

[...]

(BRASIL, 2015, art. 1º).

Também é explicitado, no parágrafo primeiro do mesmo artigo (art. 1º, § 1º, inciso I), que as disposições desta lei se aplicam, no que couber, além das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas, “às microrregiões instituídas pelos Estados com fundamento em funções públicas de interesse comum com características predominantemente urbanas”. Em outras palavras, como interpreta Moura e Hoshino (2015), o escopo do diploma é “a regulamentação das unidades territoriais urbanas, ou seja, aglomerações urbanas de natureza metropolitana ou não metropolitana, e sua institucionalização como RMs ou AUs para o exercício das FPIC [funções públicas de interesse comum]” (p. 4).

O artigo 2º do Capítulo I, incisos I a VII, apresenta um importante arcabouço conceitual a respeito de termos relacionados ao fenômeno metropolitano, e nos interessa pois “todos recebem definição legal e passam a ser institutos jurídicos, além de categorias teóricas”, como aponta Moura e Hoshino (2015, p. 4). Isto é, “uma das principais contribuições do Estatuto da Metrópole é a *definição legal* de sete conceitos fundamentais para a compreensão e a gestão das unidades territoriais brasileiras” (SANTOS, Marcela, 2018, p. 462, grifo do autor). As definições legais de “aglomeração urbana”, “metrópole” e “região metropolitana” nos interessam, particularmente, e são apresentadas nos incisos I, V e VII. Vejamos o tratamento conceitual que recebem no âmbito da lei:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - aglomeração urbana: unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas;

[...]

V - metrópole: espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

[...]

VII - região metropolitana: aglomeração urbana que configure uma metrópole.

Parágrafo único. Os critérios para a delimitação da região de influência de uma capital regional, previstos no inciso V do **caput** deste artigo considerarão os bens e serviços fornecidos pela cidade à região, abrangendo produtos industriais, educação, saúde, serviços bancários, comércio, empregos e outros itens pertinentes, e serão disponibilizados pelo IBGE na rede mundial de computadores. (BRASIL, 2015, art. 2º, I a VII).

Ribeiro, Júnior e Rodrigues (2015)¹⁰⁵, Moura e Hoshino (2015), Moreira e Guimarães (2015), Marcela Santos (2018) e Peres et al. (2018)¹⁰⁶ reconhecem o esforço e avanço teórico-conceitual trazidos pela nova lei (BRASIL, 2015), ainda que persistam muitas inconsistências e pontos críticos¹⁰⁷. Para Moura e Hoshino (2015, p. 4-5), a exigência acerca da condição de metrópole poderia ser mais restritiva, todavia está adequada à grande diversidade da rede urbana brasileira, em que centros regionais em regiões de menor densidade de ocupação detêm efetivamente a condição de metrópoles. Moura e Hoshino (2015) ainda recordam o artigo 15, Capítulo V, referente à atuação da União, que complementa a definição de região metropolitana contida no inciso VII do artigo 2º:

A região metropolitana instituída mediante lei complementar estadual que não atenda o disposto no inciso VII do **caput** do art. 2º desta Lei será enquadrada como aglomeração urbana para efeito das políticas públicas a cargo do Governo Federal, independentemente de as ações

¹⁰⁵ Para os autores, há motivos para saudar e para se inquietar quanto aos limites da nova Lei. Se por um lado o Estatuto avança “nas diretrizes para a execução das funções públicas de interesse comum, nas definições conceituais, nos princípios para a governança interfederativa e nos instrumentos para o desenvolvimento urbano integrado, por outro, perde-se muito em referência territorial do que é metropolitano ou onde realmente estão os problemas metropolitanos” (RIBEIRO; JÚNIOR; RODRIGUES, 2015, n.p.).

¹⁰⁶ Peres et al. (2018, 284-285) reconhecem o esforço teórico-conceitual como positivo e essencial, mas observam que o Estatuto perdeu “uma grande oportunidade de inovar tanto teoricamente quanto conceitualmente, além de ter desperdiçado, também, a oportunidade de recuperar, rever, redefinir ou consolidar importantes conceitos trazidos por dispositivos legais anteriores” (p. 285). Também não explora, de acordo com os autores, todo o acúmulo de conhecimento produzido por estudos e pesquisas realizados pelo IBGE sobre as aglomerações populacionais e metropolitanas, os quais trouxeram contribuição importante para definição de metrópole, região metropolitana e aglomerado urbano, como o *Região de Influência das Cidades – Regic* (IBGE, 2008) e os *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil* (BRASIL, 2015).

¹⁰⁷ Moura e Hoshino (2015) refletem que, embora a Lei tenha dado um primeiro passo adiante, talvez não “contemple a diversidade de configurações espaciais que permeiam o processo de metropolização brasileiro” (p. 12), assim como perdeu a oportunidade de ser mais incisiva ao não determinar aos Estados a oficialização de RMs e/ou AUs quando comprovadamente elas estivessem consolidadas. Porém, o Estatuto coloca RMs e AUs em lugar de destaque na agenda das ações sobre o urbano, o que tende a abrir diálogo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

nesse sentido envolverem ou não transferência de recursos financeiros (BRASIL, 2015, art. 15).

Ribeiro, Júnior e Rodrigues (2015, n.p.) consideram que de fato há um esforço conceitual, em que se busca a definição de uma metrópole com base em um conceito elaborado e mensurado empiricamente. No entanto, “não houve a preocupação de constituir critérios também funcionais para identificar o território funcional de cada metrópole, compreendido pelos municípios que efetivamente têm relações de interdependência no plano da produção, do mercado de trabalho e da vida coletiva”. Os autores também criticam que não se avançou em algum meio de se rever o quadro metropolitano oficial criado através da proliferação das regiões metropolitanas nos Estados, os quais permaneceram responsáveis, segundo o artigo 3º do Estatuto da Metrópole, pela institucionalização de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas mediante lei complementar.

Desse modo, a nova Lei, como Ribeiro, Júnior e Rodrigues (2015, n.p.) e Marcela Santos (2018, p. 469) recordam, no parágrafo segundo do artigo 5º, apenas obriga a “observância do conceito” de região metropolitana estabelecido para as leis complementares estaduais que instituírem regiões metropolitanas após a entrada em vigor do Estatuto da Metrópole: “§ 2º respeitadas as unidades territoriais urbanas criadas mediante lei complementar estadual até a data de entrada em vigor desta Lei, a instituição de região metropolitana impõe a observância do conceito estabelecido no inciso VII do **caput** do art. 2º” (BRASIL, 2015, art. 5º, § 2º). Logo, apesar do avanço conceitual, o Estatuto, de acordo com os autores, de certa forma “legitima as imprecisões e equívocos gerados por estas leis [estaduais] ao não considerar a possibilidade de revisá-las” (RIBEIRO; JÚNIOR; RODRIGUES, 2015, n.p.).

Da mesma forma, Marcela Santos (2018, p. 463-464), ao se referir à definição legal de metrópole, nota que a lei se reporta a critérios adotados pelo IBGE¹⁰⁸, não indicando com clareza quais são esses critérios e como orientariam os entes federados. Uma interpretação possível oferecida pela autora é de que “a lei federal delegou ao IBGE [...] a competência legislativa para definir quais serão os critérios a

¹⁰⁸ De acordo com Marcela Santos (2018, p. 464), na ausência de regulamentação específica sobre o tema, os estudiosos do assunto têm indicado, em fóruns de debate mais recentes, critérios constantes de dois estudos publicados pelo IBGE: o estudo *Regiões de Influência das Cidades* (Regic), publicado em 2008 pelo IBGE, e o estudo mais recente, denominado *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil*, cuja segunda edição foi publicada pelo IBGE em 2016, com o objetivo de apresentar um quadro dos arranjos populacionais no Brasil em suas médias e grandes concentrações urbanas.

serem observados pelos estados (entes federados autônomos) para a criação das unidades regionais” (p. 464). Porém, ainda que atrelada a critérios estabelecidos pelo IBGE, não dispensaria “a especificação normativa regulamentadora quanto a aspectos técnicos, institucionais e periódicos de atualização da aplicação conceitual da noção de ‘metropolitano’” (SANTOS, Marcela, 2018, p. 464).

Já Peres et al. (2018, p. 273-274) acreditam que a pertinência e qualidade do esforço teórico-conceitual são discutíveis, incorrendo em diversas imprecisões e indefinições. Por exemplo, ao conceituar “aglomeração urbana”, o Estatuto não define o que seria uma “unidade territorial urbana”, assim como não define o que seria “continuidade territorial” ao conceituar “metrópole”. Da mesma maneira, ao conceituar “região metropolitana” como “aglomeração urbana que configure uma metrópole”, seria preciso refletir sobre o que seria a “unidade territorial urbana que configure um espaço urbano de continuidade territorial”. Os autores, dialogando também com as reflexões de Ribeiro, Júnior e Rodrigues (2015), consideram que, por surgir com o intuito de preencher uma lacuna na legislação federal quanto à temática metropolitana, tal regulamentação deveria pressupor o “estabelecimento de referências espaciais e territoriais que permitam o reconhecimento das especificidades do que é metropolitano” (PERES et al., 2018, p. 279-280).

Podemos notar que as diversas observações e críticas (RIBEIRO; JÚNIOR; RODRIGUES, 2015; MOURA; HOSHINO, 2015; SANTOS, Marcela, 2018; PERES et al., 2018) se complementam, e partem da análise de que o novo diploma legal (BRASIL, 2015) não foi capaz de encerrar as lacunas e inquietações relacionadas à temática metropolitana, como se propunha. Surgido com o intuito de mitigar as disparidades observadas entre o fenômeno socioespacial e dinâmico subjacente à metropolização e o processo institucional de regiões metropolitanas por leis complementares estaduais, além de uniformizar o entendimento teórico-conceitual acerca do fenômeno metropolitano nacional no âmbito da legislação federal, a nova lei evidenciou que a discussão ainda está longe de se esgotar.

Embora tenha avançado com a introdução de um arcabouço teórico-conceitual comum, como observaram os diversos autores supracitados, o Estatuto da Metrópole ainda se mostrou deficiente em diversos pontos, inclusive conceituais, como se pretendeu evidenciar. Recentemente, a Lei n. 13.089/2015 foi alterada pela Lei n. 13.683, de 19 de junho de 2018. Além dos conceitos de “metrópole” e “região

metropolitana”, agora a Lei n. 13.089 (BRASIL, 2015) passa a vigorar com o conceito de “área metropolitana”, incluída pela Lei n. 13.683 (BRASIL, 2018) e presente no inciso VIII: “VIII - área metropolitana: representação da expansão contínua da malha urbana da metrópole, conurbada pela integração dos sistemas viários, abrangendo, especialmente, áreas habitacionais, de serviços e industriais com a presença de deslocamentos pendulares no território” (BRASIL, 2015, art. 2º, inciso VIII).

O novo conceito aprimora o simples conceito de região metropolitana anteriormente definido como “aglomeração urbana que configure uma metrópole”. Agora, é explicitada que se trata da área integrada pelos sistemas viários, contemplando espaços comuns relacionados às áreas habitacionais, de serviços e industriais, ressaltando a importância dos deslocamentos pendulares no território. Ademais, a área definida por uma metrópole, resultado de um processo de metropolização, pressupõe a existência de um núcleo urbano que acumula funções econômicas mais complexas na rede de cidades e polariza os núcleos urbanos de seu entorno, os quais estabelecem com este uma relação de interdependência funcional, também evidenciada pelos deslocamentos pendulares em direção a esse núcleo urbano central.

Nesse sentido, veio somar-se a essas normatizações os critérios de integração espacial, que são importantes na qualificação do fenômeno da metropolização. Tais critérios estão presentes nos estudos do IBGE sobre as concentrações urbanas, especialmente o estudo mais recente, *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil* (IBGE, 2016), que confere especial destaque aos critérios de integração, medido pelos deslocamentos pendulares, e será revisitado em tópicos posteriores.

O Quadro 4 resume as principais ideias, reflexões e conceitos a respeito de metrópole, conferindo atenção especial aos aspectos econômicos identificados nas definições supracitadas:

Quadro 4. Síntese teórico-conceitual dos conceitos e reflexões sobre a metrópole de acordo com a literatura e a legislação federal brasileira.

Autor (es)	Concepção de metrópole
Milton Santos (1967)	- Faz uma distinção entre metrópoles e metrópoles incompletas: a) As metrópoles serão as “cidades cujo grau de complexidade ou força das funções respectivas lhes assegura uma espécie de domínio apoiada numa ou noutra função no país. Este domínio faz com que todas as outras cidades dela dependam, embora

Autor (es)	Concepção de metrópole
	cada metrópole ao menos no que concerne a algumas de suas funções, não seja dependente de suas homólogas”; e b) As metrópoles incompletas: o domínio no território que depende de cada uma delas não é total, devido ao fato de a indústria não ser suficientemente forte para atender às necessidades da população e à organização insuficiente do espaço pelos transportes. Guardariam como fato comum o volume de sua população e a função central que exercem para uma vasta região.
Schmidt (1983)	- A metrópole é compreendida no sentido tradicional e no sentido moderno. No sentido tradicional, seria compreendida pela existência de um “amplo centro de importantes atividades urbanas, o qual através de atividades culturais, econômicas e políticas independentes passa a exercer uma influência evidente sobre as cidades vizinhas”. - No sentido moderno, seria compreendida pela influência que exerce sobre configurações espaciais vizinhas, implicando, também, na necessidade de novas estruturas governamentais.
Sassen (1998)	- Metrópole global, enquanto cidade global, teria sua centralidade reforçada, a partir dos anos 70, pela prestação de serviços especializados, sobretudo aqueles vinculados ao setor financeiro e informacional. - Ou seja, metrópoles teriam vivenciado uma crise de centralidade, por não serem mais caracterizadas essencialmente pelas atividades industriais, embora muitas ainda sejam grandes centros industriais.
Meyer (2000)	- A metrópole contemporânea é ao mesmo tempo uma forma de organização da força de trabalho qualificada, um equipamento científico do desenvolvimento econômico, uma estrutura econômico-financeira, um mercado, um centro global de poder político e um centro de irradiação de conhecimento e cultura. - Metrópoles se diferem de outras formas de organização territorial pelo caráter de articulação, de agregação do território urbanizado, traduzido semanticamente pela palavra conurbação, ou seja, a agregação de diversos núcleos e cidades em um todo mediante a unificação das suas malhas urbanas, respeitando uma hierarquia funcional. - Do mesmo modo como ocorreu com a <i>metrópole moderna</i>, a constante remoção dos limites físicos permanece um atributo fundamental na reestruturação da <i>metrópole contemporânea</i>.
Benko (2002)	- A metrópole permite a organização flexível das cadeias produtivas, apoiando-se em vastos mercados de mão-de-obra e de serviços privados e públicos, e, sobretudo, reduz os preços de saída de uma atividade [...]”. - As metrópoles atuais expressam a mundialização da economia pelos valores e experiências que veiculam e pelas novas tecnologias da informação e telecomunicação.
Davanzo et al. (2011)	- A partir de Villaça (1997), Caldeira (1997) e Santos e Silveira (2001), refletem que tais espaços concentram simultaneamente capitais, investimentos e modernização, assim como precariedade e pobreza. - Conurbação de municípios a partir da expansão física do município-sede seria a fase inicial de crescimento da metrópole, a qual revelava sua primazia, na etapa da industrialização pesada, na “concentração populacional, presença de indústrias modernas, comércio diversificado, serviços especializados e boas condições de infraestrutura, especialmente aquelas demandadas pelo desenvolvimento industrial”.
Firkowski (2012, 2013)	- Duas dimensões são importantes na compreensão da metrópole: a centralidade e a região de influência. A metrópole é compreendida como “a grande cidade, que possui funções superiores de comando e gestão e articuladas à economia global, sendo a porta de entrada dos fluxos globais no território nacional, onde se ancoram interesses internacionais e de onde partem, para o território nacional, vetores de modernidade e complexidade”. - Processo de globalização imprime maior complexidade às funções características de uma metrópole, devido à alteração nas atividades econômicas, com mudança de foco para os serviços e à emergência do setor financeiro.
Clementino e Almeida (2015)	- As metrópoles não são apenas aglomerações humanas, “são centros estratégicos de produção econômica, cultural e espaços referenciais para a dinâmica política de qualquer país”.

Autor (es)	Concepção de metrópole
Lencioni (2017)	- A metrópole constitui uma forma urbana de tamanho expressivo, territorialmente e demograficamente; possui um leque variado de atividades econômicas, com destaque para a concentração de serviços de ordem superior, e é um lugar privilegiado de inovação e ponto de grande densidade de emissão e recepção dos fluxos de informação e comunicação. - Também se constitui em um “nó significativo de redes, quer sejam de transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder ou, mesmo, de cidades”. A concentração de serviços que “buscam garantir a gestão da reprodução do capital e sua viabilização política”, sejam estes públicos ou privados, é um dos principais aspectos em comum ressaltados nas diferentes concepções acerca de metrópole, principalmente diante do contexto atual de integração mundial dos mercados.
Legislação	Concepção de metrópole
Brasil (2015)	- “Espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”.

Fonte: Elaboração própria.

Similarmente, o Quadro 5 resume as principais ideias, reflexões e conceitos discutidos pelos autores revisitados a respeito do processo de metropolização, conferindo atenção especial aos aspectos econômicos identificados nas definições supracitadas:

Quadro 5. Síntese teórico-conceitual dos principais conceitos e reflexões da literatura e da legislação federal brasileira a respeito do processo de metropolização.

Autor (es)	Concepção de metropolização
Schmidt (1983)	- Concentração de produção e consumo, assim como de população, em torno de alguns lugares no território nacional. O autor concentra-se em um grupo de variáveis escolhidas para caracterizar o processo, como grau de urbanização, tamanho da força de trabalho, a população economicamente ativa e a estrutura ocupacional.
Davidovich e Fredrich (1995)	- Processo de metropolização, apoiado no avanço da industrialização, provocou uma forte concentração de população e recursos em áreas restritas; além de expandir a urbanização no interior do País, levando ao surgimento de novas cidades e ao aumento da dimensão populacional de outras já existentes.
Ascher (1998)	- O processo de metropolização alcançaria lugares que se integram ao funcionamento da metrópole; ideia de metropolização não se relaciona apenas à metrópole ou à região metropolitana. O importante seria perceber o alcance no espaço do processo de metropolização. - O conceito elaborado pelo autor, a metapóle, se relacionaria ao conjunto de espaços onde as atividades econômicas e a maior parte dos habitantes e territórios estão integrados ao funcionamento da metrópole, não sendo necessariamente espaços contíguos.
Davanzo et al. (2011)	- As características básicas são a grande concentração populacional, a multifuncionalidade e a presença de relações econômicas diferenciadas nos âmbitos nacional e internacional.

Lencioni (2017)	- O processo implicaria “um território no qual os fluxos de pessoas, mercadorias e informações são múltiplos, intensos e permanentes”. Presença de cidades conurbadas faria parte dessa lógica, bem como a concentração das condições gerais necessárias às particulares condições da reprodução do capital nos dias atuais. - Entre as dinâmicas espaciais e socioespaciais importantes, chamam a atenção características referentes à conurbação com intensa e múltipla rede de fluxos e à expressividade dos movimentos pendulares, consagrando a expressiva estrutura regional em rede.
Legislação	Concepção de metropolização
Brasil (2018)	- Referenciado na lei como área metropolitana: “representação da expansão contínua da malha urbana da metrópole, conurbada pela integração dos sistemas viários, abrangendo, especialmente, áreas habitacionais, de serviços e industriais com a presença de deslocamentos pendulares no território”.

Fonte: Elaboração própria.

Além da reflexão teórico-conceitual acerca da metrópole e o processo de metropolização, também nos interessa entender como tais conceitos foram aplicados praticamente, e a partir de quais critérios essas reflexões se evidenciaram, ou apenas parte delas, em alguns casos. A definição de critérios é importante para mostrar a prevalência da discussão técnica sobre a política, e, em razão disso, os critérios estabelecidos em documentos elaborados por institutos, grupos de pesquisa e instituições nacionais são uma tentativa de apreender o caráter urbano das regiões metropolitanas institucionalizadas.

Nesse momento, resgataremos as contribuições de estudos do Observatório das Metrópoles (RIBEIRO, 2009; RIBEIRO et al., 2012) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, principalmente sua tradicional produção bibliográfica mais recente acerca das hierarquias e das grandes concentrações urbanas (IBGE, 2008, 2016, 2020a), ambos de fundamental importância para identificação dos espaços metropolitanos e para compreensão dos critérios utilizados na definição do papel das cidades no contexto da rede urbana.

Observaremos as reflexões sobre metrópole e o processo de metropolização contidas nesses trabalhos e nos interessa, particularmente, captar os resultados alcançados para Campinas nesses diversos estudos, ampliando a compreensão acerca da metropolização contemporânea de sua região. Nesse sentido, também revisitaremos os recentes estudos elaborados pela equipe do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE/IE.UNICAMP), pois nos trazem novos elementos para aprofundarmos a compreensão a respeito do espaço metropolitano da região de Campinas.

Adicionalmente, também revisitaremos os conceitos e os critérios objetivos que subsidiaram a formação das regiões metropolitanas nos anos 1970, adotados pelo estudo realizado pelo IBGE previamente à lei complementar n. 14/1973. De acordo com Firkowski (2013) e Castello Branco, Pereira e Nadalin (2013), os critérios utilizados para definição e identificação das nove primeiras regiões metropolitanas oficializadas na década de 1970, propostos por Galvão et al. (1969), são pertinentes e revelam a clareza das proposições nele contidas, além de esses critérios serem amplamente utilizados no meio acadêmico nacional.

2.3 Conceitos e critérios: um balanço dos estudos nacionais

Antes de nos aprofundarmos em alguns dos principais estudos nacionais recentes no tocante às grandes concentrações urbanas, de caráter metropolitano ou não, é interessante notar as *Onze funções para qualificar as grandes cidades*¹⁰⁹, documento elaborado por Julien (2002) no âmbito do Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (INSEE) da França¹¹⁰. Assim, complementamos a discussão teórico-conceitual apresentada anteriormente e escabelemos uma conexão junto aos conceitos trabalhados nos principais estudos nacionais, os quais serão revisitados no tópico seguinte.

De acordo com o Julien (2002), as "funções metropolitanas superiores", ou simplesmente "funções superiores", destacam as funções características das maiores cidades, sua influência e simbologia de dinamismo, de tomada de decisão, de portadoras de imagens positivas, particularizando a natureza das grandes áreas urbanas. Em ordem alfabética, as onze funções são (n.p.): arte; banco e seguridade; comércio; comércio na indústria; gestão; informação; informática; pesquisa e ensino superior; serviços às empresas; telecomunicações; e transporte. Estas são as funções econômicas "superiores" e de poder de decisão e de gestão, que se manifestariam nos espaços realmente metropolitanos.

Observamos como Julien (2002) identifica as "funções superiores" com os espaços metropolitanos de fato, ao invés de apenas caracterizar uma grande cidade,

¹⁰⁹ Título original em francês: *Onze fonctions pour qualifier les grandes villes*. O título e a leitura do documento de Philippe Julien (2002) estão baseados em traduções próprias.

¹¹⁰ O *Institut national de la statistique et des études économiques (INSEE)*, com funções análogas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é o órgão francês responsável por coletar, analisar e divulgar informações estatísticas sobre a economia, a sociedade e os territórios da França.

em linha com o entendimento dos autores explicitados nos tópicos anteriores, entre eles Lencioni (2017), Firkowski (2012, 2013), Meyer (2000) e Sassen (1998), os quais entendem a metrópole como o lugar privilegiado das atividades econômicas variadas e especializadas e dos serviços de ordem superior, relacionados à gestão e administração do capital das empresas e às funções superiores de comando.

2.3.1 Os critérios e parâmetros de metropolização do final dos anos 60

O estudo realizado por Marília Velloso Galvão, Speridião Faissol, Olga Maria Buarque de Lima e Elisa Maria José Mendes de Almeida, com colaboração das estagiárias Maria do Socorro Diniz e Neuza Salles Carneiro (GALVÃO et al., 1969), denominado *Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas*, estabeleceu “critérios para identificação e delimitação de áreas de pesquisa, sobre as quais deverá ser feito um levantamento estatístico especial no Censo de 1970, para fins de determinação das áreas metropolitanas do País” (p. 53). O trabalho do final dos anos 60 foi revisitado por inúmeros autores, como Firkowski (2013), Castello Branco, Pereira e Nadalin (2013)¹¹¹ e Gomes et al. (2017), devido aos norteadores técnicos e teóricos das proposições nele contidas.

O estudo reconhecia a necessidade de instituições que pudessem atender aos problemas comuns de unidades administrativas “abarcadas pelo processo de metropolização”, entendido no estudo como um processo vinculado à existência de uma metrópole. Na consideração dos autores, uma metrópole é, inicialmente, “uma grande cidade, em termos de volume populacional. Neste documento tomamos este volume como sendo da ordem de 400.000 habitantes. Uma metrópole é também uma cidade grande, por suas funções urbanas bastante diversificadas e especializadas” (GALVÃO et al., 1969, p. 55).

O volume nela concentrado permite uma grande divisão de trabalho e, conseqüentemente, a produção de bens e serviços variados, “que lhe permitem alcançar uma vasta área de influência, a qual, por sua vez, contribui para o desenvolvimento de suas funções urbanas pelo mercado que representa” (idem, p.

¹¹¹ Os autores simulam quais seriam as regiões metropolitanas estimadas para o Brasil no ano de 2010 caso fosse aplicado um único conjunto de critérios, no caso, aqueles utilizados na década de 1970 para definição das nove primeiras RMs brasileiras. A utilização dos critérios de Galvão et al. (1969), com algumas adaptações, apontou como resultado um “Brasil metropolitano” bastante distinto do quadro retratado pelas RMs oficiais delimitadas pelos estados.

55). Já a área metropolitana é definida pelo documento como “um conjunto de municípios integrados econômica e socialmente a uma metrópole, principalmente por dividirem com ela uma estrutura ocupacional e uma forma de organização do espaço característica e por representarem, no desenvolvimento do processo, a sua área de expansão próxima ou remota” (idem, p. 55-56). Dessa forma, é caracterizada a necessidade de uma metrópole para, ao redor dela, se organizar um espaço – a área metropolitana, a qual não se confunde com o conceito de região metropolitana, entendido como a área “que tende a ser metropolitana”, incluindo uma faixa periférica que tende a ser metropolitana dentro de uma ou duas décadas (GALVÃO et al., 1969, p. 57-58).

O processo de metropolização, para os autores do estudo, nada mais é que o “próprio processo de urbanização que, a partir de certo momento, atinge um estágio de maior complexidade, gerando graves problemas de integração entre o núcleo central da área e os municípios vizinhos” (p. 59). As áreas atingidas pelo processo de metropolização caracterizam-se, simultaneamente,

por um forte afluxo demográfico, por uma transformação de estrutura ocupacional, que passa a apresentar acentuada predominância dos setores secundário e terciário e por um sistema de integração, que se traduz por um movimento alternado de pessoas entre as diferentes unidades, complementando e suplementando o mercado de trabalho. O processo se inicia, em geral, no núcleo urbano com função de capital regional, quando só ele funciona como mercado de trabalho. Por isso o crescimento urbano é inicialmente mais acentuado na cidade central. Depois ele se propaga para os municípios vizinhos que funcionam, ou como núcleos “dormitórios”, para uma população que se desloca para o centro maior, a fim de se beneficiar das oportunidades de trabalho, ou como áreas de expansão industrial, onde as condições favoráveis locais dão lugar à instalação de diferentes tipos de indústrias (GALVÃO et al., 1969, p. 59-60).

Os autores do estudo elaboraram critérios que definiram o referido processo, definindo-os em 3 categorias: demográficos, estruturais e de integração. As características demográficas seriam: cidade central deveria ter uma população de pelo menos 400.000 habitantes; a densidade de população do distrito sede da cidade central deveria ser de 500 habitantes ou mais por km²; a densidade de população dos municípios vizinhos deveria ser no mínimo de 60 habitantes por km² e quando o município não possuísse tal densidade deveria apresentá-la pelo menos em um distrito que seja contíguo a outro município da área; a variação da população no

período 1950/1960 deveria ser no mínimo de 45%, no município ou em um distrito contíguo (GALVÃO et al., 1969, p. 60).

Em relação às características estruturais, um município seria incluído na área de pesquisa se apresentasse pelo menos 10% de sua população potencialmente ativa ocupada em atividades industriais. No caso dos chamados núcleos "dormitórios" esta percentagem seria substituída por um índice de movimento pendular, igual ou superior a 20% da população, deslocando-se diariamente para qualquer ponto da área; quando o valor da produção industrial for 3 vezes maior que o da agrícola. Quanto às características de integração, um município seria incluído na área de pesquisa quando tivesse pelo menos 10% de sua população total deslocando-se diariamente, em viagens intermunicipais, para o município que contém a cidade central ou outros municípios da área. O critério poderá ser aplicado apenas à população urbana do distrito sede ou distrito contíguo a outro município da área; quando tivesse um índice de ligações telefônicas para a cidade central superior a 80, por aparelho, durante um ano (GALVÃO et al., 1969, p. 61).

No tocante aos aspectos demográficos e estruturais, os autores do estudo fazem as seguintes observações: quanto aos aspectos demográficos de uma área metropolitana, o fenômeno mais característico seria o incremento populacional, bastante superior ao crescimento vegetativo devido ao efeito de migrações, e quanto aos aspectos relativos à estrutura ocupacional, a ênfase maior ao processo de industrialização no aspecto estrutural seria decorrente de sua importância no comando do processo de metropolização, de acordo com os autores (p. 61-62).

Entretanto, Firkowski (2013, p. 34) nota que, ainda que os critérios possam ser pertinentes, é observado o peso da indústria na definição do processo de metropolização e a força da migração na definição do crescimento populacional, critérios que não se mostram decisivos no contexto da "terceira modernidade" e em países de industrialização recente, como o Brasil. Há muito tempo a indústria não é o motor da economia urbana, sendo superada pelo terciário, e a força da migração se diluiu por vários municípios e não se mostra concentrada apenas na cidade central, ampliando a escala espacial do processo, evidência também destacada no estudo de Galvão et al. (1969, p. 61) ao se referirem às áreas de metropolização mais antiga no momento de realização do estudo, em que os municípios contíguos já apresentariam

um crescimento relativo maior, ao passo que nas áreas de metropolização mais recente o crescimento da cidade central ainda seria o mais elevado.

Os estudos detalhados neste tópico, realizados no IBG/IBGE pelo Grupo de Áreas Metropolitanas do Departamento de Geografia, identificaram um sistema de hierarquização nos núcleos urbanos brasileiros, resultando na identificação de nove metrópoles nacionais e regionais, as quais se destacavam em relação ao restante dos núcleos urbanos brasileiros, a saber: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Sobre a metrópole de São Paulo, especificamente, Galvão et al. (1969, p. 105) a destacavam como a área metropolitana mais típica do Brasil, de um lado, por ter passado “por todos os estágios característicos do processo de metropolização”, das funções mais modestas de pequeno núcleo até finalmente as de “metrópole regional e nacional”, tornando-se o centro propulsor da própria economia brasileira. Por outro lado, seria na área de São Paulo que se observaria o “desenvolvimento de conurbações na direção dos principais eixos rodoviários e ferroviários do Estado, ao longo das rodovias que vão de São Paulo ao Rio, Campinas, Santos e Curitiba” (p. 105).

Feito o resgate dos critérios e conceitos trabalhados no final dos anos 60, agora nos atentaremos aos estudos mais recentes elaborados pelo IBGE, publicados nas décadas de 2000 e 2010, nos quais observamos como tais critérios e conceitos foram aprimorados.

2.3.2 O REGIC do IBGE e as ACPs como critério de metropolização

O estudo do IBGE denominado *Regiões de Influência das Cidades 2007 – REGIC 2007* (IBGE, 2008)¹¹² estabeleceu, inicialmente, uma classificação dos centros, e para as cidades que constituem grandes aglomerações urbanas, a unidade de observação foi o conjunto das Áreas de Concentração de População (ACPs) ou de suas sub-áreas, utilizadas como unidades de observação e agregação de informações. O recorte das ACPs dá continuidade aos estudos de delimitação de grandes concentrações urbanas, e foi baseado no quadro de referência identificado

¹¹² A versão de 2007 é a publicação mais recente e a quarta desta linha de pesquisa, inaugurada com a publicação de 1972, seguida pela publicação de 1988 e a de 2000. Como aponta Moura e Pêgo (2016, p. 13): “o estudo dá sequência à série iniciada em 1973, com a revisão do estudo *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas* (IBGE, 1972), e pesquisas subsequentes no âmbito das regiões de influência das cidades: de 1978 (IBGE, 1987), de 1993 (IBGE, 2000) ”.

por Castello Branco (2003)¹¹³, o qual, por sua vez, utilizou como ponto de partida os estudos de Soares (1968), Monteiro (1968), Galvão et al. (1969), já discutido no tópico anterior, e Davidovich e Lima (1975)¹¹⁴. De acordo com Moura e Pêgo (2016, p. 13)¹¹⁵, o estudo de Castello Branco (2003), ao definir “espaços urbanos”, seguiu critérios de identificação que se assemelham aos empregados pelo IBGE para as ACPs no estudo REGIC 2007. As ACPs são definidas

como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população (IBGE, 2008, nota 1, p. 11).

Sendo assim, a delimitação dos Espaços Urbanos (CASTELLO BRANCO, 2003), acompanhada das contribuições da II CONFEGE possibilitaram identificar Áreas de Concentração de População (ACPs). Além do tamanho populacional, a proposta agregou características como densidade demográfica, grau de urbanização e coesão interna da área urbana. Na dimensão demográfica, foram utilizados critérios de tamanho e densidade, contiguidade, atividades urbanas e movimento pendular para trabalho ou estudo como critérios de coesão. Na definição dos núcleos das ACPs, foram considerados: municípios de capitais estaduais; e municípios com população acima de 350.000 habitantes (IBGE, 2016).

Quanto aos demais municípios, foram considerados densidade demográfica da mancha dos setores censitários urbanos, mínima, de 1.583 hab./km²; proporção de população em atividades urbanas igual ou maior que 81,5%; e movimento pendular acima de 10% da população de 15 anos ou mais de idade que trabalha ou estuda. Uma segunda etapa identificou o maior fluxo de deslocamento para trabalho ou estudo

¹¹³ CASTELLO BRANCO, M. L. G. **Espaços urbanos**: uma proposta para o Brasil. 2003. 236 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

¹¹⁴ DAVIDOVICH, F. R.; LIMA, O. M. B. de. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 37, n. 1, p. 50-84, jan./mar. 1975.

¹¹⁵ O estudo de Moura e Pêgo (2016, p. 7) visa analisar os aspectos do sistema urbano-regional brasileiro no período 2000-2014, com foco nas transformações ocorridas nas relações entre os territórios, no perfil demográfico, produtivo e funcional dos municípios e em suas relações com o exterior, além de analisar a configuração e as tendências de organização socioespacial das cidades e aglomerações urbanas do subcontinente sul-americano. A reflexão inseriu-se como atividade no âmbito da linha de pesquisa sobre a Rede Urbana e Território, sob a coordenação técnica da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

nos municípios, sendo mantidos, como integrantes, somente aqueles em que o fluxo dominante estava contido nos limites da ACP (IBGE, 2016).

Após a classificação dos centros, o estudo do IBGE (2008, p. 11) delimitou suas áreas de atuação. Na classificação, privilegiou-se a função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário no nível federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços. Os centros de gestão se caracterizariam

como aquelas cidades onde se localiza uma grande diversidade de órgãos do Estado e sedes de empresas, a partir das quais são tomadas decisões que afetam direta ou indiretamente um dado espaço (CORRÊA, 1995). Para a definição dos centros da rede urbana brasileira, buscaram-se informações de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade – informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de Internet – complementa a identificação dos centros de gestão do território (IBGE, 2008, p. 9).

No estudo, as metrópoles foram consideradas como “os 12 principais centros urbanos do país que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta” (IBGE, 2008, p. 11). Os 12 centros identificados como metrópoles foram subdivididos em três tipos de metrópoles, relacionadas ao papel que exercem como centros de gestão do território: Grande Metrópole Nacional, alocada no primeiro nível da gestão territorial (São Paulo); duas Metrópoles Nacionais, também no primeiro nível de gestão do território (Brasília e Rio de Janeiro) e nove Metrópoles, constituindo o segundo e terceiro nível da gestão territorial (Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre).

Em um nível imediatamente inferior ao nível das metrópoles, foram identificadas as capitais regionais, compostas por 70 centros urbanos, subdivididos em três grupos: capital regional A (inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano, além de Campinas), capital regional B e capital regional C, ambos com padrão de localização mais regionalizado, com predominância das capitais regionais B no Centro-Sul, ao passo que as capitais regionais C estão mais presentes

no restante do país. A área de influência, nesse caso, é de âmbito regional e não nacional (IBGE, 2008, p. 11).

O estudo do IBGE (2008) identificou 40 ACPs, constituídas por agregação de 336 municípios, alcançando o número de 46 unidades com as subdivisões das ACPs de São Paulo e Porto Alegre, formando subACPs, como notam Moura e Cintra (2011, p. 11): no caso da ACP de São Paulo, a cidade de São Paulo é o núcleo principal, sendo Campinas, Jundiaí, Santos, São José dos Campos e Sorocaba os outros núcleos ou subnúcleos. A ACP de Porto Alegre possui Porto Alegre como núcleo principal e Novo Hamburgo-São Leopoldo como subnúcleo. Dessa forma, chegamos ao número de 46 ACPs, “em que as ACPs metropolitanas são aquelas polarizadas pelas 12 centralidades classificadas como metrópoles: RMs de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, e a RIDE de Brasília” (MOURA; CINTRA, 2011, p. 12).

No caso de Campinas, 14 núcleos urbanos pertencem à sua Área de Concentração de População (ACP de Campinas): Americana, Campinas, Cosmópolis, Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Ou seja, a ACP de Campinas constitui um conjunto de municípios diferenciado em relação à sua unidade regional institucional, a Região Metropolitana de Campinas, constituída por 20 municípios. Esta incluiu também, além do conjunto pertencente à ACP de Campinas, os municípios de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Holambra, Itatiba, Morungaba e Santo Antônio de Posse.

O recorte espacial da Área de Concentração de População (ACP), do IBGE, mostra-se um critério mais uniforme, afeito a aspectos de planejamento territorial e próximo à definição de um espaço metropolitano com ocupação populacional consolidada. Esclarecendo melhor, a ACP é uma primeira aproximação à definição de uma área metropolitana, decorrente do processo de metropolização. Como explicitado por Moura e Cintra (2011, p. 7), as ACPs são espacialidades que vêm representando, nas últimas décadas, “as porções do território com as mais expressivas dinâmicas populacionais, convergência de fluxos, funções e demandas urbanas, e têm respondido pela inserção regional na divisão social do trabalho”.

Ao fazerem referência às ACPs, os autores¹¹⁶ apontam a necessidade de distinguir “aglomerações urbanas que resultam do fenômeno da metropolização, ou seja, as aglomerações de fato, captadas pelas ACPs, das unidades regionais que decorrem de medidas institucionais” (p. 7), como as Regiões Metropolitanas. Moura e Cintra (2011, p. 9) notam que as unidades institucionalizadas não polarizadas por ACPs possuem seus núcleos formados por aglomerações urbanas de menor porte que, “mesmo assim, agregam mais de um município, em espacialidades com ocupação contínua e forte articulação interna”. Por outro lado, diversas ACPs não foram objeto de institucionalização em unidades regionais. Assim, no caso das ACPs:

Há uma ampla diversidade entre as 46 unidades identificadas, não só pela dimensão como pelo grau de centralidade exercida. Em sua análise, será considerada a posição do polo na hierarquia de centros definida pelo IBGE. Será considerada metropolitana a ACP polarizada por alguma das três categorias de metrópole definidas pelo estudo Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2007 (IBGE, 2008). (MOURA; CINTRA, 2011, p. 10).

A ACP é um bom parâmetro ao conceito econômico-espacial de área metropolitana, constituída dentro de um processo de metropolização, e o recorte espacial das ACPs foram as unidades de pesquisa adotadas pelo IBGE até a divulgação do estudo que identifica os chamados arranjos populacionais, constituídos por agrupamentos de dois ou mais municípios com forte integração populacional, assim como municípios isolados, com população superior a 100 mil habitantes, que, juntos, conformam concentrações urbanas (IBGE, 2016; MOURA; PÊGO, 2016). Estas unidades de pesquisa tornaram-se o recorte espacial adotado no mais recente estudo sobre a hierarquia dos centros urbanos, *Regiões de Influência das Cidades 2018 – REGIC 2018* (IBGE, 2020a). Portanto, o tópico seguinte detalhará os critérios subjacentes à definição dos arranjos populacionais e as respectivas concentrações decorrentes.

¹¹⁶ O estudo de Moura e Cintra (2011, p. 4) realiza uma leitura dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 2010, adotando dois recortes espaciais de análise distintos para interpretação das informações relativas à distribuição, incremento e crescimento anual da população total brasileira. O primeiro recorte considerado é o das Áreas de Concentração de População (ACPs), correspondendo às principais aglomerações urbanas identificadas em território nacional, sejam de natureza metropolitana ou não, e o segundo recorte refere-se aos municípios não integrados em ACPs.

2.3.3 O REGIC do IBGE e os Arranjos Populacionais: integração e contiguidade urbana

A delimitação e identificação das formas urbanas resultantes da intensificação do fenômeno da urbanização são temas de pesquisa institucional do IBGE desde a década de 60, constituindo, dessa forma, uma tradicional produção geográfica¹¹⁷, dentre a qual destacamos a importante contribuição de Galvão et al. (1969) e do IBGE (2008) nos tópicos anteriores. Continuando a série de estudos do IBGE com o objetivo de identificar e delimitar as maiores aglomerações de população no país, o estudo *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil* foi lançado em 2015, e a 2ª edição foi disponibilizada em 2016 com dados revisados, privilegiando elementos de integração e contiguidade urbana (IBGE, 2016). Sobre o novo estudo, Moura e Pêgo (2016, p.13) reconhecem o aprimoramento e a atualização em relação aos trabalhos anteriores.

Nos aspectos e abordagens conceituais do fenômeno urbano considerados, as formas espaciais resultantes dos arranjos populacionais¹¹⁸ relacionam-se às novas tendências da economia, "concentração metropolitana com base na chamada economia de aglomeração e desconcentração de atividades produtivas para as cidades de menor porte, constituição de arranjos populacionais que lentamente superam o modelo histórico de urbanização do País. A nova ordem mundial possuiria como uma de suas características o deslocamento pendular da população, considerado um nexo importante na formação das concentrações urbanas, uma vez que a "pendularidade para o trabalho e o estudo é particular por separar os movimentos mais intensos que ocorrem dentro de unidades urbanas com fortes vinculações econômicas" (IBGE, 2016, p. 14).

¹¹⁷ De acordo com o IBGE (2016, p. 16), o histórico da identificação de grandes aglomerações urbanas no IBGE considera a contribuição de Soares (1968) e Monteiro (1968) na I Conferência Nacional de Geografia e Cartografia – CONFEGE, ambos sugerindo critérios de população, atividade e integração para identificação e delimitação das áreas metropolitanas, e a partir da I CONFEGE, a contribuição do estudo de Galvão et al. (1969), Davidovich e Lima (1975) e, por fim, as Áreas de Concentração de População, em 2006, recorte baseado no estudo de Castello Branco (2003) e utilizado como unidade de observação para as grandes aglomerações urbanas no âmbito do REGIC 2007 (IBGE, 2008).

¹¹⁸ Para o nome do arranjo, são adotados os seguintes critérios: o arranjo leva o nome do município que possui a maior população, desde que esta seja, no mínimo, o dobro da população do segundo maior município; quando nenhum dos municípios do arranjo possui mais do dobro da população do outro, o arranjo leva os nomes dos dois ou três municípios maiores, sendo estes ordenados por tamanho de população; caso haja mais de três municípios com tamanhos populacionais equivalentes, o nome do arranjo refere-se a algum aspecto regional. Caso um dos municípios-núcleo seja capital estadual, o arranjo leva o nome deste, independente do tamanho populacional (IBGE, 2016, p. 23-24).

Por conseguinte, os critérios utilizados no estudo para definição dos arranjos populacionais priorizam a noção de integração, identificada pelos movimentos pendulares para trabalho e estudo ou a contiguidade urbana, sintetizando os processos envolvidos, sendo que na análise dos resultados dois enfoques foram utilizados: o primeiro com o intuito de captar os arranjos populacionais propriamente ditos, apreendidos pela dinâmica de mobilidade populacional, e o segundo considerando o conceito de concentrações urbanas, o qual se refere a unidades urbanas de médios e grandes centros, capazes de impulsionar um volume maior de pessoas (IBGE, 2016, p. 19).

Para mensurar e identificar os arranjos populacionais, três critérios de integração foram utilizados (p. 22): a) forte intensidade relativa dos movimentos pendulares para trabalho e estudo, igual ou superior a 0,17 do índice de integração¹¹⁹; b) forte intensidade absoluta dos movimentos pendulares para trabalho e estudo – quando o volume absoluto de pessoas que se deslocam para trabalho e estudo, entre dois municípios, é igual ou superior a 10.000 pessoas; ou c) contiguidade das manchas urbanizadas – quando a distância entre as bordas das manchas urbanizadas principais de dois municípios é de até 3 km.

O trabalho, além de realizar uma comparação município a município e município a arranjo, também estabelece uma comparação arranjo a arranjo com o intuito de avaliar os relacionamentos entre os arranjos populacionais criados. Nessa fase, objetivou-se “identificar outros tipos de integração territorial de maior complexidade que ocorrem entre arranjos populacionais acima de 100.000 habitantes. Estes são fruto do intenso processo de urbanização que promove forte integração entre os arranjos populacionais” (p. 25). Consequentemente, foram formados os arranjos nomeados de 1ª Integração do Arranjo Populacional e 2ª Integração do Arranjo Populacional, em que “tais unidades são formadas por dois ou mais arranjos populacionais, onde cada um possui forte integração interna [...], mas também integração externa com outros arranjos”, evidenciando uma maior complexidade da estrutura urbana (IBGE, 2016, p. 25-26). Tais estruturas se manifestaram em poucos

¹¹⁹ O índice de integração do Município A, por exemplo, é medido pela soma do total de pessoas que moram no Município A e trabalham e estudam no Município B com o total de pessoas que moram no Município B e trabalham e estudam no Município A. O resultado é dividido pelo total de pessoas que moram no Município A e trabalham e/ou estudam, quando se mede o índice para o Município A. Os valores iguais ou superiores a 0,25 são considerados muito altos, o que se entende como integração populacional entre os municípios envolvidos (IBGE, 2016, p. 22-23).

arranjos populacionais, e a 1ª Integração do Arranjo Populacional foi formada, entre outros arranjos¹²⁰, em “Campinas/SP”.

Foram identificados 294 arranjos populacionais, formados por 953 municípios em 2010, totalizando 106.246.994 pessoas, ou 55,7% da população residente no Brasil no ano de 2010. Uma importante observação é o fato de que 89,5% dos arranjos são formados por cinco municípios ou menos. As Regiões Sudeste e Sul, com 116 e 87 arranjos populacionais, respectivamente, concentram os maiores números de arranjos. Em São Paulo, o estudo (IBGE, 2016, p. 30-31) destaca que os arranjos seguem os principais eixos econômicos articulados pelas Rodovias Presidente Dutra (“São José dos Campos/SP”, “Taubaté/SP”), Anhanguera (“Campinas/SP” e “Ribeirão Preto/SP”), Imigrantes (“Baixada Santista/SP”), BR-456 (“Araraquara/SP” e “São José do Rio Preto/SP”) e SP-300 (“Bauru/SP”).

Os arranjos identificados possuem particularidades relacionadas aos dois principais eixos nos quais estão apoiados, a urbanização e o desmembramento municipal, além de outros processos intensificadores, como aspectos relacionados ao sítio, aspectos culturais e questões políticas ligadas à histórica de ocupação. Portanto, foi desenvolvida uma tipologia: Arranjos Populacionais Fronteiriços, Arranjos Populacionais Turísticos e de Veraneio no Litoral, Arranjos Populacionais até 100.000 habitantes, Médias Concentrações Urbanas (municípios isolados e os arranjos populacionais acima de 100.000 a 750.000 habitantes) e Grandes Concentrações Urbanas. Tendo em vista nossos objetivos, nos atentaremos aos resultados referentes às Grandes Concentrações Urbanas. Os Arranjos Populacionais acima de 100.000 habitantes, de acordo com o estudo, possuem a urbanização como principal processo indutor da integração dos municípios (p. 35).

Estes, devido à relação ao fenômeno urbano e suas dinâmicas, foram nomeados de Concentrações Urbanas, divididas em Municípios Isolados e Arranjos Populacionais, ambos com população acima de 750.000 habitantes, no caso das Grandes Concentrações Urbanas. Possuem alto grau de integração entre os municípios componentes, em particular com o núcleo. Das 26 grandes concentrações urbanas, 12 são de caráter metropolitano, de acordo com a classificação das

¹²⁰ Outros arranjos populacionais que formaram a 1ª Integração do Arranjo Populacional: “São Paulo/SP”, “Rio de Janeiro/RJ”, “Porto Alegre/RS”, “São José dos Campos/SP”, “Novo Hamburgo – São Leopoldo/RS”, e “Presidente Prudente/SP”. A 2ª Integração foi formada somente em “São Paulo/SP” e “Porto Alegre/RS” (IBGE, 2016, p. 26).

metrópoles estabelecida pelo *REGIC 2007* (IBGE, 2008), ao passo que as outras 14 grandes concentrações urbanas possuem caráter de capital regional. Os arranjos populacionais de caráter metropolitano seriam: “São Paulo/SP”, “Rio de Janeiro/RJ”, “Belo Horizonte/MG”, “Recife/PE”, 2ª Integração de “Porto Alegre/RS”, “Salvador/BA”, “Brasília/DF”, “Fortaleza/CE”, “Curitiba/PR”, “Goiânia/GO”, “Belém/PA” e Manaus (AM).

As concentrações urbanas foram diferenciadas com outras informações não apenas relacionadas à configuração espacial e tamanho, mas também considerando a magnitude de sua forma e aspectos econômicos, como PIB a preços correntes e quantitativo de sede de empresas. Com o intuito de comparar áreas urbanas de porte semelhante, a análise foi realizada a partir de três faixas distintas: acima de 750.000 habitantes a 1.000.000 de habitantes¹²¹, acima de 1.000.000 a 2.500.000 de habitantes, e maiores que 2.500.000 habitantes (p. 48). A faixa populacional acima de 2.500.000 habitantes reúne o mais alto escalão da urbanização brasileira, constituído por nove grandes concentrações urbanas e encabeçado por “São Paulo/SP”. As demais são: “Rio de Janeiro/RJ”, “Belo Horizonte/MG”, “Recife/PE”, 2ª Integração de “Porto Alegre/RS”, “Salvador/BA”, “Brasília/DF”, “Fortaleza/CE” e “Curitiba/PR” (IBGE, 2016, p. 52).

Na segunda faixa populacional, acima de 1.000.000 a 2.500.000 habitantes, foram identificadas 11 concentrações urbanas¹²², sendo quatro na Região Sudeste, entre elas “Campinas/SP”. O Estado de São Paulo é o único a apresentar, nesta faixa populacional, concentrações urbanas cujos núcleos não são capitais estaduais, como é o caso da concentração urbana “Campinas/SP”, já citada anteriormente, e também as concentrações urbanas “Baixada Santista/SP” e 1ª Integração Populacional de “São José dos Campos/SP”. Como é possível notar, das quatro concentrações urbanas na Região Sudeste, nesta faixa populacional, três estão no Estado de São Paulo. Neste patamar populacional, o estudo revela que a formação dos arranjos populacionais é fortemente motivada pelo processo de urbanização, preceito comprovado pela análise da contiguidade da mancha urbanizada: das 11

¹²¹ Nessa faixa, foram identificadas seis grandes concentrações urbanas: Campo Grande (MS), “Teresina/PI”, “Aracaju/SE”, “Florianópolis/SC”, “Cuiabá/MT” e “Sorocaba/SP”. Apenas Campo Grande não é arranjo populacional, e apenas “Sorocaba/SP” não é capital estadual (IBGE, 2016, p. 48).

¹²² São elas: Manaus (AM), “Belém/PA”, “João Pessoa/PB”, “São Luís/MA”, “Natal/RN”, “Maceió/AL”, “Vitória/ES”, “Campinas/SP”, “Baixada Santista/SP”, 1ª Integração Populacional de “São José dos Campos/SP” e “Goiânia/GO” (IBGE, 2016, p. 50).

concentrações urbanas, nove possuem mais de 50% de seus municípios com contiguidade da mancha urbanizada (IBGE, 2016, p. 51).

A análise da atividade econômica, avaliada pelo PIB, e o número de empresas revela “Campinas/SP” no topo, com um PIB acima de 71 bilhões de reais, centrado nos serviços e com forte peso da indústria, enquanto divide com “Goiânia/GO” a liderança no número de empresas, com mais de 66 mil cada uma. O Quadro 6 abaixo resume os municípios pertencentes ao arranjo populacional de “Campinas/SP”, assim como destaca também outros arranjos populacionais formados subjacente ao limite institucional definido pela Região Metropolitana de Campinas:

Quadro 6. Municípios isolados (médias concentrações urbanas) e Arranjos Populacionais no recorte institucional da Região Metropolitana de Campinas – 2010.

Arranjos Populacionais e Municípios Isolados	Municípios
“Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP”	Americana (SP) (núcleo)
	Nova Odessa (SP)
	Santa Bárbara d'Oeste (SP) (núcleo)
“Artur Nogueira/SP”	Artur Nogueira (SP) (núcleo)
	Holambra (SP)
“Campinas/SP”	Campinas (SP) (núcleo)
	Cosmópolis (SP)
	Hortolândia (SP)
	Monte Mor (SP)
	Paulínia (SP)
	Sumaré (SP)
	Valinhos (SP)
	Vinhedo (SP)
Municípios isolados	Indaiatuba (SP)
	Itatiba (SP)

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2016).

Notamos dentro do limite institucional da Região Metropolitana de Campinas, composta por 20 municípios, a formação de diferentes arranjos populacionais, evidenciando interações de proximidade espacial e organizacional heterogêneas dentro do conjunto institucional metropolitano, que não envolvem o universo dos 20 municípios conjuntamente. Inclusive, há municípios que não são identificados em arranjos populacionais, como é o caso de Santo Antônio da Posse, Engenheiro Coelho, Morungaba e Pedreira, e municípios isolados, que embora não formem

arranjos, refletem o médio escalão da urbanização brasileira, como Indaiatuba e Itatiba, ambas consideradas médias concentrações (acima de 100.000 habitantes).

Quanto aos arranjos formados, foram identificados três, de magnitudes diferentes: o de “Artur Nogueira/SP”, de baixa concentração populacional (até 100.000 habitantes), formado por dois municípios; o de “Americana-Santa Bárbara d’Oeste/SP”, de média concentração, formado por três municípios; e o arranjo de “Campinas/SP”, de grande concentração urbana, formado pela integração entre oito municípios. Na faixa das médias concentrações, o arranjo de Americana-Santa Bárbara d’Oeste recebeu destaque por apresentar o maior fluxo de pessoas, para trabalho e estudo, com 32.915 pessoas, das quais 77,8% deslocam-se por motivo de trabalho, e o trajeto entre Campinas e Valinhos notabilizou-se pelos deslocamentos realizados apenas para estudo (p. 40-51).

Ou seja, os critérios de integração entre os municípios subjacente à formação dos arranjos populacionais, que também são considerados quando discutimos indicadores referentes ao processo de metropolização, revelaram dinâmicas que não compreendem a totalidade dos municípios no âmbito do recorte institucional metropolitano, ao contrário, os resultados mostraram dinâmicas circunscritas a alguns municípios, ou mesmo dinâmicas inexistentes. Isto é, 13 municípios da região são identificados em arranjos populacionais, e outros dois ganham destaque como municípios isolados por serem médias concentrações urbanas. Por outro lado, a integração desses municípios identificados em arranjos também acontece de maneira fragmentada, já que foram separados em três arranjos diferentes, e não em apenas um único arranjo integrando todos os municípios.

Porém, ocorre integração externa no âmbito da relação entre os arranjos populacionais, evidenciando maior complexidade da estrutura urbana: a formação da 1ª Integração do Arranjo Populacional “Campinas/SP”, devido à intensidade muito alta de movimento pendular para trabalho e estudo entre dois ou mais arranjos populacionais. O estudo esclarece que alguns arranjos superam seus limites e se integram formando unidades superiores, em outras escalas de integração, existindo primazia de um arranjo em relação aos demais, com um núcleo principal que estrutura e articula todos esses níveis de arranjos, como Campinas (IBGE, 2016, p. 35-36). A 1ª Integração do Arranjo Populacional “Campinas/SP” articula os arranjos “Americana-Santa Bárbara d’Oeste/SP”, “Campinas/SP”, “Jundiaí/SP” (este com 7 municípios),

além do município isolado de Indaiatuba (SP), totalizando 19 municípios e uma população acima de 3,2 milhões de habitantes. Observa-se que o arranjo populacional “Artur Nogueira/SP” não foi incluído, o que demonstra sua fraca integração aos outros arranjos populacionais citados anteriormente.

No capítulo anterior, nos estudos de Semeghini (1988), vimos como a industrialização acelerada da década de 1970 potencializou a conformação de um aglomerado urbano na região de Campinas com elevado grau de conurbação e os mais intensos fluxos intra-urbanos, reunindo os municípios de Campinas, Sumaré, Valinhos, Vinhedo, Paulínia, Indaiatuba e Nova Odessa, os quais novamente aparecem articulados no nível da integração entre os arranjos populacionais e médias concentrações urbanas da região.

Por fim, é importante resgatar outra importante constatação do estudo, e que se relaciona aos conceitos discutidos neste capítulo: a 2ª Integração do Arranjo Populacional de “São Paulo/SP”, articulando 11 arranjos populacionais e 92 municípios. Entre eles¹²³, os arranjos de “Campinas/SP”, “Americana-Santa Bárbara d’Oeste/SP” e os municípios isolados de Indaiatuba (SP) e Jaguariúna (SP). Tal estrutura urbana complexa, com fortes interações entre as metrópoles e suas regiões no processo produtivo, fluxos financeiros, foi considerada uma “cidade-região”, “ocupando uma extensa área e mesclando tanto óticas de rede quanto de área na sua estrutura” (IBGE, 2016, p. 60).

Logo, o conceito da “cidade-região” discutido por Scott et al. (2001), referente à expansão territorial da metrópole e da região metropolitana, constituindo uma região, e que também inspirou a discussão de Lencioni (2017) a respeito do “novo fato urbano de caráter metropolitano”, expresso pela extensão territorial da mancha urbana das metrópoles pela incorporação de cidades, onde os limites entre os municípios se perdem em razão das conurbações urbanas, é associado à estrutura urbana complexa representada pela 2ª Integração do Arranjo Populacional de “São Paulo/SP”. Esta é responsável pela geração de um PIB correspondente a um quarto do PIB brasileiro e por 21,5% do número de empresas do total nacional, com primazia do Arranjo Populacional de “São Paulo/SP”, concentrando mais de 71% da população e 40,2%

¹²³ Outros arranjos que também se articulam são os de “São Paulo/SP”, seguramente, além dos arranjos da “Baixada Santista/SP”, “Jundiaí/SP”, “Sorocaba/SP” e “São José dos Campos/SP”, considerando os maiores do conjunto.

dos municípios, confirmando seu papel de grande centro estruturador da “cidade-região” (IBGE, 2016, p. 60-61).

Recentemente, em 2020, a quinta versão da linha de pesquisa sobre as regiões de influência das cidades do IBGE foi publicada, dando continuidade ao conjunto de trabalhos anteriores, cuja primeira versão foi publicada na década de 1970 e a última no ano de 2008, como já destacado no tópico acerca da *REGIC 2007* (IBGE, 2008). O novo estudo, *Regiões de Influência das Cidades 2018 – REGIC 2018* (IBGE, 2020a), atualiza o quadro de referência da rede urbana brasileira e aprimora os aportes teóricos e a metodologia em relação à versão publicada em 2008. O trabalho atual se beneficia de estudos anteriores do IBGE, como a melhor especificação espacial para a pesquisa, baseada agora no conjunto formado por Municípios e Arranjos Populacionais (IBGE, 2016) em substituição às unidades de observação e agregação de informações representadas pelas Áreas de Concentração de População (ACPs), recorte utilizado na pesquisa *REGIC 2007* (IBGE, 2008)¹²⁴.

Municípios conurbados ou com forte movimento pendular para estudo e trabalho são compreendidos como um único nó da rede urbana, ampliando a concepção acerca da unidade funcional Cidade adotada no estudo atual, a qual poderia ser composta, desse modo, por um ou por vários municípios indissociáveis como unidade urbana. Já as metrópoles “são as cabeças de rede, os elos finais da rede urbana, de modo que todos os centros urbanos do País terminam por se direcionar a pelo menos uma Metrópole direta ou indiretamente, mesmo que passem por diversas Cidades como intermediárias nesse caminho” (IBGE, 2020b, p. 18).

As cidades brasileiras foram classificadas hierarquicamente a partir das funções de gestão que exercem sobre outras cidades, no tocante ao papel de comando em atividades empresariais, de gestão pública e atratividade para suprir bens e serviços para outras cidades, cujo alcance desse comando e atratividade no território delimitam a área de influência de cada centralidade. Na pesquisa da *REGIC 2018*, as atividades de gestão pública (como as instituições que possuem âmbito

¹²⁴ Recorda-se que tanto os Arranjos Populacionais como os Municípios que não compõem Arranjos com mais de 100 mil habitantes são denominados concentrações urbanas. Para a pesquisa do IBGE (2020a), as concentrações urbanas compostas por mais de um Município são designadas apenas como Arranjos Populacionais, da mesma forma como os Municípios isolados que constituem concentrações urbanas são designados apenas por Municípios. Todos os Municípios que não compõem Arranjos Populacionais foram considerados Cidades, assim como os próprios Arranjos Populacionais – cada um considerado uma unidade urbana (p. 72).

nacional e atuação descentralizada, com unidades localizadas em diversas Cidades) e empresarial no território (como as empresas multilocalizadas e seus atributos) foram priorizadas na identificação dos centros de gestão do território do que à busca por bens e serviços¹²⁵. Nesse sentido,

a definição dos centros e das ligações de gestão do território segue a composição e a relação entre os resultados da *gestão empresarial e da gestão pública*. Sendo assim, as Cidades que se destacavam em ambas esferas tiveram tanto a sua centralidade quanto as suas ligações de gestão do território calculadas para compor a hierarquia da rede urbana (IBGE, 2020a, p. 75, grifo nosso).

A hierarquia dos centros urbanos apresenta-se no novo estudo dividida em cinco grandes níveis (metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centros locais), seguindo as categorias adotadas pelo estudo anterior (IBGE, 2008), com as metrópoles representando o nível mais alto da hierarquia urbana devido à alta concentração de atividades de gestão e ao alcance em termos de região de influência¹²⁶. Novamente, aparecem subdivididas também em três níveis: Grande Metrópole Nacional (Arranjo Populacional de São Paulo/SP), Metrópole Nacional (Arranjos Populacionais de Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ) e Metrópole (Arranjos Populacionais de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Campinas/SP, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Salvador/BA, Vitória/ES e o Município de Manaus (AM)).

A rede urbana brasileira passa a contar agora com 15 metrópoles, ou seja, três grandes centros urbanos passaram à condição de metrópole em relação à *REGIC 2007*, antes composta por 12 metrópoles: Florianópolis/SC, Vitória/ES e Campinas/SP ascenderam ao nível mais alto da hierarquia urbana, sendo Campinas/SP a única metrópole que não é Capital Estadual. No estudo anterior (IBGE, 2008), as três cidades eram classificadas como Capital Regional A, com capacidade de gestão no

¹²⁵ Como compras de vestuário e calçados; móveis e eletroeletrônicos; serviços de saúde de baixa, média e alta complexidades; ensino superior; atividades culturais e esportivas; uso de aeroporto; a origem dos jornais que circulam no Município; e principais conexões de cada Município via transporte público com outros Municípios (IBGE, 2020a, p. 73).

¹²⁶ Para a construção das regiões de influência e o estabelecimento da hierarquia das Cidades foram considerados os dois componentes da rede urbana: *as relações urbanas de proximidade*, as quais constituem elemento fundamental para o estabelecimento da rede urbana, e *as relações de longa distância*, apuradas pelos dados secundários da gestão do território. As relações de longa distância predominam nos centros de hierarquia elevada na rede urbana, sendo que no nível mais elevado, as metrópoles, as ligações são definidas quase exclusivamente pela gestão do território (IBGE, 2020a, p. 72-76, grifo nosso).

nível imediatamente inferior ao das metrópoles daquele estudo e área de influência de âmbito regional. Desse modo,

O ingresso de Campinas no grupo de Metrópoles se deve ao alto dinamismo empresarial existente tanto no núcleo quanto na área de influência, bem como ao porte demográfico, que ultrapassa os 2 milhões de habitantes. Localizada no interior do Estado de São Paulo, a menos de 100 km da Grande Metrópole Nacional, a rede de Campinas se estende para o norte e divide influência tanto com a Metrópole de São Paulo quanto com Belo Horizonte, conforme seu alcance se aproxima de Minas Gerais (IBGE, 2020a, p. 15).

O estudo ainda destaca que as cidades atraídas a sua rede, em geral, já são Centros Sub-Regionais com dinamismo gerado pelas próprias atividades internas às cidades, como o Arranjo Populacional de Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP, uma Capital Regional, com população elevada e produção industrial significativa. Ainda, a renda gerada pelas atividades econômicas existentes na região de influência de Campinas produziu o maior valor de PIB *per capita* entre as Metrópoles (quase R\$ 49 mil anuais por habitante).

Se na qualificação dos centros urbanos hierarquizados¹²⁷ o Arranjo Populacional de Campinas/SP não aparece como forte distinção quanto à centralidade de gestão pública, devido ao fato de não ser capital estadual e, assim, não sediar instituições públicas de maior alcance, o mesmo não acontece com a centralidade de gestão empresarial. O arranjo de Campinas/SP aparece como o sétimo centro de gestão empresarial¹²⁸, logo após os arranjos de São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF, Porto Alegre/RS, Belo Horizonte/MG e Curitiba/PR. A Tabela 5 mostra como o arranjo de Campinas/SP, em termos de empresas-sede na cidade e total de filiais na cidade, reúne concentrações que fortalecem a cidade como importância nodal, já que a capacidade de atrair filiais com sedes em outras cidades também se revela importante:

¹²⁷ Para qualificação dos centros urbanos hierarquizados de acordo com determinado assunto, ver a publicação *REGIC 2018* (IBGE, 2020a), terceira seção, *Resultados intermediários e análises temáticas da rede urbana brasileira*, página 79 em diante.

¹²⁸ Medido pelo Coeficiente de Intensidade da Gestão Empresarial (CI), que leva em consideração o total de empresas-sede em uma cidade que mantém filiais em outras cidades, o total dessas filiais em outras cidades, o total de filiais na cidade cuja sede esteja em outra cidade, e o total dessas empresas-sede (IBGE, 2020a, p. 74-75).

Tabela 5. Empresas-sede e filiais na cidade (Unidade Local), classe de centralidade de atividades financeiras e soma dos percentuais das tipologias de comércio e serviços na cidade. Metrôpoles brasileiras – *REGIC 2018*.

Metrôpoles	Total de empresas-sede na cidade (UL)	Total de filiais controladas por empresas-sede da cidade (UL)	Total de filiais na cidade (UL)	Classe de centralidade de atividades financeiras	Índice relacionado à soma percentual das tipologias de comércio e serviços
AP São Paulo/SP	8641	48684	11877	1	96,675
AP Rio de Janeiro/RJ	2491	12159	9915	2	96,145
AP Porto Alegre/RS	1924	7021	5061	2	94,635
AP Curitiba/PR	1905	5767	4409	3	94,52
AP Belo Horizonte/MG	1623	5985	4996	2	94,735
AP Campinas/SP	948	2667	3886	3	91,615
AP Fortaleza/CE	892	3554	2696	3	92,695
AP Recife/PE	838	2499	3953	3	94,205
AP Goiânia/GO	829	2251	2523	3	92,365
AP Vitória/ES	788	2183	2633	3	91,31
AP Salvador/BA	754	2119	3860	3	93,125
AP Brasília/DF	582	19744	3223	2	93,125
AP Florianópolis/SC	579	1356	1986	4	91,835
Município de Manaus (AM)	402	1156	1410	5	88,965
AP Belém/PA	400	1618	1452	4	90,325

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *REGIC 2018* (IBGE, 2020a).

Entre as metrôpoles definidas na pesquisa da *REGIC 2018*, notamos como o arranjo populacional de Campinas/SP é a sexta em número de empresas-sede na cidade (e filiais em outras cidades) e sétima em total de filiais na cidade, cuja sede não se encontra localizada em Campinas, à frente de outros importantes arranjos e capitais estaduais, como Manaus (AM), Belém/PA, Salvador/BA, Fortaleza/CE, Goiânia/GO e até mesmo à frente da capital nacional, Brasília/DF. Pela Tabela 5, também observamos que Campinas/SP é a oitava metrópole em número de filiais em outras cidades, cuja sede encontra-se em Campinas. Nota-se, também, a centralidade de atividades financeiras¹²⁹, uma vez que há “a tendência de concentração dessas instituições [financeiras] em Cidades com maior dinamismo e diversificação

¹²⁹ O indicador de centralidade das instituições financeiras foi construído a partir de três componentes: (1) a presença de instituições financeiras na unidade territorial; (2) a presença de instituições financeiras de atuação nacional; e (3) o volume do ativo bancário da unidade territorial. As informações foram agregadas nas unidades territoriais da pesquisa Regic – Arranjos Populacionais e Municípios (IBGE, 2020a, p. 94).

econômica, maior população e níveis de renda elevados” (IBGE, 2020a, p. 94), reforçando a centralidade urbana e a capacidade de gestão e comando do território.

Junto com outras Metrôpoles, como os arranjos de Curitiba/PR, Recife/PE, Salvador/BA, Goiânia/GO, Fortaleza/CE, e Vitória/ES, o arranjo de Campinas/SP aparece no nível 3, com média de 52 instituições financeiras e volume de ativos bancários de aproximadamente 36 bilhões de reais, em média. O IBGE (2020a) destaca ainda que, no mesmo nível, importantes Capitais Regionais do Estado de São Paulo aparecem, como os Arranjos Populacionais de São José dos Campos/SP, Baixada Santista/SP e Jundiaí/SP, “reforçando a centralidade que esse Estado exerce em relação às finanças do País” (p. 95). Já a centralidade de comércio e serviços busca verificar a diversidade do Comércio e dos Serviços nas cidades brasileiras¹³⁰, partindo da premissa “de que quanto maior o número de classes presentes em um Município, maior a diversidade de Comércio e Serviços ofertados, portanto maior a centralidade econômica da Cidade” (IBGE, 2020a, p. 90).

A partir das duas porcentagens, calculou-se o valor médio, expresso pelo Índice de Diversidade de Comércio e Serviços, que para o arranjo de Campinas foi da ordem de 0,916 no ano de 2018, ou seja, uma melhora em relação aos valores evidenciados por Miranda e Porto (2019) para o ano de 2016. O índice calculado para Campinas supera outras metrópoles capitais estaduais, como Vitória/ES, Belém/PA e o município de Manaus (AM), e é puxado principalmente pelo percentual da quantidade de tipologias de comércio na cidade, de 97,89%, nível de diversidade praticamente similar ao apresentado por outras grandes metrópoles, como Fortaleza/CE, Brasília/DF, Belém/PA, Florianópolis/SC, Rio de Janeiro/RJ, Recife/PE, Porto Alegre/RS e Salvador/BA.

A pesquisa também aponta a lógica locacional desigual da formação em grau universitário, que de certo modo privilegia os centros urbanos de maior hierarquia, assim como alcança, diferentemente, os diversos segmentos sociais. Assim, “a estrutura da rede, a identificação da hierarquia das Cidades com ensino superior e suas formas de articulação tornam possível apreender as redes locais, regionais e

¹³⁰ A pesquisa *REGIC 2018* utiliza como base o número de tipologias de atividades comerciais e de Serviços no País, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, metodologia similar à adotada pela *REGIC 2007* (IBGE, 2008). Calculou-se para cada Cidade a porcentagem em relação ao número máximo de classes no País, tanto para as atividades de Comércio, quanto para as de Serviços. As atividades comerciais possuíam 95 classes e as de Serviços, 232, com a particularidade de nenhum Município abranger sua totalidade (IBGE, 2020a, p. 90).

nacionais, em particular aquelas que possuem um menor ou maior dinamismo devido às disparidades espaciais do País” (IBGE, 2020a, p. 99). Os resultados relacionados à centralidade do ensino superior¹³¹ evidenciam a aptidão que determinadas Cidades adquirem como fornecedores de serviços na área da educação para a população e qualificam os centros quanto ao grau de atratividade e atendimento no setor, identificando-os como fornecedores de serviços educacionais e conformando a rede de ensino superior do País e sua hierarquia. Na Tabela 6, podemos observar essas centralidades quanto ao ensino de graduação e de pós-graduação.

Tabela 6. Classes de centralidade: ensino de graduação, pós-graduação, serviços de saúde e complexidade de serviços de saúde. Metrôpoles brasileiras – *REGIC 2018*.

Metrôpoles	Ensino de graduação	Ensino de pós-graduação	Serviços de saúde	Complexidade de serviços de saúde
AP Belém/PA	3	3	3	1
AP Belo Horizonte/MG	3	2	2	1
AP Brasília/DF	3	2	3	1
AP Campinas/SP	3	2	4	1
AP Curitiba/PR	3	2	2	1
AP Florianópolis/SC	3	2	4	1
AP Fortaleza/CE	3	3	3	1
AP Goiânia/GO	3	3	3	1
AP Porto Alegre/RS	3	2	3	1
AP Recife/PE	3	2	2	1
AP Rio de Janeiro/RJ	2	1	2	1
AP Salvador/BA	3	3	3	1
AP São Paulo/SP	1	1	1	1
AP Vitória/ES	3	4	4	1
Município de Manaus (AM)	3	4	4	3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *REGIC 2018* (IBGE, 2020a).

¹³¹ Para a graduação e pós-graduação, foram elaborados indicadores que, uma vez combinados, permitiram hierarquizar as Cidades, entre um e sete níveis, definindo os níveis de centralidade dos mesmos a partir do tamanho e da diversidade do setor e, na pós-graduação, da qualidade (IBGE, 2020a, p. 99). A hierarquia, por sua vez, foi obtida ao se identificar e classificar as Cidades consideradas. Levou-se em consideração, na hierarquização dos cursos de graduação, a pujança e a diversidade do serviço, obtida a partir do número de alunos matriculados, tipos de cursos existentes nas unidades e número de tipos de áreas gerais dos cursos. Na pós-graduação, considerou-se o quantitativo de cursos ofertados qualificados pelos conceitos mais elevados definidos pela Capes (6 e 7) (p. 101).

No tocante ao ensino de graduação presencial, o arranjo de Campinas/SP situa-se na classe de centralidade 3, estando junto à maioria das outras metrópoles, com exceção dos arranjos populacionais de São Paulo/SP (classe 1) e do Rio de Janeiro/RJ (classe 2), que apresentam matrículas no ensino de graduação e classes de diversidade, representadas pela junção de tipos de cursos e áreas gerais, bastante superiores em relação às outras metrópoles. A classe de centralidade 3 apresenta mediana de 162.102 matrículas em cursos de graduação presencial, 123 tipos de cursos de graduação presencial e 8 áreas gerais no ensino superior de graduação presencial. Quanto ao ensino de pós-graduação, o arranjo de Campinas/SP situa-se na classe de centralidade 2, novamente o único centro que não se refere a uma Capital, já que os centros urbanos incluídos nas duas primeiras classes de centralidade são majoritariamente as capitais, “que exercem forte atração de estudantes e profissionais em âmbito nacional e macrorregional” (IBGE, 2020a, p. 105).

De acordo com o IBGE (2020a), as três primeiras classes apresentam homogeneidade em relação à oferta de cursos em todas as grandes áreas e quanto à existência de cursos de excelência. A classe de centralidade 2 possui, na mediana, 9 grandes áreas do conhecimento abrangidas pelos cursos e oferta de 108 cursos de pós-graduação. Junto com Campinas/SP, as outras metrópoles incluídas no segundo nível de centralidade em relação ao ensino de pós-graduação foram os arranjos populacionais de Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Porto Alegre/RS e Recife/PE. Os arranjos de São Paulo/SP e do Rio de Janeiro/SP, devido ao quantitativo de cursos, situaram-se sozinhos no primeiro nível de centralidade.

Por fim, pela análise da Tabela 6 também podemos fazer observações quanto à centralidade e complexidade de serviços de saúde, uma vez que “a distribuição dos serviços de saúde de alta complexidade¹³² tende a ser mais seletiva espacialmente, há maior concentração territorial dos fluxos para esse fim, implicando maiores distâncias a serem percorridas pela população” (IBGE, 2020a, p. 111). Ademais, a centralidade de saúde reflete o amplo leque de serviços oferecidos, com variadas especialidades, disponibilidade de atendimentos e volume de atendimentos.

¹³² Por serviços de saúde de alta complexidade, o IBGE (2020a, p. 111) os compreende a partir da definição de Brasil (2009) sobre os tratamentos especializados com alto custo, envolvendo: internação; cirurgias; ressonância magnética; tomografia; e tratamentos de câncer.

O arranjo de Campinas/SP aparece como centralidade definida especificamente por deslocamentos para serviços de saúde de alta complexidade¹³³, já que o arranjo aparece no quarto nível quanto à centralidade dos serviços de saúde¹³⁴ no país, junto com os arranjos populacionais de Florianópolis/SC, Vitória/ES e Manaus (AM), revelando menor quantidade de atendimentos efetivados. No entanto, expressa alta complexidade, pois situa-se na primeira classe quanto à complexidade dos serviços de saúde, junto com todas as outras metrópoles, o que indica que especialidades e equipamentos mais raros se encontram nessas metrópoles. Desse modo, a estrutura da saúde no Brasil também mostra uma evidente concentração espacial do Sudeste e Sul em relação ao restante do país, principalmente no tocante às altas complexidade dos serviços de saúde (IBGE, 2020a, p. 113-115).

Finalizando esse tópico, trazemos as considerações tecidas nas Notas Técnicas da pesquisa *REGIC 2018*, acerca da evolução de Campinas para a condição de metrópole em relação à última versão da pesquisa publicada em 2008:

Subiu um nível hierárquico, de Capital Regional A para Metrópole. Sua região de influência situa-se no nordeste do Estado de São Paulo. A classe de CGT está no segundo nível mais elevado (grupo 2), mas o Índice de Ajuste de Metrópoles, que também leva em conta a atratividade de populações de outras Cidades para comércio e serviços (o Índice de Atração) e a população da Cidade em questão faz com que Campinas/SP se posicione acima do limite hierárquico para Metrópole. Trata-se da primeira Metrópole que não é uma capital estadual. Embora possua uma hinterlândia relativamente pequena se comparada à área de outras Metrópoles, a Cidade possui um elevado Índice de Atração, o 13º mais elevado do País (IBGE, 2020b, p. 34).

¹³³ A partir do questionário aplicado por agentes de pesquisa do IBGE para investigar relações de proximidade em cada município, foi obtida a lista de todos os destinos mais procurados pela população daquela localidade em busca de nove produtos e serviços selecionados, e calculada a média simples dos respectivos percentuais de cada tema. Para estabelecer o destino principal do Município, considerou-se a média simples do resultado de cada um dos 10 temas, selecionando o destino com maior percentual. O percentual indicado nos questionários foi ainda base para a construção do Índice de Atração para cada Cidade (IA), para o desempenho médio em todas as questões. Para cada tema apresentado, os centros são qualificados em relação à centralidade, calculada pelo Índice de Atração Temático (IAT), permitindo, através de comparações entre o IA e o IAT, identificar Cidades de destaque e dinâmicas características para cada temática (IBGE, 2020a, p. 73).

¹³⁴ Partiu-se de duas dimensões para a investigação da oferta dos serviços: o tamanho do setor e o seu nível de complexidade. O tamanho do setor de saúde foi atribuído segundo o volume de atendimentos realizados, cujo dado utilizado foi o número de internações totais em cada Cidade. O nível de complexidade foi construído a partir da frequência e distribuição dos dados de presença de equipamentos médicos e especialidades médicas nas Cidades. Esse indicador levou em consideração 34 tipos de especialidades médicas e 20 tipos de equipamentos disponíveis nos estabelecimentos de saúde que juntos representam a capacidade da prestação de serviços de saúde de um centro urbano (IBGE, 2020a, p. 113).

Resgataremos no próximo tópico a linha investigativa do Observatório das Metrópoles sobre as grandes concentrações urbanas, principalmente os trabalhos publicados na década de 2000 (RIBEIRO, 2009) e de 2010 (RIBEIRO et al., 2012), os quais já incluíam Campinas entre as metrópoles brasileiras, baseados em critérios e variáveis semelhantes às observadas nas pesquisas do IBGE, porém com atribuição de pesos diferentes. O segundo estudo consultado, publicado em 2012, inclusive aproveita a classificação da *REGIC 2007* (IBGE, 2008) para identificação dos centros urbanos efetivamente metropolitanos, ao passo que o estudo realizado no início da década de 2000 já identificava Campinas entre as metrópoles brasileiras seguindo sua própria classificação, como veremos a seguir.

2.3.4 O Observatório das Metrópoles e seus estudos das décadas de 2000 e 2010

O estudo *Hierarquia e Identificação dos Espaços Urbanos*, de autoria de Rosa Moura, Maria Luiza M. S. Marques Dias, Marley Vanice Deschamps e Paulo Roberto Delgado, realizado no âmbito do Observatório das Metrópoles e organizado por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (RIBEIRO, 2009), busca identificar, entre as regiões metropolitanas institucionalizadas e outros grandes espaços urbanos, “aqueles que efetivamente se constituem como “metropolitanos”, por meio de sua hierarquização, “demarcar espacialmente a intensidade do fenômeno de integração dos municípios na dinâmica da aglomeração, dimensionar o grau de concentração de atividades nessas espacialidades e caracterizar socialmente o conjunto” (n.p.). Moura e Pêgo (2016, p. 16) notam que este estudo, ao classificar as unidades de análise conforme o nível de integração à dinâmica da aglomeração, dimensionando sua mancha efetiva, de certo modo antecipou grande compatibilidade com as ACPs definidas em estudos posteriores realizados pelo IBGE (2008).

Entre os diversos objetivos do estudo, pretendia-se (RIBEIRO, 2009, n.p.): organizar uma base de indicadores econômicos, sociais e territoriais representativos do fenômeno metropolitano, para a classificação e identificação dos espaços metropolitanos brasileiros; e desenvolver uma tipologia de espaços de acordo com a forma e o conteúdo, ordenados em uma escala de acordo com o grau de importância na rede urbana brasileira. Com o intuito de atingir esses objetivos, foram adotados os seguintes procedimentos:

- I) Classificação dos grandes espaços urbanos brasileiros para a identificação das metrópoles e respectivas aglomerações metropolitanas [...];
 - II) Identificação das unidades de caráter metropolitano e não-metropolitano;
 - III) Classificação dos municípios segundo o nível de integração na dinâmica de relações que se estabelece entre os municípios da aglomeração;
 - IV) Elaboração de uma tipologia dos municípios dos espaços metropolitanos, segundo os indicadores sociais;
 - [...]
- (RIBEIRO, 2009, n.p.)

O universo da pesquisa constituiu-se das regiões metropolitanas institucionalizadas, regiões integradas de desenvolvimento (Rides), aglomerações urbanas polarizadas por capitais de estados, e capitais que não configuram aglomerações. A base de informação foi constituída por indicadores referentes aos 471 municípios, agregados conforme as 37 unidades geográficas selecionadas. Também se observa no estudo a preocupação com o tratamento conceitual, que orienta a definição da hierarquia dos espaços urbanos, estes entendidos como conjuntos “representativos da concentração espacial do fenômeno urbano, e definidos pela continuidade e extensão do espaço construído”¹³⁵, ao passo que a aglomeração urbana refere-se às “unidades que compõem uma mancha contínua de ocupação sobre mais de uma unidade municipal, envolvendo fluxos intermunicipais, complementariedade funcional e integração socioeconômica” (RIBEIRO, 2009, n.p.).

A metrópole, por outro lado, é entendida como “a cidade principal de uma aglomeração, destacando-se pelo tamanho populacional e econômico, desempenho de funções complexas e diversificadas, e relações econômicas com várias outras aglomerações, funcionando como centro de comando e coordenação de uma rede urbana” (RIBEIRO, 2009, n.p.). Área metropolitana, ou aglomeração metropolitana, são compreendidas a partir do entendimento de Knox e Agnew (1994), correspondendo “à mancha de ocupação contínua ou descontínua diretamente polarizada por uma metrópole, onde se realizam as maiores intensidades de fluxos e as maiores densidade de população e atividades, envolvendo municípios com alto grau de integração ou englobando parcialmente ou inteiramente apenas a área do município central”.

¹³⁵ Entendimento conceitual baseado na definição de Castello Branco (2003).

Em relação à metodologia e pressupostos para a hierarquização, a identificação dos espaços urbanos efetivamente metropolitanos considera a noção de centralidade, dimensionando-a com base em indicadores do grau de importância de cada espaço urbano considerado, e não apenas do polo, no conjunto dos espaços em análise, buscando aferir: a complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial; o papel de comando e coordenação em relação à rede urbana; o tamanho populacional e econômico; o mercado de trabalho diversificado; a concentração de perícia, conhecimento e serviços avançados; e o progresso tecnológico – dimensões que qualificam as principais aglomerações urbanas de um país (RIBEIRO, 2009, p. 4). Desse modo,

a definição da hierarquia se fez com base no pressuposto de que a natureza metropolitana das aglomerações está associada a níveis elevados de concentração de população e atividades, particularmente as de maior complexidade, e ao exercício de centralidade que transcende a região. Portanto, os indicadores selecionados para esta definição deveriam espelhar as condições de concentração e centralidade (RIBEIRO, 2009, p. 4).

Informações a respeito do volume populacional e de atividades, os fluxos que se dirigem à metrópole e a oferta de bens e serviços mais raros e avançados, característicos da “nova economia”, foram levantadas e um conjunto de indicadores representativos de concentração, centralidade, inserção na “nova economia”, poder de direção e gestão pública foram selecionados de forma a representar estas diferentes dimensões dos nós na rede urbana. Abaixo, o conjunto de indicadores selecionados (RIBEIRO, 2009, p. 6-8):

- Tamanho e concentração: para tamanho populacional considerou-se a população total estimada, e para o volume da atividade econômica, expresso no número de agências bancárias, volume total de operações bancárias/financeiras e massa de rendimento mensal;
- Nível de centralidade: foi tomado por referência um fluxo que demonstrasse “serviço raro”, em nível nacional, foi utilizado o movimento aeroportuário de passageiros;
- Inserção na “nova economia”: foi medido pelo número de empregos formais em atividades de ponta, entendido no estudo como expressão (*proxy*) da capacidade de inovação e incorporação tecnológica. Como atividades de

ponta¹³⁶ foram consideradas as atividades produtivas de maior conteúdo tecnológico, de coordenação e comando, conforme classificação nacional das atividades econômicas (CNAE);

- Poder de direção: o indicador selecionado para expressar o poder de direção em atividades econômicas foi o número de sedes de empresas classificadas entre as 500 maiores do país, localizadas nos municípios que compõem os espaços urbanos, segundo o balanço anual publicado pela Revista Exame;
- Gestão pública: o indicador selecionado para expressar o poder de gestão em atividades públicas foi a definição político-administrativa de capital estadual ou de capital federal no caso de Brasília.

Entre as 37 unidades de espaços urbanos consideradas, foram identificadas seis categorias que expressam a hierarquia dos espaços urbanos, sendo que as quatro primeiras categorias foram consideradas “metropolitanas”, por apresentarem indicadores de expressividade superior em relação aos resultados das demais categorias. Assim, os espaços urbanos metropolitanos, em oposição aos não-metropolitanos, seriam: RMs de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Campinas, Vitória, Goiânia, Belém, Florianópolis e Manaus. A RM de Campinas foi identificada na Categoria 4, junto com Manaus, Vitória, Goiânia, Belém e Florianópolis, cujos polos configuram dimensões regionais de polarização, porém sendo a única entre as seis aglomerações da categoria que não é polarizada por uma capital de Estado (RIBEIRO, 2009, p. 19).

O importante dinamismo econômico de Campinas é indicado como responsável pela sua importante posição na rede urbana brasileira (idem, p. 12), inclusive ocupando a posição limite superior em todos os indicadores com exceção de movimento aéreo de passageiros, em que era ultrapassada pelas outras aglomerações situadas na mesma categoria. No entanto, aproximava-se de Curitiba (situada na Categoria 3, antecedente) em número de agências bancárias, emprego formal em atividades de ponta e massa de rendimentos. O estudo aponta que “o fato

¹³⁶ Foram consideradas: a) atividades industriais: ocupação nos segmentos modernos da indústria (complexos químico e eletro-metal-mecânico); b) atividades do comércio: comércio varejista de mercadorias em geral, e hipermercados; c) serviços: serviços de rotina interativa e consultorias; atividades jurídicas, contábeis e de assessoria empresarial; atividades de assessoria em gestão empresarial; serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado; informática e telecomunicações; manutenção e reparação; consultoria em sistemas de informática; processamento de dados; atividades artísticas, culturais e mídia; atividades de rádio e televisão; publicidade (RIBEIRO, 2009, p. 7-8).

de fazer parte de um complexo metropolitano polarizado por São Paulo acaba por exercer forte influência no comportamento de seus indicadores, assegurando-lhe uma posição elevada na hierarquia” (RIBEIRO, 2009, p. 19-20).

Quanto à classificação dos municípios segundo integração na dinâmica da aglomeração, com o intuito de melhor compreender a espacialidade do fenômeno urbano-metropolitano das unidades em análise, foi construída uma tipologia identificando os municípios das várias unidades segundo o nível de integração na dinâmica do aglomerado. O estudo alerta que “mesmo quando todo o conjunto de municípios incorporado à unidade regional está articulado à dinâmica da aglomeração, há diferenças entre eles que podem ser captadas por indicadores de fluxos de deslocamentos pendulares, densidade, características ocupacionais etc, que tornam claras as funções que assumem nessa dinâmica” (RIBEIRO, 2009, p. 23).

Muitas regiões metropolitanas incorporam em seus limites institucionais municípios com níveis fracos de integração à dinâmica da aglomeração. Assim, um conjunto de indicadores foi selecionado de forma a expressar os componentes da dinâmica metropolitana e oferecer indicativos do ritmo de crescimento da população, concentração populacional, integração dos diversos municípios entre si e, em particular, com o polo, e o perfil da ocupação dos trabalhadores. Cinco indicadores foram selecionados para representar essa dinâmica (RIBEIRO, 2009, p. 24-26): taxa média geométrica de crescimento populacional (1991-2000); densidade demográfica; contingente de pessoas que realizam movimento pendular; proporção de pessoas que realizam movimento pendular; e proporção de emprego não agrícola.

Pode-se, finalmente, classificar os municípios quanto ao nível de integração na dinâmica: muito baixo (Grupo 1), baixo (Grupo 2), médio (Grupo 3), alto (Grupo 4), muito alto (Grupo 5), e Polo. Dimensionando o grau de integração intra-aglomerado, a metodologia adotada pelo estudo permite inferir que quanto maior a proporção de municípios nos níveis mais elevados, mais integrada pode ser considerada a aglomeração. Desse modo, as aglomerações podem ser classificadas quanto ao grau de integração em cinco classes¹³⁷, assim como pode ser dimensionado o grau de

¹³⁷ Classe 1 (muito alto grau de integração – mais de 40% dos municípios inserem-se no grupo 5), Classe 2 (alto grau de integração - grupo 4 e 5 conjugam mais de metade dos municípios), Classe 3 (nível médio de integração – menos da metade dos municípios, porém acima de 30% deles, inserem-se nos grupos 4 e 5), Classe 4 (baixo nível de integração – municípios concentram-se no grupo 3, com algumas inserções no grupo 4), e Classe 5 (nível muito baixo de integração – totalidade dos municípios enquadra-se no grupo 3) (RIBEIRO, 2009, p. 39-40).

concentração do polo¹³⁸, em que o estudo destacou que é possível distinguir situações de maior ou menor concentração entre os aglomerados, classificando-os em muito concentrado, concentrado e menos concentrado.

A RM de Campinas foi apontada como aglomeração com nível médio de integração, com três municípios inseridos no grupo 2, dez municípios inseridos no grupo 3, três municípios inseridos no grupo 4 e apenas dois municípios inseridos no grupo 5. Os municípios enquadrados nos grupos 3 a 5 integram, de acordo com Ribeiro (2009, p. 39), o que efetivamente pode ser considerado como a aglomeração. Desse modo, poderíamos considerar como parte efetiva da dinâmica metropolitana da RM de Campinas os seguintes municípios: Campinas, Sumaré, Hortolândia, Santa Bárbara d'Oeste, Nova Odessa, Vinhedo, Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Paulínia, Pedreira e Valinhos.

No tocante ao grau de concentração, Campinas foi classificada no grupo de menor concentração, junto com São Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, entre outras aglomerações. De acordo com o Observatório das Metrópoles (2004), a RM de Campinas, constituída na época por 19 municípios¹³⁹, apresentava apenas três (Engenheiro Coelho, Holambra e Santo Antônio de Posse) com fracos índices de integração à dinâmica metropolitana, enquanto que na área de maior integração se concentravam, no período 2003-2004, uma população de “2.540.290 habitantes, 17 sedes das 500 maiores empresas do país, 273 agências bancárias, 78.870 empregos formais em atividades de ponta e altos índices de densidade demográfica” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004, p. 72).

O Quadro 7 resume as principais conclusões do estudo em relação à Região Metropolitana de Campinas, de acordo com a condição da aglomeração, padrão de concentração e nível de integração entre os municípios:

¹³⁸ Foi analisada a distribuição, entre os municípios que compõem o recorte do aglomerado, dos indicadores utilizados para a composição da hierarquia dos espaços urbanos: os referentes a volume total de operações bancárias/financeiras, massa de rendimento mensal, número de empregos formais em atividades de ponta, e número de sedes de grandes empresas. Aglomerações muito concentradas apresentaram mais de 75% dos valores de cada indicador registrados nos polos; as concentradas apresentam concentração no polo inferior a 75%, sendo atingido esse patamar com a contribuição de apenas mais um município; e menos concentrada quando o polo tem que se somar a mais de um município para atingir 75% do valor dos indicadores considerados (RIBEIRO, 2009, p. 42-43).

¹³⁹ No período de realização do estudo, a Região Metropolitana de Campinas, institucionalizada por Lei Complementar Estadual nº 870, de 19 de junho de 2000, era constituída por 19 municípios. O município de Morungaba foi integrado na Região Metropolitana de Campinas em 13 de março de 2014, por Lei Complementar nº 1.234.

Quadro 7. Região Metropolitana de Campinas: condição e grau de concentração do aglomerado e nível de integração entre os municípios, de acordo com a tipologia estabelecida em Ribeiro (2009).

Condição do Espaço Urbano/Grau de Concentração	Municípios Segundo Nível de Agregação					
	Grupo 1 (Muito Baixo)	Grupo 2 (Baixo)	Grupo 3 (Médio)	Grupo 4 (Alto)	Grupo 5 (Muito Alto)	Polo
Metropolitano/ Menos Concentrado		Engenheiro Coelho	Americana	Santa Bárbara d'Oeste	Sumaré	Campinas
		Holambra	Artur Nogueira	Nova Odessa	Hortolândia	
		Santo Antônio de Posse	Cosmópolis	Vinhedo		
			Indaiatuba			
			Itatiba			
			Jaguariúna			
			Monte Mor			
			Paulínia			
			Pedreira			
			Valinhos			

Fonte: Elaboração própria com base em Ribeiro (2009) e Observatório das Metrôpoles (2004).

Com o intuito de aprimorar a metodologia anteriormente aplicada e atualizar a classificação com informações do Censo Demográfico de 2010 e da pesquisa *REGIC 2007* (IBGE, 2008), o estudo foi novamente realizado em 2012, sob coordenação de Luiz César de Queiroz Ribeiro, Rosa Moura, Paulo Delgado e Érica Tavares da Silva. O relatório de pesquisa foi intitulado *Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDES e AUs à dinâmica da metropolização* (RIBEIRO et al., 2012). Logo no início, é ressaltado que a metropolização está ligada ao processo de urbanização, “capaz de gerar dinâmicas territoriais de concentração e difusão dos artefatos econômicos, políticos, sociais e culturais em determinados aglomerados metropolitanos” (p. 2), e a metrópole é considerada a partir de características desses aglomerados que lhes permitem “constituírem-se como centros do poder econômico, social e político.

Portanto, são unidades capazes de polarizar o território nas escalas nacional, regional e local”. Ressalta-se entre as características: a organização funcional dos espaços; a concentração/distribuição de população, produto e rendimentos; os fluxos de mercadorias, população e serviços; as condições de infraestrutura urbana; os processos de ocupação territorial; as articulações de poder; entre outras (RIBEIRO et al., 2012, p. 2). Logo, o processo de metropolização passa por aquelas características citadas acima e as transformações na natureza e na configuração espacial das cidades acarretam níveis distintos de integração dos territórios a essa dinâmica.

Partindo da problemática de que os aglomerados urbanos que são expressão do processo de metropolização, ou seja, do efetivo fenômeno urbano-metropolitano, não apresentam correspondência com a institucionalização político-administrativa de unidades territoriais por parte da União e dos Estados, disparidade inclusive discutida em tópicos anteriores desse capítulo, o estudo do Observatório das Metrôpoles elaborou uma metodologia de modo a avaliar, nos municípios que fazem parte de unidades institucionalizadas, a natureza da inserção dos municípios à dinâmica da metropolização.

O estudo realizou uma análise estatística com uma série de indicadores representativos dessa dinâmica, agrupando os municípios conforme níveis de integração à dinâmica da metropolização. O universo da pesquisa compreendeu as unidades territoriais institucionalizadas até agosto de 2012, sendo 51 Regiões Metropolitanas (RMs), 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) e 5 Aglomerações Urbanas (AUs), totalizando 59 unidades analisadas. Como referência para a identificação metropolitana das unidades territoriais institucionalizadas e para a hierarquia urbana, a classificação elaborada no estudo *REGIC 2007* (IBGE, 2008) foi considerada (RIBEIRO et al., 2012, p. 10-11). Portanto, diferentemente do estudo anterior (RIBEIRO, 2009), que elaborou uma metodologia própria para distinguir as aglomerações entre metropolitanas e não metropolitanas, o estudo mais recente aproveitou a classificação do IBGE, que reconhece 12 metrôpoles entre os núcleos das aglomerações.

Os núcleos das 59 unidades analisadas foram considerados como polos e os demais níveis de integração identificadas foram: extensão dos polos, muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. Os municípios definidos como “extensão dos polos”¹⁴⁰ configuram um grupo novo em relação ao estudo anterior (RIBEIRO, 2009), composto por municípios contíguos aos núcleos de suas unidades (polos) e caracterizados por um processo de metropolização bastante avançado, com elevada integração aos polos efetivos (RIBEIRO et al., 2012, p. 20).

Essa nova classificação permite esclarecer a diversidade social, econômica e funcional das unidades analisadas:

¹⁴⁰ Este grupo é composto por 20 municípios efetivamente metropolitanos, presentes apenas nas RMs de São Paulo (10 municípios, abrangendo a região do ABCD e outros municípios próximos à capital), Rio de Janeiro (7 municípios, abrangendo a Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo), Belo Horizonte (1 município) e Recife (2 municípios) (RIBEIRO et al., 2012, p. 22).

Nesses grupos, há unidades que apresentam, além dos polos, um fenômeno de extensão destes, são municípios em avançado processo de metropolização com uma dinâmica de integração altíssima, tanto na escala regional quanto nacional. Esses municípios juntos reúnem expressiva parcela da população, produção de riqueza e apropriação de renda no país. Há outras unidades que também apresentam uma dinâmica metropolitana, com participação considerável de municípios com integração muito alta e alta. Simultaneamente, existem unidades com maior participação de municípios com nível alto ou médio de integração, para os quais é possível atribuir um estágio de transição em direção a uma participação mais efetiva no processo de metropolização (RIBEIRO et al., 2012, p. 3).

Para classificação dos municípios segundo níveis de integração, foi escolhido um conjunto de informações representativas da dinâmica metropolitana brasileira, como o grau de concentração/distribuição de população, produto, rendimentos e fluxos de população em movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo entre municípios das aglomerações, assim como realização de funções específicas e fundamentais à realização das atividades econômicas e suporte aos fluxos interaglomerações, como a presença de portos e aeroportos. As informações selecionadas neste estudo diferem um pouco das levantadas no estudo anterior (RIBEIRO, 2009). Para este, foram selecionadas as seguintes variáveis, utilizadas nas análises estatísticas, conforme descritas em Ribeiro et al. (2012, p. 12):

- Nome e código do município segundo IBGE e sua inserção em unidades territoriais institucionalizadas (Região Metropolitana, Região Integrada de Desenvolvimento ou Aglomeração Urbana);
- População residente total em 2010;
- Taxa de crescimento geométrico anual no período 2000/2010;
- Grau de urbanização em 2010 (proporção da população residente em áreas urbanas);
- Percentual dos ocupados em atividades não-agrícolas no município em 2010;
- Densidade demográfica dos setores censitários urbanos (número de habitantes por km²), no conjunto de setores censitários classificados como tipo 1 a 4 (Censo 2010);
- PIB do município em 2009;
- Total de rendimentos das pessoas residentes no município em 2010 (em R\$);
- Somatório de entradas e saídas por movimento pendular no município: número de pessoas que procuraram o município para trabalhar ou estudar (entrada)

mais o número de pessoas que procuraram outro município para trabalhar ou estudar em 2010 (uma pessoa que “entrou” ou “saiu” no município para realizar as duas atividades foi considerada nos dois tipos de fluxo de entrada ou saída – trabalho e estudo);

- Percentual de pessoas que “entram” ou “saem” do município para trabalhar ou estudar (item anterior) em relação ao total de pessoas do respectivo município ocupadas ou que frequentavam escola 2010.

Como variáveis suplementares, o estudo considerou a presença de portos e a presença de aeroportos no município. Uma dinâmica urbana de caráter metropolitano apresentaria como maior expressão a presença de municípios com características de polaridade, extensão de polos e municípios com muito alto e alto níveis de integração, responsáveis por uma alta concentração de valores nos indicadores utilizados, representando uma síntese do processo de metropolização brasileiro (RIBEIRO et al., 2012, p. 28-35). Para a Região Metropolitana de Campinas, podemos considerar, desse modo, como participantes da dinâmica da metropolização, os seguintes municípios: Campinas, Indaiatuba, Valinhos, Hortolândia, Sumaré, Americana, Santa Bárbara d'Oeste, Vinhedo, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Jaguariúna e Holambra.

O Quadro 8 evidencia os municípios da RMC, conforme distribuição pelos níveis de integração à dinâmica da metropolização:

Quadro 8. Distribuição dos municípios da RMC pelos níveis de integração à dinâmica da metropolização, de acordo com a classificação estabelecida em Ribeiro et al. (2012).

Nível	Município
Polo	Campinas
Extensão dos polos	Nenhum
Muito Alto	Indaiatuba, Valinhos, Hortolândia, Sumaré, Americana, Santa Bárbara d'Oeste
Alto	Vinhedo, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Jaguariúna, Holambra
Médio	Itatiba, Pedreira, Santo Antônio de Posse, Artur Nogueira, Cosmópolis
Baixo	Engenheiro Coelho
Muito Baixo	Nenhum

Fonte: Elaboração própria com base em Ribeiro et al. (2012).

Os estudos consultados são importantes referências para compreendermos a dinâmica da metropolização a partir de variáveis e critérios estabelecidos, e assim visualizar de que forma alguns municípios são incluídos na dinâmica da metropolização, enquanto outros não participam desse processo de forma mais efetiva. Tanto a versão mais antiga (RIBEIRO, 2009) quanto a versão mais recente e atualizada (RIBEIRO et al., 2012), no entanto, elaboram suas análises de inserção na dinâmica da metropolização a partir dos municípios contidos em unidades institucionalizadas, ou seja, tais estudos partem das unidades regionais formais institucionalizadas, o que não necessariamente, como já discutido densamente no decorrer desse capítulo, coincide com o processo da urbanização e formação de aglomerações urbanas.

Os conceitos, reflexões e critérios trabalhados nos estudos anteriores acerca da metrópole podem ser resumidos abaixo (Quadro 9):

Quadro 9. Síntese teórico-conceitual dos conceitos de metrópole a partir de estudos realizados por institutos, instituições e grupos de pesquisa.

Estudos nacionais	Concepção de metrópole	Crítérios/atributos considerados
Galvão et al. (1969)	- Uma metrópole é, inicialmente, “uma grande cidade, em termos de volume populacional”. Também uma cidade grande por suas funções urbanas bastante diversificadas e especializadas. - O volume nela concentrado permite uma grande divisão de trabalho e a produção de bens e serviços variados, que lhe permitem alcançar uma vasta área de influência.	- Cidade central deveria ter uma população de pelo menos 400.000 habitantes; a densidade de população do distrito sede da cidade central deveria ser de 500 habitantes ou mais por km². - Critérios estruturais e de integração.
IBGE (2008)	- Centros de gestão do território se caracterizariam pela grande diversidade de órgãos do Estado e sedes de empresas, além da oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade. - No estudo, as metrópoles foram consideradas como “os 12 principais centros urbanos do país que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta”. - Os 12 centros identificados como metrópoles foram subdivididos em três tipos de metrópoles, relacionadas ao papel que exercem como centros de gestão do território: grande metrópole nacional; metrópole nacional e metrópole.	- Na definição dos núcleos das ACPs, foram considerados: municípios de capitais estaduais; e municípios com população acima de 350.000 habitantes. - Para classificação no nível mais elevado da hierarquia urbana, privilegiou-se a função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário no nível federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços.
Ribeiro (2009)	- O trabalho entende metrópole como “a cidade principal de uma aglomeração, destacando-se pelo tamanho populacional e econômico, desempenho de funções complexas e diversificadas, e relações econômicas com várias outras aglomerações,	- No estudo, diferentes dimensões dos nós na rede urbana foram representadas por indicadores que refletissem: - Tamanho e concentração;

Estudos nacionais	Concepção de metrópole	Crítérios/atributos considerados
	funcionando como centro de comando e coordenação de uma rede urbana”.	- Nível de centralidade; - Inserção na “nova economia”; - Poder de direção; - Gestão pública;
Ribeiro et al. (2012)	- A metrópole é considerada a partir de características desses aglomerados que lhes permitem “constituírem-se como centros do poder econômico, social e político. Portanto, são unidades capazes de polarizar o território nas escalas nacional, regional e local”. - Ressalta-se entre as características: a organização funcional dos espaços; a concentração/distribuição de população, produto e rendimentos; os fluxos de mercadorias, população e serviços; as condições de infraestrutura urbana; os processos de ocupação territorial; as articulações de poder; entre outras.	- O estudo aproveitou a classificação da <i>REGIC 2007</i> (IBGE, 2008), que reconhece 12 metrópoles entre os núcleos das aglomerações.
IBGE (2016)	- Não faz definição específica sobre metrópole, porém, ao comparar as grandes áreas urbanas de porte semelhante, divide em três faixas distintas: acima de 750.000 habitantes a 1.000.000 de habitantes, acima de 1.000.000 a 2.500.000 de habitantes, e maiores que 2.500.000 habitantes. - A faixa populacional acima de 2.500.000 habitantes reúne o mais alto escalão da urbanização brasileira, constituído por nove grandes concentrações urbanas.	- População acima de 750.000 habitantes, no caso das Grandes Concentrações Urbanas. Possuem alto grau de integração entre os municípios componentes, em particular com o núcleo. - Das 26 grandes concentrações urbanas, 12 são de caráter metropolitano, aproveitando a classificação das metrópoles estabelecida pela pesquisa <i>REGIC 2007</i> (IBGE, 2008).
IBGE (2020a)	- As Metrópoles são as cabeças de rede, os elos finais da rede urbana, de modo que todos os centros urbanos do País terminam por se direcionar a pelo menos uma Metrópole direta ou indiretamente, mesmo que passem por diversas Cidades como intermediárias nesse caminho. - São os 15 principais centros urbanos, dos quais todas as Cidades existentes no País recebem influência direta, seja de uma ou mais Metrópoles simultaneamente.	- Atividades de gestão pública (instituições que possuem âmbito nacional e atuação descentralizada, com unidades localizadas em diversas Cidades) e empresarial no território (como as empresas multilocalizadas e seus atributos) foram priorizadas na identificação dos centros de gestão do território do que à busca por bens e serviços.
Estudos internacionais	Concepção de metrópole	Crítérios/atributos considerados
Julien (2002)	- As “funções superiores” são aquelas características das maiores cidades, sua influência e simbologia de dinamismo, de tomada de decisão, de portadoras de imagens positivas, particularizando a natureza das grandes áreas urbanas. - As funções econômicas “superiores” e de poder de decisão e de gestão se manifestariam nos espaços realmente metropolitanos.	Forte presença de onze “funções metropolitanas superiores” como arte; banco e seguridade; comércio; comércio na indústria; gestão; informação; informática; pesquisa e ensino superior; serviços às empresas; telecomunicações; e transporte

Fonte: Elaboração própria.

Da mesma forma, o Quadro 10 resume as contribuições dos estudos revisitados sobre os principais processos que caracterizariam a metropolização, assim como a partir de quais critérios e atributos:

Quadro 10. Síntese teórico-conceitual dos processos de metropolização a partir de estudos realizados por institutos, instituições e grupos de pesquisa.

Estudo	Concepção de metropolização	Critérios/atributos considerados
Galvão et al. (1969)	- Processo vinculado à existência de uma metrópole. As áreas atingidas pelo processo de metropolização caracterizam-se, simultaneamente, por um forte afluxo demográfico, por uma transformação de estrutura ocupacional, que passa a apresentar acentuada predominância dos setores secundário e terciário e por um sistema de integração, que se traduz por um movimento alternado de pessoas entre as diferentes unidades, complementando e suplementando o mercado de trabalho. -O processo se inicia, em geral, no núcleo urbano com função de capital regional, quando só ele funciona como mercado de trabalho.	- Demográficos; - Estruturais; - de Integração;
IBGE (2008)	- Para as cidades que constituem grandes aglomerações urbanas, a unidade de observação foi o conjunto das Áreas de Concentração de População – ACP ou de suas sub-áreas, utilizadas como unidades de observação e agregação de informações. - As ACPs são definidas "como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. - As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população".	-Tamanho populacional, características como densidade demográfica, grau de urbanização e coesão interna da área urbana. -Dimensão demográfica: foram utilizados critérios de tamanho e densidade, contiguidade, atividades urbanas e movimento pendular para trabalho ou estudo como critérios de coesão.
Ribeiro (2009)	- Compreende a partir do entendimento de Knox e Agnew (1994), correspondendo "à mancha de ocupação contínua ou descontínua diretamente polarizada por uma metrópole, onde se realizam as maiores intensidades de fluxos e as maiores densidade de população e atividades, envolvendo municípios com alto grau de integração ou englobando parcialmente ou inteiramente apenas a área do município central".	Cinco indicadores foram selecionados para representar essa dinâmica: -taxa média geométrica de crescimento populacional (1991-2000); -densidade demográfica; -contingente de pessoas que realizam movimento pendular; -proporção de pessoas que realizam movimento pendular; -e proporção de emprego não agrícola.
Ribeiro et al. (2012)	- A metropolização está ligada ao processo de urbanização, "capaz de gerar dinâmicas territoriais de concentração e difusão dos artefatos econômicos, políticos, sociais e culturais em determinados aglomerados metropolitanos". - Logo, o processo de metropolização passa por aquelas características citadas acima e as transformações na natureza e na configuração espacial das cidades acarretam níveis distintos de integração dos territórios a essa dinâmica.	- Grau de concentração/distribuição de população, produto, rendimentos e fluxos de população em movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo entre municípios das aglomerações, assim como realização de funções específicas e fundamentais à realização das atividades econômicas e suporte aos fluxos interaglomerações, como a presença de portos e aeroportos.
IBGE (2016)	- As formas espaciais relacionadas aos arranjos populacionais representariam as novas tendências da economia, com forte destaque para o deslocamento pendular da população, considerado um nexo importante na formação das concentrações urbanas. - Pendularidade para o trabalho e o estudo é especialmente importante por separar os movimentos mais intensos que	- Critérios utilizados no estudo para definição dos arranjos populacionais priorizam a noção de integração, identificada pelos movimentos pendulares para trabalho e estudo ou a contiguidade urbana, sintetizando os processos envolvidos.

Estudo	Concepção de metropolização	CrITÉrios/atributos considerados
	ocorrem dentro de unidades urbanas com fortes vinculações econômicas.	
IBGE (2020a)	- O recorte espacial para a pesquisa baseia-se no conjunto formado por Municípios e Arranjos Populacionais (IBGE, 2016) em substituição às unidades de observação e agregação de informações representadas pelas Áreas de Concentração de População (ACPs), recorte utilizado na pesquisa <i>REGIC 2007</i>. - Municípios conurbados ou com forte movimento pendular para estudo e trabalho são compreendidos como um único nó da rede urbana, ampliando a concepção acerca da unidade funcional Cidade adotada neste estudo, a qual poderia ser composta, desse modo, por um ou por vários municípios indissociáveis como unidade urbana.	- Critérios de integração e contiguidade urbana, subjacentes ao recorte espacial definido pelos Arranjos Populacionais, foram priorizados.

Fonte: Elaboração própria.

Os critérios de metropolização observados nos estudos anteriores (GALVÃO et al., 1969; IBGE, 2008, 2016, 2020a; RIBEIRO, 2009; RIBEIRO et al., 2012) são importantes para ampliar a compreensão dos processos econômico-espaciais contemporâneos pelos quais a economia de Campinas passou nos anos recentes, visando esclarecer a relação de tais critérios e decorrentes regionalizações com os processos econômico-espaciais recentes da região, os quais continuam a dar sentido real à descentralização do desenvolvimento econômico estadual e aprofundam a compreensão destas transformações como um avanço do processo de “metropolização do interior”.

Em estudos e relatórios recentes (MIRANDA et al., 2018a, 2018b; MIRANDA; VIRGA, 2019; MIRANDA; PORTO, 2019, 2020), foram estudados os processos socioeconômicos vinculados às principais transformações nos padrões de uso e ocupação do solo, a partir dos tipos de investimentos anunciados e confirmados no período 2000-2017 nos 20 municípios da Região Metropolitana de Campinas, cuja influência é decisiva para o padrão de desenvolvimento regional com base na dinâmica urbana nos próximos anos. É identificada uma área de concentração espacial dos maiores investimentos na região, uma área *core*, ou seja, uma concentração espacial dos investimentos em torno do núcleo metropolitano principal (Campinas) e seu entorno imediato que qualificaram seu processo de metropolização recente. Isto é, são apresentadas novas qualificações ao sentido da metropolização atual na região, e por essa razão o tópico seguinte destacará essas importantes contribuições.

2.4 O critério do CEDE/UNICAMP: a área *core* concentrada da metropolização campineira

O presente tópico dará destaque às recentes qualificações sobre a dinâmica econômico-espacial de Campinas, presentes nas contribuições de Miranda et al. (2018a, 2018b), Miranda e Virga (2019), Miranda e Porto (2019, 2020) e Miranda, Pastre e Porto (2020), principalmente no que tange à análise do direcionamento dos investimentos na Região Metropolitana de Campinas, agrupados em suas principais nucleações urbanas, cuja influência é decisiva para o padrão de desenvolvimento regional com base na dinâmica urbana nos próximos anos. Analisam-se, em especial, os tipos investimentos anunciados e confirmados no período 2000-2017 nos 20 municípios da RM-Campinas. Com base neles, os objetivos da descentralização econômica com o sentido da concentração espacial dos investimentos são contrastados.

O principal objetivo destes estudos foi fornecer subsídios para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Campinas (PDUI Campinas)¹⁴¹. As análises foram elaboradas pela Equipe do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE)¹⁴², vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE.UNICAMP), fazendo parte de um convênio entre Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP), a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (EMPLASA), o Núcleo de Estudos de População 'Elza Berquó' (NEPO) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

O estudo sobre *A Reestruturação Econômico-Espacial e o Futuro da Região Metropolitana de Campinas: Prognósticos, Tendências e Cenários* (MIRANDA et al., 2018b) compreende análises acerca da economia regional metropolitana. O objetivo geral dele foi examinar as tendências e as perspectivas do desenvolvimento regional e especificar os cenários prospectivos para os próximos anos, o que incluía, particularmente, analisar os efeitos sobre a interiorização da indústria, a refuncionalização do espaço rural e a dinâmica urbana decorrentes do processo de

¹⁴¹ O estudo foi financiado pela Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP) e teve coordenação geral do Professor Titular José Marcos Cunha e do Pesquisador Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob, ambos vinculados ao Núcleo de Estudos de População 'Elza Berquó' (NEPO).

¹⁴² A Equipe do CEDE era composta pelo Prof. Dr. Humberto Miranda (coordenador) e por Leonardo Rodrigues Porto, Aline Marcondes Miglioli, Rafael Pastre e Thais Virga Passos, todos, na época, vinculados ao CEDE e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do IE-UNICAMP.

desindustrialização, além de identificar e discutir os vetores de expansão econômico-espaciais, relacionados, entre outros aspectos, às direções do processo de desenvolvimento regional que atentam, por um lado, para os novos eixos logísticos e, por outro, ao padrão seletivo dos novos investimentos. Buscou entender, principalmente, dois aspectos: o investimento, como o indicador chave para a recuperação da economia, e os investimentos realizados e previstos na Região Metropolitana de Campinas, tanto no período 2000-2015, como no mais recente, de 2016 a 2017.

No caso do papel da indústria, vetor fundamental quando se discute perspectivas para o crescimento do mercado interno brasileiro, o estudo reforça que o processo de descentralização, observado desde os anos 1990 na direção de São Paulo (capital) para o interior, tendeu a avançar nos anos 2000, projetando a Região Metropolitana de Campinas como a principal receptora desse tipo de investimento interiorizado, apesar do quadro de incerteza criado com a recessão do período 2015-2016¹⁴³. De fato, o protagonismo da região é, inclusive, ressaltado em sítios eletrônicos¹⁴⁴, os quais destacam a participação da Região Administrativa (RA)¹⁴⁵ de Campinas em investimentos anunciados e confirmados no ano de 2018: foi a que apresentou maior participação, com 14,1% do aporte total estadual, ou US\$ 15,2 bilhões, sendo que a RA de Campinas foi a que apresentou maior participação na indústria em SP, 38,4%, segundo o texto veiculado na mídia.

¹⁴³ Miranda e Virga (2019, p.10-11) notam a colaboração do investimento público para os ciclos de expansão e retração da economia brasileira: no período de forte concentração dos investimentos públicos, 2006-2010, o PIB brasileiro também apresentou bom desempenho, assim como no período 2002-2006. Em contrapartida, no período 2011-2015, a retirada dos investimentos públicos impactou negativamente no desempenho do PIB brasileiro. Após 2010, a dinâmica de crescimento dos preços externos das *commodities* findou, e fortes medidas de cortes de gastos ajudaram a mergulhar o país na recessão. Em 2016, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 congelou os gastos públicos por 20 anos, limitando a continuidade dos investimentos internos estratégicos, principalmente os de infraestrutura.

¹⁴⁴ TEIXEIRA, P. Região de Campinas concentra US\$ 2,1 bilhões em investimentos e indústria é líder em SP, aponta Seade. **G1 CAMPINAS E REGIÃO**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/04/20/regiao-de-campinas-concentra-us-21-bilhoes-em-investimentos-e-industria-e-lider-em-sp-aponta-seade.ghtml> >. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

¹⁴⁵ A evolução institucional da divisão político-administrativa regionalizada do Estado de São Paulo baseada nas regiões administrativas e de governo data de decretos de julho de 1967: o Decreto N. 48.162 dispõe sobre normas para regionalização das atividades da administração municipal, estabelecendo o “modelo de unidades territoriais polarizadas”, com 10 regiões e 48 sub-regiões. O Decreto N. 48.163 dispõe sobre as regiões que deverão ser adotadas pelos órgãos da Administração Pública, obrigando os órgãos da administração pública estadual a adotarem o modelo definido no decreto anterior, repetindo a composição de RAs e SubRAs (FUNDAÇÃO SEADE, 2018).

A análise integrada de relatórios anteriores (MIRANDA et al., 2018a; MIRANDA; PORTO, 2019¹⁴⁶) mostrou que o valor agregado regional está cada vez mais relacionado, em termos de PIB, por atividades tipicamente urbanas, nos quais os centros urbanos com maior diversificação na oferta de comércio e de serviços, para além das atividades industriais, terão primazia, sendo nesses segmentos econômicos que o emprego mais cresce, ainda que informalmente. Devido ao grau de diversificação econômica historicamente alcançado e a centralidade exercida, a nova dinâmica urbana centrada em Campinas fortalecerá o seu comando na rede urbana regional e extrapolará os limites metropolitanos oficialmente definidos, “aumentando a atratividade para o entorno do núcleo e reconcentrando a renda regional”, com implicações do ponto de vista sociodemográfico e socioeconômico importantes conforme a divisão social e territorial do trabalho avança no sentido da reconcentração (MIRANDA et al., 2018b, p. 8-9).

Condições presentes que influenciam cenários futuros na região são tratados nos dois primeiros capítulos do relatório, sendo a análise dos investimentos na Região Metropolitana de Campinas (RMC) objeto do primeiro capítulo, que pretende discutir a dinâmica dos investimentos anunciados e confirmados a partir do ano 2000 até 2017. A base de dados da Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (PIESP), divulgada pela Fundação SEADE (PIESP/SEADE)¹⁴⁷, foi utilizada. Sobre tais dados, os investimentos foram organizados e analisados com o objetivo de compreender relevantes conjunturas e tendências setoriais e regionais da economia da RMC.

Desse modo, mais de 4,3 milhões de investimentos, entre os anos de 2000 a 2017, com e sem valor anunciado, foram agrupados regionalmente, caracterizados e analisados, conforme os seguintes critérios e informações disponibilizados: Número de Investimentos (Unidades); Valor dos mesmos (em US\$ Milhões): Tipo (Ampliação, Implantação, Modernização e/ou Pesquisa e Desenvolvimento – P&D); Descrição

¹⁴⁶ MIRANDA, H.; PORTO, L. R. Desenvolvimento urbano-regional (parte 1): características recentes da Região de Influência de Campinas (RIC). **Texto para Discussão**, n. 368. Campinas: Unicamp/IE, nov. 2019. Este texto é uma versão reduzida de um dos capítulos de Miranda et al. (2018a).

¹⁴⁷ De acordo com Miranda et al. (2018b, p. 17) e o próprio sítio eletrônico da base de dados (PIESP/SEADE), tais investimentos são captados pela Fundação SEADE e organizados em três etapas: o levantamento geral de anúncios de investimentos feitos pelas empresas públicas e privadas e divulgados pela imprensa; a triagem dos investimentos anunciados para o estado de São Paulo, organizando-os por setor e por regiões administrativas, Região Metropolitana de São Paulo e inter-regionais; e, por fim, a confirmação e complementação das informações dos investimentos junto às empresas responsáveis pelos mesmos.

CNAE e do próprio investimento em cada um dos Macro-Setores: Indústria, Serviços e Infraestrutura. Os investimentos foram separados em três Macro setores: Indústria, Serviços (incluindo Comércio) e Infraestrutura.

No tocante ao valor dos investimentos, em milhões de dólares (US\$), a RMC atraiu um montante de US\$ 37,2 bilhões, entre 2000 e 2017, com uma média anual de investimentos de cerca de US\$ 2,07 bilhões. Apesar dos investimentos ligados ao Macro Setor de Serviços (62,84%) terem predominado na RMC em número de investimentos, no período analisado, a Indústria se destaca com relação aos valores dos investimentos (47,66%), seguida pela Infraestrutura (27,88%). Em relação ao número e tipos de investimentos, do total dos investimentos confirmados entre 2000 e 2017 (2.167 unidades), mais da metade, ou 60,1%, se caracterizam por investimentos de Implantação, seguidos pelos investimentos de Ampliação (33,4%) e os relacionados à Modernização (4,7%). Os investimentos voltados à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) apresentaram baixa participação no total (1,9%), totalizando apenas 41 investimentos (MIRANDA et al., 2018b, p. 18-20).

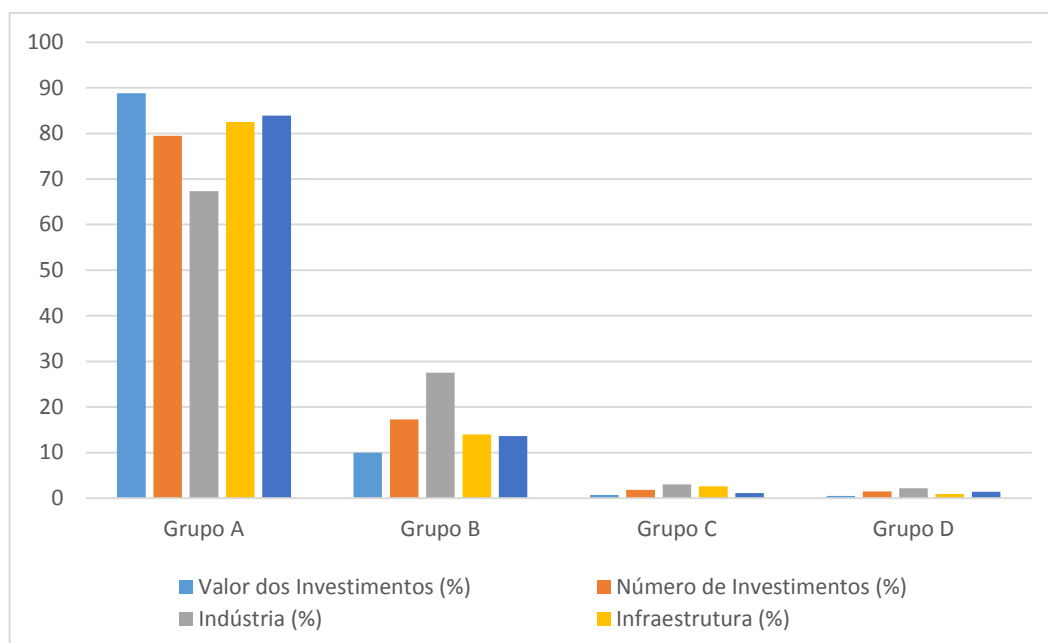
Miranda e Virga (2019) fazem importantes observações quanto ao direcionamento dos investimentos na RMC no período 2000-2017, os quais qualificaram e reafirmaram o perfil econômico da região, mas sem a participação de todos os municípios. Vejamos:

Houve uma concentração espacial dos mesmos em torno do núcleo metropolitano principal (Campinas e entorno), com os valores unitários se destacando para aqueles voltados ao incremento da infraestrutura. Essa qualificação é importante na medida em que somente alguns municípios se tornam uma referência na atração de certos tipos de investimento (MIRANDA; VIRGA, 2019, p. 16).

Portanto, existiria uma área *core* onde ocorreram os principais investimentos. Nesta área *core* estariam concentrados a maior parte do valor total investido, assim como o maior número de investimentos totais entre 2000 e 2017, em todos os Macro Setores considerados (Serviços, Indústria e Infraestrutura). Os municípios da RMC foram, assim, agrupados pelo valor (US\$) dos investimentos, compondo quatro grupos, de acordo com Miranda et al. (2018b, p. 26-27): Grupo A (seis municípios, investimentos no montante superior a 1 bilhão de dólares cada um), Grupo B (seis municípios, investimentos entre 500 e 720 milhões de dólares cada um), Grupo C (dois municípios, investimentos entre 124 e 151 milhões de dólares cada um) e Grupo D (seis municípios, com investimentos abaixo de 90 milhões de dólares cada um). O

Gráfico 5 evidencia a concentração dos investimentos nos grupamentos de municípios formados, por valor (US\$), número e distribuição dos investimentos por Macro Setor, em relação ao total da RMC (%):

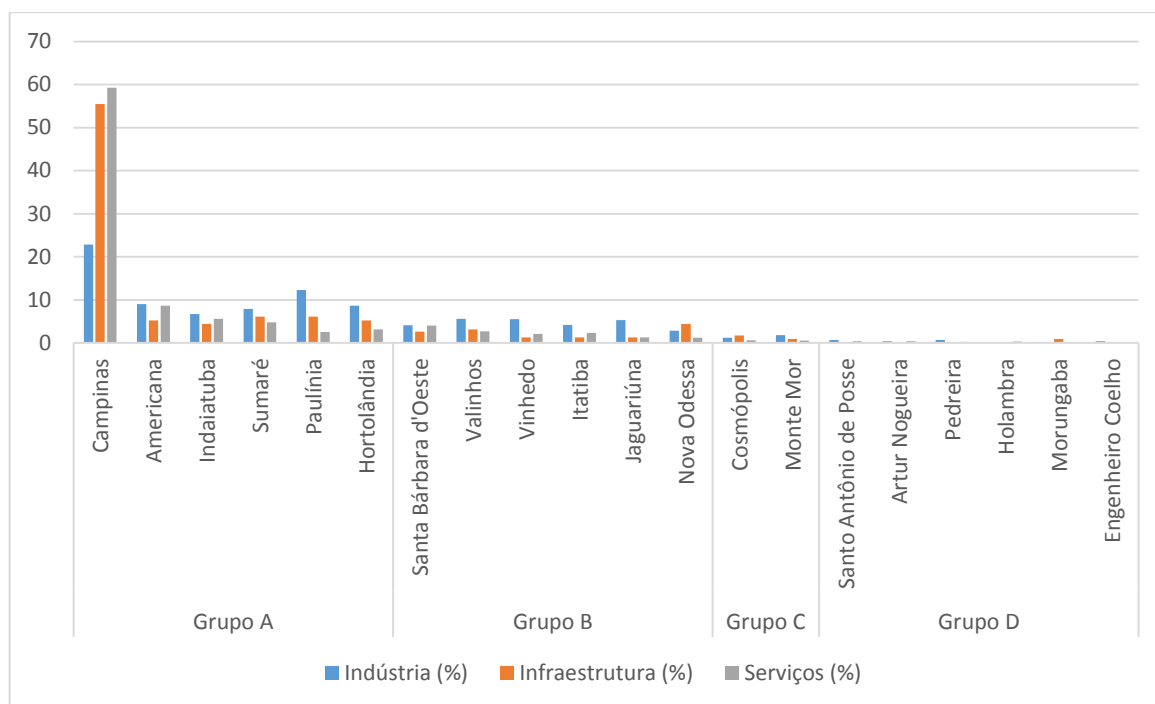
Gráfico 5. Investimentos por Grupos de Municípios da Região Metropolitana de Campinas: Valor, Número, Distribuição por Macro Setor e Participação sobre o total (%). 2000-2017.



Fonte: Elaboração própria com base em Miranda et al. (2018b).

Se não considerarmos o município de Campinas, os municípios do Grupo A e do Grupo B, juntos, totalizam mais de 72% dos investimentos no Macro Setor Indústria, 41% dos investimentos em Infraestrutura e quase 39% dos investimentos no Macro Setor Serviços. Ao distribuírem o número total de investimentos por Macro Setor, o relatório nota que Campinas “detém quase 60% dos investimentos no Macro Setor Serviços, mais de 55% dos investimentos no Macro Setor Infraestrutura e 22,8% dos investimentos no Macro Setor Indústria” (MIRANDA et al., 2018b, p. 25). O Gráfico 6 abaixo detalha os investimentos por Macro Setor nos municípios da RMC, separados pelos grupamentos de municípios formados, em relação ao total da RMC (%):

Gráfico 6. Investimento por Macro Setor: Número de Investimentos nos Grupos e Municípios da Região Metropolitana de Campinas (%). 2000-2017.



Fonte: Elaboração própria com base em Miranda et al. (2018b).

Em oposição à evidente concentração dos investimentos no município de Campinas, notamos pela análise dos gráficos acima que alguns municípios, como os do Grupo D (Santo Antônio de Posse, Artur Nogueira, Pedreira, Holambra, Morungaba e Engenheiro Coelho) estão com participações próximas à zero em relação ao total percentual da RMC, em qualquer dos indicadores observados: valor total investido, número de investimentos e distribuição dos investimentos por Macro Setor. A Tabela 7 relaciona os investimentos totais por municípios da RMC e os respectivos grupamentos de municípios, em valor dos investimentos (em milhões de dólares), número (unidades) e participação percentual (%):

Tabela 7. Investimentos nos Grupos e Municípios da RMC: Valor (em US\$ milhões correntes), Número (Unid.) e Participação (%). 2000-2017.

Grupos de Municípios	Municípios	Valor dos Investimentos	Participação (%)	Nº de Investimentos (Unid.)	Participação (%)
Grupo A	Campinas	16.264,45	43,71	1.072	49,4
	Americana	1.266,17	3,40	181	8,3
	Indaiatuba	1.398,08	3,76	125	5,8
	Sumaré	2.160,26	5,80	125	5,8
	Paulínia	10.082,60	27,09	119	5,5

Grupos de Municípios	Municípios	Valor dos Investimentos	Participação (%)	Nº de Investimentos (Unid.)	Participação (%)
	Hortolândia	1.867,46	5,02	103	4,7
	Santa Bárbara d'Oeste	711,59	1,91	84	3,9
	Valinhos	631,50	1,70	76	3,5
Grupo B	Vinhedo	552,72	1,49	63	2,9
	Itatiba	596,60	1,60	58	2,7
	Jaguariúna	709,82	1,91	51	2,3
	Nova Odessa	521,43	1,40	43	2
	Cosmópolis	150,25	0,40	19	0,9
Grupo C	Monte Mor	124,94	0,34	19	0,9
	Santo Antônio de Posse	56,67	0,15	9	0,4
	Artur Nogueira	84,73	0,23	8	0,4
Grupo D	Pedreira	4,66	0,01	7	0,3
	Holambra	5,98	0,02	4	0,2
	Morungaba	2,17	0,01	3	0,1
	Engenheiro Coelho	21,82	0,06	2	0,1
Total RMC		37.213,90	100	2.171	100

Fonte: Elaboração própria com base em Miranda et al. (2018b).

É possível perceber pela análise das tabelas e gráficos anteriores que os seis municípios do Grupo A concentraram investimentos acima de 1 bilhão de dólares cada um e totalizaram quase 89% do valor total investido, com destaque para Campinas e Paulínia, que somados concentraram mais de 70% do valor total investido entre os anos de 2000 e 2017. Estes dois municípios receberam investimentos vultosos no período, a saber (MIRANDA et al., 2018b, p. 21; MIRANDA; VIRGA, 2019, p. 15-16): Paulínia recebeu 1,22 bilhão de dólares para ampliação e modernização da Refinaria da Petrobrás, REPLAN, em 2006, e em 2011 foi contemplada com mais 4,5 bilhões para ampliação da mesma refinaria. Em 2010, logrou 354,4 milhões de dólares devido à construção de fábrica da LG Eletrônicos.

Já Campinas conseguiu 307 milhões de dólares em 2010 para ampliação de frotas da Trip Linhas Aéreas, 740,2 milhões de dólares na Construção de Polo de Tecnologia, Pesquisa e Processamento de Dados, pelo Santander, e mais 150 milhões em aquisição de frotas de transporte aéreo de carga pela Absa Cargo Airline. Em 2011, recebeu mais de 903 milhões de dólares em investimentos ligados ao transporte aéreo, e em 2012 recebeu 4,6 bilhões de dólares em ampliação, reforma e compra de equipamentos do/ao Aeroporto Internacional de Viracopos (INFRAERO).

Quanto ao número de investimentos, os municípios do Grupo A concentraram 79,5%, com Campinas recepcionando quase metade deles. Miranda e Virga (2019, p. 18) notam que as condições de atratividade de certo número de investimentos dependem de um conjunto de condições, em que a infraestrutura é a principal delas. Campinas reuniria as melhores condições, seguida de seu entorno, ou seja, 6 municípios com investimentos acima de 1 bilhão de dólares. Desse modo, tanto a concentração (número) quanto a centralização (valor) dos investimentos seguem um padrão espacial.

Por fim, os estudos sobre os investimentos na região (MIRANDA et al., 2018b, p. 27-31; MIRANDA; VIRGA, 2019, p. 20-26), que privilegiaram essa variável chave pela possibilidade de objetivar a relação entre a dinâmica econômica e a produção do espaço, estabelecem a denominação de *Complexo Territorial-Setorial (CTS)* da RMC ao conjunto formado por 12 dos 20 municípios, mais especificamente os municípios pertencentes aos Grupos A e B: Campinas, Americana, Sumaré, Indaiatuba, Paulínia, Hortolândia, Santa Bárbara d'Oeste, Valinhos, Vinhedo, Itatiba, Jaguariúna e Nova Odessa.

Ainda que os municípios do Grupo B tenham recepcionado investimentos de menor valor em comparação ao Grupo A, nesse Complexo os municípios são articulados pelos seus setores produtivos e a indústria é a peça-chave, criando um terciário avançado em Campinas e espraiando segmentos da indústria. Ou seja, há uma concentração espacial e uma centralização econômica dos investimentos na área *core* da região (Campinas, Americana, Indaiatuba, Sumaré, Hortolândia, Paulínia), projetando a dispersão da indústria por 12 municípios, com intensificação da dinâmica urbana pelo Macro Setor Serviços. De forma a aprofundar e complementar essas conclusões, faz-se necessário resgatar importantes contribuições do relatório anterior (MIRANDA et al., 2018a), que elabora um retrato da estrutura da indústria, mostrando os principais segmentos e sua distribuição espacial, principalmente a partir de informações obtidas por meio do Valor Adicionado Fiscal (VAF).

No relatório anterior elaborado pela equipe do CEDE/IE.UNICAMP, denominado *A Economia de Campinas e sua Região Metropolitana: diagnósticos, problemas e desafios* (MIRANDA et al., 2018a), compreendendo o período de 2000 a 2016 e compondo o Produto 2, sobre os problemas e desafios estruturais do desenvolvimento econômico regional com vistas à discussão e construção de cenários

futuros de desenvolvimento para a RMC, a análise do setor industrial chamou a atenção para as “cidades bilionárias”, ou seja, 11 municípios que comandam, de forma compartilhada, os fluxos da riqueza regional, devido ao volume da circulação de recursos, mensurados com base no Valor Adicionado Fiscal (VAF)¹⁴⁸ da indústria.

Como notam os autores do relatório, a importância analítica do VAF reside em fornecer uma “dimensão aproximada do potencial de riqueza gerada pelos municípios, o que determina seu maior índice de participação (IPM), usado para definição do montante de recursos nas transferências de receitas do ICMS estadual” (MIRANDA et al., 2018a, p. 15). É um indicador que capta o movimento econômico-contábil dos municípios do estado, possibilitando a abertura das atividades econômicas dos municípios num nível mais detalhado do que os macro-setores, como comentado nos parágrafos anteriores a partir dos resultados averiguados em Miranda et al. (2018b).

Outra vantagem da utilização dos dados do VAF é a possibilidade de desagregar os dados em segmentos, como minerais não-metálicos, metalurgia básica, móveis, papel e celulose, artigos de borracha, produtos químicos, couro e calçados, combustíveis, produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos, produtos de plástico, têxtil, vestuário e acessórios, produtos alimentícios, bebidas, fumo e extrativa mineral, dentre outros, obtendo, desse modo, melhor caracterização da indústria (MIRANDA et al., 2018a, p. 39).

Duas importantes considerações são estabelecidas quanto à participação da indústria de transformação: primeiramente, participa com mais de 60% do VAF total da região, seguida pelas atividades de Comércio e os Serviços com 39,1% em 2012. Quanto ao VAF estadual, a Indústria de Transformação da RMC apresentou participação de 15,1%, porém alguns segmentos apresentaram participações mais expressivas no total do Estado de São Paulo, contribuindo com mais excedentes no ano de 2012, como Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicações (51,3%), Combustíveis (37,3%) e Têxtil (35,4%), Artigos de Borracha (23,9%) e Produtos

¹⁴⁸ De acordo com Miranda et al. (2018a, p. 15-16), “o VAF é calculado pela SEFAZ-SP, a partir do valor acrescentado oriundo das operações (compra e venda) relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transportes interestaduais e intermunicipais e de comunicação ocorridas em cada município”. O VAF estaria relacionado ao nível de formalização da economia, uma vez que só são captadas as transações declaradas pelos contribuintes. Assim, teria maior utilidade nas áreas mais industrializadas, além de abarcar com algum sucesso os setores da indústria e do comércio, pois são atividades com maior índice de formalização. No caso da agropecuária e do setor de serviços, sua utilidade seria reduzida. Os dados do VAF foram obtidos junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e sistematizados pela Fundação SEADE.

Farmacêuticos (21,2%), apenas para citarmos aqueles superiores a 20% de participação no VAF estadual da Indústria de Transformação (MIRANDA et al., 2018a, p. 44-45).

O relatório também demonstrou a distribuição por blocos e segmentos (participações acima de 20%, entre 10 e 20% e abaixo de 10% no VAF estadual da Indústria de Transformação), do ponto de vista territorial, explicitando quais municípios os abrigam e proporcionando, consequentemente, uma ideia da extensão territorial do VAF industrial na RMC, sendo possível observar a concentração em alguns municípios ou dispersão em vários municípios de alguns dos segmentos. No caso dos segmentos da RMC com participação acima de 20% no VAF estadual, estes se concentram em nove municípios, com Campinas, Hortolândia e Americana totalizando 74,5% do VAF desses segmentos (Tabela 8).

Tabela 8. Municípios da RMC com maior participação na Indústria de Transformação, de acordo com o peso regional do VAF da indústria no Estado de São Paulo em 2012.

Municípios da RMC	Segmentos com participação acima de 20% (R\$ mil)	%	Segmentos com participação entre 10 e 20% (R\$ mil)	%	Segmentos com participação abaixo de 10% (R\$ mil)	%	Total (R\$ mil)	%
Campinas	4.675.627	37,4	5.677.289	25,6	2.018.022	21,5	12.370.938	29,1
Hortolândia	2.483.427	19,9	2.435.969	11	514.455	5,5	5.433.851	12,8
Americana	2.152.750	17,2	739.904	3,3	-	-	2.892.654	6,8
Santa Bárbara d'Oeste	968.737	7,7	779.443	3,5	433.533	4,6	2.181.713	5,1
Nova Odessa	515.228	4,1	215.775	1	175.372	1,9	906.375	2,1
Jaguariúna	468.446	3,7	395.395	1,8	299.943	3,2	1.163.784	2,7
Paulínia	329.968	2,6	2.390.546	10,8	310.410	3,3	3.030.924	7,1
Itatiba	225.085	1,8	1.102.492	5	339.131	3,6	1.666.708	3,9
Sumaré	182.140	1,5	1.626.814	7,3	1.344.307	14,3	3.153.261	7,4
Indaiatuba	-	-	2.765.640	12,5	788.768	8,4	3.554.408	8,4
Vinhedo	-	-	1.889.398	8,5	994.294	10,6	2.883.692	6,8
Valinhos	-	-	1.465.347	6,6	704.470	7,5	2.169.817	5,1
Engenheiro Coelho	-	-	178.517	0,8	152.908	1,6	331.425	0,8
Monte Mor	-	-	165.288	0,7	-	-	165.288	0,4
Pedreira	-	-	-	-	401.448	4,3	401.448	0,9
Cosmópolis	-	-	-	-	174.980	1,9	174.980	0,4
Total	12.001.408	95,90	21.827.817	98,40	8.652.041	92,20	42.481.266,00	100

Fonte: Adaptado de Miranda et al. (2018a).

Nos segmentos com participação entre 10 e 20% do VAF estadual da Indústria de Transformação, a dispersão municipal é um pouco maior, com quatorze municípios abrigando os segmentos e oito municípios (Campinas, Indaiatuba, Hortolândia, Paulínia, Vinhedo, Sumaré, Valinhos e Itatiba) perfazendo pouco mais de 87% do VAF regional. Já o bloco de segmentos com participação abaixo de 10% no VAF estadual da Indústria de Transformação é o mais disperso, distribuindo-se também por quatorze municípios da RMC, porém 11 deles (Campinas, Sumaré, Vinhedo, Indaiatuba, Valinhos, Hortolândia, Santa Bárbara d'Oeste, Pedreira, Itatiba, Paulínia e Jaguariúna) expressam conjuntamente quase 87% do VAF da indústria regional (MIRANDA et al., 2018a, p. 46-49).

Ao estruturarem a hierarquia econômico-territorial a partir da indústria e a dimensão territorial da indústria, para o ano de 2012, Miranda et al. (2018a, p. 48-49) notam o peso de Campinas na indústria regional, com mais de 29%, e observam o “território industrial” compartilhado com mais cinco municípios em termos de representação do VAF da indústria: Hortolândia, Indaiatuba, Sumaré, Paulínia e Americana. Junto com Vinhedo, Santa Bárbara d'Oeste, Valinhos, Itatiba e Jaguariúna, esse território criou onze “cidades bilionárias”, expressas em termos do tamanho do VAF da indústria, em números de 2012. Nova Odessa, com contribuição muito próxima a 1 bilhão, poderia ser incluída nesse grupo, contabilizando 12 “cidades bilionárias” da RMC.

Finalmente, cabe mencionar algumas considerações presentes em Miranda, Pastre e Porto (2020) sobre a influência da metropolização para o desenvolvimento rural da Região Metropolitana de Campinas no período 2000-2016. Os autores assinalam como a economia rural em espaços metropolitanos é afetada por fatores nem sempre presentes nas realidades agrícolas do país, já que está sujeita a processos de reestruturação mais seletivos, que podem modificar os padrões de uso e ocupação do solo, como a elevação do ritmo de conversão de solo rural em urbano.

Nota-se, além de uma contínua queda geral da população rural, a dinâmica urbana influenciando no processo de valorização da terra em detrimento de algumas atividades produtivas. No caso da produção leiteira, por exemplo, o estudo apontou como os produtores do núcleo metropolitano parecem estar abandonando aquela atividade e se concentrando no gado de corte, que exige menores cuidados no manejo do rebanho e investimento muito menor em capital em comparação à produção

leiteira. Nesse sentido, “a perspectiva de conversão da propriedade rural em urbana, com altos lucros oriundos da especulação imobiliária, desestimula o investimento em maquinário e modernização por parte do proprietário da terra” (MIRANDA; PASTRE; PORTO, 2020, p. 24).

Os autores destacam que a importância econômica das áreas rurais na RMC dependerá da capacidade de reverter “a tendência dos produtores investirem cada vez menos na modernização de suas propriedades, reduzindo assim as exigências de capital e o risco de sua operação, aguardando uma oportunidade lucrativa para se desfazerem da atividade, em vez de ampliá-la” (MIRANDA; PASTRE; PORTO, 2020, p. 32). Ademais, o fluxo pendular de trabalhadores e consumidores entre o centro urbano e o meio rural e a produção agropecuária são potencializados pela refuncionalização dos espaços, mediante a conversão do patrimônio histórico acumulado nas antigas fazendas da região em ambiente propício para atividades ligadas ao turismo e entretenimento.

2.5 A metrópole Campinas entre a metrópole paulistana e as metrópoles-capitais de estado

De forma densa e extensa, buscamos nos tópicos anteriores deste capítulo compreender o significado da metrópole e o processo de metropolização, principalmente aplicados no contexto brasileiro, e para tanto o arcabouço teórico e as definições conceituais de importantes autores e estudos da literatura pertinente à questão urbano-regional foram de fundamental importância. Finalmente, podemos chegar a um consenso sobre o entendimento sobre o processo de metropolização e sua principal identidade, a metrópole, resumidos na Figura 6:

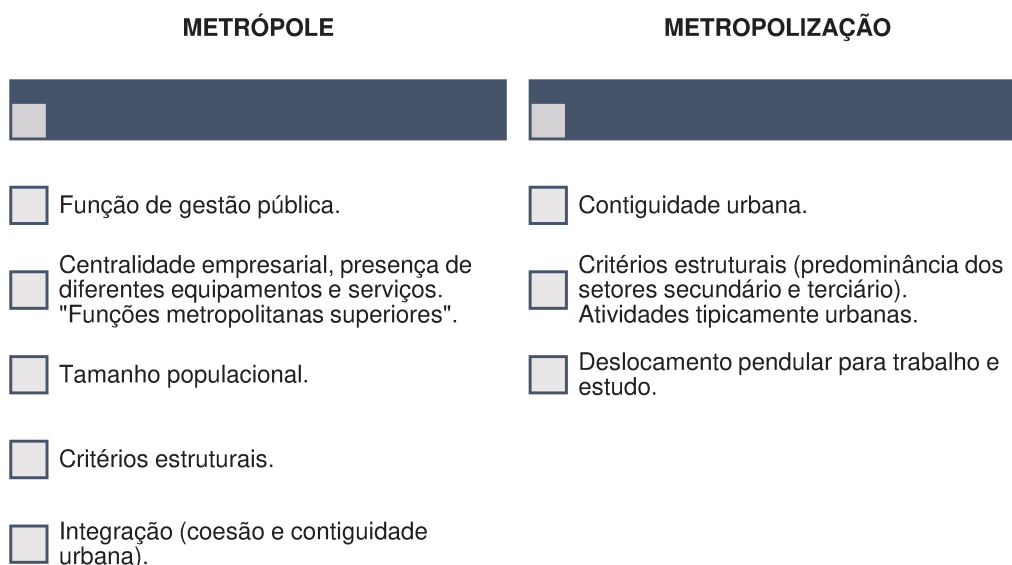
Figura 6. A metrópole e o processo de metropolização: resumo das principais características.

METRÓPOLE	Remoção dos espaços físicos (conurbação) e unificação das malhas urbanas, respeitando uma hierarquia funcional.
	Substituição da atividade industrial pela de serviços e emergência do setor financeiro.
	A partir de atividades culturais, econômicas, sobretudo de serviços especializados e concentração de serviços de ordem superior e funções econômicas superiores e de comando e gestão, exerce influência evidente sobre as cidades vizinhas.
	Concentra riqueza, investimentos, modernização, assim como precariedade e pobreza.
	Forma urbana de tamanho demográfico e territorial expressivo.
METROPOLIZAÇÃO	Concentração de população e recursos, produção e consumo em áreas restritas do território nacional.
	Espaços contíguos ou não contíguos, mas integrados ao funcionamento da metrópole pelas atividades econômicas e maior parte dos habitantes e territórios.
	Entre as dinâmicas espaciais e socioespaciais importantes, características referentes à conurbação e expressividade dos deslocamentos pendulares no território se destacam.

Fonte: Elaboração própria.

Adicionalmente, podemos chegar a um consenso acerca dos critérios e atributos principais considerados ao delimitar e caracterizar a metrópole e o processo de metropolização, sem olharmos necessariamente a números específicos, sendo importante resgatar os critérios/atributos gerais considerados (Figura 7):

Figura 7. Resumo dos principais atributos e critérios considerados para delimitação e caracterização da metrópole e o processo de metropolização.



Fonte: Elaboração própria.

Após ampla discussão com base na literatura, podemos estabelecer um paralelo entre a síntese colocada na Figura 6 e a síntese resumida no Quadro 1, do final do Capítulo 1, o qual sumarizou as considerações de Baeninger (2001), Baeninger e Gonçalves (2000), Fernandes, Brandão e Cano (2002), Gonçalves e Semeghini (2002), Miranda e Porto (2019), Pacheco (2002), Queiroga e Benfatti (2007), Santos et al. (2011) e Semeghini (1988, 1992, 2006): agora podemos elucidar os elementos e aspectos que foram colocados como importantes por estes autores revisitados no Capítulo 1 acerca da metropolização da região de Campinas à luz das características principais da constituição da metrópole o processo de metropolização.

A análise da evolução histórico-econômica e das funções metropolitanas de Campinas no âmbito estadual não faziam diálogo diretamente com a discussão teórico-conceitual e acadêmica acerca da constituição da metrópole, e agora notamos como os autores ressaltavam na evolução de Campinas desde a década de 1960 elementos que são característicos da condição metropolitana de um centro urbano. Citavam *a noção de centralidade e de polo urbano de uma região*, desenvolvidas desde o período cafeeiro e reforçadas nos diferentes padrões de acumulação da economia brasileira, conforme a cidade também desenvolvia uma região de influência própria, como entreposto entre a metrópole paulistana e o interior do estado e nó importante de transportes e comunicação. *A dimensão econômica e populacional*

também foi colocada, com o terciário cumprindo funções decisivas e a centralidade de Campinas sendo reafirmada pela atuação do setor terciário, tornando-se grande centro de prestação de serviços mais especializados e sofisticados, ao mesmo tempo em que as migrações provenientes de outras regiões do estado de São Paulo e até de outros estados brasileiros acentuavam o crescimento demográfico.

Conjuntamente, a *expansão territorial e urbana* também ganhava marcha, reproduzindo um padrão urbanístico vigente nas grandes cidades brasileiras. Os autores também assinalavam a emergência de uma *rede regional hierarquizada*, com os fluxos pessoais e produtivos intermunicipais estimulados pela interligação das economias das várias cidades, ou seja, as *características clássicas de dependência funcional e deslocamento pendular* entre os municípios também eram visíveis pelos autores. Do mesmo modo, acompanhando a heterogeneidade estrutural característica da economia brasileira, a *precarização e informalidade* se avolumam, mediante explosão da exclusão social e deterioração em termos sociais e de qualidade de vida.

Ademais, o estudo mais recente do IBGE (2020a) e, antecipadamente, o estudo realizado por Ribeiro (2009), reconheceram Campinas no nível mais alto da hierarquia urbana devido à alta concentração de atividades de gestão (principalmente empresarial) e ao alcance em termos de região de influência. Campinas se destaca, de acordo com estes trabalhos, pelo alto dinamismo empresarial e econômico, responsável pela sua posição na rede urbana brasileira, aproximando-se de outras importantes metrópoles e capitais estaduais quando se discute centralidade de atividades financeiras, serviços de saúde, atividades de ensino e científicas e atratividade exercida para comércio e serviços. No estudo de Ribeiro (2009), já se apontava como a cidade se equiparava a outras metrópoles como Curitiba em números de agências bancárias, emprego formal em atividades de ponta e massa de rendimentos.

Azzoni (1995) acreditava em uma “desmetropolização”, concebendo o surgimento de novas metrópoles como Campinas a partir de informações demográficas, ou seja, considerando apenas o critério demográfico para qualificação de uma metrópole, o qual, conforme vimos no decorrer desse capítulo, é apenas um dentre outros critérios para identificação dos espaços efetivamente metropolitanos. Desse ponto de vista, outros importantes critérios, como a dimensão econômica e função de centralidade, a conurbação e evolução das funções tipicamente urbanas

também são igualmente relevantes e aprofundam as especificidades da área de Campinas face ao entendimento de pertencer ao conjunto regional formado pela metrópole paulistana e seu “interior próximo”, também abarcado pela localização industrial e guardando forte dependência em relação à dinâmica do centro, a Grande São Paulo.

Como Semeghini (1988) argumentou, uma importante característica da região de Campinas foi seu processo prévio de desenvolvimento capitalista e industrialização, permitindo que se construísse na região vantagens locacionais e fatores de atração industrial, os quais, certamente, estimularam os investimentos industriais que irradiaram da metrópole paulistana no bojo do processo de desconcentração industrial que se dirigiu ao interior para áreas que oferecessem as condições necessárias à reprodução do capital. Isto é, pensar Campinas apenas a partir da influência que recebe da dinâmica da metrópole de São Paulo é desconsiderá-la diante de todos os outros atributos característicos dos espaços metropolitanos, o que também caberia expandir a discussão para outras metrópoles brasileiras, também receptoras em maior ou menor grau da influência da “Grande Metrópole Nacional”.

É nesse sentido que resgatar outros importantes elementos subjacentes à discussão sobre metropolização permite ampliar a compreensão do caráter metropolitano de Campinas e entendê-lo em suas especificidades, como a trajetória histórico-econômica e de desenvolvimento prévio, de construção de uma área de influência própria, de polarização exercida para uma ampla área do interior, de entreposto entre a capital e o interior do estado e importante nó de transportes e comunicação, além da complexidade que suas funções urbanas adquiriram ao longo do século XX e XXI, as quais lhe garantiriam posições de centralidade em uma gama de serviços e setores especializados, junto com características clássicas que revisitamos como conurbação e conformação de uma rede regional de cidades hierarquizada.

Dada a natureza do processo de metropolização e sua espacialidade própria, a metrópole, é importante ir além dos atributos mais difundidos e mediatos e discutir o que há de específico à metropolização num determinado contexto socioeconômico e espacial, ou seja, a metropolização do espaço e sua manifestação no interior do estado de São Paulo. O próximo e último capítulo é pensado de forma a apresentar

um conjunto de indicadores e informações relacionadas à dinâmica da metropolização, para aprofundarmos o entendimento da construção do espaço metropolitano de Campinas, principalmente para onde se dirige essa discussão quando falamos de dinâmica urbano-metropolitana em Campinas, já que, como vimos nesse capítulo, não se trata da discussão no âmbito do recorte institucional delimitado pelas regiões metropolitanas.

Capítulo 3 – O espaço metropolitano na região de Campinas: contexto e dinâmica da metropolização campineira contemporânea

Este capítulo destina-se a compreender a situação da Região de Campinas¹⁴⁹ face à discussão realizada anteriormente, sendo norteado pela seguinte questão: de que forma a discussão em torno dos critérios e atributos pertinentes ao processo de metropolização aprofunda a compreensão do fenômeno metropolitano no espaço da Região Metropolitana de Campinas, instituída oficialmente no ano 2000? Em que medida esta discussão permite compreender as transformações econômico-espaciais recentes vivenciadas em seu território?

As indagações acima nortearão a discussão realizada neste capítulo, no qual realizaremos uma análise da dinâmica da metropolização da Região de Campinas, de forma a dialogar com a literatura estudada. Antes de estudarmos a dinâmica metropolitana dos municípios que compõem a região, de acordo com critérios e indicadores, faremos uma primeira aproximação dos fenômenos de metropolização a partir do conceito trazido por Schmidt (1983), que selecionou um conjunto de variáveis para ilustrar os processos de metropolização, como grau de urbanização, tamanho da força de trabalho, população economicamente ativa e estrutura ocupacional, mediante a análise das primeiras regiões metropolitanas instituídas no país, na década de 1970, quando, conforme vimos anteriormente, os critérios estabelecidos para a instituição das áreas metropolitanas se aproximavam dos processos socioespaciais referentes à metropolização.

3.1 O contexto metropolitano nacional e regional

Embora o conceito de regiões metropolitanas não se confunda com a discussão acerca de metropolização dos espaços, é interessante a exposição de alguns dados

¹⁴⁹ Como nos interessa reconhecer a distinção entre o processo socioespacial e o institucional da metropolização nessa porção do território, nesse momento a expressão “Região de Campinas” será utilizada para designar a área onde as análises sobre a dinâmica da metropolização serão reconhecidas, partindo do recorte institucional/administrativo mais abrangente, representado pela Região Metropolitana de Campinas, com 20 municípios, no qual passaremos a enxergar com maior profundidade a dinâmica dos municípios mediante a análise de diversos indicadores, representativos da dinâmica da metropolização. Dentro do recorte institucional da RMC, o recorte espacial da área *core* (6 municípios), dos estudos do CEDE/UNICAMP, e o recorte espacial dos arranjos populacionais, do IBGE (2016, 2020a) serão contrastados, como parâmetros ao conceito econômico-espacial de área metropolitana, constituída dentro de um processo de metropolização.

e indicadores a respeito das regiões metropolitanas instituídas no país desde o período de 1973, com o intuito de mostrar a forte concentração de atividades econômicas, consumo, produção social e pessoas em pontos do território nacional, e o limite institucional definido pela região metropolitana é ilustrativo da realidade desses processos e um primeiro indicativo da forte concentração que sempre marcou o nosso território nacional, do mesmo modo que Schmidt (1983) buscou exemplificar com as regiões metropolitanas instituídas naquele período, ou seja, nove áreas metropolitanas.

De modo a traçar a evolução recente das mesmas áreas metropolitanas em consideração, selecionamos as 36 Regiões Metropolitanas delimitadas no Censo Demográfico de 2010, com acréscimo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride DF e Entorno) e das três Regiões Metropolitanas paulistas criadas após 2010, Ribeirão Preto, Sorocaba e Vale do Paraíba e Litoral Norte, consideradas para efeito de comparação com as demais regiões metropolitanas do estado de São Paulo já criadas anteriormente (RM de São Paulo, RM de Campinas e RM da Baixada Santista).

Um conjunto de variáveis foi elaborado para as 40 unidades selecionadas (39 Regiões Metropolitanas e 1 Região Integrada de Desenvolvimento), com dados do Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010, como descrito acima, encaradas tanto no nível das regiões metropolitanas quanto dos correspondentes agregados regionais metropolitanos¹⁵⁰, com o intuito de documentar os recentes movimentos relativos à concentração, os quais, também, beneficiam a centralização política. Adaptações foram feitas de forma a coincidir as mesmas áreas nos três períodos. As variáveis estudadas foram: grau de urbanização, tamanho da força de trabalho¹⁵¹, a população economicamente ativa¹⁵², emprego urbano e estrutura de ocupação. Separamos as

¹⁵⁰ Como exemplo, o agregado regional metropolitano “Norte” é formado pelas três regiões metropolitanas da região Norte do Brasil: Macapá (AP), Manaus (AM) e Belém (PA), institucionalizadas até a data de referência do Censo Demográfico de 2010.

¹⁵¹ Schmidt (1983, p.52) ressalta a importância dos conceitos de força de trabalho e população economicamente ativa para explorar de maneira mais proveitosa a natureza dos atuais problemas e dilemas urbanos brasileiros. Em sua concepção, força de trabalho é definida como a porção da população total disponível para participar do processo de produção social, sendo a população existente com dez anos ou mais.

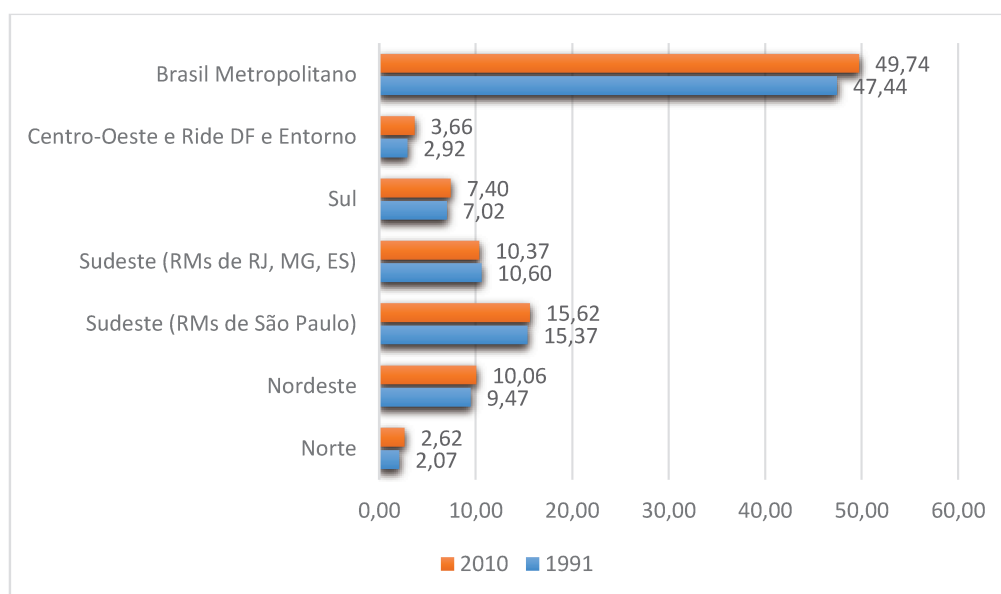
¹⁵² A população economicamente ativa corresponderia à população empregada, ou seja, a porção que possui um emprego no momento em que o censo é realizado. O IBGE (2003, 2013) classifica a pessoa, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupada ou desocupada. Já quanto à condição de atividade na semana de referência, a pessoa foi classificada em economicamente ativa (pessoa ocupada ou desocupada) ou não economicamente ativa (pessoa que não era ocupada nem

variáveis em três análises diferentes: populacional, da atividade econômica e do nível de emprego.

3.1.1 Análise populacional

A população metropolitana institucional aumentou sua participação na população nacional total timidamente, indo de 47,44% em 1991 para 49,74% em 2010, ou seja, praticamente metade da população brasileira encontrava-se no recorte definido por 40 regiões metropolitanas institucionalizadas. Notamos que o agregado representado pelas seis regiões metropolitanas paulistas era o de maior peso populacional, representando 15,62% da população nacional total em 2010 e 31,41% da população total metropolitana institucional, ainda que tenha sido, junto com o outro agregado representativo das demais regiões metropolitanas da região Sudeste, o único a apresentar diminuição de percentual no total metropolitano (Gráficos 7 e 8).

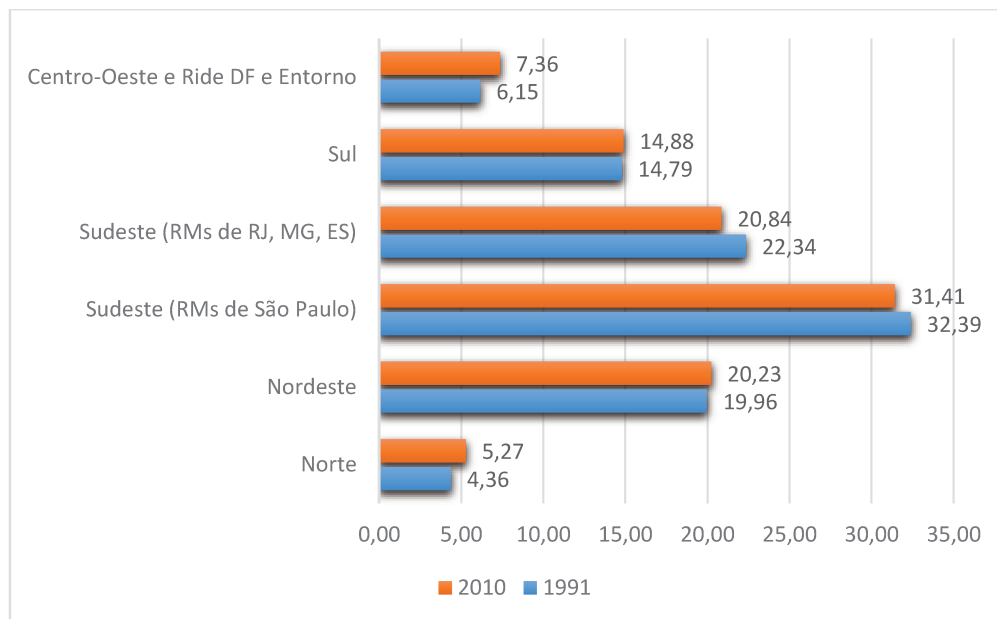
Gráfico 7. Participações relativas na população total nacional (%). Agregados Regionais Metropolitanos. 1991-2010.



Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2010, Microdados/SIDRA, IPEADATA).

desocupada nessa semana). Na concepção de Schmidt (1983), PEA é só a população empregada, ou ocupada. Assim, para nos adaptarmos ao conceito definido pelo autor, consideramos apenas a porção ocupada da população economicamente ativa.

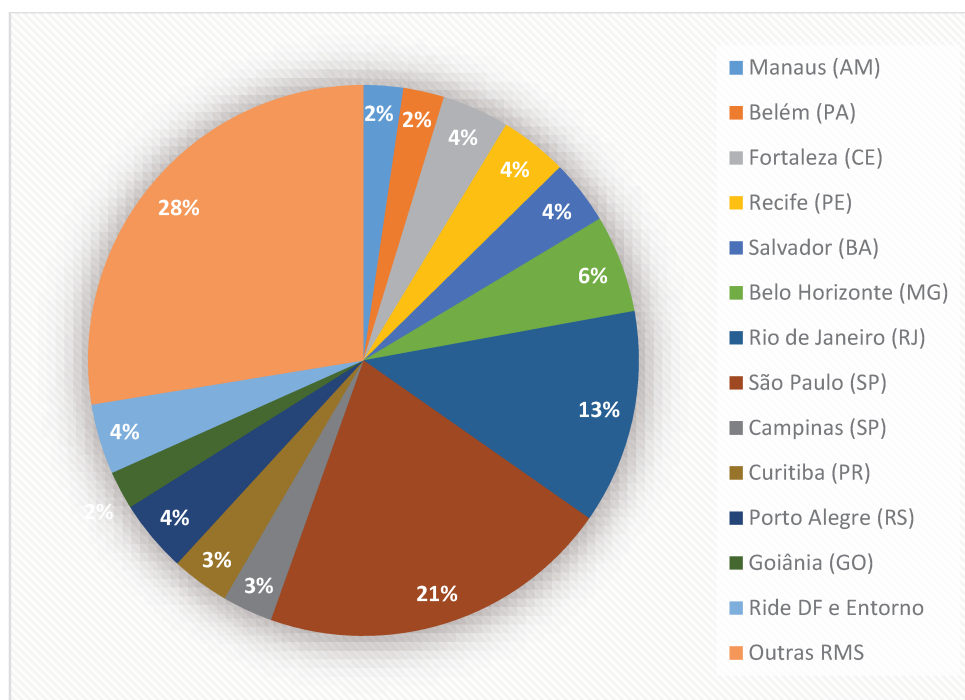
Gráfico 8. Participação da população no total metropolitano nacional (%). Agregados Regionais Metropolitanos. 1991-2010.



Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2010, Microdados/SIDRA, IPEADATA).

A análise das regiões metropolitanas individualmente (Gráfico 9) também permite observar o peso que a Grande São Paulo (SP) sozinha representa, de aproximadamente 21% do total da população metropolitana nacional em 2010. A RM de Campinas (SP), com quase 3% do total metropolitano, superava outras capitais estaduais de tamanho também expressivo, como as RMs de Goiânia (GO), Belém (PA) e Manaus (AM).

Gráfico 9. Participação da população no total da população metropolitana nacional (%). Principais Regiões Metropolitanas e Ride DF e Entorno. 2010.

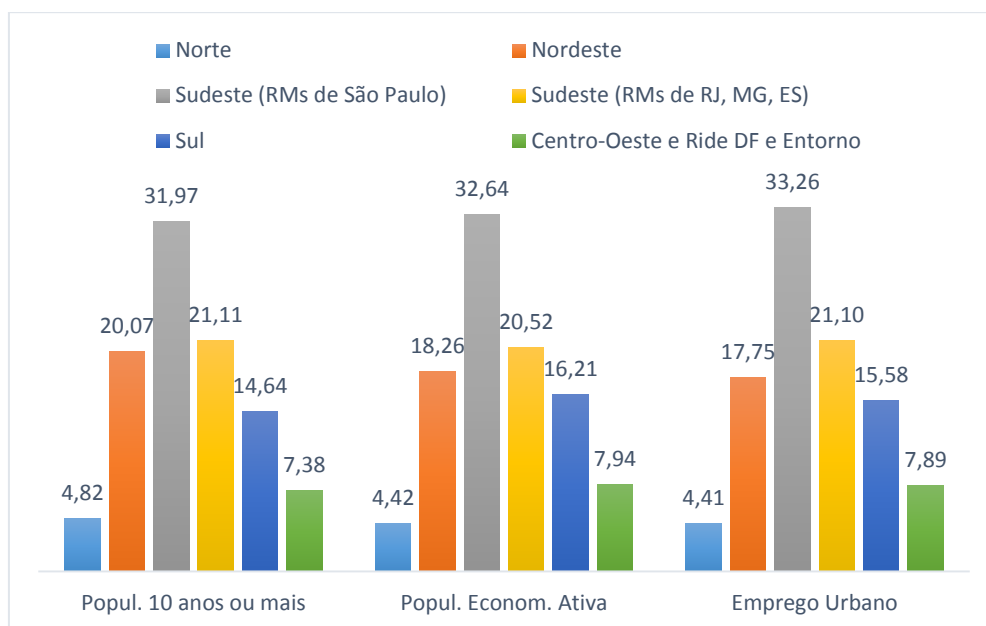


Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censo Demográfico, 2010, Microdados/SIDRA).

3.1.2 Análise da atividade econômica e regional

A população que efetivamente participa da produção social também apresenta o agregado Sudeste como hegemônico no quadro metropolitano, concentrando mais da metade da força de trabalho, da população economicamente ativa e dos empregos urbanos metropolitanos no ano de 2010 (Gráfico 10), com pequenas variações em relação aos dados apresentados em 1991, quando este agregado representava mais de 55% da força de trabalho, quase 57% da população economicamente ativa metropolitana e aproximadamente 60% dos empregos urbanos metropolitanos. Novamente, dentro do agregado Sudeste, as seis RMs paulistas, devido principalmente à proporção da Grande São Paulo (SP), respondem pelo maior percentual em todas as variáveis (média de 32% do total metropolitano).

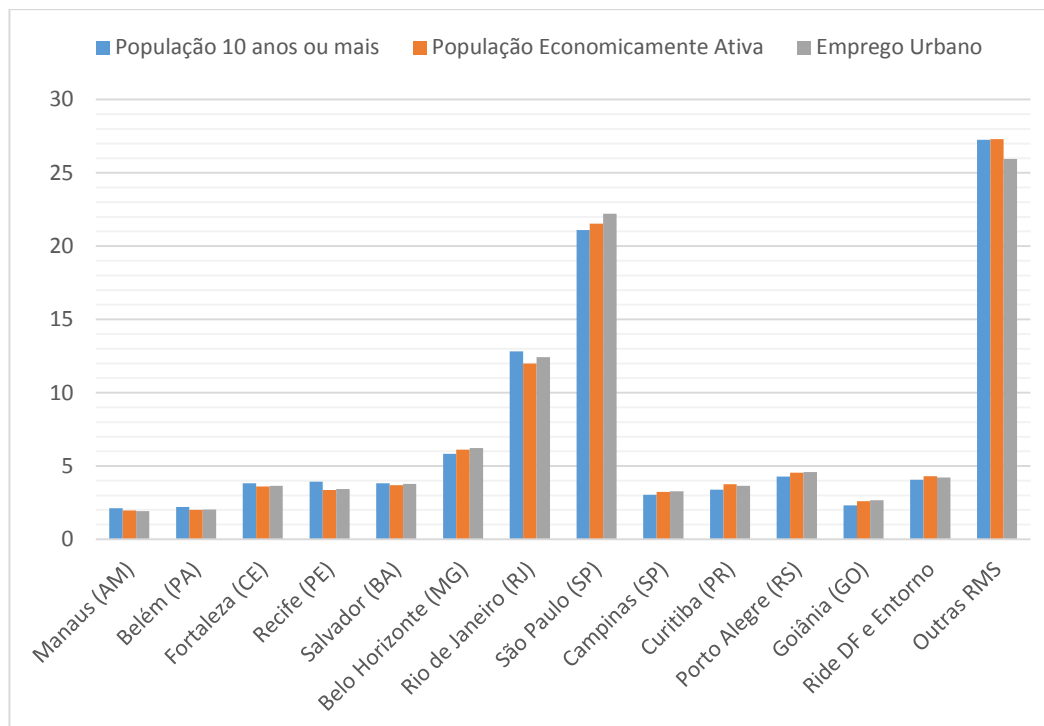
Gráfico 10. Força de Trabalho, PEA e Emprego Urbano Metropolitano (%). Agregados Regionais Metropolitanos. 2010.



Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censo Demográfico, 2010, Microdados/SIDRA).

Notamos, pelo Gráfico 11, a participação da Grande São Paulo (SP) ao redor de 22% do total metropolitano nacional ao considerarmos cada indicador, com a RM do Rio de Janeiro (RJ) logo atrás com participação em torno de 12%. As RMs de Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Curitiba (PR) aparecem em seguida em termos de participação no total metropolitano nacional da força de trabalho, população economicamente ativa e emprego urbano.

Gráfico 11. Força de Trabalho, PEA e Emprego Urbano Metropolitano (%) - Principais Regiões Metropolitanas e Ride DF e Entorno. 2010.



Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censo Demográfico, 2010, Microdados/SIDRA).

A concentração em áreas restritas do território nacional, entendimento subjacente ao conceito de metropolização exposto nas interpretações dos autores revisitados no Capítulo 2, entre eles Schmidt (1983), fica mais evidente quando observamos que apenas nove Regiões Metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Salvador e Curitiba) concentravam, no ano de 2010, 61,3% do total da população metropolitana nacional, quase 31% da população nacional brasileira, aproximadamente 62% da força de trabalho e da população economicamente ativa metropolitanas e, por fim, 63,2% dos empregos urbanos metropolitanos¹⁵³.

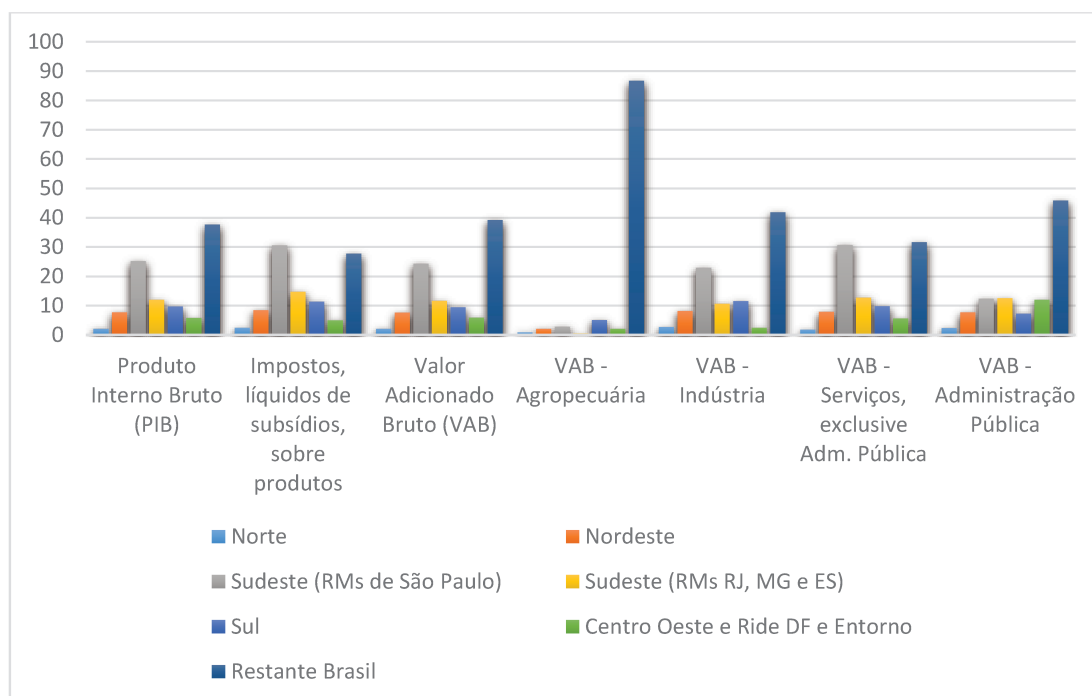
Em termos de Produto Interno Bruto (PIB), as mesmas nove regiões metropolitanas concentravam, em 2017, 41,1% do PIB nacional e 37,15% do Valor Adicionado da Indústria e, por outro lado, apenas 2,76% do Valor Adicionado da Agropecuária (Gráfico 12). A posição da RM de Campinas (SP) entre essas nove regiões metropolitanas é reveladora pelo fato de, se a substituíssemos pela RM de

¹⁵³ Os dados comparativos e relativos referentes à argumentação realizada nestes últimos parágrafos podem ser consultados na tabela presente em APÊNDICE B.

Belém (PA), teríamos as mesmas nove áreas metropolitanas que se destacaram em relação ao restante dos núcleos urbanos brasileiros no estudo de Galvão et al. (1969), o qual subsidiou a determinação e identificação das nove primeiras regiões metropolitanas criadas na década de 1970.

Em âmbito regional, o agregado Sudeste, liderado principalmente pelas RMs paulistas e o peso da Grande São Paulo (SP), respondia em 2017 por 37,7 % do PIB nacional, 45,2% do valor dos impostos líquidos de subsídios, 33,5% do Valor Adicionado Bruto da Indústria e 43,3% do Valor Adicionado Bruto do setor de serviços (exclusive administração pública). Houve uma pequena redução em relação aos percentuais apresentados em 2002, quando o agregado Sudeste chegou a representar quase 40% do VAB da Indústria, 47,6% do VAB do setor de serviços (exclusive administração pública) e 41,2% do PIB nacional. Em relação ao VAB da indústria, enquanto o Sudeste diminuiu seu percentual, os agregados do Sul, do Nordeste e do Centro-Oeste ganharam participação (Gráfico 12)¹⁵⁴.

Gráfico 12. Produto Interno Bruto, Valor Adicionado por setores e participação relativa no total metropolitano (%). Agregados Regionais Metropolitanos. 2017.



Fonte: Elaboração própria (IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de Referência, 2010).

¹⁵⁴ Os dados comparativos e relativos referentes à argumentação realizada nestes últimos parágrafos podem ser consultados nas tabelas presentes em APÊNDICE C.

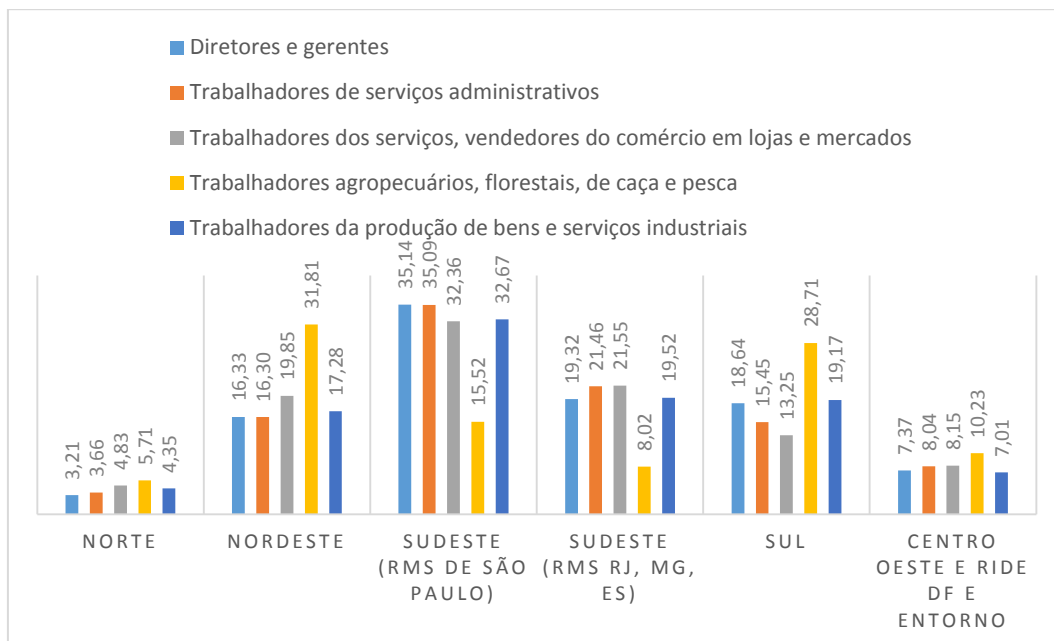
3.1.3 *Análise do nível de emprego*

Como assevera Schmidt (1983, p. 66-67) dada a forte “centralização e concentração dos meios de produção no Brasil, as estruturas ocupacionais dos centros metropolitanos existentes assumem particular importância” já que desempenham o papel de instrumento na explicação da configuração espacial e econômica da vida social brasileira. Consequentemente, “pressupondo-se a centralidade da estrutura industrial na manutenção de todo o sistema produtivo, e também a atividade do Estado, fornecendo a ele suas principais fontes de rendimento fiscal, podem-se examinar os padrões de emprego industrial” (p. 66). A centralidade exercida pelo terciário na hierarquia urbana, por exemplo, depende principalmente do tipo de serviço que é oferecido nos centros urbanos, como notam Miranda e Porto (2019).

Desse modo, observaremos a população ocupada metropolitana, segundo grupos de ocupação no trabalho principal, no âmbito dos agregados regionais e regiões metropolitanas, para os anos de 2000 e 2010. A população empregada da Região Metropolitana de São Paulo (SP) nos diversos grupos de ocupação exerce marcante predominância, variando de 20 a 27% da população ocupada metropolitana nacional em 2010 nas mais variadas ocupações, com exceção dos profissionais agropecuários, florestais, de caça e pesca e membros das forças armadas, policiais e bombeiros, cujo destaque fica para o agregado regional representado pelas regiões metropolitanas do Nordeste, no caso dos profissionais agropecuários, florestais de caça e pesca, em especial as RMs do Agreste (AL) e de Campina Grande (PB) (Gráfico 13). Quanto aos membros das forças armadas, policiais e bombeiros, destaca-se o percentual da RM do Rio de Janeiro (RJ) e a Ride do Distrito Federal e Entorno (DF) entre o total nacional metropolitano nessas ocupações.

Observamos com muita nitidez como a “Grande Metrópole Nacional”, assim referida nos estudos do IBGE (2008, 2020a), expressa o lugar da multifuncionalidade e multiplicidade de atividades econômicas, de oferta de serviços variados e especializados, com grande concentração em seu território, conforme vimos nas definições sobre a metrópole revisitadas no Capítulo 2.

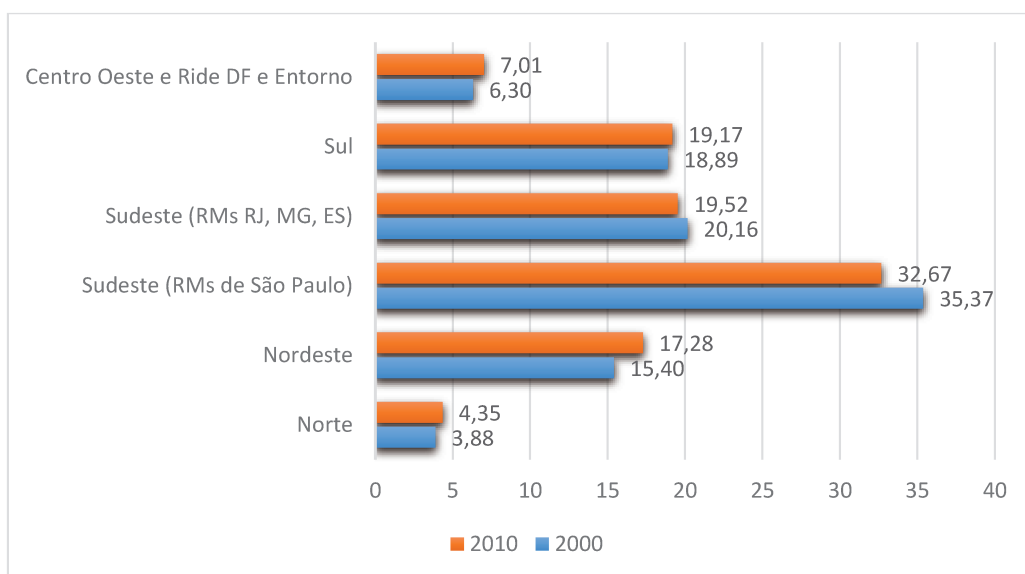
Gráfico 13. População Empregada Metropolitana, segundo grupos de ocupação no trabalho principal. Agregados Regionais Metropolitanos, 2010.



Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censo Demográfico, 2010, Microdados/SIDRA).

As Regiões Metropolitanas de São Paulo (São Paulo, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba, Ribeirão Preto e Baixada Santista) absorviam 32,67% da população ocupada metropolitana em 2010 na produção de bens e serviços industriais, um pouco abaixo dos 35,37% que empregavam no ano de 2000 (Gráfico 14). Os agregados regionais do Sudeste (52,9%), do Sul (19,1%) e do Nordeste (17,2%) empregavam aproximadamente 90% da população empregada metropolitana na produção de bens e serviços industriais em 2010. As RMs com maior participação nesse grupo de ocupação foram as RMs de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Fortaleza (CE), Curitiba (PR), Campinas (SP), Salvador (BA).

Gráfico 14. População Ocupada Metropolitana, segundo grupo de trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (%). Agregados Regionais Metropolitanos. 2000-2010.



Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010, Microdados/SIDRA).

Julien (2002) faz referência à concentração das “funções superiores” em relação às atividades totais urbanas no nível das metrópoles, ou seja, as funções superiores de tomada de decisão, gestão, pesquisa e ensino superior, indústria, comércio, arte, entre outras, e, espacialmente, podemos notar a concentração da população metropolitana empregada em ocupações como “membros superiores do poder público, diretores e gerentes”¹⁵⁵, “profissionais das ciências e artes”¹⁵⁶, “trabalhadores de serviços administrativos”, “trabalhadores da produção de bens e serviços industriais”, assim como “trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados” (embora esse grupo de ocupação seja bastante heterogêneo, reunindo desde funções avançadas até do “terciário pobre”), principalmente nas 15 regiões metropolitanas polarizadas pelas metrópoles definidas pela *REGIC 2018* (IBGE, 2020a).

¹⁵⁵ De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), utilizada pelo IBGE (2003), profissionais membros superiores e dirigentes do poder público, dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público), gerentes.

¹⁵⁶ Profissionais policientíficos, profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia, profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins, profissionais do ensino (com formação de nível superior), profissionais das ciências jurídicas, profissionais das ciências sociais e humanas, comunicadores, artistas e religiosos, profissionais de espetáculos e das artes.

A concentração dessas “funções superiores” nas RMs de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS) e Brasília (DF) mostra-se evidente, porém, em algumas ocupações, outras RMs paulistas, como Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP) e Sorocaba (SP), superam metrópoles como Vitória (ES), Belém (PA), Manaus (AM) e Florianópolis (SC). Na maioria dessas ocupações, a RM de Campinas (SP) aparece entre as 10 primeiras regiões metropolitanas com maiores percentuais. Quanto aos profissionais metropolitanos ocupados em atividades agropecuárias, florestais, de caça e pesca, as Regiões Metropolitanas de São Paulo concentravam apenas 17,96% no ano 2000 e percentual ainda menor em 2010, ao redor de 15,5% do total nacional metropolitano ocupado nessas atividades¹⁵⁷.

Notamos, também, pela análise da concentração no âmbito das regiões metropolitanas, o espraiamento da indústria paulista e o polígono de Diniz (1993), isto é, a região de Belo Horizonte a Porto Alegre, incluindo maior parte do próprio Estado de São Paulo, principal beneficiada pelo processo de desconcentração, apresentando cidades com relativa base industrial, renda, infraestrutura, mercado consumidor e concentração de atividades de pesquisa e serviços, uma região ampliada revelando possibilidade de localização industrial e capacidade de atrair indústrias e os investimentos industriais, a despeito do crescimento industrial do Estado da Bahia, aqui representado pelo percentual da RM de Salvador (BA). A análise populacional e da atividade econômica e regional também trouxeram mais elementos, como a concentração populacional, do PIB, da força de trabalho e da população economicamente ativa nas metrópoles internas ao polígono vislumbrado por Diniz (1993), com as poucas expressões externas sendo representadas pelas RMs de Recife (PE), Fortaleza (CE) e Salvador (BA).

As observações anteriores, em que é notória a concentração das ocupações relacionadas aos setores administrativos e de bens de produção industriais no agregado metropolitano do Sudeste, por exemplo, e em que também as regiões metropolitanas pertencentes a esta região concentram, conjuntamente, mais da metade da população ocupada metropolitana nas mais variadas ocupações, com exceção das ocupações relacionadas à agropecuária, serviços florestais, caça e pesca, em que o agregado metropolitano do Nordeste aparece com o maior percentual

¹⁵⁷ As tabelas e os dados referentes à discussão sobre a distribuição dos grupos de ocupação entre as regiões metropolitanas podem ser consultados em APÊNDICE D.

da população ocupada metropolitana, evidencia a divisão do trabalho que acontece no interior do território nacional e que se relaciona à divisão internacional do trabalho, correspondente às funções produtivas desempenhadas por cada Estado nação no sistema internacional.

Como discutem Singer (1977) e Milton Santos (1978), a divisão territorial do trabalho é um processo derivado da divisão internacional do trabalho, ou seja, trata-se de uma divisão e repartição dos recursos mobilizados nas atividades produtivas, estabelecendo uma hierarquia entre os lugares de acordo com a distribuição espacial e a capacidade de resposta de firmas, pessoas e instituições, pois a formação do território é condicionada pelo trabalho que o país desempenha no sistema internacional e também pelo trabalho acolhido por cada região, internamente:

A divisão internacional do trabalho apenas nos dá a maneira de ser do modo de produção dominante, apontando as formas geográficas portadoras de uma inovação, e por isso mesmo, carregadas de uma intencionalidade nova. É através da incidência num país da divisão internacional do trabalho e da consequente divisão interna do trabalho que as especificidades começam a repontar: a formação socioeconômica correspondente atribui um valor determinado a cada forma e a todas as formas, através da redistribuição de funções. A divisão internacional do trabalho explica a seletividade espacial na realização de funções, mediante critérios como a necessidade, a rentabilidade e a segurança de uma dada produção. A divisão interna do trabalho nos mostra o movimento da sociedade, e a maneira como essas funções são abrigadas pelas formas preexistentes ou novas (SANTOS, Milton, 1978, p. 61).

No Capítulo 1, vimos que, para Singer (1977), com o desenvolvimento a divisão de trabalho internacional é substituída pela divisão do trabalho intranacional, processo que, quando não planejado, transforma um dos núcleos urbanos em “polo industrial”, palco da industrialização em sua fase superior, estabelecendo com as demais regiões uma divisão do trabalho tipo “campo-cidade”.

Como explicamos no início desse tópico, buscamos fazer a exposição de alguns dados e indicadores a respeito das regiões metropolitanas instituídas no país desde o período de 1973, com o intuito de mostrar a forte concentração de atividades econômicas, consumo, produção social e pessoas em pontos do território nacional, e o limite institucional definido pela região metropolitana é ilustrativo da realidade desses processos e um primeiro indicativo da forte concentração que sempre marcou o nosso território nacional. Porém, temos ciência que o recorte institucional não representa necessariamente a complexidade do fenômeno metropolitano, dado o

“divórcio” entre o processo institucional de criação de regiões metropolitanas no Brasil, principalmente a partir dos anos 2000, e o socioespacial subjacente à dinâmica da metropolização e seus processos constitutivos, como discutido no decorrer do Capítulo 2 e alertado por Firkowski (2012, 2013) e outros autores.

Devido aos números significativamente diferentes em relação ao que se denomina como efetivamente metropolitano, o próximo tópico faz uma análise do contexto metropolitano do Estado de São Paulo, dando ênfase nas disparidades entre o critério institucional e o recorte territorial definido pelos arranjos populacionais e à posição da área de Campinas no contexto estadual.

3.2 O contexto metropolitano paulista institucional e socioespacial

A análise no âmbito estadual, nesse momento, confere destaque à diferença entre as seis RMs paulistas institucionalizadas e o recorte espacial baseado no conjunto formado pelos Arranjos Populacionais, os quais, na pesquisa *REGIC 2018* (IBGE, 2020a), substituem as unidades de observação e agregação de informações representadas pelas antigas Áreas de Concentração de População (ACPs). O recorte espacial dos Arranjos Populacionais (APs)¹⁵⁸ é um critério mais uniforme, afeito a aspectos de planejamento territorial e próximo à definição de um espaço metropolitano com ocupação populacional consolidada. Os Arranjos Populacionais representam uma aproximação de uma área metropolitana, decorrente do processo de metropolização, abrangendo municípios conurbados ou com forte movimento pendular para estudo e trabalho, entendidos como único nó da rede urbana.

Vimos também, no Capítulo 2, como o Estatuto da MetrÓpole reformulou em 2018 seu entendimento sobre a região metropolitana em relação ao arcabouço teórico-conceitual promulgado em 2015, ao considerar na lei alterada (BRASIL, 2018) a área metropolitana como a expansão contínua da malha urbana da metrÓpole, integrada pelos sistemas viários, contemplando espaços comuns relacionados às áreas habitacionais, de serviços e industriais e ressaltando a importância dos deslocamentos pendulares no território. Isto é, a nova compreensão por parte do

¹⁵⁸ Os Arranjos Populacionais, segundo o IBGE (2016), representariam as novas tendências da economia, com forte destaque para o deslocamento pendular da população, considerado um nexos importante na formação das concentrações urbanas. Pendularidade para o trabalho e o estudo é especialmente importante por separar os movimentos mais intensos que ocorrem dentro de unidades urbanas com fortes vinculações econômicas.

Estado de São Paulo e RMs/APs paulistas	Popul. Urbana			Pop. RM/AP / total pop. estadual			Pop. urb. RM/AP / total pop. urbana			Pop. urb. RM/AP / total pop. RM/AP		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
RM São Paulo				48,89	48,28	47,70	51,55	49,49	49,16	97,85	95,75	98,86
<i>AP São Paulo/SP</i>				48,77	48,15	47,57	51,44	49,39	49,04	97,87	95,82	98,90
RM Baixada Santista				3,86	3,99	4,03	4,14	4,25	4,20	99,57	99,59	99,79
<i>AP Baixada Santista/SP</i>				3,76	3,77	3,77	4,04	4,02	3,93	99,68	99,71	99,87
RM Campinas (SP)				5,93	6,31	6,78	6,07	6,56	6,88	95,02	97,07	97,43
<i>AP Campinas/SP</i>				4,04	4,27	4,54	4,20	4,49	4,64	96,56	98,10	98,09
RM Ribeirão Preto				3,53	3,53	3,66	3,48	3,60	3,69	91,51	95,11	96,54
<i>AP Ribeirão Preto/SP</i>				1,67	1,68	1,81	1,73	1,78	1,87	96,47	98,57	98,82
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte				5,23	5,38	5,49	5,16	5,35	5,38	91,61	92,96	94,11
<i>AP São José dos Campos/SP</i>				3,26	3,34	3,44	3,32	3,41	3,46	94,37	95,31	96,36
RM Sorocaba				3,98	4,33	4,53	3,66	4,02	4,20	85,23	86,72	88,93
<i>AP Sorocaba/SP</i>				1,58	1,78	1,89	1,64	1,83	1,89	96,33	96,16	96,15
SUDESTE	88,02	90,52	92,95									
Brasil	75,59	81,25	84,36									

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010, Microdados/SIDRA, IPEADATA).

A população total paulista aumentou 30,6%, entre 1991 e 2010, ao passo que a população urbana aumentou em 35% e sua população rural apresentou diminuição ao redor de 26% durante o mesmo período. A Região Metropolitana de Campinas se destaca por apresentar o segundo maior crescimento da população urbana no período considerado, de 53% (Tabela 10), enquanto a população rural da RM de Sorocaba apresentou o maior aumento percentual em relação ao ano de 1991. Em todos os casos, observamos que o crescimento da população nos arranjos populacionais foi muito próximo ao das regiões metropolitanas, demonstrando que a dinâmica populacional está muito mais centrada nos limites dos arranjos populacionais, embora o número de municípios abarcado nesses recortes espaciais seja bastante inferior.

A Tabela 9 também evidencia a crescente concentração da população estadual em torno dos centros metropolitanos, pois as seis regiões metropolitanas paulistas concentravam 71,42% da população do estado em 1991, percentual que saltou para 72,19% em 2010, com proeminência da RM de São Paulo, que concentrava 47,70% da população estadual em 2010, seguida pela RM de Campinas com 6,78% da população estadual. Porém, pelo critério dos arranjos populacionais e a classificação dos centros metropolitanos da *REGIC 2018*, a população metropolitana na realidade compreenderia 52,1% da população estadual, correspondente aos arranjos de São

Paulo/SP e Campinas/SP, os quais concentram grande parte da população de suas correspondentes regiões metropolitanas.

Internamente, as seis regiões metropolitanas apresentam alto grau de urbanização, à exemplo da realidade estadual como um todo, com apenas a RM de Sorocaba com um grau de urbanização abaixo de 90% em 2010. No entanto, praticamente todos os arranjos populacionais mostraram grau de urbanização ainda mais elevado que as regiões metropolitanas, evidenciando o caráter essencialmente urbano e dinâmico dos arranjos. Já a participação da população urbana das regiões metropolitanas paulistas na população urbana total do Estado de São Paulo era de 73,51% em 2010, enquanto os seis arranjos populacionais considerados, com um número de municípios muito menor, concentravam 64,8% da população urbana paulista, ou seja, em termos urbanos, a população encontra-se ainda mais concentrada nos municípios definidos nos recortes dos arranjos populacionais.

Tabela 10. Taxas de Crescimento Populacional Total, Urbana e Rural. RMs, Arranjos Populacionais de São Paulo e Estado de São Paulo (%). 1991-2010.

Estado de São Paulo e RMs/APs paulistas	Crescimento população total 1991-2010	Crescimento população urbana 1991-2010	Crescimento população rural 1991-2010
Estado de São Paulo	30,62	35,03	-26,26
RM São Paulo	27,45	28,76	-32,29
<i>AP São Paulo/SP</i>	<i>27,41</i>	<i>28,76</i>	<i>-34,59</i>
RM Baixada Santista	36,38	36,68	-34,01
<i>AP Baixada Santista/SP</i>	<i>31,09</i>	<i>31,34</i>	<i>-46,74</i>
RM Campinas (SP)	49,24	53,04	-23,10
<i>AP Campinas/SP</i>	<i>47,03</i>	<i>49,35</i>	<i>-18,21</i>
RM Ribeirão Preto	35,46	42,91	-44,82
<i>AP Ribeirão Preto/SP</i>	<i>41,91</i>	<i>45,37</i>	<i>-52,58</i>
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	37,12	40,86	-3,77
<i>AP São José dos Campos/SP</i>	<i>37,85</i>	<i>40,74</i>	<i>-10,71</i>
RM Sorocaba	48,83	55,28	11,60
<i>AP Sorocaba/SP</i>	<i>56,06</i>	<i>55,76</i>	<i>63,96</i>

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2010, Microdados/SIDRA, IPEADATA).

3.2.2 Análise da atividade econômica

A análise da atividade econômica é realizada neste estudo mediante observação de variáveis e indicadores como PIB, Valor Adicionado por setores, força

de trabalho, população economicamente ativa e emprego urbano. A distribuição do Produto Interno Bruto pela estrutura da rede urbana paulista confirma a já conhecida concentração econômica no território do estado. As seis regiões metropolitanas juntas, ou 168 municípios, respondiam por 78,14% do PIB do estado em 2017, e os demais 477 municípios paulistas (incluindo as AUs) respondiam por 21,8% do PIB e por 27,8% da população. Apenas três RMs (São Paulo, Campinas e Vale do Paraíba e Litoral Norte) respondiam por 68,1% do PIB estadual e por quase 60% da população do estado, compreendendo 98 municípios dentre 645 municípios paulistas (Tabela 11).

Do ponto de vista dos arranjos populacionais, a concentração mostra-se ainda maior: os seis arranjos populacionais paulistas considerados, que reúnem juntos apenas 74 municípios, concentram aproximadamente 70,6% do PIB estadual em 2017 e 63% da população estadual em 2010. Os demais municípios e arranjos populacionais do estado contribuíam com apenas 29,4% do PIB no mesmo ano. Mais especificamente, os 55 municípios pertencentes aos arranjos de São Paulo/SP, Campinas/SP e São José dos Campos/SP eram responsáveis pela maior parte do PIB estadual, gerando 64,1%.

Tabela 11. Regiões Metropolitanas de São Paulo: Produto Interno Bruto, Valor Adicionado por setores e participação relativa estadual (Percentual), 2002-2017.

PIB, Impostos e Valor Adicionado	Ano	RM São Paulo	RM Baixada Santista	RM Campinas	RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	RM Sorocaba	RM Ribeirão Preto	Municípios paulistas não metropolitanos	Estado de São Paulo
Produto Interno Bruto (PIB)	2002	56,38	3,31	8,14	5,69	3,44	2,94	20,11	100
	2010	56,61	2,87	8,66	5,25	3,77	2,87	19,97	100
	2017	53,80	2,88	9,18	5,20	3,92	3,16	21,85	100
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	2002	62,31	2,42	9,47	5,65	3,49	2,05	14,61	100
	2010	63,10	2,25	9,67	5,47	3,68	1,90	13,93	100
	2017	61,05	2,00	10,12	4,33	3,96	2,11	16,44	100
Valor Adicionado Bruto (VAB)	2002	55,17	3,50	7,86	5,69	3,43	3,12	21,23	100
	2010	55,26	3,00	8,45	5,21	3,79	3,07	21,23	100
	2017	52,45	3,05	9,01	5,37	3,91	3,36	22,86	100
VAB - Agropecuária	2002	2,59	0,28	3,89	1,63	4,98	10,65	75,98	100
	2010	2,30	0,32	2,90	1,32	5,50	8,77	78,90	100
	2017	3,41	0,53	4,25	1,14	5,42	8,34	76,91	100
VAB - Indústria	2002	46,68	3,82	11,32	9,31	4,35	2,68	21,83	100
	2010	44,02	2,89	12,12	8,56	5,41	2,86	24,15	100

PIB, Impostos e Valor Adicionado	Ano	RM São Paulo	RM Baixada Santista	RM Campinas	RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	RM Sorocaba	RM Ribeirão Preto	Municípios paulistas não metropolitanos	Estado de São Paulo
	2017	35,48	3,06	14,64	10,26	5,55	3,41	27,61	100
VAB - Serviços, exclusive Adm. Pública ¹	2002	63,43	3,32	6,58	4,21	2,79	2,84	16,83	100
	2010	63,47	2,87	7,18	3,78	2,93	2,85	16,92	100
	2017	60,43	2,86	7,58	3,90	3,24	3,11	18,89	100
VAB - Administração Pública ¹	2002	46,34	4,71	7,28	5,91	4,23	3,57	27,95	100
	2010	46,17	4,72	7,47	5,71	4,37	3,77	27,78	100
	2017	44,73	4,90	7,57	5,70	4,65	3,89	28,55	100

Fonte: Elaboração própria (IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de Referência 2010).

¹Refere-se aos Serviços de Administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social.

A Tabela 11 mostra o valor adicionado bruto (VAB) dos serviços e da indústria concentrado fortemente nas regiões metropolitanas, enquanto o valor adicionado bruto gerado no setor primário predomina nos demais municípios do estado. As RMs de São Paulo, Campinas e Vale do Paraíba e Litoral Norte concentravam 60,3 % do VAB da indústria e 71,9% do VAB dos serviços (exclusive administração pública) em 2017. Os municípios paulistas não pertencentes a regiões metropolitanas, ou seja, 477 municípios (contando os municípios em AUs), concentravam 76,9% do VAB da agropecuária e apenas 27,6% do VAB da indústria em 2017, mostrando um aumento de participação em relação ao ano de 2002 (21,8%).

Os arranjos populacionais de São Paulo/SP, Campinas/SP e São José dos Campos/SP juntos evidenciam que apenas 55 municípios geravam 54,5% do VAB da indústria e 68,5% do VAB do setor de serviços (exclusive administração pública). Chama a atenção o fato do arranjo populacional de Campinas/SP ter sido um dos poucos a aumentar a participação no PIB estadual em 2017 em relação a sua participação relativa em 2002. Quanto ao VAB da agropecuária, a participação dos outros municípios e arranjos populacionais paulistas além dos seis arranjos destacados é ainda maior: os outros 571 municípios paulistas geravam 93,5% do VAB da agropecuária em 2017 (Tabela 12).

Tabela 12. Arranjos Populacionais de São Paulo: Produto Interno Bruto, Valor Adicionado por setores e participação relativa estadual (Percentual), 2002-2017.

PIB, Impostos e Valor Adicionado	Ano	AP São Paulo/SP	AP Baixada Santista/SP	AP Campinas/SP	AP São José dos Campos/SP	AP Sorocaba/SP	AP Ribeirão Preto/SP	Demais municípios e APs paulistas	Estado de São Paulo
Produto Interno Bruto (PIB)	2002	56,26	3,21	5,92	4,61	1,62	1,49	26,88	100
	2010	56,50	2,73	6,33	4,05	1,90	1,56	26,92	100
	2017	53,74	2,75	6,61	3,81	1,84	1,85	29,41	100
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	2002	62,20	2,38	6,91	4,94	1,80	1,09	20,68	100
	2010	63,01	2,20	7,21	4,05	2,09	1,07	20,37	100
	2017	60,99	1,95	7,12	3,59	2,12	1,27	22,96	100
Valor Adicionado Bruto (VAB)	2002	55,05	3,38	5,72	4,54	1,59	1,58	28,14	100
	2010	55,15	2,84	6,15	4,06	1,86	1,67	28,29	100
	2017	52,38	2,89	6,51	3,85	1,79	1,96	30,62	100
VAB - Agropecuária	2002	2,50	0,18	1,15	0,80	0,31	1,63	93,43	100
	2010	2,23	0,23	0,55	0,50	0,24	1,18	95,07	100
	2017	3,31	0,41	0,95	0,38	0,20	1,17	93,57	100
VAB - Indústria	2002	46,59	3,75	7,99	8,40	2,20	1,08	29,99	100
	2010	43,90	2,75	8,64	7,48	2,87	1,11	33,25	100
	2017	35,40	2,97	11,12	8,00	2,76	1,58	38,19	100
VAB - Serviços, exclusive Adm. Pública ¹	2002	63,30	3,21	5,04	3,11	1,35	1,78	22,21	100
	2010	63,36	2,73	5,40	2,75	1,47	1,90	22,39	100
	2017	60,37	2,71	5,43	2,71	1,50	2,10	25,17	100
VAB - Administração Pública ¹	2002	46,22	4,40	5,04	3,65	1,77	1,71	37,20	100
	2010	46,04	4,39	5,09	3,53	1,84	1,88	37,23	100
	2017	44,60	4,54	5,06	3,40	1,97	1,98	38,44	100

Fonte: Elaboração própria (IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de Referência 2010).

¹Refere-se aos Serviços de Administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social.

Schmidt (1983, p. 62) também aponta a possibilidade de se estudar a maneira pela qual a população metropolitana foi sendo distribuída com relação às variáveis força de trabalho (população acima de 10 anos) e população economicamente ativa (empregada). A participação da força de trabalho metropolitana no total do Estado de São Paulo era de 71,39% em 1991, e aumentou para 72,02% em 2010. Observa-se que o percentual da RM de São Paulo sofreu diminuição no período, enquanto todas as outras RMs paulistas apresentaram aumento de participação na força de trabalho estadual (Tabela 13). Não obstante, a RM de São Paulo permanecia concentrando 47,52% da força de trabalho estadual em 2010.

Em relação aos arranjos populacionais, os 74 municípios dos seis arranjos paulistas destacados concentravam 62,8% da força de trabalho estadual e 62,6% da população empregada paulista em 2010, evidenciando como as oportunidades de trabalho mostram-se mais abundantes nesses territórios, principalmente nos arranjos metropolitanos de São Paulo/SP e Campinas/SP, juntos responsáveis pela empregabilidade de 51,9% da população estadual, assim como 53,49% das ocupações urbanas em 2010. Também notamos que os percentuais dos arranjos de São Paulo/SP e da Baixada Santista/SP se aproximam muito dos percentuais relativos das respectivas RMs correspondentes, ou seja, os arranjos reúnem os municípios daquelas áreas com maior expressão na força de trabalho, população empregada e emprego urbano

A análise tanto da Região Metropolitana de São Paulo quanto do arranjo de São Paulo/SP revela sua hegemonia como “cidade nacional *par excellence*” (SCHMIDT, 1983, p. 68, grifo do autor) e área metropolitana mais típica do Brasil por apresentar “todos os estágios característicos do processo de metropolização” (GALVÃO et al., 1969, p. 105), responsável pela maior proporção (acima de 47%) da força de trabalho, população empregada e empregos urbanos do Estado de São Paulo e também nacionais, como vimos no tópico anterior.

Tabela 13. Força de Trabalho, População Economicamente Ativa e Emprego Metropolitano Urbano – Relações entre RMs e Arranjos Populacionais de São Paulo e Estado de São Paulo (%). 1991-2010.

RMs e APs do Estado de São Paulo	Força de trabalho RM/AP / Estado			População economicamente ativa RM/AP / Estado			Emprego urbano RM/AP / Estado		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
RM São Paulo	48,98	48,13	47,52	48,90	47,80	47,39	51,49	49,14	48,82
AP São Paulo/SP	48,86	48,00	47,39	48,79	47,68	47,27	51,38	49,04	48,72
RM Baixada Santista	3,90	3,99	4,01	3,67	3,75	3,73	3,92	3,98	3,87
AP Baixada Santista/SP	3,80	3,78	3,76	3,57	3,54	3,48	3,82	3,77	3,62
RM Campinas	5,95	6,36	6,83	6,22	6,59	7,11	6,32	6,82	7,20
AP Campinas/SP	4,06	4,30	4,57	4,19	4,41	4,68	4,34	4,62	4,77
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	5,14	5,33	5,46	4,72	5,10	5,36	4,66	5,06	5,26
AP São José dos Campos/SP	3,20	3,32	3,43	2,93	3,14	3,37	2,97	3,20	3,39
RM Sorocaba	3,91	4,28	4,52	3,71	4,15	4,45	3,38	3,82	4,13
AP Sorocaba/SP	1,57	1,77	1,90	1,39	1,65	1,83	1,44	1,70	1,84
RM Ribeirão Preto	3,51	3,55	3,68	3,63	3,67	3,81	3,59	3,74	3,84
AP Ribeirão Preto/SP	1,67	1,70	1,82	1,73	1,81	1,97	1,79	1,90	2,03

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010, Microdados/SIDRA, IPEADATA).

A Tabela 14 abaixo oferece uma comparação entre as taxas de participação da população total na força de trabalho, sendo possível, adicionalmente, estabelecer uma relação entre o contingente de mão-de-obra existente e os trabalhadores efetivamente empregados por meio do conceito de “população economicamente ativa”¹⁵⁹. É possível perceber que as RMs paulistas apresentam uma taxa relativamente homogênea de participação da população total na força de trabalho, em torno de 86-87% para todas as regiões metropolitanas e respectivos arranjos do Estado de São Paulo em 2010, percentual que também se repete para a participação da população estadual na força de trabalho estadual (Estado de São Paulo) e também em relação à participação da população total sudestina na força de trabalho da Região Sudeste.

Tabela 14. Taxa de Participação e Taxa de Ocupação da População Total (%). RMs e Arranjos Populacionais de São Paulo, Estado de São Paulo e Região Sudeste. 1991-2010.

RMs / APs de São Paulo, Estado de São Paulo e Região Sudeste	Força de Trabalho (%)			Pop. Economicamente ativa (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
RM São Paulo	79,71	82,57	86,24	41,63	40,29	48,16
<i>AP São Paulo/SP</i>	<i>79,72</i>	<i>82,58</i>	<i>86,24</i>	<i>41,64</i>	<i>40,30</i>	<i>48,17</i>
RM Baixada Santista	80,34	82,93	86,16	39,57	38,22	44,83
<i>AP Baixada Santista/SP</i>	<i>80,44</i>	<i>83,11</i>	<i>86,31</i>	<i>39,59</i>	<i>38,26</i>	<i>44,76</i>
RM Campinas	79,85	83,48	87,20	43,60	42,45	50,82
<i>AP Campinas/SP</i>	<i>80,01</i>	<i>83,44</i>	<i>87,10</i>	<i>43,24</i>	<i>42,04</i>	<i>49,89</i>
RM Ribeirão Preto	79,17	83,19	86,88	42,75	42,29	50,47
<i>AP Ribeirão Preto/SP</i>	<i>79,79</i>	<i>83,70</i>	<i>87,24</i>	<i>43,24</i>	<i>43,69</i>	<i>52,71</i>
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	78,18	82,04	86,16	37,60	38,55	47,33
<i>AP São José dos Campos/SP</i>	<i>78,18</i>	<i>82,34</i>	<i>86,30</i>	<i>37,44</i>	<i>38,25</i>	<i>47,51</i>
RM Sorocaba	78,21	81,84	86,29	38,76	38,98	47,58
<i>AP Sorocaba/SP</i>	<i>78,8</i>	<i>82,26</i>	<i>86,83</i>	<i>36,46</i>	<i>37,68</i>	<i>46,89</i>
Estado de São Paulo (SP)	79,57	82,83	86,58	41,63	40,69	48,47
Região Sudeste	79,38	82,56	86,52	40,25	40,17	47,42
Brasil	76,87	80,63	84,92	37,66	38,65	45,27

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010, Microdados/SIDRA, IPEADATA).

¹⁵⁹ Schmidt (1983, p. 64).

Os trabalhadores efetivamente empregados¹⁶⁰, a população economicamente ativa, evidenciam a taxa da efetiva ocupação da população total. Nacionalmente, a taxa da efetiva ocupação da população total aumentou de 37,6% em 1991 para 45,2% em 2010. Entre as RMs paulistas, a Região Metropolitana de Campinas apresentou a maior taxa de ocupação efetiva da mão-de-obra, de 50,82% em 2010, aumento de 7,22 pontos percentuais em relação ao ano de 1991, evolução muito similar também apresentada pela RM de Ribeirão Preto no período. Os arranjos de Campinas/SP e Ribeirão Preto/SP apresentam praticamente a mesma proporção de ocupação da população total em relação aos recortes institucionais, e no caso de Ribeirão Preto, a taxa de ocupação da população total inclusive supera a de sua região metropolitana.

3.2.3 *Análise do nível de emprego*

Neste tópico, analisaremos os dados de emprego por setores, com base nas informações de população ocupada segundo grupos de ocupação, informações também obtidas pelos Censos Demográficos. Sobre a população ocupada metropolitana, as Tabelas 15 e 16 abaixo informam como se distribui a população de cada região metropolitana paulista nas diversas ocupações. Todas as RMs paulistas mostraram, em 2010, a maior parte de sua população ocupada em profissões de serviços administrativos, ciências e artes, serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados e profissionais na produção de bens e serviços industriais, em relação ao quadro da estrutura geral de empregos de cada região metropolitana. Isto é, a maior parte da população de cada RM encontra-se ocupada em atividades tipicamente urbanas, com predominância dos setores secundário e terciário.

A RM de Ribeirão Preto é a única que apresentou percentual maior em relação aos profissionais agropecuários, florestais, de caça e pesca, ainda que em queda, pois diminuiu de 10,9% em 2000 para 6,03% em 2010 na sua estrutura geral de ocupações. Em todas as RMs, com exceção de Ribeirão Preto, notamos a diminuição de pessoas empregadas na produção de bens e serviços industriais e o aumento em torno de 9% das ocupações mal especificadas.

¹⁶⁰ Segundo Schmidt (1983), esta é uma variável crítica, já que oferece indicações sobre a absorção real do potencial humano no sistema produtivo: “destina-se a identificar a verdadeira capacidade do mercado de trabalho em suportar o explosivo crescimento demográfico nas áreas urbanas” (p. 66).

Tabela 15. População Ocupada, segundo grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal. Regiões Metropolitanas de São Paulo (Percentual). 2000-2010.

Grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal	Ano	RM São Paulo	RM Baixada Santista	RM Campinas	RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	RM Sorocaba	RM Ribeirão Preto
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	2000	6,12	5,40	5,66	4,86	4,37	4,05
	2010	5,54	4,40	5,29	4,02	4,75	4,53
Profissionais das ciências e artes	2000	9,01	7,49	7,97	7,29	5,74	7,27
	2010	13,34	9,99	11,39	10,13	9,01	10,12
Técnicos de nível médio	2000	9,87	10,20	9,51	8,90	7,00	8,14
	2010	7,82	7,49	7,86	7,04	7,07	6,51
Trabalhadores de serviços administrativos	2000	13,04	10,65	10,59	8,82	8,00	9,64
	2010	12,73	10,55	10,94	9,31	8,82	10,14
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	2000	32,85	39,01	30,19	34,65	31,97	31,33
	2010	28,70	34,29	26,89	30,69	24,89	27,26
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	2000	0,52	0,94	2,56	3,84	7,28	10,90
	2010	0,46	0,68	1,70	3,13	5,85	6,03
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2000	24,11	22,24	28,92	26,17	30,47	23,91
	2010	19,71	20,04	24,92	23,06	27,36	24,64
Trabalhadores de reparação e manutenção	2000	2,64	2,13	2,94	3,05	2,80	2,90
	2010	2,16	2,64	2,17	2,65	2,55	2,37
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	2000	0,51	0,95	0,40	1,31	0,48	0,48
	2010	0,08	0,17	0,09	0,28	0,08	0,06
Ocupações mal especificadas	2000	1,33	0,98	1,26	1,11	1,88	1,38
	2010	9,46	9,75	8,75	9,70	9,63	8,34

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010, Microdados/SIDRA).

No que tange à RM de Campinas, sua população ocupada se encontrava principalmente nas ocupações citadas no parágrafo anterior, perfazendo 77,6% em 2000 e diminuindo para 74,1% de sua população geral ocupada em 2010. O mesmo perfil de ocupação é observado nas demais RMs paulistas, em torno de 70-75% de sua população encontrava-se empregada nas ocupações relacionadas às profissões de serviços administrativos, ciências e artes, serviços e vendedores do comércio, e produção de bens e serviços industriais, inclusive apresentando redução percentual em relação ao ano 2000 naquelas ocupações, em todas as RMs de São Paulo. Estrutura de ocupação bastante similar ao recorte das regiões metropolitanas é apresentada pelos correspondentes arranjos populacionais, também concentrando a maior parte da população empregada em 2010, entre 70-75%, nas mesmas ocupações citadas anteriormente (Tabela 16).

Tabela 16. População Ocupada, segundo grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal. Principais Arranjos Populacionais de São Paulo (Percentual). 2000-2010.

Grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal	Ano	AP São Paulo/SP	AP Baixada Santista/SP	AP Campinas/SP	AP São José dos Campos/SP	AP Sorocaba/SP	AP Ribeirão Preto/SP
Diretores e gerentes	2000	6,12	5,37	5,92	5,24	4,79	4,81
	2010	5,55	4,38	5,47	4,22	5,15	5,24
Profissionais das ciências e artes	2000	9,02	7,66	9,18	8,07	6,86	9,36
	2010	13,36	10,27	12,42	11,13	10,53	12,32
Técnicos de nível médio	2000	9,88	10,50	10,31	9,99	9,14	9,08
	2010	7,83	7,70	8,08	7,86	8,73	7,56
Trabalhadores de serviços administrativos	2000	13,06	10,94	11,66	10,11	9,70	11,67
	2010	12,74	10,84	11,67	10,57	9,50	11,88
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	2000	32,82	38,65	31,40	31,31	32,08	34,41
	2010	28,69	33,66	28,18	27,28	25,02	28,95
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	2000	0,51	0,85	1,79	2,03	1,45	3,90
	2010	0,44	0,53	1,15	1,78	1,20	1,88
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2000	24,11	21,95	25,19	27,29	30,60	21,73
	2010	19,70	19,79	21,81	23,73	26,17	20,83
Trabalhadores de reparação e manutenção	2000	2,64	2,16	2,85	3,59	3,15	2,82
	2010	2,16	2,70	2,04	3,12	2,66	2,12
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	2000	0,51	0,98	0,46	1,38	0,59	0,62
	2010	0,08	0,17	0,12	0,23	0,06	0,08
Ocupações mal especificadas	2000	1,33	0,94	1,23	0,99	1,63	1,61
	2010	9,45	9,96	9,08	10,07	10,95	9,15

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010, Microdados/SIDRA).

As Tabelas 17 e 18 relacionam as estruturas ocupacionais das áreas metropolitanas paulistas e suas correspondentes ao nível do Estado de São Paulo. É fácil observar a alta concentração de todas as ocupações consideradas na RM de São Paulo, em torno de 40 a 60% da população ocupada estadual em praticamente todas as ocupações aqui relacionadas, com exceção dos profissionais agropecuários, florestais, de caça e pesca, os quais estão ocupados principalmente fora das regiões metropolitanas paulistas. Estas concentravam apenas 27,6% destes profissionais em 2010.

Tabela 17. Nível de Emprego no Estado de São Paulo, segundo grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal e Regiões Metropolitanas de São Paulo (Percentual). 2000-2010.

Grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal	Ano	RM São Paulo	RM Baixada Santista	RM Campinas	RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	RM Sorocaba	RM Ribeirão Preto
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	2000	54,05	3,74	6,90	4,58	3,35	2,75
	2010	52,37	3,27	7,50	4,29	4,22	3,44
Profissionais das ciências e artes	2000	56,59	3,68	6,89	4,88	3,13	3,51
	2010	56,26	3,32	7,20	4,83	3,57	3,43
Técnicos de nível médio	2000	53,28	4,32	7,07	5,12	3,28	3,38
	2010	50,77	3,83	7,65	5,17	4,31	3,40
Trabalhadores de serviços administrativos	2000	57,93	3,71	6,48	4,18	3,08	3,29
	2010	55,13	3,60	7,10	4,56	3,59	3,53
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	2000	49,33	4,59	6,25	5,55	4,16	3,61
	2010	48,92	4,60	6,87	5,92	3,98	3,74
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	2000	4,76	0,67	3,21	3,72	5,74	7,61
	2010	5,88	0,69	3,27	4,53	7,04	6,21
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2000	44,83	3,24	7,41	5,19	4,91	3,41
	2010	41,13	3,29	7,80	5,44	5,36	4,14
Trabalhadores de reparação e manutenção	2000	47,09	2,98	7,23	5,80	4,33	3,97
	2010	43,40	4,19	6,55	6,03	4,81	3,83
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	2000	43,55	6,35	4,72	11,93	3,57	3,15
	2010	40,15	6,22	6,72	15,08	3,45	2,27
Ocupações mal especificadas	2000	48,21	2,78	6,28	4,27	5,92	3,83
	2010	50,75	4,12	7,04	5,88	4,85	3,60

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010, Microdados/SIDRA).

O mesmo raciocínio é estendido para a compreensão considerando os arranjos populacionais, nos quais observamos que as duas metrópoles do Estado de São Paulo (IBGE, 2020a), São Paulo e Campinas, concentravam a maior parte da população empregada nas “funções econômicas superiores” (JULIEN, 2002) em 2010: mais de 45% das ocupações relacionadas à gestão e tomada de decisão, indústria, arte, pesquisa e ensino superior, comércio, encontravam-se nos recortes espaciais dos arranjos de São Paulo/SP e Campinas/SP, com participação principal da Grande Metrópole Nacional, o arranjo de São Paulo/SP. Ou seja, 45 municípios do Estado de São Paulo, pertencentes aos arranjos metropolitanos de São Paulo/SP (37 municípios) e Campinas/SP (8 municípios), concentravam a maior parte das ocupações citadas anteriormente, com pouca diferença em relação ao recorte

institucional das RMs de São Paulo e Campinas, com um número muito maior de municípios incluídos (59 municípios).

Tabela 18. Nível de Emprego no Estado de São Paulo, segundo grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal e principais Arranjos Populacionais de São Paulo (Percentual). 2000-2010.

Grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal	Ano	AP São Paulo/SP	AP Baixada Santista/SP	AP Campinas/SP	AP São José dos Campos/SP	AP Sorocaba/SP	AP Ribeirão Preto/SP
Diretores e gerentes	2000	53,97	3,52	4,83	3,04	1,46	1,61
	2010	52,28	3,04	5,10	2,84	1,88	2,06
Profissionais das ciências e artes	2000	56,54	3,57	5,32	3,33	1,49	2,22
	2010	56,19	3,18	5,16	3,34	1,71	2,16
Técnicos de nível médio	2000	53,19	4,20	5,14	3,54	1,70	1,85
	2010	50,71	3,68	5,17	3,63	2,19	2,04
Trabalhadores de serviços administrativos	2000	57,86	3,60	4,78	2,95	1,49	1,96
	2010	55,05	3,45	4,98	3,26	1,59	2,14
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	2000	49,15	4,30	4,35	3,09	1,66	1,95
	2010	48,78	4,22	4,74	3,31	1,64	2,05
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	2000	4,59	0,57	1,50	1,21	0,46	1,34
	2010	5,58	0,50	1,45	1,62	0,59	1,00
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2000	44,70	3,02	4,32	3,33	1,96	1,53
	2010	41,00	3,04	4,49	3,52	2,11	1,81
Trabalhadores de reparação e manutenção	2000	47,01	2,85	4,70	4,20	1,93	1,90
	2010	43,28	3,99	4,05	4,47	2,07	1,77
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	2000	43,43	6,20	3,66	7,72	1,75	1,99
	2010	40,01	5,92	5,66	7,87	1,19	1,49
Ocupações mal especificadas	2000	48,07	2,53	4,12	2,35	2,04	2,21
	2010	50,59	3,93	4,81	3,85	2,27	2,04

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010, Microdados/SIDRA).

3.3 Análise da dinâmica da metropolização e do espaço metropolitano na região de Campinas

Neste tópico, buscamos compreender com maior profundidade a porção territorial da região de Campinas onde ocorre a dinâmica urbano-metropolitana, e de que forma esse território se coaduna com a espacialidade receptora de volumosos investimentos estaduais na região, conferindo sentido à descentralização observada desde os anos 1990 na direção de São Paulo (capital) para o interior, e que tendeu a

avancar nos anos 2000, projetando a Região Metropolitana de Campinas como a principal receptora desse tipo de investimento interiorizado.

Como estudamos no capítulo anterior, o critério do CEDE/UNICAMP (MIRANDA et al., 2018a, 2018b) prioriza o direcionamento dos investimentos na Região Metropolitana de Campinas entre 2000 e 2017, agrupados em suas principais nucleações urbanas, esboçando a noção de um “Complexo Territorial-Setorial”, em que a descentralização dos investimentos estaduais anunciados e confirmados com direção ao interior paulista concentram-se espacialmente em uma área *core* ao redor do núcleo metropolitano principal (Campinas) e seu entorno imediato, onde ocorreram os principais investimentos.

Nesta área *core* estariam concentrados a maior parte do valor total investido, assim como o maior número de investimentos totais entre 2000 e 2017, em todos os Macro Setores considerados (Serviços, Indústria e Infraestrutura), e também conformaria, em termos de representação do VAF da indústria, um “território industrial” que Campinas compartilha com mais cinco municípios: Hortolândia, Indaiatuba, Sumaré, Paulínia e Americana.

O Quadro 11 permite visualizar essa área *core* junto com os principais resultados alcançados para a região de Campinas nos diferentes estudos sobre as grandes concentrações urbanas e a dinâmica da metropolização, revisitados no capítulo anterior, os quais, apesar de adotarem variáveis e indicadores diferentes para identificação da dinâmica metropolitana, nos fornecem subsídios para pensar a concentração espacial dos principais investimentos entre 2000 e 2017 e a área representativa do fenômeno metropolitano na região de Campinas, qualificando seu processo de metropolização recente:

Quadro 11. Regionalizações da área de Campinas em diferentes estudos, segundo critérios da dinâmica da metropolização e populacional e concentração de investimentos entre 2000 e 2017.

Ribeiro (2009)	Ribeiro et al. (2012)	IBGE (2008)	IBGE (2016, 2020a)	Miranda et al. (2018b)
<i>Polo</i>	<i>Polo</i>	Americana	Campinas	Americana
Campinas	Campinas	Campinas	Cosmópolis	Campinas
<i>Muito Alto</i>	<i>Muito Alto</i>	Cosmópolis	Hortolândia	Hortolândia
Hortolândia	Americana	Hortolândia	Monte Mor	Indaiatuba
Sumaré	Hortolândia	Indaiatuba	Paulínia	Paulínia
<i>Alto</i>	Indaiatuba	Jaguariúna	Sumaré	Sumaré
Nova Odessa	Santa Bárbara d'Oeste	Monte Mor	Valinhos	
Santa Bárbara d'Oeste	Sumaré	Nova Odessa	Vinhedo	

Ribeiro (2009)	Ribeiro et al. (2012)	IBGE (2008)	IBGE (2016, 2020a)	Miranda et al. (2018b)
Vinhedo	Valinhos	Paulínia		
<u>Médio</u>	<u>Alto</u>	Pedreira		
Americana	Holambra	Santa Barbara d'Oeste		
Artur Nogueira	Jaguariúna	Sumaré		
Cosmópolis	Monte Mor	Valinhos		
Indaiatuba	Nova Odessa	Vinhedo		
Itatiba	Paulínia			
Jaguariúna	Vinhedo			
Monte Mor				
Paulínia				
Pedreira				
Valinhos				

Fonte: Elaboração própria.

O novo estudo *REGIC 2018* (IBGE, 2020a), baseado nos recortes espaciais dos arranjos populacionais (IBGE, 2016), prioriza principalmente os critérios de contiguidade urbana e a noção de integração, dando ênfase especial aos deslocamentos pendulares para estudo e trabalho e busca por bens e serviços no território para identificação de um único nó da rede urbana, composto por um ou vários municípios indissociáveis. Comparando a área *core* dos estudos do CEDE/IE.UNICAMP (MIRANDA et al., 2018b) com os estudos sobre as grandes concentrações urbanas e a dinâmica da metropolização e populacional, notamos que os seis municípios da área *core* aparecem, principalmente nas versões mais recentes, na espacialidade da área de Campinas que reflete as maiores dinâmicas populacionais e da metropolização, principalmente quando consideramos as variáveis de tamanho populacional, econômicos e de atividades urbanas, ainda que não apresentem com muita intensidade critérios relacionados à integração ou contiguidade urbana com o polo (Campinas).

Por exemplo, no estudo organizado por Ribeiro (2009), os municípios de Americana, Paulínia e Indaiatuba foram classificados como de nível médio de integração à dinâmica da metropolização por apresentarem principalmente certo distanciamento do polo, mas o estudo já alertava que tais municípios apresentavam índices de concentração e de fluxos significativos, “colocando-os numa posição intermediária na dinâmica de aglomeração, e permitindo pressupor que configurem áreas de provável expansão da mancha contínua de ocupação” (RIBEIRO, 2009, p. 37). Neste grupo de nível médio de integração, o contingente populacional já se mostrava expressivo e a ocupação em atividades urbanas era predominante, assim

como a proporção de pessoas que se deslocam para trabalho e estudo, entre 5% e 10% da população nesses três municípios em 2000.

Porém, ao analisarmos indicadores como população estimada em 2004, número de agências bancárias e total de operações bancárias e financeiras em 2003 e empregos formais em atividades de ponta, estes municípios, principalmente Americana e Indaiatuba, já se colocavam entre os primeiros da região de Campinas. Sumaré e Hortolândia, classificados como de nível muito alto de integração, caracterizavam-se principalmente por serem áreas de ocupações contíguas ao polo e por alta proporção de população que realiza deslocamentos pendulares (acima de 27% da população nos dois municípios no ano 2000), expressando intensa relação entre eles, além da elevada base populacional de ambos os municípios.

No estudo seguinte (RIBEIRO et al., 2012), novas informações para caracterizar a integração à dinâmica da aglomeração foram selecionadas junto com a relevância dos deslocamentos pendulares para trabalho e estudo e área de ocupação contígua, considerando-se também, entre outras variáveis, a importância do PIB, do total de rendimentos das pessoas residentes, grau de urbanização e percentual da população ocupada em atividades não-agrícolas. Americana e Indaiatuba foram classificadas, junto com Hortolândia e Sumaré e outros dois municípios, como nível muito alto de integração, e Paulínia, junto com mais cinco municípios, como nível alto de integração, sendo ambos os níveis de natureza metropolitana de acordo com o estudo.

Tais níveis se caracterizavam pela segunda maior expressividade nos indicadores de renda, PIB e população, apenas inferior ao polo (Campinas), apresentando alto grau de urbanização, proporção de ocupação em atividades não agrícolas e densidade dos setores urbanos, no caso dos níveis muito alto de integração, e de densidade urbana um pouco inferior no caso de Paulínia, classificada como nível alto de integração, porém com taxa maior de crescimento populacional. Quanto aos movimentos pendulares, os municípios classificados como de nível muito alto e alto concentrariam, junto com o polo, a maior parte dos fluxos, se distinguindo principalmente pelos fluxos de saída.

Já nos trabalhos mais recentes do IBGE (2016, 2020a), temos a noção da integração sendo ressaltada como um nexos importante na formação das concentrações urbanas. No caso dos médios e grandes centros, estes seriam capazes

de impulsionar um volume maior de pessoas. Municípios como Monte Mor, Cosmópolis, Vinhedo e Valinhos integrariam, desse modo, o arranjo populacional de Campinas/SP, junto com Hortolândia, Sumaré, Paulínia e Campinas, devido principalmente à intensa relação dos deslocamentos entre os municípios e o polo ou área de ocupação contígua.

Vimos no capítulo anterior que são explicitadas, além das relações município a município e município a arranjo, também os relacionamentos entre os arranjos populacionais, decorrentes de um processo de urbanização e estrutura urbana de maior complexidade, que promovem forte integração externa com outros arranjos, e nessa configuração vemos a articulação de Americana e Indaiatuba ao polo de Campinas. Assim, a 1ª Integração do Arranjo Populacional “Campinas/SP” forma uma unidade superior, articulando os arranjos de “Americana-Santa Bárbara d’Oeste/SP”, de “Campinas/SP” e o de “Jundiaí/SP”, além do município isolado de Indaiatuba (SP), com primazia de um arranjo sobre os demais, no caso o de Campinas/SP (Tabela 19).

Tabela 19. 1ª Integração do Arranjo Populacional “Campinas/SP”, segundo hierarquia – *REGIC 2018*, população, número de municípios e PIB. 2010.

1ª Integração do Arranjo Populacional “Campinas/SP”	Hierarquia - REGIC 2018	População (2010)	Número de municípios	Produto Interno Bruto PIB (bilhões R\$) (2010)
Campinas/SP		3.216.674	19	125,080
Arranjos populacionais		3.015.055	18	119,245
Americana - Santa Bárbara d’Oeste/SP	Capital Regional C	441.889	3	12,407
Campinas/SP	Metrópole	1.874.442	8	71,378
Jundiaí/SP	Capital Regional C	698.724	7	35,460
Municípios isolados		201.619	1	5,835
Indaiatuba (SP)	Centro Sub-Regional A	201.619	..	5,835

Fonte: IBGE (2016, 2020a), Censo Demográfico 2010 e Produto Interno Bruto dos Municípios 2010.

Por conseguinte, podemos entender os municípios da área *core* (Campinas, Indaiatuba, Americana, Sumaré, Hortolândia e Paulínia) como aqueles que mais reforçaram o processo de metropolização recente da região, principalmente se considerarmos que estes, a partir dos estudos revisitados, estavam entre aqueles mais dinâmicos em termos populacionais e de dinâmica urbano-metropolitana e também foram aqueles que sediaram os principais investimentos na região entre 2000 e 2017, tanto em quantidade de investimentos quanto em valor dos mesmos.

Abaixo, veremos o comportamento destes municípios de acordo com alguns indicadores de atividade econômica, populacional e nível de emprego, já estudados anteriormente, mas agora aplicados comparando a dimensão desses municípios, em seus respectivos arranjos, dentro do recorte institucional da RMC, uma vez que também nos interessa observar, como realizado no contexto nacional e estadual, as relações entre o processo institucional e socioespacial metropolitano (Tabela 20):

Tabela 20. Grau de Urbanização e Crescimento Populacional. Médias e Grandes Concentrações Urbanas e Município Isolado (Indaiatuba). 1991-2010.

Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado e RMC	População / População total RMC				População urbana / total população urbana da RMC				Grau de Urbanização	
	1991		2010		1991		2010		1991	2010
	Qtde	(%)	Qtde	(%)	Qtde	(%)	Qtde	(%)	(%)	(%)
AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP	333.169	17,8	441.889	15,7	326.807	18,4	438.657	16,0	98,1	99,3
Americana (SP)	153.840	8,2	210.638	7,5	153.653	8,6	209.654	7,7	99,9	99,5
Nova Odessa (SP)	34.063	1,8	51.242	1,8	31.973	1,8	50.407	1,8	93,9	98,4
Santa Bárbara d'Oeste (SP)	145.266	7,8	180.009	6,4	141.181	7,9	178.596	6,5	97,2	99,2
AP Campinas/SP	1.274.912	68,0	1.874.442	66,7	1.231.117	69,1	1.838.622	67,2	96,6	98,1
Campinas (SP)	847.595	45,2	1.080.113	38,5	824.924	46,3	1.061.540	38,8	97,3	98,3
Cosmópolis (SP)	36.684	2,0	58.827	2,1	32.803	1,8	54.634	2,0	89,4	92,9
Hortolândia (SP) ¹	-	-	192.692	6,9	-	0,0	192.692	7,0	-	100,0
Monte Mor (SP)	25.559	1,4	48.949	1,7	22.044	1,2	45.978	1,7	86,2	93,9
Paulínia (SP)	36.706	2,0	82.146	2,9	32.907	1,8	82.070	3,0	89,7	99,9
Sumaré (SP)	226.870	12,1	241.311	8,6	225.528	12,7	238.470	8,7	99,4	98,8
Valinhos (SP)	67.886	3,6	106.793	3,8	59.912	3,4	101.626	3,7	88,3	95,2
Vinhedo (SP)	33.612	1,8	63.611	2,3	32.999	1,9	61.612	2,3	98,2	96,9
Indaiatuba (SP)	100.948	5,4	201.619	7,2	91.849	5,2	199.592	7,3	91,0	99,0
RMC	1.874.235	100,0	2.808.906	100,0	1.780.806	100,0	2.735.344	100,0	95,0	97,4

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2010, Microdados/SIDRA).

1. O município de Hortolândia (SP) foi fundado em 1991, após desmembramento de Sumaré (SP).

Notamos como os seis municípios (Campinas, Americana, Hortolândia, Sumaré, Indaiatuba e Paulínia) concentravam 71,6% da população total e 72,5% da população urbana da RMC em 2010, e com exceção de Paulínia, estes eram os municípios com o maior percentual populacional no recorte institucional metropolitano. Apesar da população mais reduzida em comparação aos outros cinco municípios,

Paulínia registrou, entre 1991 e 2010, a maior taxa de crescimento da população total e, mais expressivamente, a maior taxa de crescimento da população urbana entre todos os municípios integrantes da RMC (Tabela 21), revelando uma importante dinâmica em termos demográficos nesse território da RMC, já que a população de Paulínia mais que dobrou, assim como Indaiatuba, que também viu sua população total e urbana dobrar no mesmo período.

Tabela 21. Crescimento Populacional. Médias e Grandes Concentrações Urbanas e Município Isolado (Indaiatuba). 1991-2010.

Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado e RMC	Crescimento população total 1991-2010	Crescimento população urbana 1991-2010
AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP	32,6	34,2
Americana (SP)	36,9	36,4
Nova Odessa (SP)	50,4	57,7
Santa Bárbara d'Oeste (SP)	23,9	26,5
AP Campinas/SP	47,0	49,3
Campinas (SP)	27,4	28,7
Cosmópolis (SP)	60,4	66,6
Hortolândia (SP) ¹	-	-
Monte Mor (SP)	91,5	108,6
Paulínia (SP)	123,8	149,4
Sumaré (SP)	6,4	5,7
Valinhos (SP)	57,3	69,6
Vinhedo (SP)	89,3	86,7
Indaiatuba (SP)	99,7	117,3
RMC	49,9	53,6

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2010, Microdados/SIDRA).

1. O município de Hortolândia (SP) foi fundado em 1991, após desmembramento de Sumaré (SP).

Os seis municípios também estavam entre os mais urbanizados, em média 99% da população era urbana em 2010. Observa-se também a forte concentração populacional no núcleo, Campinas, com 38,5% da população em 2010. Apesar de alta, a concentração demográfica no núcleo é bem menos intensa que em outras áreas metropolitanas brasileiras, como a literatura já apontava, assim como o crescimento da população total e urbana do município núcleo, Campinas, também se apresenta bem menos intenso que seu espaço adjacente e municípios contíguos, os quais experimentaram um crescimento relativo maior entre 1991 e 2010. Percentual semelhante também é observado quando consideramos os indicadores de força de

trabalho, população empregada e a porcentagem de empregos urbanos, cerca de 38% da RMC aparecem concentrados no município de Campinas em 2010 (Tabelas 22 e 23).

Tabela 22. Força de Trabalho e População Economicamente Ativa – Relações entre Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado (Indaiatuba) e RMC (%). 1991-2010.

Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado e RMC	Força de trabalho				População Economicamente Ativa (Empregada ou Ocupada)			
	1991		2010		1991		2010	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP	265.080	17,7	389.720	15,9	146.637	17,9	231.275	16,3
Americana (SP)	124.778	8,3	186.763	7,6	70.994	8,7	112.749	7,9
Nova Odessa (SP)	26.751	1,8	44.927	1,8	14.699	1,8	25.993	1,8
Santa Bárbara d'Oeste (SP)	113.551	7,6	158.030	6,5	60.945	7,5	92.533	6,5
AP Campinas/SP	1.020.022	68,2	1.632.642	66,7	551.316	67,5	935.129	65,8
Campinas (SP)	687.703	46,0	949.924	38,8	376.074	46,0	543.550	38,2
Cosmópolis (SP)	28.916	1,9	50.073	2,0	15.149	1,9	25.803	1,8
Hortolândia (SP) ¹	-	-	164.679	6,7	-	-	91.625	6,4
Monte Mor (SP)	19.384	1,3	41.674	1,7	9.609	1,2	23.149	1,6
Paulínia (SP)	28.805	1,9	70.047	2,9	16.011	2,0	42.048	3,0
Sumaré (SP)	173.359	11,6	206.311	8,4	88.473	10,8	116.546	8,2
Valinhos (SP)	54.958	3,7	94.260	3,8	30.777	3,8	57.900	4,1
Vinhedo (SP)	26.897	1,8	55.674	2,3	15.223	1,9	34.508	2,4
Indaiatuba (SP)	79.828	5,3	175.121	7,2	42.699	5,2	106.607	7,5
RMC	1.496.561	100,0	2.449.109	100,0	817.227	100,0	1.421.372	100,0

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2010, Microdados/SIDRA, IPEADATA).

1. O município de Hortolândia (SP) foi fundado em 1991, após desmembramento de Sumaré (SP).

Novamente, temos que aproximadamente 71% da força de trabalho e da população empregada e 72,2% dos empregos urbanos da RMC concentravam-se em Campinas, Sumaré, Americana, Indaiatuba, Hortolândia e Paulínia no ano de 2010. Considerando os seis municípios, Paulínia e Indaiatuba foram os únicos a aumentarem seus percentuais nesses indicadores em relação ao total da Região Metropolitana de Campinas, entre 1991 e 2010, ao passo que Campinas, Americana e Sumaré diminuíram suas participações em relação ao total. Ademais, Paulínia e

Indaiatuba, assim como Americana e Campinas, apresentavam taxa de ocupação efetiva da população acima da média da RMC, isto é, mais de 50% da população desses municípios encontrava-se empregada no ano de 2010, enquanto Sumaré e Hortolândia apresentaram uma taxa de população economicamente ativa abaixo da média da RMC e do arranjo populacional de Campinas/SP (Tabela 23).

Tabela 23. Emprego Urbano, Taxa de Participação e Taxa de Ocupação da População Total (%). Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado (Indaiatuba) e RMC. 1991-2010.

Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado e RMC	Emprego Urbano				Força de trabalho		População Economicamente Ativa	
	1991		2010		1991	2010	1991	2010
	Qtde	%	Qtde	%	%	%	%	%
AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP	143.998	18,6	229.879	16,6	79,6	88,2	44,0	52,3
Americana (SP)	70.925	9,1	112.282	8,1	81,1	88,7	46,1	53,5
Nova Odessa (SP)	13.706	1,8	25.707	1,9	78,5	87,7	43,2	50,7
Santa Bárbara d'Oeste (SP)	59.368	7,7	91.890	6,6	78,2	87,8	42,0	51,4
AP Campinas/SP	531.609	68,6	917.047	66,2	80,0	87,1	43,2	49,9
Campinas (SP)	365.733	47,2	534.529	38,6	81,1	87,9	44,4	50,3
Cosmópolis (SP)	13.452	1,7	23.945	1,7	78,8	85,1	41,3	43,9
Hortolândia (SP) ¹	-	-	91.625	6,6	-	85,5	-	47,5
Monte Mor (SP)	8.148	1,1	21.736	1,6	75,8	85,1	37,6	47,3
Paulínia (SP)	14.459	1,9	41.989	3,0	78,5	85,3	43,6	51,2
Sumaré (SP)	87.835	11,3	115.004	8,3	76,4	85,5	39,0	48,3
Valinhos (SP)	27.045	3,5	55.006	4,0	81,0	88,3	45,3	54,2
Vinhedo (SP)	14.936	1,9	33.213	2,4	80,0	87,5	45,3	54,2
Indaiatuba (SP)	38.797	5,0	105.521	7,6	79,1	86,9	42,3	52,9
RMC	775.295	100,0	1.384.574	100,0	79,8	87,2	43,6	50,6

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2010, Microdados/SIDRA, IPEADATA).

1. O município de Hortolândia (SP) foi fundado em 1991, após desmembramento de Sumaré (SP).

No que se refere ao Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial, em diferentes níveis de agregação territorial (nível dos arranjos populacionais e no contexto institucional da RMC), nota-se que o setor de serviços, exclusive administração pública, contribui com 56,4% do valor adicionado total gerado pela RMC, seguido pelo setor indústria, com 34,5% do total no ano de 2017. Percebe-se, porém, que apenas alguns municípios são responsáveis pela maior parte da geração de riqueza da região no contexto institucional da RMC: o arranjo de Campinas/SP, com apenas oito municípios

e condição de Metrópole, contribuiu com 72,2% do valor adicionado bruto total (VAB) da RMC, com 75,9% do valor adicionado bruto (VAB) da indústria e com 71,6% do valor adicionado bruto (VAB) do setor serviços da RMC, exclusive administração pública¹⁶¹ (Tabela 24).

Internamente, o núcleo desse arranjo populacional (município de Campinas), e o município de Paulínia, foram responsáveis no ano de 2017, respectivamente, por 38,3% e 12,6% do VAB do setor de serviços da RMC, exclusive administração pública. Quanto ao VAB da indústria em 2017, Paulínia foi responsável pela maior geração de valor, contribuindo com 31,8% da RMC, seguida pelo município de Campinas com 18%. Ou seja, o setor industrial e, principalmente, o setor de serviços, são fundamentais na centralidade exercida por Campinas. Quando consideramos o arranjo de Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP e o município isolado de Indaiatuba (SP), notamos com maior profundidade a geração de valor entre os municípios da RMC: os municípios da área *core*, Campinas (30,7%), Paulínia (18,7%), Hortolândia (6,8%), Indaiatuba (6,6%), Sumaré (6,3%) e Americana (5,4%), foram responsáveis pela geração de 74,8% do valor adicionado bruto total da RMC, sendo os seis municípios com maiores percentuais.

Os mesmos seis municípios também possuíam os maiores percentuais em relação à participação na geração de valor adicionado bruto do setor de serviços da RMC, exclusive administração pública (Campinas, 38,3%; Paulínia, 12,6%; Indaiatuba, 6,6%; Hortolândia, 6,1%; Sumaré, 5,9%; e Americana, 6,3%), totalizando quase 76% no ano de 2017. Em relação ao VAB da administração pública da RMC, os seis municípios também apresentavam as maiores participações e respondiam juntos por 70,9%. No tocante ao VAB da indústria, Paulínia (31,8%), Campinas (18%), Hortolândia (8,2%), Sumaré (6,8%), Indaiatuba (6,4%) e Americana (3,8%) respondiam por 75,3% do valor adicionado bruto da indústria da RMC no ano de 2017, apesar do município de Vinhedo (4,75%) apresentar participação maior que Americana.

Também notamos como o setor de serviços, exclusive administração pública, adquire maior expressão na geração de valor (70,3%) na composição do VAB total do município de Campinas em comparação aos demais municípios, ao passo que o setor

¹⁶¹ As análises relacionadas ao Valor Adicionado Bruto (VAB) total e setorial no nível municipal baseiam-se na tabela apresentada no APÊNDICE E.

industrial apresentou maior participação na composição do VAB total de Paulínia, com 58,6%. Em Cosmópolis, o valor adicionado da administração pública (17,1%) apresentou maior percentual na composição do VAB total do município em relação à participação apresentada na composição do VAB dos demais municípios analisados.

Tabela 24. Médias e Grandes Concentrações Urbanas e Município Isolado (Indaiatuba): Valor Adicionado Bruto total, por setores e participação relativa (%). 2017.

Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado e RMC	VAB total (Mil Reais)		VAB - Agropecuária (Mil Reais)		VAB - Indústria (Mil Reais)		VAB - Serviços, exclusive Administração Pública ¹ (Mil Reais)		VAB - Administração Pública ¹ (Mil Reais)	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP	16.226.178	10,1	48.810	3,2	4.311.099	7,8	9.936.721	10,9	1.929.547	14,7
	100,0		0,30		26,6		61,2		11,9	
AP Campinas/SP	116.234.395	72,2	346.379	22,3	42.104.763	75,9	65.017.213	71,6	8.766.039	66,9
	100,0		0,3		36,2		55,9		7,5	
Indaiatuba (SP)	10.642.709	6,6	31.705	2,0	3.597.373	6,5	5.995.913	6,6	1.017.718	7,8
	100,0		0,3		33,8		56,3		9,6	
RMC	160.882.709	100,0	1.550.499	100,0	55.458.790	100,0	90.775.402	100,0	13.098.019	100,0
	100,0		0,9		34,5		56,4		8,1	

Fonte: Elaboração própria (IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de Referência 2010).

¹Refere-se aos Serviços de Administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social.

A Tabela 25 permite a observação dos dados de emprego por setores, com base nas informações de população ocupada, segundo a seção de atividade do trabalho principal em 2010. Notamos que 275.277 pessoas, ou 19,32% da população ocupada da RMC, estavam alocadas em atividades ligadas à “indústria de transformação”, sendo que a metrópole, o arranjo de Campinas/SP, respondia por 50,1% dos postos de trabalho, refletindo seu importante papel como polo industrial. O segmento de “comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas” aparece como o segundo maior gerador de empregos, com 16,11% do total de pessoas ocupadas, ou 229.994 pessoas em 2010. O arranjo de Campinas/SP concentrava mais da metade desses empregos (65,8%), devido principalmente ao peso do núcleo (município de Campinas), que representava 38,6%. Campinas, Indaiatuba, Sumaré,

Hortolândia, Americana e Santa Bárbara d'Oeste concentravam juntos 76,1% da população ocupada nesse segmento¹⁶².

O setor relacionado à “construção” e aos “serviços domésticos” também apareciam como os maiores empregadores da RMC em 2010, com 101.759 pessoas (7,13%) e 95.769 pessoas (6,71%). Como Miranda e Porto (2019) e Semeghini (1988) recordam, tais setores empregam mais a população não qualificada e concentram boa parte da população em atividades relacionadas a um “terciário pobre”, e também se apresentavam mais concentrados no arranjo de Campinas/SP, que responde, como metrópole, por 65,5% da população empregada no setor “construção” e 68,4% da população ocupada em “serviços domésticos”.

Em contrapartida, como Metrópole, é notável como o arranjo populacional de Campinas/SP lidera principalmente naquelas atividades mais intensivas em conhecimento ou que envolvam maior relação de capital investido, ou “funções metropolitanas superiores” (JULIEN, 2002), como, por exemplo, o setor “informação e comunicação”, com 77,5% das pessoas ocupadas nestas atividades residentes nos municípios do arranjo de Campinas/SP, assim como “atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados” (75,6%), “transporte, armazenagem e correio” (73,6%), “atividades profissionais, científicas e técnicas” (71,3%), “atividades administrativas e serviços complementares” (78,9%), “saúde humana e serviços sociais” (75,6%) e “artes, cultura, esporte e recreação” (69,2%), ou seja, características que reforçam o sentido da centralidade de Campinas.

Em todas as atividades citadas acima, o núcleo (município de Campinas), responde em média por 50% da população ocupada do arranjo populacional, em alguns casos quase 60%, e mesmo no caso da população ocupada total de Campinas, 50,8% encontravam-se empregadas naquelas atividades econômicas citadas anteriormente, ou seja, há um predomínio maior das “funções superiores” nos espaços realmente metropolitanos. No caso, a concentração maior de atividades relacionadas às artes, banco e setor financeiro, comércio, gestão, informação, transporte, informática, pesquisa e ensino superior, serviços às empresas e de atividade jurídica e contábil, entre outras, no arranjo populacional de Campinas/SP, e ainda mais especificamente, em seu núcleo, o município de Campinas, o qual também concentra

¹⁶² As análises relacionadas à distribuição da população, segundo a seção de atividade do trabalho principal, baseiam-se nas tabelas apresentadas no APÊNDICE F.

a maior parte da população ocupada no “terciário pobre”, conjugando, como vimos no capítulo anterior, a metrópole como território concentrador de modernização, inovação, serviços especializados e diversificados, bem como precariedade e pobreza.

Tabela 25. Distribuição da População Ocupada, segundo a seção de atividade do trabalho principal. Médias e Grandes Concentrações Urbanas e Município Isolado (Indaiatuba) e participação relativa na RMC (%). 2010.

Seção de atividade do trabalho principal	AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste		AP Campinas/SP		Indaiatuba (SP)		RMC	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.152	0,93	14.819	1,58	2.526	2,37	32.859	2,30
	6,55		45,10		7,69		100,00	
Indústrias extrativas	171	0,07	2.066	0,22	117	0,11	2.753	0,19
	6,21		75,05		4,25		100,00	
Indústrias de transformação	70.487	30,48	138.347	14,79	28.567	26,80	275.770	19,32
	25,56		50,17		10,36		100,00	
Eletricidade e gás	242	0,10	2.188	0,23	205	0,19	2.893	0,20
	8,37		75,63		7,09		100,00	
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2.168	0,94	7.134	0,76	686	0,64	10.893	0,76
	19,90		65,49		6,30		100,00	
Construção	14.594	6,31	66.736	7,14	8.542	8,01	101.759	7,13
	14,34		65,58		8,39		100,00	
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	39.043	16,88	151.338	16,18	16.526	15,50	229.994	16,11
	16,98		65,80		7,19		100,00	
Transporte, armazenagem e correio	9.379	4,06	53.216	5,69	4.156	3,90	72.305	5,07
	12,97		73,60		5,75		100,00	
Alojamento e alimentação	7.255	3,14	37.438	4,00	3.619	3,39	53.625	3,76
	13,53		69,81		6,75		100,00	
Informação e comunicação	3.718	1,61	22.451	2,40	1.322	1,24	28.952	2,03
	12,84		77,55		4,57		100,00	
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2.399	1,04	14.276	1,53	988	0,93	18.871	1,32
	12,71		75,65		5,24		100,00	
Atividades imobiliárias	1.139	0,49	5.692	0,61	693	0,65	8.156	0,57
	13,97		69,79		8,50		100,00	
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.480	2,80	34.030	3,64	3.397	3,19	47.672	3,34

Seção de atividade do trabalho principal	AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste		AP Campinas/SP		Indaiatuba (SP)		RMC	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
	13,59		71,38		7,13		100,00	
Atividades administrativas e serviços complementares	5.163	2,23	49.589	5,30	3.224	3,02	62.803	4,40
	8,22		78,96		5,13		100,00	
Administração pública, defesa e seguridade social	7.991	3,46	31.765	3,40	2.660	2,50	47.443	3,32
	16,84		66,95		5,61		100,00	
Educação	10.549	4,56	52.809	5,65	5.078	4,76	75.475	5,29
	13,98		69,97		6,73		100,00	
Saúde humana e serviços sociais	6.979	3,02	43.038	4,60	3.027	2,84	56.864	3,98
	12,27		75,69		5,32		100,00	
Artes, cultura, esporte e recreação	1.534	0,66	7.807	0,83	781	0,73	11.274	0,79
	13,61		69,25		6,93		100,00	
Outras atividades de serviços	6.570	2,84	26.427	2,83	2.542	2,38	39.171	2,74
	16,77		67,47		6,49		100,00	
Serviços domésticos	13.329	5,76	65.537	7,01	7.436	6,98	95.769	6,71
	13,92		68,43		7,76		100,00	
Atividades mal especificadas	19.933	8,62	108.429	11,60	10.516	9,86	152.031	10,65
	13,11		71,32		6,92		100,00	
Total	231.275	100,00	935.129	100,00	106.607	100,00	1.427.325	100,00
	16,20		65,52		7,47		100,00	

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censo Demográfico, 2010, Microdados/SIDRA).

3.3.1 O setor industrial e o terciário

Nesse tópico, analisaremos com maior profundidade informações sobre o setor industrial e o terciário da região de Campinas nos últimos anos, mais uma vez priorizando os recortes espaciais institucionais (RMC) e o socioespacial, conferido pelos arranjos populacionais. Para tanto, utilizaremos informações sobre empregos formais¹⁶³, disponibilizadas pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e obtidas mediante consulta na Fundação SEADE, principalmente a partir de 2006 devido à compatibilidade de informações¹⁶⁴.

¹⁶³ O número de empregos formais corresponde aos vínculos empregatícios ativos em 31 de dezembro de cada ano, de acordo com informações fornecidas pelos contratantes quando da elaboração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (FUNDAÇÃO SEADE – IMP).

¹⁶⁴ Em 2006, foram realizadas alterações metodológicas no IBGE, o qual passou a utilizar a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0, em substituição à metodologia anterior,

Também basearemos as análises nas informações sobre a indústria e o terciário contidas nos relatórios sobre a economia de Campinas e sua região metropolitana, recentemente elaborados pela equipe do CEDE/IE.UNICAMP (MIRANDA et al., 2018a, 2018b).

A série de dados disponível contém, a partir de 2006, os empregos formais classificados nas seções indústrias extrativas; indústrias de transformação; eletricidade e gás; e água, esgoto e atividades de gestão de resíduos e descontaminação. Dados referentes aos empregos formais da indústria, como um todo, e às indústrias de transformação¹⁶⁵, em particular, serão priorizados na análise, uma vez que, como Cano (2014, p. 139) recorda, a indústria de transformação envolve maior complexidade tecnológica e é o principal vetor das políticas de desenvolvimento, especialmente das industriais e de comércio exterior. Para análise do setor terciário, utilizaremos dados e informações a respeito de emprego formal do setor de Serviços, Comércio e Administração Pública.

Na Tabela 26 abaixo, verificamos que cerca de metade dos empregos formais da indústria e da indústria de transformação da RMC concentravam-se nos oito municípios do arranjo de Campinas/SP, principalmente nos municípios de Campinas, Sumaré, Vinhedo e Hortolândia, os quais, junto com Indaiatuba, Americana e Santa Bárbara d'Oeste, concentravam 66,1% dos empregos formais da indústria e 64,7% dos empregos formais da indústria de transformação em 2018. Ou seja, quando consideramos apenas o segmento da indústria de transformação, a concentração mostra-se muito forte em apenas alguns municípios da RMC.

Considerando todos os vínculos ativos do arranjo de Campinas/SP em 2018, apenas 19% eram da indústria, apresentando uma queda de 6,6 pontos percentuais em relação à participação no total dos empregos formais em 2006. Internamente, os municípios de Campinas, Sumaré, Valinhos e Vinhedo apresentaram as maiores reduções de participação dos empregos formais da indústria em relação aos vínculos ativos totais de cada município. O arranjo de Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP e

baseada na publicação do IBGE em 1980 e que classificava os empregos formais nos grandes setores, denominados indústria, serviços e comércio, por exemplo.

¹⁶⁵ A seção C da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0, denominada indústrias de transformação, compreende as atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes com a finalidade de se obterem produtos novos. Os materiais, substâncias e componentes transformados são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca e produtos de outras atividades industriais (COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO – CONCLA).

o município isolado de Indaiatuba (SP) também sofreram fortes reduções na participação dos empregos formais da indústria em relação ao total de empregos formais, entre 2006 e 2018, de cerca de 10 pontos percentuais em cada um.

Tabela 26. Empregos Formais da Indústria, Indústria de Transformação e Participação no total de vínculos ativos. Médias e Grandes Concentrações Urbanas e Município Isolado (Indaiatuba) e participação relativa na RMC (%). 2006 e 2018.

Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado e RMC	Empregos Formais da Indústria				Empregos Formais das Indústrias de Transformação				Participação dos Empregos Formais da Indústria no total de vínculos ativos	
	2006		2018		2006		2018		2006	2018
	Qtde	(%)	Qtde	(%)	Qtde	%	Qtde	%	%	%
AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP	53.832	23,3	50.575	21,0	52.622	24,1	48.561	21,6	47,3	37,7
Americana (SP)	26.905	11,6	23.137	9,6	26.328	12,1	21.899	9,7	41,3	32,34
Nova Odessa (SP)	10.017	4,3	10.402	4,3	9.860	4,5	10.161	4,5	69,0	53,18
Santa Bárbara d'Oeste (SP)	16.910	7,3	17.036	7,1	16.434	7,5	16.501	7,3	49,7	39,46
AP Campinas/SP	120.304	52,0	124.128	51,5	109.453	50,1	112.274	49,9	25,6	19,0
Campinas (SP)	55.831	24,1	44.577	18,5	49.028	22,5	39.180	17,4	18,3	10,96
Cosmópolis (SP)	2.326	1,0	2.639	1,1	2.318	1,1	2.623	1,2	28,0	28,07
Hortolândia (SP)	10.653	4,6	13.896	5,8	10.370	4,8	13.365	5,9	36,3	32,14
Monte Mor (SP)	3.146	1,4	5.108	2,1	3.094	1,4	5.050	2,2	36,5	39,5
Paulínia (SP)	9.129	3,9	10.774	4,5	8.254	3,8	9.746	4,3	30,9	25,9
Sumaré (SP)	13.592	5,9	18.938	7,9	13.223	6,1	18.364	8,2	39,6	33,26
Valinhos (SP)	12.940	5,6	11.963	5,0	12.636	5,8	11.568	5,1	42,9	25,64
Vinhedo (SP)	12.687	5,5	16.233	6,7	10.530	4,8	12.378	5,5	52,4	46,09
Indaiatuba (SP)	19.391	8,4	25.290	10,5	18.857	8,6	24.152	10,7	42,8	33,85
RMC	231.514	100,0	240.999	100,0	218.296	100,0	225.086	100,0	32,0	24,6

Fonte: Elaboração própria (Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)/RAIS/SEADE).

Embora a participação dos empregos formais da indústria no total de vínculos ativos da RMC tenha sofrido uma redução, de 32% em 2006 para 24,6% em 2018, Miranda et al. (2018a) notam que, no tocante à participação da RMC no Estado de São Paulo e em relação à Macrometrópole Paulista, o setor industrial continua tendo importância, pois foi aquele que apresentou melhor desempenho na participação entre os anos de 2000 e 2016, comparativamente ao emprego formal nos demais setores e em relação ao próprio setor industrial no estado e na Macrometrópole. Como será discutido melhor posteriormente, os Serviços e Comércio Atacadista e Varejista foram

os principais “carregadores” dos empregos formais na RMC, ampliando a participação de 60% em 2000 para cerca de 70% em 2016 (MIRANDA et al., 2018a).

Quanto aos dados do VAF, mostramos no capítulo anterior o peso regional da indústria e a distribuição territorial dos seus segmentos mais economicamente expressivos. No caso, em segmentos como Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicações; Combustíveis; Têxtil; Artigos de Borracha e Produtos Farmacêuticos, os mais expressivos em termos de participação relativa no VAF estadual da Indústria de Transformação, com participação acima de 20%, os municípios de Campinas, Hortolândia e Americana concentravam 74,4% do VAF da indústria regional em 2012. Já em segmentos como Papel e Celulose; Produtos Químicos, Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática; Material de Transporte – Montadoras e Autopeças; Eletrodomésticos; Equipamentos Médicos, Óticos, de Automação e Precisão; Máquinas e Equipamentos, com participação relativa no VAF estadual da Indústria de Transformação entre 10 e 20%, os municípios de Campinas, Indaiatuba, Hortolândia, Paulínia, Vinhedo, Sumaré, Valinhos e Itatiba concentravam 87,4% do VAF da indústria regional (MIRANDA et al., 2018a).

Por fim, os segmentos com participação relativa no VAF estadual da Indústria de Transformação abaixo de 10%, como Produtos Alimentícios, Produtos de Metal e Minerais Não Metálicos, entre outros, se distribuem por onze municípios da RMC e expressam 86,7% do VAF da indústria regional em 2012. A partir dos principais segmentos industriais em termos percentuais do VAF Total, foi possível identificar no estudo de Miranda et al. (2018a, p. 52) os mais importantes em cada município, assim como o nome das principais empresas, organizados de acordo com o recorte territorial dos arranjos populacionais (Quadro 12):

Quadro 12. Principais segmentos industriais e empresas. Médias e Grandes Concentrações Urbanas e Município Isolado (Indaiatuba).

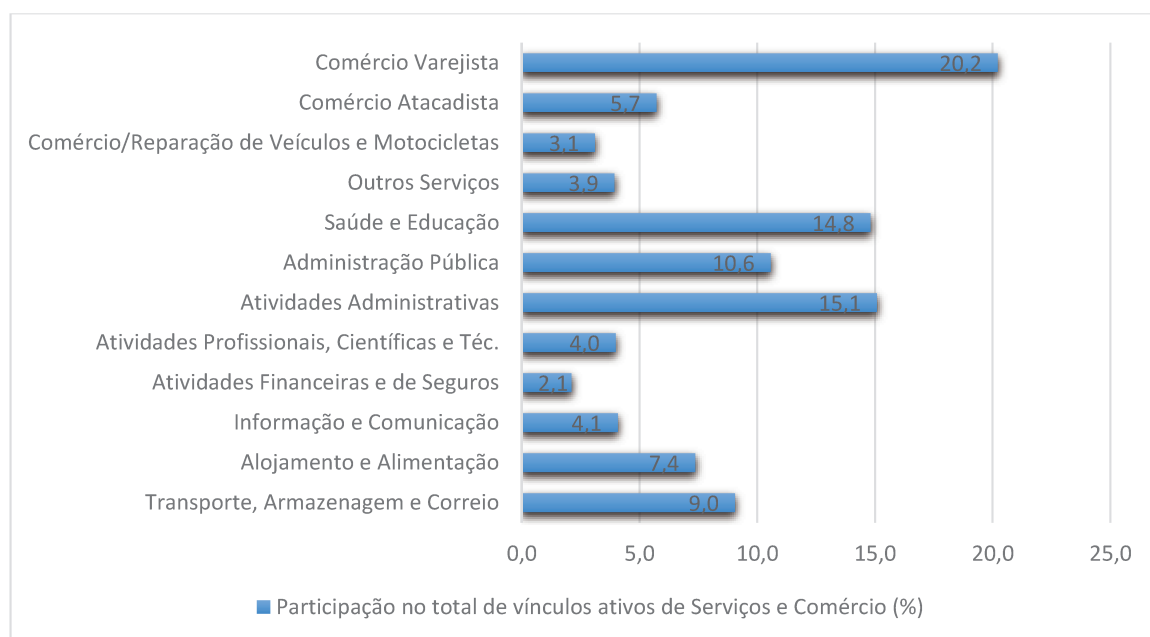
AP Americana/Santa Bárbara d'Oeste/SP		
Municípios	Principais Segmentos Industriais	Algumas das Principais Empresas
Americana	Têxtil, Artigos de Borracha e Produtos Químicos	Novafio Têxtil, Tecelagem Jolitex, Goodyear do Brasil, Dunlop (distribuição), Nexans Brasil AS (antiga Ficap), Degussa Hüls, Schlumberger Indústrias Ltda.
Nova Odessa	Produtos Químicos, Têxtil e Indústrias Diversas (outras)	Nova Plast, Tecelagem Jolitex, Tintex, KS Pistões, Fecha Art Indústria Metalúrgica.

Santa Bárbara d'Oeste	Produtos Alimentícios, Têxteis, de Plástico e Metalurgia Básica de Ferrosos	Indústrias Romi, W Sita, Têxtil Canatiba, JTS Equipamentos Hidráulicos, Mazak Sulamericana, Meplastic brinquedos, Cermatex Tecidos, Covolan, Suzigan Indústrias Têxtil.
AP Campinas/SP		
Municípios	Principais Segmentos Industriais	Algumas das Principais Empresas
Campinas	Produtos Alimentícios, Químicos, Farmacêuticos, Artigos de Borracha e Metalurgia Básica de Ferrosos	Hewlett Packard, Nortel, Qualcomm, Bosch, Merck Sharp & Dohme Farmaceutica (EMS), Singer, Siemens, Prodone Química e Farmacêutica.
Cosmópolis	Produtos Farmacêuticos, Alimentícios e Químicos;	Eli-Lilly, Usina Açucareira Ester, Spal (Coca-Cola), ABL – Antibióticos do Brasil, Globe Química, Ecadil Indústria Química LTDA, Cosmoplast Indústria e Comércio, Stoller (nutrição de plantas).
Hortolândia	Produtos Farmacêuticos, Alimentícios, de Plásticos, Químicos, Minerais não Metálicos e Móveis	IBM, Dow Corning, Belgo Bekaerte Arames (BBA, antiga Bemaf), Cerâmicas União Sumaré (Souzas/ Hortolândia), Celéstica, Trafo Equipamentos Elétricos S.A., GKN Sinter Metals, Galderma Brasil, Rhobifarma Indústria Farmacêutica LTDA.
Monte Mor	Papel e Celulose, Móveis, Produtos Alimentícios, Perfumaria e Cosmética	Tetra-Pak, Martinrea Honsel Indústria e Comércio Ltda, Ting Indústria de Alimentos, Aja, H Max Indústria de Cosméticos.
Paulínia	Combustíveis, Produtos Químicos, Farmacêuticos e Papel e Celulose (destaca-se a produção de químicos, por conta do polo petróleo)	Rodhia, Replan - Refinaria de Paulínia (Petrobrás), Schell, ICI, Du Pont, Cargill, Eucatex Química e Mineral LTDA, Exxonmobil Química, Zeneca do Brasil, Nutriara Alimentos, Braswell Papel e Celulose LTDA, International Paper.
Sumaré	Produtos Alimentícios, Têxteis, Metalurgia Básica Ferrosos, Químicos e Produtos de Plástico	3M do Brasil, Honda, Fortilit, Teka Tecelagem, Buckmam, Pastificio Selmi S/A, Villares Metais S.A., Sherwin Willians.
Valinhos	Produtos Químicos, Papel e Celulose, Alimentícios e de Plástico	Unilever, Pastifícios Vesúvio, Eaton, Europack, Cartonificio Valinhos, WestRock.
Vinhedo	Minerais não Metálicos, Edição, Impressão e Gravações, Produtos Químicos, Papel e Celulose.	Unilever (Gessy Lever), Globo Cochrane Gráfica, Avery Dennison, Crown Cork Embalagens, Quest Internacional, Kärcher (fabricante de equipamentos de soluções em limpeza doméstica, profissional e industrial - inaugurada em 2014).
Município isolado		
Municípios	Principais Segmentos Industriais	Algumas das Principais Empresas
Indaiatuba	Produtos de Plásticos, Químicos, Papel e Celulose e Minerais não Metálicos	Toyota, Plastek, Indústria de Termo-Plásticos Ltda, Ogura Clutch do Brasil Ltda, Celulose Irani S.A.

Fonte: Adaptado de Miranda et al. (2018a).

O setor terciário, por sua vez, aumentou sua participação no total de empregos formais da RMC entre 2006 e 2018, de 63,6% para 70,4%, ou seja, 6,8 pontos percentuais, sendo que 72,7% dos empregos formais do terciário da RMC estavam no arranjo de Campinas/SP, a metrópole. Nesta, o terciário passou a compor 76,7% dos empregos formais em 2018. Entre as atividades terciárias, destacam-se o aumento de participação de “alojamento e alimentação”, “atividades profissionais, científicas e técnicas”, “atividades administrativas e serviços complementares”, “saúde e educação”, e “comércio atacadista” e a diminuição de participação da administração pública entre 2006 e 2018¹⁶⁶.

Gráfico 15. Participação de segmentos do terciário no total de vínculos ativos de Serviços e Comércio da RMC (%). 2018.



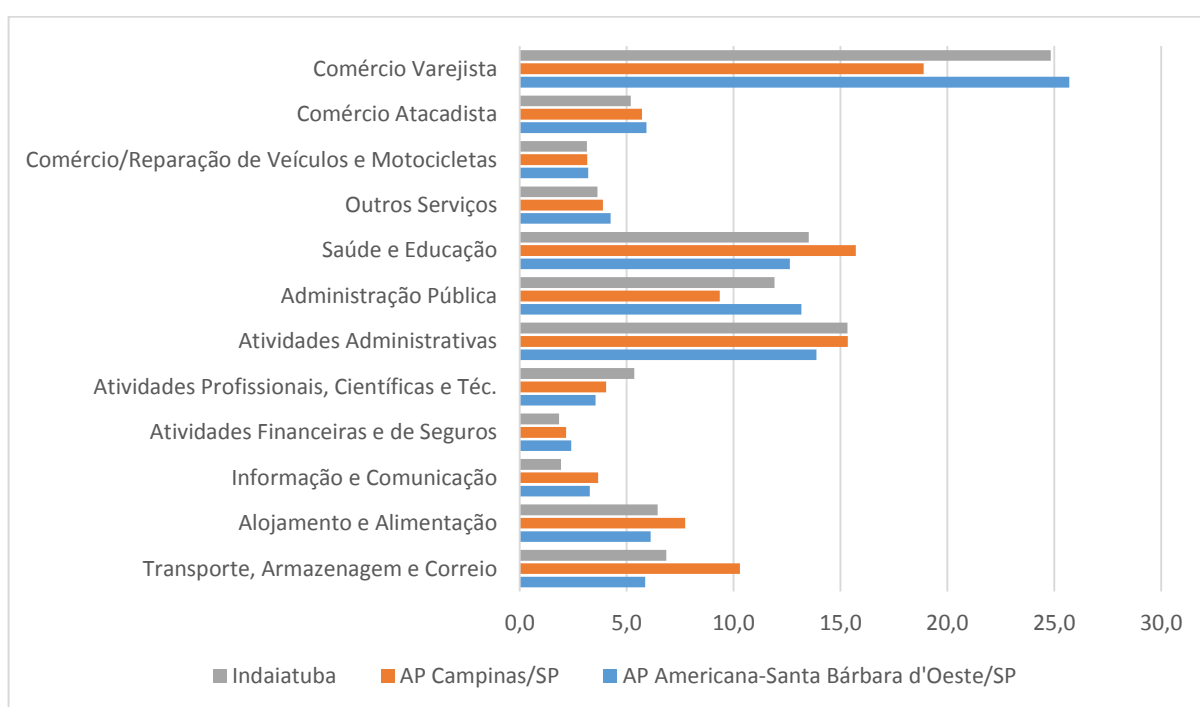
Fonte: Elaboração própria (Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)/RAIS/SEADE).

Analisando a estrutura do terciário dentro da RMC, entre os segmentos que despontam como importantes “empregadores” na região, “comércio varejista” se destaca como importante segmento “empregador”, com 20,2% do total de empregos no ano de 2018. “Atividades administrativas e complementares” aparecem em seguida, com participação de 15,1% em 2018, e “saúde e educação” (14,8%) e administração pública (10,6%) também despontam entre os segmentos do terciário

¹⁶⁶ Os dados comparativos e relativos referentes à argumentação realizada sobre o setor terciário podem ser consultados na tabela presente em APÊNDICE G.

que mais empregaram em 2018 na RMC (Gráfico 15). A análise da estrutura setorial do terciário nos diferentes recortes espaciais dentro da RMC (Gráfico 16) permite observar que o arranjo de Campinas/SP, em relação ao seu total de vínculos ativos no terciário, destaca-se por empregar mais em “comércio varejista” (18,9%), “saúde e educação” (15,7%), “atividades administrativas e serviços complementares” (15,3%) e “transporte, armazenagem e correio” (10,3%).

Gráfico 16. Estrutura setorial do emprego formal do setor terciário. Médias e Grandes Concentrações Urbanas e Município Isolado (Indaiatuba). 2018.



Fonte: Elaboração própria (Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)/RAIS/SEADE).

O arranjo populacional de Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP e o município isolado de Indaiatuba (SP) empregam mais nos mesmos segmentos do terciário que o arranjo de Campinas/SP, porém, em ambos os casos, a administração pública aparece entre os segmentos mais empregadores, e o segmento de transporte não se destaca como importante empregador como no arranjo de Campinas/SP. Analisando a participação de cada arranjo populacional e de Indaiatuba (SP) no número de empregos formais por atividades do setor terciário, o arranjo de Campinas/SP, como metrópole e devido às dimensões econômicas e populacionais, lidera em todos os segmentos, com pesos ainda mais expressivos em atividades de maior complexidade, como “atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados” (75%), “saúde e

educação” (77,2%), “atividades administrativas e serviços complementares” (74%), e “atividades profissionais, científicas e técnicas” (73%), ou ainda em atividades que revelam sua relevância enquanto nó importante da rede urbana, como “transporte, armazenagem e correio” (82,7%).

Os dados do Valor Adicionado Fiscal (VAF) ajudam a dimensionar os segmentos/atividades mais importantes do ponto de vista do seu valor (em moeda corrente) e da sua presença territorial, embora, no caso do setor terciário como um todo, a utilidade dessa variável seja reduzida. No caso de segmentos de comércio varejista e atacadista, no entanto, torna-se um bom indicador devido à maior formalização destas atividades e à cobertura fornecida pelo indicador, ao contrário do setor de serviços, por exemplo, muito mais heterogêneo. No estudo realizado por Miranda et al. (2018a, p. 75-84), é analisada a evolução para o conjunto dos municípios da RMC, separando-os por desempenhos similares quanto à participação no VAF total e no VAF do Comércio (total) na região durante o período 2000-2012. O estudo mostra que, enquanto Campinas e Paulínia apresentaram participação no VAF bem superiores às participações dos demais municípios, municípios como Hortolândia, Vinhedo, Sumaré e Indaiatuba aumentaram suas participações no período, embora apresentem participações relativas menores.

Entre os municípios com maiores participações no VAF total da RMC, estavam justamente os pertencentes à área *core*, Campinas, Paulínia, Hortolândia, Sumaré, Americana e Indaiatuba, com destaque também para a participação de Vinhedo entre os primeiros. A participação no VAF do Comércio mostrou que municípios como Nova Odessa, Valinhos, Vinhedo, Sumaré, Americana e Indaiatuba aumentaram ou melhoraram sua participação, enquanto outros, como Campinas, apresentaram pouca variação entre 2000 e 2012, ao passo que Paulínia, Hortolândia, Cosmópolis e Itatiba declinaram na participação no VAF do Comércio. Novamente, Campinas, Paulínia, Hortolândia, Sumaré, Americana e Indaiatuba, a área *core*, junto com o bom desempenho de Jaguariúna e Vinhedo, apresentaram as maiores participações no VAF do Comércio em 2012, embora com trajetórias diferentes durante o período analisado, uma vez que Paulínia e Hortolândia, por exemplo, tiveram participação declinante durante o período.

3.3.2 O comércio exterior: evolução das exportações e importações

Neste tópico, analisaremos a evolução recente do comércio exterior na RMC, principalmente das exportações, importações, saldo comercial e corrente de comércio, verificando o desempenho dos municípios da região no período 2004-2019. Miranda et al. (2018b) notam como a tendência do comércio exterior na RMC foi alterada nesse período, pois, com a desvalorização cambial de 1999, “o país assistiu a uma reação das exportações brasileiras e uma forte queda das importações. Daí em diante a demanda externa determinaria os rumos do comércio exterior brasileiro” (p. 140). Para análise do desempenho dos municípios e da RMC, observaremos a evolução dos indicadores de comércio exterior, utilizando, para este fim, dados sobre valor das exportações e importações, disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), mediante consulta na Fundação SEADE¹⁶⁷.

Tabela 27. Valor das Exportações (US\$ FOB), das Importações (US\$ FOB), Corrente de Comércio (%) e participações relativas (%). Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município isolado (Indaiatuba) e RMC. 2004-2019.

Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado e RMC	Valor das Exportações (US\$ FOB)				Valor das Importações (US\$ FOB)			
	2004	%	2019	%	2004	%	2019	%
AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP	403.005.698	13,0	480.943.376	10,8	356.994.382	6,9	566.289.367	4,2
Americana (SP)	272.034.400	8,8	181.950.735	4,1	273.644.024	5,3	366.617.236	2,7
Nova Odessa (SP)	89.313.614	2,9	101.168.836	2,3	30.432.060	0,6	91.248.178	0,7
Santa Bárbara d'Oeste (SP)	41.657.684	1,3	197.823.805	4,4	52.918.298	1,0	108.423.953	0,8
AP Campinas/SP	1.782.661.426	57,5	3.194.636.855	71,6	3.134.908.498	60,7	9.965.864.181	73,9
Campinas (SP)	841.039.367	27,1	1.103.433.971	24,7	1.233.267.361	23,9	2.947.903.699	21,9
Cosmópolis (SP)	23.259.107	0,8	172.281.072	3,9	39.582.038	0,8	89.031.300	0,7
Hortolândia (SP)	88.418.960	2,9	55.406.640	1,2	304.302.957	5,9	919.202.094	6,8
Monte Mor (SP)	53.448.309	1,7	101.774.933	2,3	47.524.405	0,9	124.423.272	0,9
Paulínia (SP)	240.058.507	7,7	865.189.663	19,4	785.503.293	15,2	3.904.772.360	29,0
Sumaré (SP)	283.785.544	9,2	458.233.969	10,3	451.538.062	8,7	1.025.045.629	7,6
Valinhos (SP)	124.151.164	4,0	132.855.596	3,0	124.817.721	2,4	372.286.822	2,8

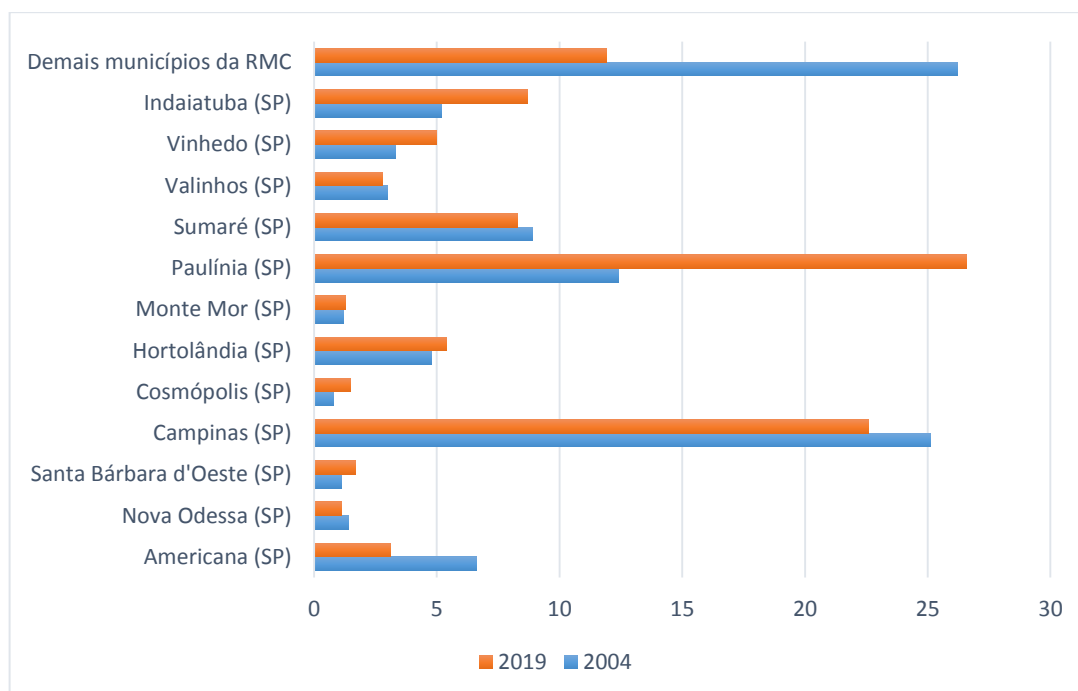
¹⁶⁷ Os dados estavam em termos de dólar-FOB, sigla em inglês que significa *Free On Board* (livre a bordo). O conceito é utilizado quando é o destinatário que se responsabiliza pelos custos e riscos do transporte da mercadoria que está sendo embarcada. Segundo nota da Fundação SEADE, o método de apuração das informações de exportação e importação por município segue o critério de domicílio fiscal do exportador/importador: “a contabilização se dá, portanto, no município em que se localiza a empresa que realizou a exportação ou importação, independentemente de onde foi produzida (no caso das exportações) ou para onde foi destinada (no caso das importações) a mercadoria”.

Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado e RMC	Valor das Exportações (US\$ FOB)				Valor das Importações (US\$ FOB)			
	2004	%	2019	%	2004	%	2019	%
Vinhedo (SP)	128.500.468	4,1	305.461.011	6,8	148.372.661	2,9	583.199.005	4,3
Indaiatuba (SP)	179.787.809	5,8	466.494.371	10,5	248.666.888	4,8	1.096.916.593	8,1
RMC	3.099.566.768	100,0	4.461.226.536	100,0	5.166.238.437	100,0	13.485.739.575	100,0
Participação da RMC nas Exportações do Estado de São Paulo (%)		9,0		8,6				

Fonte: Elaboração própria (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)/SEADE).

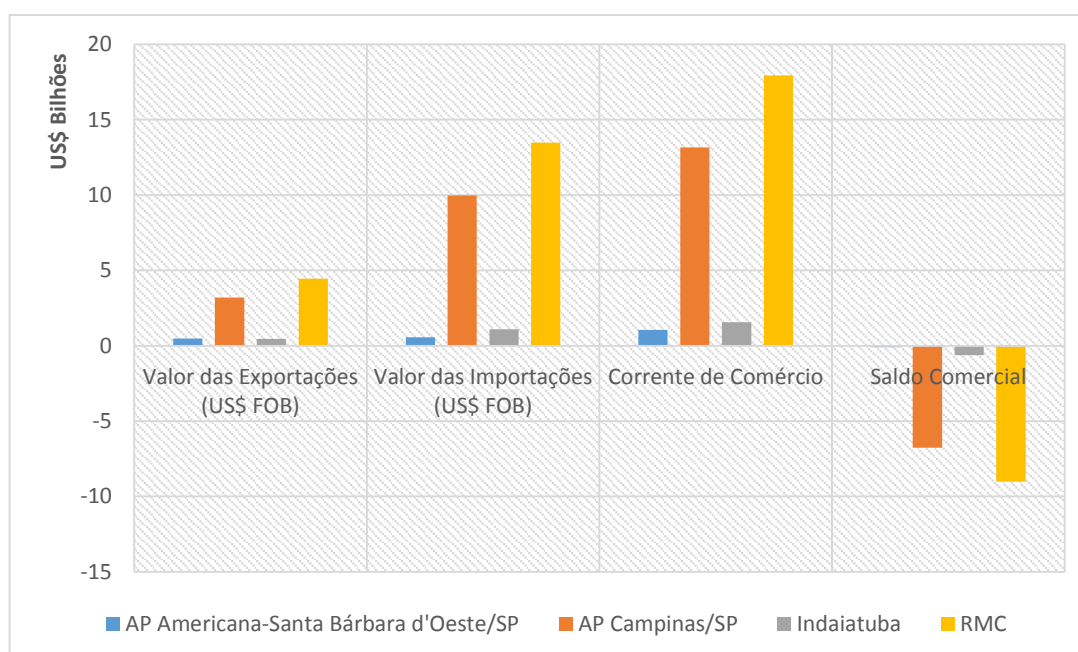
Pela análise da Tabela 27 e dos Gráficos 17 e 18, observamos o aumento da corrente de comércio regional entre 2004 e 2019, assim como o aprofundamento do saldo comercial (negativo). Como Miranda et al. (2018b) apontam, os dois movimentos estão associados principalmente à estagnação das exportações e ao forte crescimento das importações. Quando verificamos os municípios e arranjos populacionais com maiores participações percentuais relativas, para verificarmos quais puxaram as exportações e importações, notamos que Campinas, como metrópole, respondeu por quase 74% da corrente de comércio e do valor das importações da RMC em 2019, assim como respondeu por 71,6% das exportações da região no mesmo ano e por 75% do saldo comercial (negativo).

Gráfico 17. Corrente de Comércio da RMC – participações relativas (%). Municípios selecionados da RMC. 2004 e 2019.



Fonte: Elaboração própria (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)/SEADE).

Gráfico 18. Valor das Exportações, das Importações, Corrente de Comércio e Saldo Comercial, em US\$ FOB. Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município isolado (Indaiatuba) e RMC. 2019.



Fonte: Elaboração própria (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)/SEADE).

Os municípios de Campinas e Paulínia eram os principais responsáveis por essas participações percentuais relativas do arranjo de Campinas/SP, pois juntos contribuíram com 44,1% do valor das exportações, 50,9% do valor das importações, 49,2% da corrente de comércio e 54,1% do saldo comercial (negativo) em 2019. A concentração nesses dois municípios tornou-se muito mais acentuada ao compararmos com o ano de 2004, quando concentravam 34,8% do valor das exportações, 39,1% do valor das importações, 37,5% da corrente de comércio e 45,2% do saldo comercial (negativo). Essas alterações deveram-se principalmente ao ganho de participação relativa do município de Paulínia em todos os indicadores de comércio analisados nesse período.

Sem nos restringir apenas ao arranjo de Campinas/SP, notamos que sete municípios (Campinas, Paulínia, Indaiatuba, Sumaré, Vinhedo, Santa Bárbara d'Oeste e Americana) responderam por 80,2% das exportações da região em 2019, e apenas seis municípios (Paulínia, Campinas, Hortolândia, Sumaré, Vinhedo e Indaiatuba) responderam por 77,7% das importações da região no mesmo ano. Observamos, entre 2004 e 2019, a queda de participação percentual relativa do município de Americana, tanto nas exportações quanto nas importações da região. Somente sete municípios (Paulínia, Campinas, Indaiatuba, Sumaré, Hortolândia, Vinhedo e Americana) perfazem quase 80% da corrente de comércio exterior da região e são responsáveis por 82,1% do saldo comercial (negativo) e incluem, com exceção de Vinhedo, todos os municípios da área *core* citados anteriormente. A seguir, verificamos o esforço exportador e importador e o nível da demanda por exportações e importações por parte dos municípios no período.

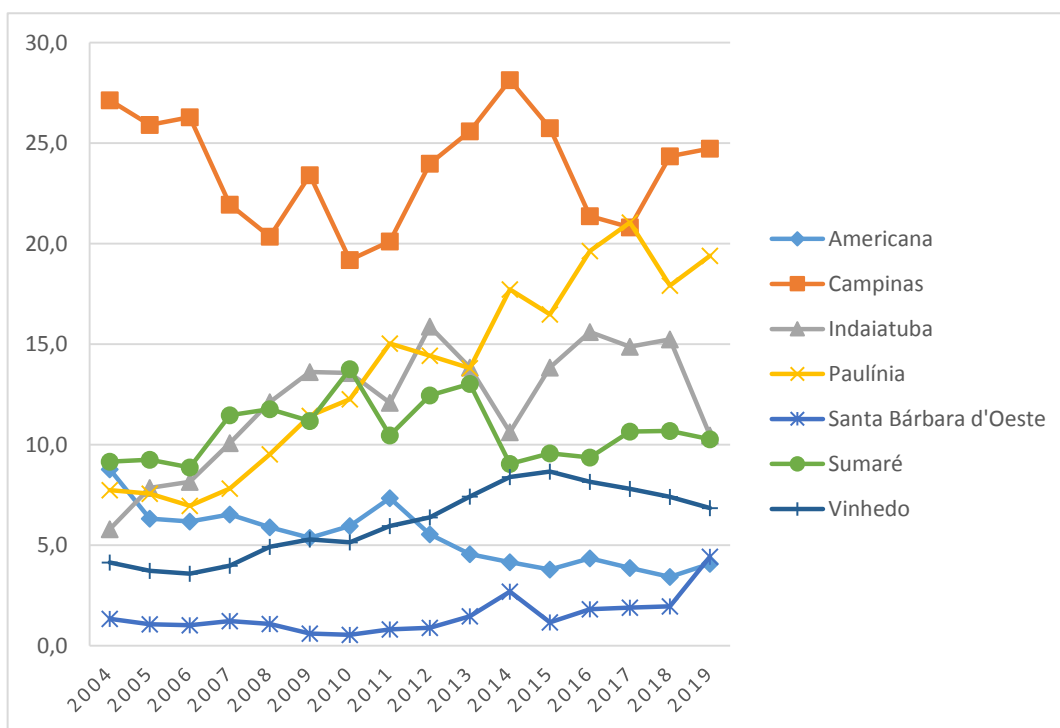
- *Exportações e Importações dos Municípios que compõem a RMC*

Considerando o valor dólar-FOB, vimos que sete municípios (Campinas, Paulínia, Indaiatuba, Sumaré, Vinhedo, Santa Bárbara d'Oeste e Americana) responderam por 80,2% das exportações da região em 2019, e os municípios de Campinas e Paulínia foram os principais destaques. Entre 2004 e 2019, a participação de Campinas nas exportações da RMC oscilou entre 19% e 29%, sendo que o pico foi atingido em 2014, quando a participação foi de 28,1%, e posteriormente situou-se em um patamar de 24% em 2018 e 2019. Paulínia, por sua vez, apresentou uma evolução mais expressiva, saindo de um patamar de 7,7% em 2004 para 19,4% em

2019, com pico de 21% em 2017, quando foi capaz de alcançar a participação percentual de Campinas pela primeira vez.

Abaixo de Campinas e Paulínia, os municípios de Indaiatuba, Sumaré e Vinhedo apresentaram participações percentuais expressivas, principalmente Indaiatuba e Vinhedo, que saíram de patamares baixos em 2004, de 5,8% e 4,1%, respectivamente, e atingiram 10,5% e 6,8% em 2019. Indaiatuba atingiu um pico de 15,9% em 2012, e Vinhedo alcançou sua maior participação percentual em 2015, com 8,7% do total das exportações da RMC. Por outro lado, o município de Sumaré apresentou desempenho mais constante, com participações percentuais em torno de 10% no período analisado. Em 2004, sua participação percentual foi de 9,2% e situou-se em um patamar de 10,5% nos últimos três anos analisados, 2017, 2018 e 2019, atingindo um pico de 13,8% em 2010. Junto com Campinas e Paulínia, foram os municípios que mais contribuíram com o esforço exportador da RMC entre 2004 e 2019 (Gráfico 19).

Gráfico 19. Participação (%) das Exportações de Campinas, Paulínia, Indaiatuba, Sumaré, Vinhedo, Santa Bárbara d'Oeste e Americana no total das Exportações da RMC. 2004-2019.

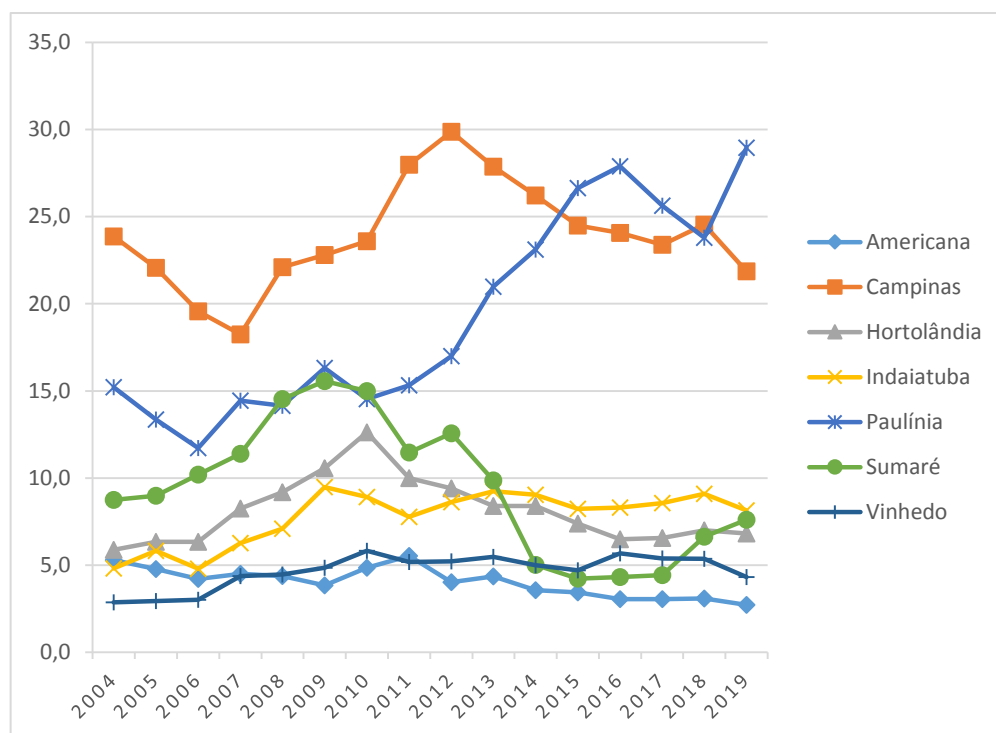


Fonte: Elaboração própria (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)/SEADE).

Americana e Santa Bárbara d'Oeste foram os outros dois municípios que apresentaram uma participação percentual significativa, sendo que o caso de Americana é mais notório devido ao pior desempenho durante o período, diminuindo sua participação de 8,8% em 2004 para 4,1% em 2019, com recuos contínuos. Em contrapartida, Santa Bárbara d'Oeste apresentou uma evolução na série, saindo de uma participação bastante reduzida no ano de 2004, de 1,3%, para atingir um patamar de 4,4% em 2019, superando inclusive Americana, que no início da série tinha uma das participações percentuais mais altas.

Em relação às importações, também consideradas pelo valor dólar-FOB, vimos anteriormente que seis municípios (Paulínia, Campinas, Hortolândia, Sumaré, Vinhedo e Indaiatuba) responderam por 77,7% das importações da região em 2019. Novamente, Campinas e Paulínia foram os principais destaques, com Paulínia tendo se transformado no principal município importador da região em 2019. Entre 2004 e 2019, a participação percentual de Campinas nas importações da RMC variou entre 18% e 30%, com pico de 29,9% em 2012 e situando-se em 21,9% em 2019, ao passo que Paulínia saiu de um patamar de 15,2% em 2004 e respondeu por 29% das importações da RMC em 2019, superando o desempenho importador de Campinas (Gráfico 20).

Gráfico 20. Participação (%) das Importações de Campinas, Paulínia, Indaiatuba, Sumaré, Vinhedo, Hortolândia e Americana no total das Importações da RMC. 2004-2019.



Fonte: Elaboração própria (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)/SEADE).

Após Campinas e Paulínia, entre os municípios analisados, Indaiatuba, Sumaré, Hortolândia e Vinhedo também apresentaram participações percentuais expressivas nas importações da RMC em 2019, porém com desempenhos diferentes no período analisado. Indaiatuba e Vinhedo apresentaram evolução de participação, saindo de um patamar de 4,8% e 2,9% em 2004, para atingir percentuais de 8,1% e 4,3% em 2019, respectivamente. Indaiatuba atingiu um pico de 9,5% em 2009 e Vinhedo atingiu sua maior participação em 2010, com 5,8%. Sumaré e Hortolândia, no entanto, atingiram picos bem elevados nos anos entre 2004 e 2019, porém situaram-se com participações menores em 2019. Sumaré apresentou participação de 8,7% em 2004, atingindo picos de 15,6% em 2009 e 15% em 2010, e situando-se com 7,6% em 2019.

Hortolândia saiu de um patamar de 5,9% em 2004 e atingiu 6,8% em 2019, porém obteve picos elevados de 10,6%, 12,6% e 10% em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Americana, novamente, apresentou o pior desempenho, com recuos de participação contínuos, assim como o desempenho das exportações. O

município apresentou uma participação no total das importações da RMC de 5,3% em 2004, próximo ao de Hortolândia e Indaiatuba, recuando até atingir um patamar de 2,7% em 2019.

Por fim, após análise do desempenho das exportações e importações dos municípios da RMC quanto ao valor dólar-FOB, nota-se que houve uma perda de participação das exportações da RMC nas exportações do Estado de São Paulo, entre 2004 e 2019, embora o esforço exportador de alguns municípios tenha aumentado. Quanto às importações, como Miranda et al. (2018b) também observam, “houve crescimento da demanda regional [...], ainda que alguns municípios apresentassem quedas acentuadas” (p. 147). Também é notória a concentração do esforço exportador e importador em apenas alguns municípios da região, os quais perfazem a maior parte do percentual da RMC, e coincidem com os municípios que mais se destacam nos indicadores analisados nos tópicos e seções anteriores.

O tópico final, nos direcionando para a conclusão, abordará algumas consequências do processo de metropolização, principalmente pós anos 90, que acentuaram características que também são marcantes dos espaços metropolitanos, estudadas no capítulo anterior, como a concentração de pobreza e precariedade. Daremos ênfase, especialmente, ao aumento dos desequilíbrios sociais e aos efeitos do processo de desindustrialização na região de Campinas, estudando, para tanto, alguns indicadores sociais e relacionados ao mundo do trabalho e as importantes conclusões sobre a análise da indústria na RMC, no relatório elaborado por Miranda et al. (2018b).

3.3.3 Os efeitos da “década neoliberal”: desindustrialização e desigualdades sociais

No Capítulo 1, estudamos como o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, conforme ganharam maior dimensão, também acarretaram efeitos nefastos devido às grandes repercussões no universo do trabalho, uma vez que a ampliação dos níveis de precarização e desemprego foi mais intensa, sobretudo na periferia do capitalismo mundial (CANO, 2000, 2007). Entre as principais consequências, além do aprofundamento das desigualdades sociais, da taxa de desemprego aberto e a pouca redução nos níveis de pobreza urbana e indigência, os impactos sociais mais imediatos da política neoliberal na América Latina têm sido o aumento do trabalho

precarizado, espelhado, por exemplo, na denominada informalização do mercado de trabalho, reduzindo o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam através de empregos formais, como pudemos estudar após revisitarmos os trabalhos de Alves (2003), Antunes (2009), Antunes e Pochmann (2007) e Pradilla-Cobos (2014).

Além dessas consequências, vimos que os países latino-americanos de maior peso econômico relativo, principalmente, têm sofrido, de forma desigual, os efeitos da desindustrialização precoce (CANO, 2012, 2014; PRADILLA-COBOS, 2014). A trajetória de industrialização seria negativamente impactada pela “década perdida” de 1980 e a implantação das reformas neoliberais entre 1980 e início dos anos 1990. No caso da desindustrialização precoce ou negativa, as indústrias crescem a taxa reduzidas, caso o crescimento ocorra, reduzindo participação e sofrendo queda de produtividade e perda de competitividade.

A exposição da indústria brasileira à competição internacional debilitou elos de diversas cadeias produtivas, eliminando empresas e linhas produtivas de várias empresas. Ademais, a desindustrialização tem acentuado a tendência estrutural à terciarização das economias metropolitanas da região, e tal processo do setor terciário latino-americano teve um caráter espúrio, polarizado e predominantemente informal, cuja característica difere-se da predominância de serviços de produção especializados verificados nas grandes metrópoles dos países hegemônicos (PRADILLA-COBOS, 2014).

Miranda et al. (2018b) realizam uma caracterização da atividade industrial na RMC¹⁶⁸, principalmente no que tange às mudanças estruturais da indústria de transformação na região entre os anos 2000 e 2015, observando os seguintes aspectos de sua evolução: valor da produção; fabril; e mão-de-obra. A indústria na região vem modificando sensivelmente a sua configuração, diminuindo sua participação de 39,5% sobre o valor adicionado bruto (VAB) interno à RMC, no ano de 2002, para uma representação de 34,5% no ano de 2017. No mesmo período, o setor de serviços, exceto administração pública, aumentou sua representatividade, de

¹⁶⁸ As análises sobre a atividade industrial na RMC também podem ser verificadas em Miranda e Porto (2020). Esse Texto para Discussão é o terceiro texto da série que visa caracterizar as transformações recentes da Região Metropolitana de Campinas (RMC), e é baseado nos resultados alcançados no capítulo sobre a análise da indústria na RMC, de Miranda et al. (2018b). A série é coordenada pelo Prof. Dr. Humberto Miranda e o doutorando Leonardo Porto no CEDE/IE.UNICAMP.

49,8% em 2002 para 56,4% em 2017. Apesar da perda apresentada, a participação relativa ainda corresponde a um terço do VAB (Tabela 28).

Tabela 28. Valor Adicionado Bruto da RMC por setores de atividade (em anos selecionados). Valores correntes em R\$ mil.

Setores	2002		2010		2017	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Agropecuária	549.509	1,6	655.527	0,7	1.550.499	1,0
Indústria	13.386.018	39,5	35.161.799	38,8	55.458.790	34,5
Serviços, exceto Adm. Pública	16.870.255	49,8	47.109.958	52,0	90.775.402	56,4
Administração Pública ¹	3.070.506	9,1	7.666.303	8,5	13.098.019	8,1
Total	33.876.286	100,0	90.593.586	100,0	160.882.709	100,0

Fonte: Elaboração própria (IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. 2017).

¹Refere-se aos Serviços de Administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social.

O relatório aponta que, a despeito dos impactos da crise financeira internacional deflagrada em 2008 e a grave recessão da economia brasileira (2014-2016), a queda de participação da atividade industrial resulta de mudanças mais profundas na estrutura produtiva nacional, como, por exemplo, o fato da indústria de transformação passar por um processo de reversão ao longo das últimas décadas no Brasil, com perdas de alguns elos da cadeia produtiva e de participação relativa no valor adicionado e até redução de sua produção física, “podendo vir a representar um fechamento generalizado das unidades industriais locais e a observação de taxas negativas de crescimento no médio prazo” (MIRANDA et al., 2018b, p. 108), processo descrito nas considerações de Cano (2012, 2014) sobre a desindustrialização no Brasil. Em regiões com maior adensamento industrial, como a RMC, esse quadro adquire especial impacto.

Ao analisar a evolução da atividade industrial na RMC, o relatório de Miranda et al. (2018b) se concentra apenas na Indústria de Transformação¹⁶⁹ e sua composição setorial, abordando aspectos como evolução do valor de produção,

¹⁶⁹ O relatório segue a recomendação de Cano (2014), que considera, entre os outros três grandes ramos da indústria, como Indústria Extrativa, Construção Civil e os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), a Indústria de Transformação como o segmento mais suscetível na concorrência internacional, fazendo sentido utilizar apenas esse segmento na discussão a respeito de desindustrialização. A análise desagregada por atividades industriais teve por base dois critérios (MIRANDA et al., 2018b, p. 110): os adotados pela CNAE 2.0, feita pelo IBGE, na qual a Indústria de Transformação apresenta 24 divisões, e o critério com base na divulgação adotada pela SEFAZ-SP, para divulgação dos dados do Valor Adicionado Fiscal da Indústria (VAFI).

número de estabelecimentos, crescimento da mão de obra e remuneração média do trabalho no setor. A análise da evolução do valor da produção, de 2001 a 2012, mostrou a contribuição de cada segmento ao Valor Adicionado Fiscal da Indústria (VAFI) da RMC, mostrando uma modificação importante entre os principais segmentos que lideram a indústria na região. Assim como Semeghini (1988) já destacava como um traço histórico da estrutura produtiva da região, a evolução do valor da produção entre 2001 e 2012 novamente expressou a diversificação da atividade industrial na RMC, resultante da consolidação da indústria no estado de São Paulo.

A indústria de Material de Transporte apresentou aumento de 4,6% entre 2001 e 2012, ao passo que a indústria de Produtos Farmacêuticos passou de 3,8% para 6% do total da indústria de transformação, no mesmo período. Junto com essas duas indústrias citadas, as indústrias de Combustíveis, Produtos Químicos, Material eletrônico e Equipamentos de Comunicação, e Máquinas e Equipamentos compunham 70,1% do VAFI da região em 2012, cifra menor que o percentual que as seis maiores indústrias representavam em 2001, de 73,4%, quando a indústria Têxtil também figurava entre os principais segmentos do setor industrial na região, sendo substituída pela indústria de Material eletrônico e Equipamentos de Comunicação entre as principais atividades em 2012 (MIRANDA et al., 2018b, p. 110-112).

Quanto às taxas médias de crescimento dos segmentos que compõem a Indústria de Transformação, esta, como um todo, apresentou crescimento bastante ínfimo, de apenas 0,8% a.a. entre 2001 e 2012, sendo que os principais segmentos industriais da região apresentaram desempenho quase nulo ou negativo, como foi o caso de Combustíveis (-0,44% a.a.), Produtos Químicos (-1,24% a.a.), Materiais Eletrônicos e Equipamentos de Comunicação (-2,03%) e a indústria Têxtil (-1,96% a.a.). Outros segmentos, como a indústria de Perfumaria e Cosméticos, chamaram a atenção no relatório pela redução do seu VAFI, em 2012, a menos de um terço do seu valor em 2001 (crescimento negativo de 10,14% a.a.). O desempenho bastante insatisfatório dos principais segmentos da região também ajuda a explicar a queda de participação destes no total do VAFI, no período, assim como foi o principal responsável, de acordo com Miranda et al. (2018b, p. 113), pelo baixo desempenho generalizado da Indústria de Transformação na primeira década do século XXI,

apontando para a perda de dinamismo da atividade industrial, processo já revelado por Cano (2012, 2014) na escala nacional.

Quanto à evolução do número de estabelecimentos (parque fabril) e quais os setores industriais que mais concentram unidades na região¹⁷⁰, a quantidade total de estabelecimentos na RMC evoluiu de 54.184 unidades, no ano de 2006, para 74.205, em 2016, um acréscimo de vinte mil unidades, em dez anos. No mesmo período, a indústria de transformação passou de 6.581 unidades fabris para 7.923, com aumento de 1.342 estabelecimentos, ou seja, a indústria teve um acréscimo bastante reduzido no número de novos estabelecimentos na região, crescendo a uma média de 134 novas unidades por ano, num ritmo menos acelerado que nos demais setores econômicos (MIRANDA et al., 2018b).

Sob o ponto de vista do tamanho dos estabelecimentos, o relatório mostra que as unidades com menos de dez funcionários foram as grandes responsáveis pelo aumento do número de estabelecimentos industriais entre 2006 e 2016, enquanto observou-se a redução da participação dos maiores estabelecimentos, com mais de 500 empregados, tanto no total da indústria como no total de estabelecimentos com mais de 500 empregados, podendo significar, no período recente, que “a RMC vem registrando perdas de participação das empresas industriais de grande escala no desempenho geral da indústria e da economia” (MIRANDA et al., 2018b, p. 118). O segmento de Fabricação de Produtos Têxteis foi o que mais reduziu o número de estabelecimentos, em valores absolutos, durante o período analisado, com perda de 148 unidades entre 2006 e 2016, seguido pelo segmento de Confecção de Artigos de Vestuário e Acessórios, com redução de 36 unidades locais. Entre os ganhadores, apareceria o segmento de Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos, com expansão de 563 novas unidades, e o segmento de Fabricação de Máquinas e Equipamentos, com crescimento de 218 unidades em dez anos.

Miranda et al. (2018b, p. 120-123) também notam os cinco segmentos que mais concentram unidades locais dentro da RMC em 2016 (Fabricação de Produtos de Metal, exceto máquinas e equipamentos; Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios; Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos;

¹⁷⁰ Miranda et al. (2018b) utilizaram, para tanto, informações referentes ao número de estabelecimentos, total e setorial, obtidos através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MET), para o período de 2006 a 2016, adotando a subdivisão da CNAE 2.0, que somente passou a ser divulgada a partir do ano de 2006.

Fabricação de Máquinas e Equipamentos; e Fabricação de Produtos Têxteis), em que houve ganho das atividades relacionadas a bens intermediários e bens de capital e perda nas atividades tidas como mais tradicionais, como, por exemplo, o segmento de Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos, que passou a figurar na lista em substituição à Fabricação de Minerais Não-Metálicos, que estava entre os cinco segmentos que mais concentravam unidades locais dentro da RMC em 2006. Tais segmentos também apresentam maior concentração entre as menores unidades, isto é, entre as faixas de menor tamanho dos estabelecimentos, “revelando o caráter dessas atividades na região, cuja maior ênfase está na produção em pequena escala” (MIRANDA et al., 2018b, p. 121).

Ao analisarem a distribuição da indústria entre os municípios da RMC, permitindo uma melhor visualização da localização industrial na região, os autores do relatório propõem a análise a respeito da razão entre o VAFI e o número de estabelecimentos, por município, que permite formular hipóteses quanto ao desempenho futuro da indústria regional. Verifica-se o decréscimo do valor da produção industrial por estabelecimento na região metropolitana, pois em 2006 cada unidade respondia por quase R\$ 13 milhões, diminuindo para R\$ 9,7 milhões em 2012, uma diminuição de aproximadamente R\$ 3 milhões no valor médio gerado por estabelecimento fabril em apenas seis anos (MIRANDA et al., 2018b, p. 125).

Municipalmente, apenas quatro municípios apresentaram elevação do valor médio da produção dos estabelecimentos industriais, entre os anos de 2006 a 2012: Cosmópolis, Hortolândia, Santo Antônio de Posse e Vinhedo. Já Paulínia e Jaguariúna foram os destaques negativos, refletindo o desempenho ruim das indústrias de Combustíveis e de Produtos Químicos, bastante concentradas nesses municípios. Paulínia apresentava o maior valor médio entre os municípios, porém com redução de R\$ 247,4 milhões para R\$ 14,7 milhões em 2012 (idem, p. 125). Nas últimas considerações a respeito da análise do parque fabril da RMC com base no comportamento do número de estabelecimentos industriais, os autores colocam:

Teve maior destaque o segmento de Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos, vislumbrando uma mudança estrutural significativa da indústria na região, tanto pelo tamanho médio do estabelecimento como pelo conteúdo da própria indústria, dado que o crescimento deste tipo de atividade *pode estar indicando as transformações decorrentes da reestruturação produtiva, em que atividades outrora realizadas no interior das grandes empresas, passaram a ser realizadas por unidades menores e terceirizadas.* [...] Daí que o valor médio da produção por estabelecimento tenha caído

em tão poucos anos, explicando, por um lado, a queda da participação da indústria no VAB da RMC e, por outro, fornecendo subsídios para se compreender o que vem acontecendo com a indústria campineira que, em face do processo de desindustrialização no país, apresenta diminuição da capacidade de agregação de valor (MIRANDA et al., 2018b, p. 125, grifo nosso).

Por fim, no que se refere à evolução da mão-de-obra, Miranda et al. (2018b) destacam o aumento dos empregos formais situados nas faixas inferiores de rendimento, durante os anos de 2006 a 2016, fator que se agravou com a crise econômica do país, desde o ano de 2014: “com a crise econômica, intensificou-se um processo de queda dos postos de trabalho situados nas maiores faixas de rendimento, em contraposição ao crescimento dos vínculos ativos nas faixas de rendimento inferiores a dois salários mínimos” (p. 138). À vista disso, é notada uma mudança na criação de novos empregos, agora localizados nas pequenas unidades e com participação maior dos postos de trabalho com remuneração mais baixa.

Observamos, pelas importantes conclusões acima reproduzidas, sobretudo acerca da evolução da atividade industrial, do parque fabril e da mão-de-obra, como a trajetória de industrialização da região campineira, representada nos resultados do relatório de Miranda et al. (2018b) pelo recorte espacial da RMC, também foi negativamente impactada pelas reformas neoliberais implantadas entre 1980 e início dos anos 1990. A região refletiu também, em alguma medida, o processo de desindustrialização precoce no país, explicado por Cano (2012, 2014), principalmente em relação às reduzidas taxas de crescimento que sua indústria apresentou nos últimos anos e às transformações decorrentes da reestruturação produtiva, quando muitas atividades passaram a unidades menores ou terceirizadas, como De Mattos (2010) e Lencioni (2017) também mencionam ao comentarem sobre a estratégia de muitas empresas, por exemplo, a tendência à terceirização relativa à força de trabalho ou às fases do processo produtivo.

Esses resultados adquirem significado ainda mais profundo quando consideramos a contribuição da atividade industrial para o desenvolvimento e crescimento de Campinas e sua região metropolitana, tanto em participação no valor adicionado bruto total quanto em termos de geração de empregos formais, uma vez que a indústria respondia por 241 mil dos empregos formais em 2018, dos quais 225 mil pertenciam à Indústria de Transformação, representando um dos principais setores em termos de empregabilidade na região. Quando nos concentramos em seu núcleo

metropolitano de fato, o arranjo de Campinas/SP, essa dimensão torna-se ainda maior, pois cerca de metade dos empregos formais da Indústria de Transformação (112.274) encontravam-se na metrópole campineira, assim como 75,9% do valor adicionado bruto (VAB) da indústria da RMC, como estudamos nos tópicos anteriores.

O aumento de pessoas trabalhando também foi acompanhado por recordes nos níveis de informalidade na região, o que significa que muitas pessoas ocupadas se encontram na informalidade. No caso de Campinas, reportagens apontavam que em 1999 a cidade já vivia a “era da informalidade”¹⁷¹, e esse contexto apenas se agravou, com novas notícias apontando, em 2018¹⁷², que a proporção de trabalhadores informais já era quase a metade da população com alguma ocupação em Campinas. No final da década de 70 e década de 80, Semeghini (1988, p. 231) já apontava a tendência de crescimento absoluto do contingente não absorvido pelo mercado formal de trabalho, com o sensível aumento dos níveis de criminalidade e violência, favelização e marginalidade atestando o agravamento do problema.

Os dados do Censo de 2010 nos mostram que, da população ocupada da RMC em 2010, de 1,4 milhão de pessoas, cerca de 516 mil se encontravam ocupadas em alguma categoria de trabalho informal¹⁷³, ou seja, 36,2% da população ocupada da Região Metropolitana de Campinas. Campinas, na condição de metrópole e com quase 328 mil pessoas em categorias de trabalho informal, respondia por mais da metade (63,5%) da população em trabalho informal da RMC, e também apresentava os municípios com as maiores proporções da população de 10 anos ou mais de idade ocupada em trabalho informal, como Monte Mor (42,3%), Hortolândia (39,7%) e Sumaré (38,4%). O percentual da RMC em trabalho informal, embora elevado e acentuando-se ano a ano, ainda se situava abaixo do nível de informalidade da população ocupada do Estado de São Paulo e do Brasil em 2010, quando

¹⁷¹ AVANCINI, M. Campinas vive a "era da informalidade" aos 225 anos, com explosão de sem-teto e perueiros. **FOLHA CAMPINAS**, julho 1999. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/campinas/cm11079901.htm>>. Acesso em 16 de outubro de 2020.

¹⁷² HABICAMP. **Informais já são quase metade dos trabalhadores em Campinas**, agosto 2018. Disponível em:< <https://habicamp.com.br/>>. Acesso em 16 de outubro de 2020.

¹⁷³ Adota-se neste trabalho o conceito utilizado na publicação do IBGE (2018, p. 41), que coloca que o trabalho informal está “associado à mão de obra ocupada, ao trabalho precário e à falta de acesso a algum tipo de proteção social”. A publicação mantém o conceito de trabalho informal tal como definido na 17ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho – CIET, englobando as seguintes categorias: empregados do setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência social, e trabalhadores familiares auxiliares.

apresentavam percentuais de 44,7% e 58,5%, respectivamente, da população ocupada em alguma categoria de trabalho informal (Tabela 29).

Tabela 29. Proporção da população de 10 anos ou mais de idade ocupada em trabalho informal. Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado (Indaiatuba) e RMC. 2010.

Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Municípios Isolado e RMC	Total - População Ocupada	Trabalho Informal	Proporção (%)
AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP	231.275	86.650	37,5
Americana (SP)	112.749	42.304	37,5
Nova Odessa (SP)	25.993	9.881	38,0
Santa Bárbara d'Oeste (SP)	92.533	34.465	37,2
AP Campinas/SP	935.129	327.988	35,1
Campinas (SP)	543.550	185.172	34,1
Cosmópolis (SP)	25.803	9.026	35,0
Hortolândia (SP)	91.625	36.347	39,7
Monte Mor (SP)	23.149	9.796	42,3
Paulínia (SP)	42.048	13.069	31,1
Sumaré (SP)	116.546	44.728	38,4
Valinhos (SP)	57.900	17.475	30,2
Vinhedo (SP)	34.508	12.375	35,9
Indaiatuba (SP)	106.607	40.558	38,0
RMC	1.427.325	516.040	36,2
Estado de São Paulo	20.001.270	8.937.564	44,7
Brasil	86.353.839	50.528.966	58,5

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censo Demográfico, 2010, Microdados/SIDRA).

No capítulo anterior, estudamos a partir de uma perspectiva teórico-conceitual, como a metrópole concentra riqueza, investimentos, modernização, inovação, de um lado, e precariedade e pobreza, de outro. No contexto campineiro, Cunha et al. (2005) ressaltam que a Região Metropolitana de Campinas é uma das mais importantes regiões do país devido à força econômica e à dimensão como polo tecnológico brasileiro, acumulando, enquanto se expandia e assumia posição proeminente no cenário paulista e nacional, alguns passivos indesejados, observados na maioria das metrópoles brasileiras: “alta concentração de pobreza, desemprego, violência, crescimento e desenvolvimento socioeconômico desigual e, sobretudo, um forte grau de segregação social no interior de seu território” (p. 1). De outra maneira, Semeghini (1988) coloca que emergiu do crescimento econômico tanto um tecido urbano mais

complexo quanto a consolidação de um vasto contingente de população pobre e com crescentes problemas de emprego.

Caiado e Pires (2006) ressaltam que no período recente, com as transformações na estrutura produtiva, a ampliação das condições gerais de infraestrutura com o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, há maior possibilidade de escolha da localização de moradia pelas camadas de mais alta renda, assim como para as empresas, no quadro do processo que revistamos no capítulo anterior sobre as transformações territoriais da metrópole a partir das considerações de De Mattos (2010), Pradilla-Cobos (2014), Lencioni (2017) e Carlos (2013). A estas condições, somam-se os impactos do declínio econômico dos anos 80 e 90, com o crescimento do desemprego e a crescente concentração da pobreza nas áreas urbanas, agravando a situação de violência urbana (CAIADO; PIRES, 2006).

A evolução da situação habitacional demonstraria os desequilíbrios e paradoxos do crescimento na região: de acordo com Semeghini (1988), a população favelada era em 1980 de cerca de 47.000 pessoas, ou 8% da população urbana, e “considerando-se os cortiços e os loteamentos precários, não menos de um terço da população urbana de Campinas vivia, em 1980, em habitações subnormais” (p. 242). Esse quadro evoluiu significativamente, pois no núcleo metropolitano, a cidade de Campinas, a população em aglomerados subnormais¹⁷⁴ era de cerca de 75 mil pessoas em 1991, ou quase 9% da população total, proporção bastante superior à população paulista e brasileira em aglomerados subnormais, de 4,9% e 4,8% da população total, respectivamente (Tabela 30).

¹⁷⁴ De acordo com o IBGE (2013), por definição, “os aglomerados subnormais ocupam ou ocuparam, em período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) contendo residências toscas dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais” (p. 364). Segundo a publicação, o conceito de aglomerado subnormal foi utilizado pela primeira vez no Censo Demográfico 1991 e possui um grau de generalização para abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no País. Possuem nomes diversos pelos quais são conhecidos: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros.

Tabela 30. População em aglomerados subnormais (%). Campinas, Estado de São Paulo e Brasil. 1991 e 2010.

Campinas, Estado de São Paulo e Brasil	População Total (1991)	População em Aglomerados Subnormais (1991)	%	População Total (2010)	População em Aglomerados Subnormais (2010)	%
Campinas (SP)	847.595	75.044	8,9	1.080.113	148.278	13,7
Estado de São Paulo (SP)	31.588.925	1.556.092	4,9	41.262.199	2.715.067	6,6
Brasil	146.825.475	6.988.677	4,8	190.755.799	11.425.644	6,0

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2010, Microdados/SIDRA).

Em 2010, a população campineira em aglomerados subnormais já ultrapassava 148 mil pessoas, perfazendo 13% da população total da cidade, novamente uma proporção bastante elevada quando comparada à população do Estado de São Paulo e do Brasil, como um todo, em aglomerados subnormais em 2010, de 6,6% e 6% da população total, respectivamente. Do total de domicílios particulares permanentes de Campinas em 1991, 7,3% eram aglomerados subnormais, percentual que saltou para 11,5% do total de domicílios particulares permanentes em 2010, isto é, contabilizava-se mais de 40 mil aglomerados subnormais em Campinas em 2010 (Tabela 31).

Tabela 31. Proporção de aglomerados subnormais (%). Campinas, Estado de São Paulo e Brasil. 1991 e 2010.

Campinas, Estado de São Paulo e Brasil	Total Domicílios Particulares Permanentes (1991)	Tipo de setor-Aglomerados Subnormais (1991)	%	Total Domicílios Particulares Permanentes (2010)	Tipo de setor-Aglomerados Subnormais (2010)	%
Campinas (SP)	223.136	16.224	7,3	348.268	40.027	11,5
Estado de São Paulo (SP)	8.039.661	346.737	4,3	12.825.453	748.079	5,8
Brasil	34.734.715	1.575.766	4,5	57.320.555	3.220.713	5,6

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2010, Microdados/SIDRA).

Considerando os domicílios cuja renda domiciliar mensal *per capita* era inferior a meio salário mínimo, os quais consideramos como “domicílios pobres”, assim como Souza e Nazareno (2011), temos que 27,1% dos domicílios brasileiros e 14,7% dos domicílios paulistas encontravam-se nessa condição em 2010. A RMC possuía mais de 88 mil domicílios com renda domiciliar mensal *per capita* inferior a meio salário mínimo, compreendendo 10,1% dos domicílios particulares permanentes. O arranjo de Campinas/SP, metrópole, respondia por 72% dos “domicílios pobres” da RMC,

sendo que seu núcleo, o município de Campinas, abrigava quase 39% do total dos “domicílios pobres” da região metropolitana.

Em relação ao total de domicílios particulares permanentes de cada município, Monte Mor (20%), Hortolândia (16,3%) e Sumaré (13,9%) apresentavam a maior proporção de domicílios pobres da RMC em 2010, ao passo que Valinhos (5,8%), Americana (6,1%) e Vinhedo (6,1%) apresentavam as menores proporções de domicílios pobres em relação ao total de domicílios particulares permanentes de cada município (Tabela 32).

Tabela 32. Proporção de domicílios pobres (%). Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado (Indaiatuba) e RMC. 2010.

Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado e RMC	Unidades até 1/2 S.M.	% (sobre o total de domicílios)
AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP	10.184	7,4
Americana (SP)	4.129	6,1
Nova Odessa (SP)	1.272	8,0
Santa Bárbara d'Oeste (SP)	4.783	8,7
AP Campinas/SP	64.254	11,0
Campinas (SP)	34.473	9,9
Cosmópolis (SP)	2.142	12,1
Hortolândia (SP)	9.053	16,3
Monte Mor (SP)	2.889	20,0
Paulínia (SP)	2.339	9,6
Sumaré (SP)	10.225	13,9
Valinhos (SP)	1.957	5,8
Vinhedo (SP)	1.176	6,1
Indaiatuba (SP)	4.765	7,8
RMC	88.641	10,1
Estado de São Paulo	1.883.804	14,7
Brasil	15.837.499	27,6

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censo Demográfico, 2010, Microdados/SIDRA).

Por fim, analisamos a taxa de desemprego, com base na observação da evolução da população desocupada ou desempregada em relação à população economicamente ativa. Em 1991, havia na RMC mais de 41,5 mil pessoas desempregadas, ou 4,8% da população economicamente ativa da Região Metropolitana de Campinas, sendo que 72,7% da população desempregada encontrava-se no arranjo de Campinas/SP, especialmente em seu núcleo, Campinas,

com 18.602 pessoas desempregadas em 1991. Em 2010, o nível de pessoas desempregadas da RMC salta para mais de 103 mil pessoas, ou 6,8% de sua população economicamente ativa. A metrópole, o arranjo de Campinas/SP, viu sua população desempregada mais que duplicar, apesar de concentrar menos a população desocupada da RMC em relação ao ano de 1991, com 70,6% da população desocupada da RMC em 2010.

Com exceção de Nova Odessa, todos os municípios viram sua taxa de desemprego aumentar entre 1991 e 2010, especialmente Cosmópolis, Hortolândia, Monte Mor, Sumaré e Paulínia, os quais apresentaram as maiores taxas de desemprego da RMC em 2010. Apesar do aumento da taxa de desemprego entre 1991 e 2010, a RMC ainda apresentou uma proporção menor que a do Estado de São Paulo e do Brasil em 2010 (Tabela 33).

Tabela 33. Taxa de desemprego (%). Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado (Indaiatuba) e RMC. 1991 e 2010.

Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado e RMC	População Desempregada		Taxa de Desemprego (%)	
	1991	2010	1991	2010
AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP	6.732	14.383	4,4	5,9
Americana (SP)	2.698	6.453	3,7	5,4
Nova Odessa (SP)	1.059	1.820	6,7	6,5
Santa Bárbara d'Oeste (SP)	2.975	6.110	4,7	6,2
AP Campinas/SP	30.217	73.148	5,2	7,3
Campinas (SP)	18.602	37.945	4,7	6,5
Cosmópolis (SP)	893	3.302	5,6	11,3
Hortolândia (SP)	0	9.543	0,0	9,4
Monte Mor (SP)	438	2.367	4,4	9,3
Paulínia (SP)	513	4.035	3,1	8,8
Sumaré (SP)	8.389	11.539	8,7	9,0
Valinhos (SP)	713	2.680	2,3	4,4
Vinhedo (SP)	669	1.737	4,2	4,8
Indaiatuba (SP)	2.334	6.939	5,2	6,1
RMC	41.535	103.500	4,8	6,8
Estado de São Paulo	761.933	1.638.505	5,5	7,6
Brasil	3.162.812	7.150.820	5,4	7,6

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2010, Microdados/SIDRA/IPEADATA).

Assim, como Semeghini (1988, p. 246-247) observava no final da década de 1980, principalmente a partir de dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980, a

deterioração da qualidade de vida acompanhou um dos mais pujantes processos de desenvolvimento econômico registrados no país, reproduzindo padrões de crescimento urbano característicos de São Paulo, embora em escala mais reduzida. Os indicadores aqui examinados, refletindo principalmente o aumento do trabalho informal, da taxa de desemprego e do nível de pobreza de sua população com base nos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2010, mostram que a situação social se agravou após os anos 90, e poderíamos continuar essa análise se considerássemos ainda outros indicadores de criminalidade e segurança pública, seguramente. Em um contexto de crise econômica e desindustrialização, como vimos no decorrer desse tópico, essa tendência pode se acentuar ainda mais, principalmente devido à importância da indústria como geradora de renda e de empregos na região de Campinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa investigação objetivou trazer elementos para pensarmos a dinâmica contemporânea da região de Campinas, principalmente pós anos 90, com o intuito de refletir a respeito de sua condição metropolitana singular no contexto histórico da urbanização brasileira: a formação de uma grande aglomeração urbana no interior do território, com complexidade das características funcionais situando-a na hierarquia do sistema de cidades, quando a generalização desse padrão vertical de hierarquização urbana atribuía o topo às capitais de estado. No caso de Campinas, essa posição torna-se distinta devido à influência que divide com a Metrópole de São Paulo, com a qual estabeleceria uma relação de complementariedade, que iria além de um espraiamento da dinâmica paulistana.

Essa relação seria mais visível pelo dinamismo que a região de Campinas é capaz de refletir no conjunto da economia brasileira, ainda que o produto, a renda e emprego se concentrem principalmente no município de Campinas e alguns outros da região. Por isso, o destaque que concedemos à dinâmica econômico-espacial de Campinas como área metropolitana situada no interior paulista e de suma importância no desenvolvimento estadual. Podemos recuperar agora alguns dos objetivos que delineamos no início deste trabalho.

A partir da pesquisa bibliográfica e documental, principalmente, colocava-se como interesse investigar a especificidade de Campinas diante do extravasamento da dinâmica paulistana, pensada pelas suas características metropolitanas próprias e articulação que estabelece com os municípios ao seu redor, as quais a singularizariam como importante nó da rede urbana e continuariam concedendo sentido real à descentralização do desenvolvimento econômico estadual, já que a região foi uma das mais importantes receptoras dos investimentos anunciados e confirmados nos últimos anos, e a líder no recebimento de investimentos industriais no estado, apesar do quadro de incerteza criado com a recessão do período 2015-2016.

Em função disso, resgatar os atributos comumente associados a uma metrópole e ao processo de metropolização tornou-se fundamental, pois entender a metropolização como processo econômico e que se reflete no espaço significa compreender que as dinâmicas econômico-espaciais recentes do município de Campinas e seu entorno estão concentradas em alguns municípios, os quais

ofereceriam melhor infraestrutura para receber os investimentos dos últimos anos. Estes poderiam ser interpretados como aqueles que reforçaram e qualificaram o processo de metropolização recente da região, mas que não se confundem com a totalidade dos municípios inseridos no recorte institucional definido pela Região Metropolitana de Campinas. Nesse sentido, trabalhar com dois recortes espaciais da região, o institucional representado pela Região Metropolitana de Campinas e o territorial definido pelo Arranjos Populacionais (APs), do IBGE (2016, 2020a), foi fundamental para distinção da metropolização institucional e a socioespacial, que efetivamente se integra à dinâmica dos fenômenos relacionados à metropolização.

As contribuições teóricas revisitadas nos mostraram que, no Estado de São Paulo, a interiorização da indústria paulista provocou fortes conurbações e novas metropolizações, fomentando também a concentração urbana abaixo das aglomerações urbanas do nível metropolitano, como o espaço da região de Campinas e mesmo de regiões próximas. Assim, as políticas de descentralização dos governos de São Paulo e do federal, embasadas por importante conjunto de obras de infraestrutura, sobretudo rodoviárias, colocaram-se como aspectos que se mostraram relevantes no contexto da interiorização do desenvolvimento, porém determinantes mais abrangentes subjacentes à interiorização, como a própria trajetória das empresas já instaladas no período anterior a 1930, também foram apontados pela revisão bibliográfica.

Revisitar a trajetória histórico-econômica da região de Campinas por meio das contribuições de Semeghini (1988, 1992), Gonçalves e Semeghini (2002) e Queiroga e Benfatti (2007) se tornou fundamental para distingui-la das demais regiões do Estado de São Paulo, já que apresentou desde os primórdios o dinamismo e a capacidade de diversificação da base produtiva diante dos diferentes padrões de acumulação da economia brasileira. Isto é, diferentemente de outras regiões industriais do interior, as características que já se colocavam anteriormente na região de Campinas e que permitiram a integração precoce ao padrão de acumulação do período 1930/1955, como a diversificação da base econômica e a função de centralidade precocemente desenvolvida, foram reforçadas com a industrialização acelerada da década de 1970, situando a industrialização local como uma interface entre a capital e o interior no processo de desenvolvimento econômico paulista e com

um caráter tanto complementar às indústrias do polo e ao capital industrial sediado em São Paulo quanto à própria urbanização e crescimento de sua região.

Como Semeghini (1988) argumentou, uma importante característica da região de Campinas foi seu processo prévio de desenvolvimento capitalista e industrialização, permitindo que se construísse na região vantagens locacionais e fatores de atração industrial, os quais, certamente, estimularam os investimentos industriais que irradiaram da metrópole paulistana no bojo do processo de desconcentração industrial que se dirigiu ao interior para áreas que oferecessem as condições necessárias à reprodução do capital. Em razão disso, pensar Campinas apenas a partir da influência que recebe da dinâmica da metrópole de São Paulo é desconsiderá-la diante de todos os outros atributos característicos dos espaços metropolitanos, o que também caberia expandir a discussão para outras metrópoles brasileiras, também receptoras em maior ou menor grau da influência da “Grande Metrópole Nacional”. Da mesma forma, a noção de uma simples expansão da metrópole industrial paulistana seria colocada em dúvida pela evolução populacional e o crescimento de setores industriais mais modernos e diversificados, além das ampliações das atividades do terciário superior fora da capital.

Semeghini (1988, 1992), em seus diversos trabalhos, buscou caracterizar a evolução de Campinas de centro de porte médio para grande cidade, com porte metropolitano, durante a década de 1970 e 1980, ainda que seu objetivo não fosse qualificar o que de fato seria uma metrópole ou processo de metropolização do ponto de vista teórico-conceitual e acadêmico. A análise da evolução histórico-econômica e das funções metropolitanas de Campinas no âmbito estadual não faziam diálogo diretamente com a discussão teórico-conceitual e acadêmica acerca da constituição da metrópole, e no decorrer desse trabalho notamos como este autor, assim como outros revisitados, ressaltavam na evolução de Campinas desde a década de 1960 elementos que são característicos da condição metropolitana de um centro urbano.

As concepções acerca da metrópole, apesar da evolução do seu perfil conforme a sucessão dos acontecimentos históricos, revelaram que constitui uma forma urbana de tamanho expressivo, territorialmente e demograficamente, concentrando riqueza, investimentos, modernização ao lado de pobreza, informalidade e precariedade, e exercendo influência evidente sobre cidades vizinhas a partir de atividades culturais, econômicas, de serviços especializados, concentração

de serviços de ordem superior e funções econômicas superiores e de comando e gestão. No caso das metrópoles latino-americanas, principalmente aquelas cujas economias se industrializaram entre 1940 e 1980, uma característica marcante do período pós ano 90 seria a desindustrialização e o predomínio da terciarização da economia, sobretudo o caráter informal e precário que assume, em contraste ao terciário especializado verificado nas economias metropolitanas dos países desenvolvidos.

É nesse sentido que resgatar outros importantes elementos subjacentes à discussão sobre metropolização permite ampliar a compreensão do caráter metropolitano de Campinas e entendê-lo em suas especificidades, como a trajetória histórico-econômica e de desenvolvimento prévio, de construção de uma área de influência própria, de polarização exercida para uma ampla área do interior, de entreposto entre a capital e o interior do estado e importante nó de transportes e comunicação, além da complexidade que suas funções urbanas adquiriram ao longo do século XX e XXI, as quais lhe garantiriam posições de centralidade em uma gama de serviços e setores especializados, junto com características clássicas que revisitamos como conurbação e conformação de uma rede regional de cidades hierarquizada.

E aqui notamos a diferença da metropolização que acontece no interior nesse período, ou a “metropolização interiorizada”: sem acumular funções relacionadas ao poder político-administrativo e de entreposto primário-exportador articulado diretamente com as demandas do exterior, como as outras grandes cidades do quadro urbano brasileiro que acumularam funções históricas como sedes do controle burocrático ou do capital comercial, Campinas tem sua metropolização fomentada pela robustecimento de sua infraestrutura, principalmente viária, e de incentivos colocados pelo Estado para dotação de infraestrutura local diante das deseconomias de aglomeração verificadas na Grande São Paulo, estabelecendo uma complementariedade entre Campinas e São Paulo. No entanto, essa possibilidade foi delineada por determinantes e antecedentes que se colocavam na região e se mostraram importantes no contexto da interiorização, pois áreas mais ricas atraíram investimentos públicos necessários à reprodução do capital.

Buscamos trazer elementos para enxergá-la a partir de sua condição metropolitana, entendendo a força de Campinas como metrópole e o dinamismo que

repercute em âmbito nacional, estadual e regional, acentuado no decorrer do século XXI. Os estudos revisitados reconheceram Campinas no nível mais alto da hierarquia urbana devido à alta concentração de atividades de gestão (principalmente empresarial) e ao alcance em termos de região de influência. Campinas se destaca, de acordo com estes trabalhos, pelo alto dinamismo empresarial e econômico, responsável pela sua posição na rede urbana brasileira, aproximando-se de outras importantes metrópoles e capitais estaduais quando se discute centralidade de atividades financeiras, serviços de saúde, atividades de ensino e científicas e atratividade exercida para comércio e serviços.

Nas diversas variáveis e indicadores analisados, como, por exemplo, número de empresas-sede na cidade, centralidade de comércio e serviços, de atividades financeiras, centralidade de ensino superior e de serviços de saúde, a metrópole campineira supera muitas metrópoles capitais estaduais, e no caso do percentual da quantidade de tipologias de comércio, assemelha-se a outras grandes metrópoles, como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Brasília, apenas para citar algumas. No recorte das regiões metropolitanas institucionalizadas, a RM de Campinas concentrava, no ano de 2010, junto com outras grandes regiões metropolitanas, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Salvador e Curitiba, grande parte do total da população metropolitana nacional, da força de trabalho e da população economicamente ativa metropolitanas e dos empregos urbanos metropolitanos, além de praticamente um terço da população nacional brasileira.

Observamos também os pontos limitantes no entendimento de Campinas como espaço metropolitano avançado. Na qualificação dos centros urbanos hierarquizados, o arranjo de Campinas/SP, como metrópole, não aparece como forte distinção quanto à centralidade de gestão pública, devido ao fato de não ser capital estadual e, assim, não sediar instituições públicas de maior alcance, o que não acontece com a centralidade de gestão empresarial. A compreensão da metrópole campineira a partir da perspectiva megalopolitana revelaria também um caráter incompleto: apesar de abrigar atividades relacionadas ao terciário superior fora da capital e apresentar um moderno e diversificado parque industrial, a proximidade com a Grande São Paulo mostraria que a sede das principais grandes empresas encontra-se na metrópole

paulistana ou no exterior, como nos mostrou as importantes contribuições de Queiroga e Benfatti (2007).

Quanto às relações com o seu entorno, que continuariam conferindo sentido à descentralização rumo ao interior e revelando a força do núcleo (município de Campinas) em polarizar e influenciar uma região, o entendimento acerca da metropolização nos mostrou que envolve a concentração de população e recursos, produção e consumo em áreas restritas do território nacional. Entre as dinâmicas espaciais e socioespaciais importantes, características referentes à conurbação e à expressividade dos deslocamentos pendulares no território se destacam, o qual não se apresenta contínuo necessariamente. O processo implicaria um território de intensos e múltiplos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, sendo que a presença de cidades conurbadas faria parte dessa lógica.

Por essa razão, o recorte espacial dos Arranjos Populacionais (APs) se apresentou como um critério mais uniforme, afeito a aspectos de planejamento territorial e próximo à definição de um espaço metropolitano com ocupação populacional consolidada. Os Arranjos Populacionais representam uma aproximação de uma área metropolitana, decorrente do processo de metropolização, abrangendo municípios conurbados ou com forte movimento pendular para estudo e trabalho, entendidos como único nó da rede urbana.

Os critérios de metropolização observados (GALVÃO et al., 1969; IBGE, 2008, 2016, 2020a; RIBEIRO, 2009; RIBEIRO et al., 2012) foram importantes para ampliar a compreensão dos processos econômico-espaciais contemporâneos pelos quais a economia de Campinas passou nos anos recentes, visando esclarecer a relação de tais critérios e decorrentes regionalizações com os processos econômico-espaciais recentes da região, os quais continuam a dar sentido real à descentralização do desenvolvimento econômico estadual e aprofundam a compreensão destas transformações como um avanço do processo de “metropolização do interior”. Apesar de adotarem variáveis e indicadores diferentes para identificação da dinâmica metropolitana, esses estudos nos forneceram subsídios para pensar a concentração espacial dos principais investimentos entre 2000 e 2017 e a área representativa do fenômeno metropolitano na região de Campinas, qualificando seu processo de metropolização recente.

No caso da região de Campinas e sua dinâmica urbano-metropolitana recente, os resultados dos estudos do CEDE/IE.UNICAMP (MIRANDA et al., 2018a, 2018b) visualizaram uma área *core* ao redor do núcleo metropolitano principal (Campinas) e seu entorno imediato, onde ocorreram os principais investimentos. Nesta área *core* estariam concentrados a maior parte do valor total investido, assim como o maior número de investimentos totais entre 2000 e 2017, em todos os Macro Setores considerados (Serviços, Indústria e Infraestrutura), e também conformaria um “território industrial” que Campinas compartilha com mais cinco municípios: Hortolândia, Indaiatuba, Sumaré, Paulínia e Americana.

Comparando a área *core* dos estudos do CEDE/IE.UNICAMP com os principais resultados alcançados para a área de Campinas nos diferentes estudos sobre as grandes concentrações urbanas e a dinâmica da metropolização e populacional, notamos que os seis municípios da área *core* aparecem, principalmente nas versões mais recentes, na espacialidade da área de Campinas que reflete as maiores dinâmicas populacionais e da metropolização, principalmente quando consideramos as variáveis de tamanho populacional, econômicas e de atividades urbanas, ainda que não apresentem com muita intensidade critérios relacionados à integração ou contiguidade urbana com o polo (Campinas).

Por conseguinte, podemos entender os municípios da área *core* (Campinas, Indaiatuba, Americana, Sumaré, Hortolândia e Paulínia) como aqueles que mais reforçaram o processo de metropolização recente da região, principalmente se considerarmos que estes, a partir dos estudos revisitados, estavam entre aqueles mais dinâmicos em termos populacionais e de dinâmica urbano-metropolitana e também foram aqueles que sediaram os principais investimentos na região entre 2000 e 2017, tanto em quantidade de investimentos quanto em valor dos mesmos.

As variáveis e indicadores estudados, como grau de urbanização, tamanho da força de trabalho, população economicamente ativa, emprego urbano, estrutura de ocupação, valor adicionado total e por setores, valor adicionado fiscal, comércio exterior, saldo comercial, e esforço exportador e importador, separadas em três análises diferentes, populacional, da atividade econômica e do nível de emprego, revelaram a notória concentração em apenas alguns municípios no recorte institucional metropolitano da região, os quais perfazem a maior parte do percentual

da RMC, e coincidem com os seis municípios da área *core* (Campinas, Americana, Hortolândia, Sumaré, Indaiatuba e Paulínia) na maioria dos indicadores analisados.

Os dados referentes à estrutura ocupacional também elucidaram como a Metrópole, o arranjo populacional de Campinas/SP, lidera principalmente em relação ao restante da região metropolitana naquelas atividades mais intensivas em conhecimento ou que envolvam maior relação de capital investido, ou “funções metropolitanas superiores” (JULIEN, 2002), como, por exemplo, o setor “informação e comunicação”, assim como “atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados”, “transporte, armazenagem e correio”, “atividades profissionais, científicas e técnicas”, “atividades administrativas e serviços complementares”, “saúde humana e serviços sociais”, “artes, cultura, esporte e recreação”, ou seja, características que reforçam o sentido da centralidade de Campinas.

Em todas essas atividades, o núcleo (município de Campinas) respondia em média pela metade da população ocupada do arranjo populacional, e mesmo no caso da população ocupada total de Campinas, cerca de metade encontrava-se empregada naquelas atividades econômicas citadas anteriormente, ou seja, há um predomínio maior das “funções superiores” nos espaços realmente metropolitanos. A concentração maior de atividades relacionadas às artes, banco e setor financeiro, comércio, gestão, informação, transporte, informática, pesquisa e ensino superior, serviços às empresas e de atividade jurídica e contábil, entre outras, no arranjo populacional de Campinas/SP, e ainda mais especificamente, em seu núcleo, o município de Campinas, também concentrador da maior parte da população ocupada no “terciário pobre”, revelou, como estudamos, a metrópole como território concentrador de modernização, inovação, serviços especializados e diversificados, bem como precariedade e pobreza.

Notamos como Campinas refletiu algumas consequências do processo de metropolização, principalmente pós anos 90, que acentuaram características que também são marcantes dos espaços metropolitanos, como a concentração de pobreza e precariedade. Observamos, pelas importantes conclusões sobre a evolução da atividade industrial, do parque fabril e da mão-de-obra, como a trajetória de industrialização da região campineira, representada nos resultados do relatório de Miranda et al. (2018b) pelo recorte espacial da RMC, também foi negativamente impactada pelas reformas neoliberais implantadas entre 1980 e início dos anos 1990.

A região refletiu, em alguma medida, o processo de desindustrialização precoce no país, explicado por Cano (2012, 2014), principalmente em relação às reduzidas taxas de crescimento que sua indústria apresentou nos últimos anos e às transformações decorrentes da reestruturação produtiva, quando muitas atividades passaram a unidades menores ou terceirizadas. Esses resultados adquirem significado ainda mais profundo quando consideramos a contribuição da atividade industrial para o desenvolvimento e crescimento de Campinas e sua região metropolitana, tanto em participação no valor adicionado bruto total quanto em termos de geração de empregos formais, representando um dos principais setores em termos de empregabilidade na região.

Assim, como Semeghini (1988, p. 246-247) observava no final da década de 1980, a deterioração da qualidade de vida acompanhou um dos mais pujantes processos de desenvolvimento econômico registrados no país, reproduzindo padrões de crescimento urbano característicos de São Paulo, embora em escala mais reduzida. Os indicadores examinados nessa dissertação, refletindo principalmente o aumento do trabalho informal, da taxa de desemprego e do nível de pobreza de sua população com base nos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2010, mostraram que a situação social se agravou após os anos 90. Em um contexto de crise econômica e desindustrialização, essa tendência pode se acentuar ainda mais, principalmente devido à importância da indústria como geradora de renda e de empregos na região de Campinas.

Todos esses elementos foram resgatados com a pretensão de situar e demonstrar Campinas no contexto nacional metropolitano, como alinha-se às outras metrópoles, e para mostrar sua força como importante nó da rede urbana. No século XXI, sua condição metropolitana se reafirma e se consolida principalmente pela centralidade que exerce como metrópole terciária moderna, diversificada e sofisticada, mas também com oportunidades cada vez maiores no setor informal e empobrecido, abrigando um grande contingente de população pobre e com problemas de empregabilidade. Da mesma forma como as grandes metrópoles brasileiras, a metrópole campineira aprofunda os problemas relacionados ao atraso estrutural e aos desequilíbrios sociais, característicos do desenvolvimento brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS - AGEMCAMP. **RMC**. Disponível em: <<http://www.agemcamp.sp.gov.br/rmc/>>. Acesso em 23 de junho de 2019.
- ALVES, G. Trabalho e desigualdade social na reestruturação capitalista: um balanço da “década neoliberal” no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, p. 7-38, 2003.
- ANDRADE, L. T. O espaço metropolitano no Brasil: nova ordem espacial?. **Caderno CRH**, v. 29, n. 76, p. 101-118, 2016.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTIL, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **A Cidadania Negada** - Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho. Buenos Aires: Coleção Grupos de Trabalho - CLACSO, v. 1, p. 35-48, 2000.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.
- ANTUNES, R.; POCHMANN, M. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (Orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre, CLACSO/Tomo Edit, p. 195-210, 2007.
- ANTUNES, R. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Theomai**, n. 19, p. 47-57, 2009.
- ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serviço Social & Sociedade**, n. 107, p. 405-419, 2011.
- ASCHER, F. **Metápolis**: acerca do futuro da cidade. Oeiras: Celta Editora, 1998. (Tradução de Alvaro Domingues).
- ATLAS BRASIL 2013. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. PNUD. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 2 de maio de 2018.
- AZZONI, C. **Indústria e reversão de polarização no Brasil: o caso do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1985, Tese (Livre docência em Economia) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.
- AZZONI, C. R. A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 16, n. Especial, p. 45-67, 1986.
- AZZONI, C. R. Formação sócio-espacial metropolitana: novas tendências ou novas evidências? In: GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil urbano**: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 360 p.
- BAENINGER, R. Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: Nepo/Unicamp, p. 321-348, 2001.

BAENINGER, R.; GONÇALVES, R. F. P. Novas Espacialidades no Processo de Urbanização: A Região Metropolitana de Campinas. In: Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. v. 1. **Anais...**Campinas, 2000. Disponível em:<
<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/965/930>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2020.

BARRETO, I. J. O surgimento de novas regiões metropolitanas no Brasil: uma discussão a respeito do caso de Sorocaba (SP). **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 1, 2012.

BARTHOLOMEU, M. C. A metropolização do espaço segundo Sandra Lencioni: abordagem, características e dimensões. In: Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana – XVI SIMPURB, v.1. **Anais...**Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, B. et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. 3ª ed. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 99 – 144. Disponível em:
<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>. Acesso em 9 de dezembro de 2018.

BELLUZZO, L. G. M.; TAVARES, M. C. Desenvolvimento no Brasil: relembando um velho tema. In: BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (Orgs.). **Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros**. Brasília: IPEA/CEPAL, p. 149-184, 2002.

BENKO, G. Mundialização da economia, metropolização do mundo. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 15, p. 45-54, 2002.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ª ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2012.

BRASIL. Lei Complementar n. 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 11 de junho, 1973.

BRASIL. Lei Complementar n. 20, de 1º de julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. Brasília: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 1 de julho, 1974.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de janeiro de 2015.

BRASIL. Lei nº 13.683, de 19 de junho de 2018. Altera as Leis nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília: **Diário Oficial da**

União, 2018. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/Lei/L13683.htm#art1>. Acesso em 2 de julho de 2020.

CAIADO, A. S. C. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. **São Paulo em Perspectiva**, v. 9, n. 3, p. 46-53, 1995.

CAIADO, M. C. S.; PIRES, M. C. S. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, p. 275-304, 2006.

CALDEIRA, T. P. **Enclaves fortificados**: a nova segregação urbana. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 47, março 1997.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro/ São Paulo, Difel, 1977.

CANO, W.; GUIMARÃES NETO, L. A questão regional no Brasil: traços gerais de sua evolução histórica. **Revista Iberoamericana de Economia Política**, n. 10, p. 167-184, 1986.

CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Economia e sociedade**, v. 8, p. 101-139, 1997.

CANO, W. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. Unesp/Unicamp-Economia, São Paulo/Campinas, 2000.

CANO, W. Questão regional e política econômica nacional. **Texto apresentado no Seminário Painéis sobre o desenvolvimento brasileiro**, Rio de Janeiro, BNDES, 23 de setembro de 2002.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

CANO, W. Brasil e Estado de São Paulo: transformações recentes da economia. IN: CANO, W. et al. (Org.). **Economia Paulista – Dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Campinas: Alínea Editora, 2007.

CANO, W et al. (Orgs.). **Economia Paulista – Dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**, Alínea Editora, Campinas, 2007.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011a.

CANO, W. Novas determinações sobre a questão regional e urbana após 1980. **Texto para Discussão nº 193**, IE/UNICAMP, Campinas, SP, julho 2011b.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial, p. 831-851, 2012.

CANO, W. (Des) industrialização e (Sub) desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 9, n. 15, p. 139-174, 2014.

CARLOS, A. F. A. Dinâmica urbana e metropolização: desvendando os processos espaciais. In: FERREIRA, A. et al. (Orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Ed. Unesp/IE-Unicamp, 2002.

CASTELLO BRANCO, M. L. G.; PEREIRA, R. H. M.; NADALIN, V. G. **Rediscutindo a delimitação das regiões metropolitanas no Brasil: um exercício a partir dos critérios da década de 1970**. Texto para Discussão No 1860, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

CASTRO, H. R.; JÚNIOR, W. R. S. A expansão da macrometrópole e a criação de novas RMs: um novo rumo para a metropolização institucional no estado de São Paulo?. **Cadernos Metrópole**, v. 19, n. 40, p. 703-720, 2017.

CLEMENTINO, M. L. M.; ALMEIDA, L. S. B. Construção técnico-política de governança metropolitana. **Cadernos Metrópole**, v. 17, n. 33, p. 201-224, 2015.

COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO – CONCLA. Disponível em:< <https://concla.ibge.gov.br/>>. Acesso em 3 de outubro de 2020.

COSTA, M. A.; MATTEO, M.; BALBIM, R. Faces da metropolização no Brasil: desafios contemporâneos na gestão das Regiões Metropolitanas. In: MORAIS, M. P.; COSTA, M. A. **Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2010. p. 641-682.

COSTA, M. A. Quarenta anos de Regiões Metropolitanas no Brasil: um breve balanço exploratório. In: COSTA, M. A.; TSUKUMO, I. T. L. (Orgs.). **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. 1. Ed. Capítulo 16, Parte IV, p. 323-336. Brasília: Ipea. (Série Rede Ipea. Projeto Governança Metropolitana no Brasil, v. 1), 2013.

COSTA, M. A.; TSUKUMO, I. T. L. Para uma análise-síntese: uma proposta tipológica para os sistemas de gestão das regiões metropolitanas do Brasil. In: COSTA, M. A.; TSUKUMO, I. T. L. (Orgs.). **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. 1. Ed. Capítulo 1, Parte I, p. 15-44. Brasília: Ipea. (Série Rede Ipea. Projeto Governança Metropolitana no Brasil, v. 1), 2013.

COSTA, M. A. et al. Do processo de metropolização institucional à implementação do Estatuto da Metrópole: dois balanços, suas expectativas e incertezas. In: MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; FAVARÃO, C. B. (Orgs.). **Brasil metropolitano em foco: desafios à implementação do Estatuto da Metrópole**. v. 4. Brasília: Ipea, 2018, p. 19-54. (Série Rede Ipea – Projeto Governança Metropolitana no Brasil).

COUTINHO, L.G. O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C.A; GALVÃO, A.C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, v. 01.

CUNHA, J. M. P. et al. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Campinas. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2005, Salvador. **Anais...** Bahia: ANPUR, 2005.

CUNHA, J. M. P. et al. A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial. **Cadernos MetrÓpole**, v. 15, n. 30, p. 433-459, 2013.

DAVANZO, A. M. Q. et al. Metropolização e rede urbana. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (Org.). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: Ipea, 2011. 490 p.

DAVIDOVICH, F. R.; FREDRICH, O. M. B. L. Urbanização no Brasil. In: SILVA, S. T. (Coord.). **Brasil: uma visão geográfica nos anos 80**. Rio de Janeiro: IBGE, pág. 13-40, 1995.

DE MATTOS, C. A. Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina: de la ciudad a lo urbano generalizado. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 47, p. 81-104, 2010.

DE MATTOS, C. A. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das MetrÓpoles: INCT, 2015.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A - EMPLASA. **Sobre a RMC**. Disponível em:< <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMC>>. Acesso em 24 de junho de 2019.

FERNANDES, A. C. A.; BRANDÃO, C. A.; CANO, W. A Região Metropolitana de Campinas: análise integrada. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (Orgs.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Editora Unicamp, Campinas, vol. 2, 2002.

FERNANDES, A. S. A.; ARAÚJO, S. M. V. G. A criação de municípios e a formalização de regiões metropolitanas: os desafios da coordenação federativa. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 3, p. 295-309, 2015.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 122, pp. 19-38, 2012.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. MetrÓpoles e regiões metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio? In: FURTADO, B. A.; KRAUSE, C. e FRANÇA, K. C. B. de (eds.). **Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. Brasília, Ipea, pp. 21-51, 2013.

FIRKOWSKI, O. L. C. F.; BALISKI, P. Os sentidos da metrópole: balanço conceitual com base nas publicações dos Cadernos MetrÓpole. **Cadernos MetrÓpole**, v. 20, n. 43, p. 625-647, 2018.

FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. (Orgs.). **Livro Verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: UNICAMP/IE, 2002.

FUNDAÇÃO SEADE. **Divisão Regional do Estado de São Paulo. Evolução Histórica 1964-2016**. Disponível em:< <http://www.imp.seade.gov.br/>>. Acesso em 25 de janeiro de 2018.

FUNDAÇÃO SEADE. **Informações dos Municípios Paulistas - IMP**. Disponível em:< <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>>. Acesso em 02 de julho de 2018.

GALVÃO, M. et al. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 52-127, 1969.

GOMES, T. V. et al. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 891-918, 2017.

GONÇALVES, M. F.; SEMEGHINI, U. Uma metrópole singular. In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. **Livro verde**: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Campinas: Unicamp/IE, 2002.

GURGEL, A. P. C. As metrópoles do interior do Nordeste: a caracterização de um tipo metropolitano regional. **Cadernos Metrópole**, v. 19, n. 40, p. 841-864, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 1991. Documentação dos microdados da amostra**. jun. 1996. Disponível em:< <http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/files/censo/DicionarioCenso1991.pdf>>. Acesso em 29 de junho de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Metodologia do Censo Demográfico 2000** / IBGE. - Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Série Relatórios Metodológicos, ISSN 0101-2843; v. 25).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Região de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Metodologia do Censo Demográfico 2010** / IBGE. - Rio de Janeiro: IBGE, 2013, 712 p. - (Série Relatórios Metodológicos, ISSN 0101-2843; v. 41).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 167 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil** / IBGE, Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p. (Estudos & Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 39).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento**. ed. 2019.2. Disponível em:<

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html?=&t=sobre>>. Acesso em 29 de junho de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de influência das cidades 2018** / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. 192 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência das Cidades – Nota Metodológica**. IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. 55 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2020**. IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, 2020c. Disponível em:<
https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf>. Acesso em 6 de novembro de 2020.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Editora Alínea, 2001. 141 p.

JULIEN, P. Onze fonctions pour qualifier les grandes villes. **INSEE Première**, nº 840, 2002. Disponível em:< <http://www.epsilon.insee.fr/jspui/bitstream/1/448/1/ip840.pdf>>. Acesso em 7 de setembro de 2020.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

LENCIONI, S. Metropolização. **GEOgraphia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF**, v. 22, n. 48, p. 173-178, 2020.

LEOPOLDO, E. A metropolização do espaço em marcha: o poder das metrópoles na geopolítica mundial e território brasileiro. **Terra Livre**, v. 1, n. 40, p. 81-98, 2013.

LEOPOLDO, E. Metropolização regional e nova regionalização do capital. **Cadernos Metrópole**, v. 22, n. 47, p. 85-102, 2020.

MELCHIORS, L. C. Metropolização Contemporânea: transformações territoriais nas metrópoles da América Latina. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 10, n. 1, p. 133-154, jan./jun. 2017.

MEYER, R. M. P. Atributos da metrópole moderna. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 3-9, 2000.

MIRANDA, H. et al. **A Economia de Campinas e sua Região Metropolitana**: diagnósticos, problemas e desafios. Campinas: NEPO-CEDE/IE.UNICAMP, fevereiro 2018a. Produto 2 – Relatório sobre problemas e desafios estruturais do desenvolvimento econômico regional. Disponível em:<

http://multimidia.pdui.sp.gov.br/rmc/docs-pdui/rmc_docspdui_0004.pdf>. Acesso em 9 de junho de 2020.

MIRANDA, H. et al. **A reestruturação econômico-espacial e o futuro da Região Metropolitana de Campinas**: prognósticos, tendência e cenários. Campinas: NEPO-CEDE/IE.UNICAMP, julho 2018b. Produto 3 – Relatório sobre desafios estruturais e cenários do desenvolvimento econômico regional. Disponível em:<http://www.pdui.sp.gov.br/rmc/docs-pdui/rmc_docspdui_0007.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

MIRANDA, H.; PORTO, L. R. Desenvolvimento urbano-regional (parte 1): características recentes da Região de Influência de Campinas (RIC). **Texto para Discussão**, n. 368. Campinas: Unicamp/IE, nov. 2019.

MIRANDA, H.; VIRGA, T. Reestruturação econômico-espacial da Região Metropolitana de Campinas (2000-2017): descentralização socioeconômica e concentração socioespacial. In: Anais do Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR: Tempos em/de Transformação – Utopias. Natal. **Anais....Natal**: EDUFRN, 2019.

MIRANDA, H.; PASTRE, R.; PORTO, L. R. Desenvolvimento urbano-regional (parte 2): características dos vetores produtivos no espaço rural da Região Metropolitana de Campinas, 2000-2016. **Texto para Discussão**, n. 378. Campinas: Unicamp/IE, maio 2020.

MIRANDA, H.; PORTO, L. R. Desenvolvimento urbano-regional (parte 3): desafios e incertezas da Indústria na Região Metropolitana de Campinas, 2000-2016. **Texto para Discussão**, n. 392. Campinas: Unicamp/IE, ago. 2020.

MOREIRA, D. A.; GUIMARÃES, V. T. Regiões metropolitanas e funções públicas de interesse comum: o ordenamento territorial diante do Estatuto da Metrópole. **Revista de Direito da Cidade**, v. 7, n. 3, p. 1249-1269, 2015.

MOURA, R.; LIBARDI, D.; BARION, M. I. Institucionalização de regiões metropolitanas: qual o sentido?. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, Curitiba, n. 111, p. 129-143, jul./dez. 2006.

MOURA, R.; CINTRA, A. Dinâmicas territoriais da população: primeiros resultados do Censo 2010. **Nota Técnica IPARDES**, n. 22, 2011.

MOURA, R.; HOSHINO, T. A. P. Estatuto da Metrópole: enfim, aprovado! Mas o que oferece à metropolização brasileira. **Informativo Observatório das Metrópoles**, p. 1-14, 2015. Disponível em:<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/estatuto_metrolopes_artigo_rosa.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2020.

MOURA, R. O complexo diálogo entre o urbano e o regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 2, p. 5-26, 2016.

MOURA, R.; PÊGO, B. **Aglomerções urbanas no Brasil e na América do Sul**: trajetórias e novas configurações. Texto para Discussão/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

NEGRI, B.; PACHECO, C. A. Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 38, p. 62-83, 1994.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias**: relatório da atividade 1. S.I., 2004. Projeto Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Contrato Ministério das Cidades, FASE. Trabalho realizado por IPPUR, FASE, IPARDES.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. 1ª edição, 2ª reimpressão. SP: Boitempo, 2008, 1981/2003.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. In: BARROS, SILVA e DUARTE (Org.). Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo. **Caderno de Debates**, RJ: FASE, 2013, pág. 47-68, 1982.

OTERO, E. V. As Cidades Médias do Interior Paulista no Processo de Desconcentração Industrial e Interiorização do Desenvolvimento após 1970. Monografia final da disciplina AUP 5840 do curso de Pós-graduação da FAU USP, 2012.

PÁDUA LIMA, M. L. M. **O euro mercado e a expansão do capital financeiro internacional**. Campinas, dissertação de mestrado, IE/UNICAMP, 1985.

PASTERNAK, S.; BÓGUS, L. M. Macrometrópole paulista: estrutura sócio-ocupacional e tipologia dos municípios-Mudanças na primeira década dos anos 2000. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, n. 2, p. 431-450, 2019.

PERES, J. L. P. et al. O Estatuto da Metrópole e as regiões metropolitanas: uma análise teórico-conceitual à luz do conceito miltoniano de "território usado". **Cadernos Metrópole**, v. 20, n. 41, p. 267-288, 2018.

PRADILLA-COBOS, E. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 31, p. 37-60, jun. 2014.

QUEIROGA, E. F.; BENFATTI, D. M. Entre o nó e a rede, dialéticas espaciais contemporâneas: o caso da metrópole de Campinas diante da megalópole do Sudeste do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 41-52, 2007.

RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Hierarquização e identificação dos espaços urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009. (Conjuntura urbana, 1).

RIBEIRO, L. C. Q. et al. **Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/UFRJ, 2012.

RIBEIRO, L. C. Q.; JÚNIOR, O. A. S.; RODRIGUES, J. M. **Estatuto da Metrópole: o que esperar? Avanços, limites e desafios**. Rio de Janeiro, INCT Observatório das Metrópoles, 2015. Disponível em:<

<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/estatuto-da-metropole-avancos-limites-e-desafios-2/>>. Acesso em 2 de julho de 2020.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 203). 4ª reimpressão da 1ª edição de 1998.

ROSSETTI, J. P. **Política e programação econômicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

SANTOS, M. Crescimento nacional e a nova rede urbana: o exemplo do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 29, n. 4, pp. 78-92, 1967.

SANTOS, M. [1978]. A divisão social do trabalho como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos. IN: _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, p. 55-75, 2005.

SANTOS, T. V. Metropolização e diferenciações regionais: estruturas intraurbanas e dinâmicas metropolitanas em Belém e Manaus. **Cadernos Metrôpole**, v. 19, n. 40, p. 865-890, 2017.

SANTOS, M. O. Interpretando o Estatuto da Metrôpole: comentários sobre a Lei nº 13.089/2015. In: MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; FAVARÃO, C. B. (Orgs.). **Brasil metropolitano em foco**: desafios à implementação do Estatuto da Metrôpole. v. 4, Parte III, Cap. 17. Brasília: Ipea, 2018, p. 457-513. (Série Rede Ipea – Projeto Governança Metropolitana no Brasil).

SANTOS, S. M. M. et al. São Paulo: dinâmica urbano-regional do Estado. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (Orgs.). **Dinâmica urbano-regional**: rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011. 490 p.

SASSEN, S. **As cidades na economia global**. Studio Nobel, 1998 (Série Megalópolis).

SCOTT, A. J. et al. Cidades-regiões globais. **Espaço e Debates** (São Paulo), nº 41, 11–25, 2001.

SCHMIDT, B. V. **O Estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre, Ed. da Universidade, UFRGS, L&PM, 1983.

SEMEGHINI, U. C. **Campinas (1860-1980)**: agricultura, industrialização e urbanização. 1988. 282 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

SEMEGHINI, U. C. A Região Administrativa de Campinas. In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão. **Cenários da urbanização paulista**: regiões administrativas, v. 8. São Paulo: Fundação Seade, 1992, 234 p. (Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI).

SEMEGHINI, U. C. **Gestão Metropolitana, possibilidades e limites**: a experiência de Campinas. 2006. Campinas, SP: [s.n.]. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SERRANO, F. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, Vol. 11, No. 2 (19). Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, p. 237-253, 2002.

SILVA, K. A. A.; CUNHA, J. M. P.; ORTEGA, G. M. Um olhar demográfico sobre a constituição da macrometrópole paulista: fluxos populacionais, integração e complementaridade. **Cadernos Metrópole.**, v. 19, n. 40, p. 721-748, 2017.

SINGER, P. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SOUZA, L. P.; NAZARENO, L. R. A insuficiência de renda nos domicílios paranaenses. IPARDES, **Comunicado para o Planejamento**, nº 11, maio 2011.

SUZIGAN, W. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 4, p. 5-16, 1988.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política**, Vol. 5, No. 2, abril/junho, 1985. São Paulo: Ed. Brasiliense.

TEIXEIRA, P. Região de Campinas concentra U\$ 2,1 bilhões em investimentos e indústria é líder em SP, aponta Seade. **G1 CAMPINAS E REGIÃO**. Disponível em:<<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/04/20/regiao-de-campinas-concentra-us-21-bilhoes-em-investimentos-e-industria-e-lider-em-sp-aponta-seade.ghtml>>. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Procedimentos Metodológicos e Fontes de Informações

Essa investigação adota como procedimento a pesquisa documental e bibliográfica, baseada no estudo de caso, em que dois trabalhos anteriores foram especialmente importantes por serem antecedentes na investigação aqui proposta: o trabalho de Benício Schmidt (1983), para caracterização da urbanização e metropolização nacional entre as décadas de 1950 e 1970, e as contribuições de Ulysses Semeghini (1988, 1992), acerca da metropolização de Campinas nas décadas de 1960 e 1980.

A respeito do período pós anos 90, principalmente entre 2000 e 2017, os trabalhos realizados pela equipe do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE), vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), e coordenado pelo Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO), foram de extrema relevância como base empírica e compreensão acerca da economia da região nos últimos anos e adicionam novos elementos econômicos e espaciais para compreensão da dinâmica recente da região de Campinas¹⁷⁵.

Os trabalhos citados nos parágrafos anteriores foram essenciais para entendimento das dinâmicas econômico-espaciais passadas e recentes em âmbito nacional, no caso de Schmidt (1983), e em âmbito regional, no caso dos trabalhos de Semeghini (1988, 1992), Miranda et al. (2018a, 2018b), Miranda e Virga (2019) e Miranda e Porto (2019, 2020). A revisão teórica a respeito dos conceitos de metrópole e o processo de metropolização buscou trazer elementos para refletir sobre a relevância de Campinas e sua dinâmica urbano-regional, compreendendo sua singularidade como espaço metropolitano não apenas influenciado pela dinâmica paulistana, e nesse sentido revisitar a produção bibliográfica tradicional do IBGE sobre as grandes concentrações urbanas (IBGE, 2008, 2016, 2020a) e do Observatório das Metrópoles (RIBEIRO, 2009; RIBEIRO et al., 2012) foi fundamental para auxiliar na compreensão de Campinas em suas especificidades.

¹⁷⁵ Baseamo-nos principalmente nos seguintes trabalhos: Miranda et al. (2018a, 2018b), Miranda e Virga (2019) e Miranda e Porto (2019, 2020).

Ciente de que os conceitos de metrópole e metropolização se diferem, uma vez que a compreensão acerca da metrópole é mais abstrata, mas que ganhou um sentido urbanístico como “espaço construído”, com uma certa identidade, ao passo que a metropolização é uma relação mais complexa e concreta, com um sentido geoeconômico que se difunde por suas formas e funções, a articulação com a discussão sobre a metrópole, em suas dimensões funcionais, econômicas e demográficas, é realizada com o intuito de situar Campinas no quadro das metrópoles brasileiras. A articulação com a discussão sobre a metropolização aprofunda o entendimento sobre a dinâmica econômico-espacial, e elucida a revisão bibliográfica realizada anteriormente sobre as dinâmicas urbanos-regionais recentes da aglomeração de Campinas e seu entorno.

Desse modo, para apresentação dos cenários desenvolvidos em âmbito nacional, estadual e regional e representação de Campinas nessas escalas, contamos com o uso de indicadores selecionados e construídos para o conjunto dos municípios e das regiões metropolitanas dos recortes espaciais adotados, os quais foram escolhidos de forma a refletir a dinâmica das aglomerações a partir das dimensões demográfica, econômica e do nível de emprego. Na análise específica da dinâmica da aglomeração campineira e seu entorno, também selecionamos indicadores para refletir a situação social em alguns aspectos, como infraestrutura habitacional, informalidade do mercado de trabalho e nível de pobreza.

Sobre as fontes de informações, os dados foram trabalhados a partir das bases de dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, pela consulta dos microdados e dos dados disponibilizados em formato digital na plataforma SIDRA, e da base de dados do Produto Interno Bruto – PIB dos Municípios, na série que tem como referência o ano de 2010, ambas divulgadas pela Fundação IBGE. Informações e dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) também foram utilizados para acesso ao conjunto de dados sobre ocupação, empregos formais e valor de exportações e importações, assim como as bases de dados da Pesquisa dos Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (PIESP/SEADE). Salientamos que, para algumas dessas bases, os dados foram coletados pelo acesso ao sistema de informações da Fundação SEADE e do IPEADATA.

O quadro abaixo resume as variáveis e indicadores construídos no decorrer dessa pesquisa, assim como as respectivas bases de dados e fontes de informações utilizadas. Para o conjunto dos dados analisados, consideramos os seguintes níveis de agregação: município, Arranjos Populacionais, Região Metropolitana de Campinas, Regiões Metropolitanas, Estado de São Paulo e Brasil, os quais serão citados no quadro como unidades territoriais (UT):

Quadro. Dicionário de variáveis e indicadores.

Dimensão	Variável / Indicador	Cálculo	Base/Fonte
Populacional	Participação relativa na população metropolitana	População da UT / População Total Metropolitana	Censos Demográficos – 1991, 2000 e 2010/IBGE.
	Participação relativa na população nacional	População da UT / População Total do Brasil	Censos Demográficos – 1991, 2000 e 2010/IBGE.
	Participação relativa na população urbana	População urbana da UT / Total população urbana	Censos Demográficos – 1991, 2000 e 2010/IBGE.
	Grau de Urbanização	População Urbana da UT / Total população da UT	Censos Demográficos – 1991, 2000 e 2010/IBGE.
	Taxa de Crescimento da População (total, urbana e rural)	(População Final – População inicial) / População inicial	Censos Demográficos – 1991 e 2010/IBGE.
	Taxa de Metropolização	População vivendo em metrópoles / População Total do Brasil	Censos Demográficos – 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010/IBGE.
Econômica	Participação relativa na força de trabalho metropolitana	População 10 anos ou mais da UT / Total população 10 anos ou mais metropolitana	Censos Demográficos – 1991, 2000 e 2010/IBGE.
	Participação relativa na população empregada	População empregada ou ocupada da UT / Total população empregada ou ocupada metropolitana	Censos Demográficos – 1991, 2000 e 2010/IBGE, IPEADATA.
	Taxa de Ocupação da População Total	População Empregada ou Ocupada / População Total	Censos Demográficos – 1991, 2000 e 2010/IBGE, IPEADATA.
	Taxa de Participação da População Total na força de trabalho	População 10 anos ou mais / População Total	Censos Demográficos – 1991, 2000 e 2010/IBGE, IPEADATA.
	Participação relativa no PIB	Produto Interno Bruto da UT / Total PIB	Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de referência

Dimensão	Variável / Indicador	Cálculo	Base/Fonte
			2010, 2002, 2010 e 2017/IBGE.
	Participação relativa no VAB total	VAB da UT / VAB total	Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de referência 2010, 2002, 2010 e 2017/IBGE.
	Participação relativa no VAB por setor econômico	VAB, setor econômico da UT / Total VAB, setor econômico	Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de referência 2010, 2002, 2010 e 2017/IBGE.
	Participação nas exportações (US\$ FOB)	Valor das exportações da UT / Total valor das exportações	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – 2004 e 2019.
	Participação nas importações (US\$ FOB)	Valor das Importações da UT / Total valor das importações	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – 2004 e 2019.
	Participação na corrente de comércio	Valor das importações + exportações da UT / Total corrente de comércio	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – 2004 e 2019.
Emprego	Participação relativa nos empregos formais da indústria	Empregos formais da indústria da UT / Total empregos formais da indústria	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – 2006 e 2018/MTE, SEADE.
	Participação relativa nos empregos formais da indústria de transformação	Empregos formais da indústria de transformação da UT / Total empregos formais da indústria de transformação	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – 2006 e 2018/MTE, SEADE.
	Participação dos empregos formais da Indústria no total de vínculos ativos	Empregos formais da indústria da UT / Total vínculos ativos da UT	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – 2006 e 2018/MTE, SEADE.
	Estrutura setorial do emprego formal - terciário	Grupo de atividade da UT / Total emprego formal no setor terciário da UT	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – 2006 e 2018/MTE, SEADE.
	Participação relativa do emprego formal - terciário	Grupo de atividade da UT / Total população ocupada do grupo de atividade	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – 2006 e 2018/MTE, SEADE.
	Participação de Serviços e Comércio nos empregos formais	Serviço e Comércio (total) / Total empregos formais	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – 2006 e 2018/MTE, SEADE.

Dimensão	Variável / Indicador	Cálculo	Base/Fonte
	Participação relativa nos empregos urbanos	População ocupada urbana UT / Total população ocupada urbana	Censos Demográficos – 1991, 2000 e 2010/IBGE, IPEADATA.
	Distribuição da população ocupada na UT, segundo grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal	Grupo de ocupação da UT / Total população ocupada da UT	Censo Demográfico – 2000 e 2010/IBGE.
	Participação relativa na população ocupada metropolitana, segundo grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal	População ocupada da UT, segundo grupo de ocupação / total da população metropolitana	Censo Demográfico – 2000 e 2010/IBGE.
	Distribuição da população ocupada na UT, segundo a seção de atividade do trabalho principal	Seção de atividade do trabalho principal / População ocupada	Censo Demográfico de 2010/IBGE.
	Participação relativa na população ocupada, segundo a seção de atividade do trabalho principal	População ocupada da UT, segundo a seção de atividade / Total população ocupada, segundo a seção de atividade	Censo Demográfico de 2010/IBGE.
	Nível de emprego no Estado de São Paulo	Grupo de Ocupação da UT / Total do Grupo de Ocupação do Estado de São Paulo	Censo Demográfico – 2000 e 2010/IBGE.
Situação Social	Taxa de desemprego	População desempregada ou desocupada / População economicamente ativa	Censo Demográfico – 1991 e 2010/IBGE.
	Proporção trabalho informal (empregado e trabalhador doméstico sem carteira, conta própria não contribuinte, empregador não contribuinte, trabalhador familiar auxiliar)	População 10 anos ou mais ocupada em trabalho informal da UT / Total população ocupada da UT	Censo Demográfico – 1991 e 2010/IBGE.
	Proporção de aglomerados subnormais	Setor – aglomerados subnormais da UT / Total domicílios particulares permanentes da UT	Censo Demográfico – 1991 e 2010/IBGE.
	Proporção de pessoas em aglomerados subnormais	População residente em aglomerados subnormais da UT / População total da UT	Censo Demográfico – 1991 e 2010/IBGE.
	Proporção de domicílios pobres	Domicílios cuja renda domiciliar mensal <i>per capita</i> era inferior a meio salário mínimo / total de domicílios	Censo Demográfico de 2010/IBGE.

Fonte: Elaboração própria

Sobre a base do Produto Interno Bruto dos Municípios¹⁷⁶, ou PIB municipal a preços de mercado, divulgadas anualmente pelo IBGE, esta apresenta, a preços correntes, os valores adicionados brutos (VAB) dos três grandes setores de atividade econômica: agropecuária, indústria e serviços, além dos serviços de administração,

¹⁷⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2016 / IBGE**, Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101630_notas_tecnicas.pdf >. Acesso em 23 de junho de 2019.

defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; os impostos líquidos de subsídios, sobre produtos; o PIB dos municípios; o PIB *per capita*; e as três principais atividades econômicas de cada município. Em dezembro de 2015, os resultados do PIB dos Municípios foram divulgados tendo como referência o ano 2010. Esses resultados incorporam as recomendações apresentadas no manual *System of National Accounts 2008*, SNA 2008, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, novas fontes de dados e ainda resultados de censos e pesquisas realizados, cujas estruturas servirão de referência para os próximos anos.

As informações foram utilizadas a fim de descrever o nível geral de atividade econômica para as unidades territoriais analisadas. Os dados do PIB municipal também permitiram conhecer a contribuição setorial, por meio do Valor Adicionado Bruto (VAB), para os macros setores: Agropecuária, Indústria e Serviços, este desagregado dos serviços de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, divulgados separadamente (Administração Pública). As informações de VAB correspondem ao PIB a custo de fatores (preços básicos), isto é, descontado o valor dos impostos líquidos de subsídios. Adicionalmente, foi incluída a variável qualitativa que representa a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)¹⁷⁷, de acordo com a nomenclatura antiga de classificação dos municípios em quatro categorias: alta renda, baixa renda, dinâmico e estagnado.

Quanto ao Censo Demográfico¹⁷⁸, é a mais complexa operação estatística realizada por um país, quando são investigadas as características de toda a população e dos domicílios do território nacional. Os Censos Demográficos do País, por pesquisarem todos os domicílios, constituem a única fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos - distritos, subdistritos, bairros e classificação de acordo com a localização dos domicílios em áreas urbanas ou rurais.

¹⁷⁷ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Ministério atualiza classificação de municípios para as políticas de desenvolvimento**. Disponível em:< http://mi.gov.br/ultimas-noticias/-/asset_publisher/ZSVlyvx09vib/content/integracao-atualiza-classificacao-de-municipios-para-as-politicas-publicas-de-reducao-das-desigualdades?inheritRedirect=false>. Acesso em 24 de junho de 2019.

¹⁷⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010. Notas Metodológicas**. Disponível em:< ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Microdados/>. Acesso em 24 de junho de 2019.

Como ressalta Jannuzzi (2001), além da abrangência temática, um outro aspecto que torna o Censo uma fonte de grande utilidade para o planejamento é sua cobertura nacional e ampla capacidade de desagregação geográfica. Assim, pela regularidade com que são produzidos e pelos aspectos abordados, como “escopo temático, desagregabilidade geográfica, cobertura nacional, acessibilidade aos dados, os Censos constituem-se na principal fonte de dados para construção de indicadores sociais para formulação de políticas públicas no Brasil, sobretudo no âmbito municipal” (JANNUZZI, 2001, p. 42).

Nossa análise também se baseou nas informações extraídas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), fornecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Dados referentes aos empregos formais da indústria, como um todo, e às indústrias de transformação¹⁷⁹, em particular, foram priorizados na análise. Para análise do setor terciário, utilizamos dados e informações a respeito de emprego formal do setor de Serviços, Comércio e Administração Pública. A Base de Dados RAIS é considerada, junto com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o sistema de informação mais importante do Ministério do Trabalho. De acordo com Jannuzzi (2001), é constituída e atualizada a partir dos dados que as empresas e empregadores de mão-de-obra são obrigados a enviar, anualmente, ao Ministério do Trabalho. Porém, é um retrato parcial do mercado de trabalho brasileiro, não representativo em termos globais, regionais e setoriais, uma vez que exclui do seu universo “os trabalhadores autônomos, empresários sem vínculo empregatício formal com sua organização e a mão-de-obra sem registro em carteira de trabalho. Está fora do levantamento da RAIS grande parcela do mercado de trabalho brasileiro” (JANNUZZI, 2001, p. 53).

Apesar dessas limitações, Jannuzzi (2001) aponta que, na falta de outras fontes, a RAIS tem sido empregada para analisar mudanças na estrutura ocupacional dos mercados formais de trabalho nas diversas regiões e localidades do país, importância também conferida por Miranda et al. (2018a) ao considerarem um indicador útil para caracterização da estrutura setorial da atividade econômica,

¹⁷⁹ A seção C da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0, denominada indústrias de transformação, compreende as atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes com a finalidade de se obterem produtos novos. Os materiais, substâncias e componentes transformados são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca e produtos de outras atividades industriais (COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO – CONCLA).

observando-o pela abertura dos segmentos tanto na indústria como nos serviços e na agropecuária. A respeito da evolução dos indicadores de comércio exterior, utilizamos, para este fim, dados sobre valor das exportações e importações, disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), mediante consulta na Fundação SEADE.

APÊNDICE B – Agregados Metropolitanos, Regiões Metropolitanas, Ride DF e Entorno e suas participações relativas (Percentual).

Tabela – Agregados Metropolitanos, Regiões Metropolitanas, Ride DF e Entorno, e suas participações relativas (Percentual). 1991-2010.

Agregados Metropolitanos e Regiões Metropolitanas	População/RM / total metropolitana			População/RM / Brasil			População 10 anos ou mais			População Economicamente Ativa			Emprego Urbano		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
NORTE	4,36	4,89	5,27	2,07	2,40	2,62	4,15	4,55	4,82	3,61	4,13	4,42	3,12	4,12	4,41
Manaus (AM)	1,81	2,07	2,33	0,86	1,02	1,16	1,69	1,97	2,12	1,48	1,77	1,96	1,45	1,69	1,92
Belém (PA)	2,21	2,37	2,40	1,05	1,16	1,19	2,15	2,16	2,21	1,87	1,99	2,01	1,43	2,06	2,03
Macapá (AP)	0,34	0,45	0,54	0,16	0,22	0,27	0,30	0,42	0,50	0,26	0,37	0,45	0,24	0,37	0,46
NORDESTE	19,96	19,96	20,23	9,47	9,79	10,06	19,33	19,27	20,07	17,41	17,43	18,26	16,28	17,06	17,75
Grande São Luís (MA)	1,37	1,47	1,57	0,65	0,72	0,78	1,28	1,29	1,40	1,09	1,14	1,28	0,39	1,00	1,13
Sudoeste Maranhense (MA)	0,50	0,39	0,36	0,24	0,19	0,18	0,45	0,38	0,35	0,38	0,36	0,32	0,28	0,32	0,29
Fortaleza (CE)	3,66	3,80	3,94	1,74	1,86	1,96	3,51	3,57	3,83	3,37	3,33	3,60	3,42	3,41	3,64
Cariri (CE)	0,60	0,60	0,59	0,29	0,29	0,30	0,57	0,58	0,58	0,51	0,54	0,52	0,40	0,42	0,43
Natal (RN)	1,35	1,41	1,48	0,64	0,69	0,74	1,31	1,26	1,43	1,18	1,16	1,30	1,07	1,09	1,26
João Pessoa (PB)	1,18	1,18	1,22	0,56	0,58	0,61	1,15	1,19	1,26	1,01	1,06	1,12	1,01	1,05	1,09
Campina Grande (PB)	0,75	0,68	0,64	0,36	0,33	0,32	0,72	0,68	0,77	0,64	0,60	0,68	0,50	0,46	0,51
Recife (PE)	4,28	4,09	3,97	2,03	2,01	1,97	4,26	4,11	3,93	3,64	3,47	3,37	3,72	3,58	3,44
Maceió (AL)	1,23	1,27	1,29	0,58	0,62	0,64	1,19	1,18	1,20	1,05	1,00	1,05	0,97	1,02	1,07
Agreste (AL)	0,55	0,52	0,50	0,26	0,26	0,25	0,51	0,50	0,61	0,45	0,50	0,53	0,23	0,25	0,29
Aracaju (SE)	0,76	0,81	0,88	0,36	0,40	0,44	0,74	0,81	0,88	0,68	0,73	0,80	0,73	0,76	0,82
Salvador (BA)	3,71	3,75	3,77	1,76	1,84	1,87	3,66	3,73	3,83	3,40	3,54	3,69	3,57	3,69	3,78
SUDESTE	54,73	53,43	52,25	25,97	26,21	25,99	55,68	55,02	53,08	56,81	55,31	53,16	59,44	56,46	54,36
Belo Horizonte (MG)	5,63	5,80	5,72	2,67	2,85	2,85	5,64	5,95	5,83	5,91	6,14	6,12	6,02	6,29	6,23
Vale do Aço (MG)	0,89	0,79	0,75	0,42	0,39	0,38	0,87	0,69	0,66	0,80	0,62	0,59	0,69	0,59	0,56
Grande Vitória (ES)	1,63	1,73	1,78	0,77	0,85	0,88	1,61	1,75	1,80	1,65	1,80	1,82	1,74	1,87	1,87
Rio de Janeiro (RJ)	14,19	13,17	12,59	6,73	6,46	6,26	14,79	13,65	12,82	14,23	13,11	11,99	15,25	13,75	12,43
São Paulo (SP)	22,17	21,47	20,74	10,52	10,53	10,32	22,48	22,16	21,09	23,62	22,63	21,53	25,08	23,01	22,21
Baixada Santista (SP)	1,75	1,77	1,75	0,83	0,87	0,87	1,79	1,84	1,78	1,77	1,77	1,69	1,91	1,86	1,76
Campinas (SP)	2,69	2,82	2,96	1,28	1,38	1,47	2,73	2,93	3,03	3,00	3,12	3,23	3,08	3,19	3,28
Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP)	2,37	2,39	2,39	1,12	1,17	1,19	2,36	2,45	2,42	2,28	2,41	2,43	2,27	2,37	2,39
Sorocaba (SP)	1,80	1,92	1,97	0,86	0,94	0,98	1,80	1,97	2,01	1,79	1,96	2,02	1,65	1,79	1,88
Ribeirão Preto (SP)	1,60	1,57	1,59	0,76	0,77	0,79	1,61	1,63	1,63	1,75	1,74	1,73	1,75	1,75	1,74
SUL	14,79	14,93	14,88	7,02	7,32	7,40	14,83	14,43	14,64	15,88	15,92	16,21	14,91	15,13	15,58
Curitiba (PR)	3,07	3,38	3,40	1,46	1,66	1,69	3,08	3,33	3,39	3,24	3,66	3,76	3,20	3,56	3,64

Agregados Metropolitanos e Regiões Metropolitanas	População/RM / total metropolitana			População/RM / Brasil			População 10 anos ou mais			População Economicamente Ativa			Emprego Urbano		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Londrina (PR)	1,13	1,08	1,05	0,54	0,53	0,52	1,14	0,80	0,86	1,27	0,90	0,93	1,22	0,90	0,92
Maringá (PR)	0,75	0,74	0,76	0,36	0,36	0,38	0,76	0,59	0,75	0,87	0,67	0,83	0,83	0,67	0,83
Florianópolis (SC)	0,90	0,98	1,07	0,43	0,48	0,53	0,90	1,02	1,10	0,95	1,13	1,25	0,86	1,06	1,20
Norte/Nordeste Catarinense (SC)	1,22	1,24	1,29	0,58	0,61	0,64	1,20	1,11	1,17	1,23	1,23	1,33	1,09	1,14	1,26
Vale do Itajaí (SC)	0,65	0,67	0,73	0,31	0,33	0,36	0,66	0,70	0,75	0,76	0,84	0,92	0,66	0,77	0,87
Carbonífera (SC)	0,60	0,58	0,58	0,28	0,29	0,29	0,58	0,59	0,59	0,59	0,65	0,67	0,45	0,51	0,57
Foz do Rio Itajaí (SC)	0,37	0,45	0,56	0,17	0,22	0,28	0,36	0,46	0,57	0,36	0,49	0,64	0,36	0,49	0,64
Tubarão (SC)	0,41	0,39	0,38	0,20	0,19	0,19	0,41	0,40	0,39	0,40	0,44	0,42	0,28	0,31	0,34
Chapecó (SC)	0,51	0,46	0,46	0,24	0,23	0,23	0,49	0,47	0,43	0,59	0,59	0,53	0,32	0,40	0,42
Lages (SC)	0,47	0,42	0,37	0,22	0,21	0,18	0,46	0,42	0,37	0,45	0,42	0,37	0,36	0,35	0,32
Porto Alegre (RS)	4,71	4,54	4,25	2,23	2,23	2,11	4,79	4,53	4,27	5,18	4,89	4,54	5,31	4,96	4,58
CENTRO-OESTE	2,84	3,05	3,24	1,35	1,50	1,61	2,78	3,02	3,31	2,93	3,34	3,64	2,99	3,41	3,68
Vale do Rio Cuiabá (MT)	1,00	1,00	1,00	0,48	0,49	0,49	0,95	1,01	0,99	0,95	1,03	1,04	0,94	1,02	1,02
Goiânia (GO)	1,84	2,05	2,25	0,87	1,00	1,12	1,83	2,01	2,31	1,98	2,30	2,60	2,05	2,39	2,66
RIDE DF E ENTORNO	3,31	3,74	4,12	1,57	1,84	2,05	3,22	3,71	4,07	3,36	3,87	4,30	3,26	3,81	4,21
Brasil Metropolitano (inclui RIDE DF E ENTORNO)	100	100	100	47,44	49,05	49,74	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010, Microdados/SIDRA, IPEADATA).

APÊNDICE C – Produto Interno Bruto, Valor Adicionado por setor e participação relativa (Percentual). Agregados Metropolitanos, Regiões Metropolitanas Brasileiras e Ride DF e Entorno. 2002-2017.

Tabela – Produto Interno Bruto (PIB) e Valor Adicionado Bruto (VAB). Agregados Metropolitanos, Regiões Metropolitanas Brasileiras e Ride DF e Entorno. 2002-2017.

Agregados Metropolitanos	Produto Interno Bruto (PIB)			Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos			Valor Adicionado Bruto (VAB)		
	2002	2010	2017	2002	2010	2017	2002	2010	2017
NORTE	2,16	2,22	2,08	2,50	2,51	2,39	2,10	2,17	2,03
Manaus (AM)	1,28	1,37	1,21	1,73	1,76	1,57	1,20	1,30	1,15
Belém (PA)	0,70	0,68	0,68	0,68	0,65	0,72	0,71	0,68	0,68
Macapá (AP)	0,18	0,17	0,18	0,08	0,10	0,10	0,20	0,19	0,20
NORDESTE	7,10	7,38	7,70	7,76	7,75	8,40	6,98	7,32	7,58
Grande São Luís (MA)	0,43	0,52	0,52	0,35	0,61	0,68	0,45	0,50	0,50
Sudoeste Maranhense (MA)	0,08	0,09	0,12	0,06	0,06	0,10	0,09	0,09	0,13
Fortaleza (CE)	1,24	1,34	1,41	1,34	1,37	1,50	1,23	1,33	1,40
Cariri (CE)	0,09	0,11	0,13	0,07	0,07	0,08	0,10	0,11	0,13
Natal (RN)	0,48	0,52	0,53	0,50	0,46	0,50	0,48	0,53	0,54
João Pessoa (PB)	0,42	0,41	0,45	0,40	0,39	0,44	0,42	0,41	0,45
Campina Grande (PB)	0,15	0,16	0,16	0,12	0,12	0,13	0,16	0,17	0,17
Recife (PE)	1,59	1,59	1,74	1,81	1,90	2,14	1,55	1,53	1,68
Maceió (AL)	0,37	0,39	0,42	0,31	0,35	0,42	0,39	0,39	0,42
Agrete (AL)	0,09	0,08	0,11	0,04	0,05	0,06	0,10	0,09	0,12
Aracaju (SE)	0,33	0,32	0,31	0,30	0,28	0,27	0,33	0,33	0,31
Salvador (BA)	1,81	1,87	1,80	2,49	2,08	2,08	1,69	1,83	1,75
SUDESTE	41,28	39,50	37,17	50,30	49,09	45,23	39,72	37,81	35,87
Belo Horizonte (MG)	3,14	3,60	3,10	3,93	3,88	2,98	3,01	3,55	3,12
Vale do Aço (MG)	0,40	0,35	0,30	0,38	0,31	0,24	0,41	0,36	0,31
Grande Vitória (ES)	1,14	1,28	0,95	1,65	2,17	1,47	1,05	1,13	0,87
Rio de Janeiro (RJ)	8,74	7,60	7,65	9,92	9,83	9,99	8,54	7,21	7,28
São Paulo (SP)	19,65	18,86	17,33	25,12	24,12	22,32	18,71	17,93	16,52
Baixada Santista (SP)	1,15	0,96	0,93	0,98	0,86	0,73	1,19	0,97	0,96
Campinas (SP)	2,84	2,89	2,96	3,82	3,70	3,70	2,67	2,74	2,84
Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP)	1,98	1,75	1,68	2,28	2,09	1,58	1,93	1,69	1,69
Sorocaba (SP)	1,20	1,26	1,26	1,41	1,41	1,45	1,16	1,23	1,23
Ribeirão Preto (SP)	1,02	0,95	1,02	0,82	0,73	0,77	1,06	0,99	1,06
SUL	9,24	9,60	9,70	10,18	11,10	11,31	9,07	9,34	9,44
Curitiba (PR)	2,40	2,59	2,37	3,19	3,44	3,09	2,26	2,44	2,26
Londrina (PR)	0,54	0,52	0,58	0,40	0,51	0,48	0,56	0,53	0,60
Maringá (PR)	0,31	0,34	0,42	0,24	0,27	0,34	0,32	0,35	0,43
Florianópolis (SC)	0,54	0,60	0,64	0,67	0,75	0,78	0,52	0,58	0,62
Norte/Nordeste Catarinense (SC)	0,87	0,93	0,94	0,76	0,88	1,14	0,89	0,94	0,91
Vale do Itajaí (SC)	0,49	0,52	0,53	0,49	0,51	0,60	0,49	0,52	0,52
Carbonífera (SC)	0,27	0,27	0,29	0,22	0,20	0,24	0,28	0,28	0,29

Agregados Metropolitanos	Produto Interno Bruto (PIB)			Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos			Valor Adicionado Bruto (VAB)		
	2002	2010	2017	2002	2010	2017	2002	2010	2017
Foz do Rio Itajaí (SC)	0,27	0,44	0,57	0,26	0,82	1,08	0,27	0,37	0,48
Tubarão (SC)	0,16	0,16	0,17	0,11	0,11	0,13	0,17	0,17	0,18
Chapecó (SC)	0,26	0,28	0,27	0,20	0,21	0,22	0,27	0,29	0,28
Lages (SC)	0,17	0,16	0,17	0,12	0,10	0,11	0,18	0,16	0,18
Porto Alegre (RS)	2,95	2,80	2,74	3,50	3,30	3,11	2,86	2,71	2,68
CENTRO-OESTE	1,36	1,46	1,63	1,38	1,33	1,56	1,35	1,49	1,64
Vale do Rio Cuiabá (MT)	0,40	0,46	0,52	0,47	0,47	0,54	0,38	0,46	0,52
Goiânia (GO)	0,96	1,00	1,10	0,92	0,86	1,01	0,97	1,03	1,12
RIDE DF E ENTORNO	3,93	4,06	4,12	3,34	4,05	3,43	4,03	4,06	4,24
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria (IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de Referência, 2010. 2002, 2010 e 2017).

Tabela – Valor Adicionado por setores econômicos. Agregados Metropolitanos, Regiões Metropolitanas Brasileiras e Ride DF e Entorno (Percentual). 2002-2017.

Agregados Metropolitanos	VAB - Agropecuária			VAB - Indústria			VAB - Serviços, exclusive Adm. Pública			VAB - Administração Pública¹		
	2002	2010	2017	2002	2010	2017	2002	2010	2017	2002	2010	2017
NORTE	0,85	0,75	0,88	2,76	2,72	2,66	1,88	1,99	1,80	2,20	2,27	2,34
Manaus (AM)	0,73	0,61	0,75	2,11	2,21	2,09	0,85	0,97	0,88	0,98	1,03	1,03
Belém (PA)	0,10	0,11	0,10	0,57	0,46	0,50	0,85	0,85	0,76	0,72	0,71	0,80
Macapá (AP)	0,02	0,03	0,03	0,09	0,05	0,06	0,18	0,17	0,17	0,50	0,52	0,50
NORDESTE	2,34	1,82	2,06	7,21	7,09	8,11	7,44	7,83	7,87	7,02	7,69	7,73
Grande São Luís (MA)	0,10	0,09	0,07	0,46	0,47	0,53	0,51	0,57	0,52	0,37	0,47	0,50
Sudoeste Maranhense (MA)	0,07	0,09	0,06	0,07	0,05	0,15	0,09	0,11	0,13	0,09	0,10	0,12
Fortaleza (CE)	0,26	0,28	0,28	1,22	1,26	1,35	1,35	1,46	1,54	1,24	1,35	1,37
Cariri (CE)	0,09	0,10	0,21	0,07	0,07	0,06	0,09	0,11	0,14	0,18	0,20	0,20
Natal (RN)	0,12	0,13	0,16	0,47	0,41	0,38	0,47	0,56	0,56	0,67	0,74	0,75
João Pessoa (PB)	0,19	0,17	0,13	0,44	0,35	0,41	0,42	0,41	0,45	0,51	0,59	0,59
Campina Grande (PB)	0,10	0,10	0,07	0,14	0,15	0,16	0,14	0,14	0,14	0,27	0,30	0,29
Recife (PE)	0,27	0,20	0,17	1,62	1,44	2,02	1,68	1,69	1,71	1,57	1,62	1,61
Maceió (AL)	0,47	0,27	0,32	0,36	0,33	0,35	0,37	0,41	0,43	0,44	0,47	0,47
Agreste (AL)	0,56	0,31	0,52	0,03	0,03	0,04	0,05	0,06	0,09	0,18	0,19	0,19
Aracaju (SE)	0,03	0,02	0,02	0,31	0,25	0,24	0,37	0,35	0,34	0,39	0,45	0,40
Salvador (BA)	0,08	0,07	0,05	2,02	2,29	2,43	1,92	1,96	1,82	1,11	1,20	1,24
SUDESTE	4,68	3,52	3,26	39,41	35,81	33,51	47,69	45,56	43,36	29,36	26,85	24,84
Belo Horizonte (MG)	0,24	0,29	0,21	3,33	4,68	4,14	3,33	3,59	3,17	2,56	2,49	2,60
Vale do Aço (MG)	0,11	0,10	0,09	0,79	0,60	0,54	0,27	0,27	0,25	0,34	0,32	0,31

Agregados Metropolitanos	VAB - Agropecuária			VAB - Indústria			VAB - Serviços, exclusive Adm. Pública			VAB - Administração Pública ¹		
	2002	2010	2017	2002	2010	2017	2002	2010	2017	2002	2010	2017
Grande Vitória (ES)	0,03	0,05	0,06	1,51	1,39	0,65	1,02	1,14	1,06	0,80	0,97	0,76
Rio de Janeiro (RJ)	0,14	0,09	0,13	6,18	4,80	5,27	9,98	8,50	8,23	11,16	9,28	8,82
São Paulo (SP)	0,45	0,33	0,41	16,48	14,12	11,22	25,23	24,50	22,83	9,33	8,81	7,74
Baixada Santista (SP)	0,05	0,05	0,06	1,35	0,93	0,97	1,32	1,11	1,08	0,95	0,90	0,85
Campinas (SP)	0,67	0,41	0,51	4,00	3,89	4,63	2,62	2,77	2,86	1,47	1,43	1,31
Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP)	0,28	0,19	0,14	3,29	2,75	3,25	1,67	1,46	1,47	1,19	1,09	0,99
Sorocaba (SP)	0,86	0,78	0,65	1,54	1,74	1,76	1,11	1,13	1,22	0,85	0,83	0,80
Ribeirão Preto (SP)	1,84	1,24	1,01	0,95	0,92	1,08	1,13	1,10	1,18	0,72	0,72	0,67
SUL	5,76	5,56	5,05	10,65	10,67	11,53	9,53	9,81	9,76	6,44	6,73	7,27
Curitiba (PR)	0,55	0,84	0,73	2,84	2,80	2,89	2,46	2,73	2,35	1,38	1,42	1,66
Londrina (PR)	0,73	0,65	0,67	0,61	0,51	0,64	0,55	0,57	0,61	0,44	0,40	0,50
Maringá (PR)	0,52	0,54	0,56	0,25	0,26	0,40	0,33	0,40	0,45	0,30	0,29	0,36
Florianópolis (SC)	0,35	0,35	0,24	0,35	0,43	0,45	0,66	0,70	0,74	0,46	0,51	0,56
Norte/Nordeste Catarinense (SC)	0,76	0,82	0,69	1,50	1,52	1,53	0,68	0,74	0,78	0,59	0,62	0,67
Vale do Itajaí (SC)	0,15	0,12	0,10	0,78	0,81	0,91	0,44	0,45	0,46	0,34	0,34	0,37
Carbonífera (SC)	0,46	0,40	0,34	0,34	0,33	0,39	0,23	0,24	0,26	0,25	0,26	0,26
Foz do Rio Itajaí (SC)	0,10	0,07	0,08	0,20	0,27	0,40	0,34	0,47	0,59	0,23	0,29	0,37
Tubarão (SC)	0,30	0,29	0,30	0,18	0,20	0,17	0,15	0,15	0,17	0,17	0,17	0,17
Chapecó (SC)	0,85	0,71	0,58	0,26	0,30	0,35	0,22	0,27	0,25	0,21	0,21	0,23
Lages (SC)	0,54	0,48	0,49	0,17	0,16	0,22	0,14	0,14	0,14	0,18	0,17	0,17
Porto Alegre (RS)	0,44	0,29	0,27	3,17	3,07	3,18	3,32	2,97	2,95	1,88	2,04	1,96
CENTRO-OESTE	0,33	0,39	0,48	1,25	1,27	1,35	1,54	1,72	1,87	1,33	1,44	1,59
Vale do Rio Cuiabá (MT)	0,15	0,21	0,32	0,34	0,34	0,38	0,41	0,53	0,57	0,47	0,51	0,59
Goiânia (GO)	0,18	0,18	0,16	0,91	0,93	0,97	1,13	1,19	1,30	0,86	0,94	1,00
RIDE DF E ENTORNO	1,18	1,45	1,56	1,42	1,29	1,04	3,66	3,72	3,75	10,45	10,57	10,40
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria (IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de Referência, 2010. 2002, 2010 e 2017).

¹Refere-se aos Serviços de Administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social.

APÊNDICE D – População Ocupada Metropolitana, segundo grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal. Agregados Metropolitanos e Regiões Metropolitanas Brasileiras (Percentual). 2000-2010.

Tabela - População Ocupada Metropolitana, segundo grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal: diretores e gerentes, profissionais das ciências e artes, técnicos de nível médio, trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados. Agregados Metropolitanos e Regiões Metropolitanas Brasileiras (Percentual). 2000-2010.

Agregados Metropolitanos e Regiões Metropolitanas Brasileiras	Diretores e gerentes		Profissionais das ciências e artes		Técnicos de nível médio		Trabalhadores de serviços administrativos		Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
NORTE	2,83	3,21	3,22	3,74	4,24	4,15	3,45	3,66	4,61	4,83
Manaus (AM)	1,23	1,34	1,17	1,47	1,80	1,78	1,44	1,57	1,77	1,89
Belém (PA)	1,37	1,48	1,77	1,86	1,97	1,78	1,71	1,71	2,44	2,46
Macapá (AP)	0,24	0,39	0,27	0,41	0,48	0,60	0,30	0,38	0,41	0,48
NORDESTE	14,15	16,33	15,39	16,37	17,54	17,13	16,02	16,30	19,11	19,85
Grande São Luís (MA)	0,80	0,88	0,95	1,17	1,31	1,16	0,98	1,00	1,37	1,42
Sudoeste Maranhense (MA)	0,29	0,28	0,16	0,20	0,30	0,27	0,24	0,24	0,34	0,33
Fortaleza (CE)	2,55	2,67	2,70	2,83	3,22	3,43	2,83	3,20	3,70	3,85
Cariri (CE)	0,26	0,35	0,29	0,32	0,38	0,32	0,27	0,31	0,49	0,53
Natal (RN)	1,03	1,04	1,15	1,21	1,19	1,25	1,10	1,14	1,23	1,40
João Pessoa (PB)	0,85	1,00	1,10	1,07	1,03	0,89	0,94	0,96	1,15	1,26
Campina Grande (PB)	0,35	0,45	0,45	0,45	0,46	0,41	0,35	0,39	0,54	0,63
Recife (PE)	3,06	3,78	3,36	3,47	3,63	3,18	3,52	3,46	3,98	3,84
Maceió (AL)	0,87	1,23	0,88	1,09	1,01	1,03	0,90	0,91	1,18	1,28
Agreste (AL)	0,19	0,34	0,11	0,23	0,27	0,31	0,15	0,22	0,30	0,37
Aracaju (SE)	0,60	0,82	0,80	0,81	0,87	0,85	0,76	0,73	0,76	0,87
Salvador (BA)	3,31	3,49	3,43	3,52	3,90	4,03	3,99	3,74	4,05	4,08
SUDESTE	58,67	54,45	59,23	57,13	55,83	53,81	58,48	56,55	55,51	53,91
Belo Horizonte (MG)	6,20	5,97	6,12	6,32	5,80	6,14	6,22	6,65	6,24	6,04
Vale do Aço (MG)	0,45	0,46	0,39	0,45	0,62	0,53	0,43	0,49	0,58	0,53
Grande Vitória (ES)	1,83	2,07	1,56	1,77	1,95	1,95	1,85	1,88	1,88	1,89
Rio de Janeiro (RJ)	12,95	10,82	15,78	13,40	13,86	13,04	13,72	12,45	14,05	13,09
São Paulo (SP)	26,71	24,50	25,45	25,19	23,42	21,73	26,70	24,96	21,99	21,39
Baixada Santista (SP)	1,85	1,53	1,66	1,48	1,90	1,64	1,71	1,63	2,05	2,01
Campinas (SP)	3,41	3,51	3,10	3,22	3,11	3,27	2,99	3,21	2,79	3,00
Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP)	2,26	2,01	2,20	2,16	2,25	2,21	1,92	2,06	2,47	2,59
Sorocaba (SP)	1,66	1,97	1,41	1,60	1,44	1,85	1,42	1,62	1,86	1,74
Ribeirão Preto (SP)	1,36	1,61	1,58	1,54	1,48	1,46	1,51	1,60	1,61	1,63
SUL	17,28	18,64	15,03	15,46	15,56	17,44	14,57	15,45	13,22	13,25

Agregados Metropolitanos e Regiões Metropolitanas Brasileiras	Diretores e gerentes		Profissionais das ciências e artes		Técnicos de nível médio		Trabalhadores de serviços administrativos		Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Curitiba (PR)	4,18	4,44	4,04	4,27	3,92	3,85	3,83	3,88	3,19	3,24
Londrina (PR)	0,96	1,10	0,85	0,87	0,87	1,10	0,81	0,89	0,86	0,82
Maringá (PR)	0,69	1,03	0,57	0,70	0,59	0,90	0,59	0,76	0,62	0,71
Florianópolis (SC)	1,20	1,67	1,27	1,37	1,33	1,25	1,18	1,26	0,98	1,11
Norte/Nordeste Catarinense (SC)	1,21	1,42	0,90	0,97	1,04	1,23	0,94	1,13	0,83	0,95
Vale do Itajaí (SC)	0,96	1,00	0,56	0,63	0,80	0,75	0,68	0,79	0,51	0,56
Carbonífera (SC)	0,62	0,76	0,39	0,45	0,49	0,50	0,43	0,46	0,45	0,45
Foz do Rio Itajaí (SC)	0,59	0,80	0,37	0,52	0,46	0,63	0,38	0,54	0,45	0,63
Tubarão (SC)	0,41	0,46	0,26	0,28	0,31	0,30	0,29	0,29	0,30	0,29
Chapecó (SC)	0,42	0,41	0,27	0,26	0,36	0,46	0,33	0,38	0,36	0,32
Lages (SC)	0,35	0,32	0,27	0,27	0,30	0,26	0,24	0,24	0,30	0,28
Porto Alegre (RS)	5,68	5,24	5,28	4,85	5,11	6,20	4,87	4,83	4,35	3,89
CENTRO-OESTE	3,41	3,68	3,18	3,27	3,06	3,41	3,25	3,68	3,36	3,61
Vale do Rio Cuiabá (MT)	1,09	1,05	0,95	0,80	0,90	1,21	1,00	0,98	1,06	1,06
Goiânia (GO)	2,33	2,63	2,23	2,47	2,16	2,20	2,25	2,70	2,30	2,55
RIDE DF E ENTORNO	3,65	3,69	3,95	4,03	3,77	4,06	4,24	4,36	4,18	4,54
Brasil Metropolitano (inclui RIDE DF E ENTORNO)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010, Microdados/SIDRA).

Tabela - População Ocupada Metropolitana, segundo grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal: trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca; trabalhadores da produção de bens e serviços industriais; trabalhadores de reparação e manutenção; membros das forças armadas, policiais e bombeiros; ocupações mal especificadas. Agregados Metropolitanos e Regiões Metropolitanas Brasileiras (Percentual). 2000-2010.

Agregados Metropolitanos e Regiões Metropolitanas Brasileiras	Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca		Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais		Trabalhadores de reparação e manutenção		Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares		Ocupações mal especificadas	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
NORTE	5,99	5,71	3,88	4,35	3,87	4,26	7,12	6,20	4,80	5,43
Manaus (AM)	4,62	3,73	1,76	2,06	1,64	1,87	2,79	1,60	2,24	2,95
Belém (PA)	0,83	1,35	1,80	1,89	1,88	1,92	3,56	3,93	2,16	2,00

Agregados Metropolitanos e Regiões Metropolitanas Brasileiras	Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca		Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais		Trabalhadores de reparação e manutenção		Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares		Ocupações mal especificadas	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Macapá (AP)	0,54	0,64	0,32	0,39	0,35	0,48	0,77	0,67	0,40	0,48
NORDESTE	29,21	31,81	15,40	17,28	15,99	16,73	19,73	20,02	16,01	18,10
Grande São Luís (MA)	1,18	1,43	0,96	1,22	1,03	1,26	1,29	1,07	1,06	1,74
Sudoeste Maranhense (MA)	2,02	1,28	0,31	0,32	0,41	0,39	0,30	0,26	0,29	0,30
Fortaleza (CE)	3,06	3,40	3,54	4,14	3,23	3,10	2,86	2,65	3,39	3,91
Cariri (CE)	3,74	3,08	0,50	0,56	0,37	0,40	0,15	0,12	0,45	0,30
Natal (RN)	1,20	1,67	1,05	1,19	1,21	1,28	1,84	2,50	1,07	1,58
João Pessoa (PB)	2,23	2,26	0,89	0,97	0,91	0,98	1,14	1,53	0,90	1,15
Campina Grande (PB)	3,57	5,73	0,54	0,64	0,51	0,54	0,31	0,29	0,48	0,37
Recife (PE)	1,75	1,87	2,96	2,93	3,46	3,74	5,19	5,31	3,54	2,96
Maceió (AL)	1,23	0,97	0,78	0,92	0,87	1,15	1,51	1,79	1,11	0,60
Agreste (AL)	7,60	7,83	0,24	0,33	0,26	0,39	0,18	0,20	0,24	0,17
Aracaju (SE)	0,47	0,64	0,64	0,69	0,74	0,71	1,08	0,49	0,67	1,00
Salvador (BA)	1,18	1,65	2,99	3,36	2,97	2,81	3,89	3,80	2,81	4,02
SUDESTE	26,67	23,54	55,53	52,19	57,52	55,15	50,03	48,87	56,22	52,19
Belo Horizonte (MG)	3,71	3,71	6,40	6,42	6,65	6,97	4,44	3,75	7,71	5,53
Vale do Aço (MG)	1,77	1,44	0,70	0,77	0,88	1,02	0,23	0,14	0,41	0,40
Grande Vitória (ES)	1,13	0,89	1,79	1,83	2,17	2,62	1,42	0,74	1,07	1,45
Rio de Janeiro (RJ)	2,10	1,98	11,27	10,50	13,70	11,56	26,72	35,55	13,38	11,82
São Paulo (SP)	3,33	3,30	22,98	20,01	22,51	20,80	10,23	4,72	22,76	21,96
Baixada Santista (SP)	0,47	0,39	1,66	1,60	1,42	2,01	1,49	0,73	1,31	1,78
Campinas (SP)	2,24	1,84	3,80	3,79	3,46	3,14	1,11	0,79	2,96	3,05
Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP)	2,60	2,55	2,66	2,65	2,77	2,89	2,80	1,77	2,02	2,55
Sorocaba (SP)	4,01	3,95	2,52	2,61	2,07	2,31	0,84	0,41	2,79	2,10
Ribeirão Preto (SP)	5,32	3,49	1,75	2,01	1,90	1,84	0,74	0,27	1,81	1,56
SUL	29,19	28,71	18,89	19,17	15,70	16,93	10,55	9,50	14,90	14,28
Curitiba (PR)	4,10	4,63	3,87	3,86	3,46	3,57	2,22	2,10	4,90	3,83
Londrina (PR)	1,71	1,80	0,95	1,06	0,83	0,85	0,37	0,15	0,51	0,61
Maringá (PR)	1,32	1,93	0,78	1,06	0,62	0,94	0,21	0,09	0,42	0,47
Florianópolis (SC)	2,10	1,87	1,05	1,19	0,86	0,95	1,42	1,19	0,87	1,37
Norte/Nordeste Catarinense (SC)	2,83	2,96	1,92	1,98	1,45	1,87	0,55	0,44	1,18	1,14
Vale do Itajaí (SC)	0,96	1,01	1,47	1,71	1,09	1,14	0,27	0,13	0,75	0,84
Carbonífera (SC)	2,96	2,63	0,89	1,00	0,76	0,86	0,25	0,24	0,26	0,56
Foz do Rio Itajaí (SC)	0,62	0,60	0,60	0,78	0,56	0,62	0,23	0,09	0,54	0,53
Tubarão (SC)	2,28	1,97	0,58	0,60	0,39	0,53	0,28	0,27	0,28	0,31
Chapecó (SC)	5,31	3,56	0,60	0,63	0,46	0,56	0,23	0,04	0,68	0,66
Lages (SC)	2,54	2,51	0,44	0,38	0,41	0,48	0,30	0,35	0,92	0,33

Agregados Metropolitanos e Regiões Metropolitanas Brasileiras	Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca		Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais		Trabalhadores de reparação e manutenção		Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares		Ocupações mal especificadas	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Porto Alegre (RS)	2,46	3,24	5,75	4,92	4,83	4,57	4,22	4,41	3,61	3,63
CENTRO-OESTE	3,48	3,86	3,39	3,79	3,56	3,82	2,63	1,75	5,02	3,98
Vale do Rio Cuiabá (MT)	2,05	1,84	0,92	0,89	1,00	1,07	1,02	0,53	1,32	1,29
Goiânia (GO)	1,43	2,02	2,47	2,89	2,56	2,75	1,61	1,22	3,70	2,69
RIDE DF E ENTORNO	5,46	6,37	2,91	3,22	3,35	3,10	9,93	13,66	3,04	6,03
Brasil Metropolitano (inclui RIDE DF E ENTORNO)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria (FIBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010, Microdados/SIDRA).

APÊNDICE E – Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado (Indaiatuba) e RMC: Valor Adicionado Bruto total, por setores e participação relativa (%). 2017.

Médias e Grandes Concentrações Urbanas, Município Isolado e RMC	VAB total (Mil Reais)		VAB - Agropecuária (Mil Reais)		VAB - Indústria (Mil Reais)		VAB - Serviços, exclusive Administração Pública ¹ (Mil Reais)		VAB - Administração Pública ¹ (Mil Reais)	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP	16.226.178	10,09	48.810	3,15	4.311.099	7,77	9.936.721	10,95	1.929.547	14,73
	100,00		0,30		26,57		61,24		11,89	
Americana (SP)	8.837.141	5,49	9.880	0,64	2.133.300	3,85	5.732.973	6,32	960.988	7,34
	100,00		0,11		24,14		64,87		10,87	
Nova Odessa (SP)	2.668.796	1,66	14.112	0,91	836.880	1,51	1.582.576	1,74	235.228	1,80
	100,00		0,53		31,36		59,30		8,81	
Santa Bárbara d'Oeste (SP)	4.720.241	2,93	24.818	1,60	1.340.919	2,42	2.621.172	2,89	733.331	5,60
	100,00		0,53		28,41		55,53		15,54	
AP Campinas/SP	116.234.395	72,25	346.379	22,34	42.104.763	75,92	65.017.213	71,62	8.766.039	66,93
	100,00		0,30		36,22		55,94		7,54	
Campinas (SP)	49.409.863	30,71	103.183	6,65	9.993.493	18,02	34.770.630	38,30	4.542.556	34,68
	100,00		0,21		20,23		70,37		9,19	
Cosmópolis (SP)	1.433.318	0,89	25.497	1,64	550.712	0,99	612.043	0,67	245.067	1,87
	100,00		1,78		38,42		42,70		17,10	
Hortolândia (SP)	11.090.444	6,89	1.067	0,07	4.595.480	8,29	5.612.969	6,18	880.927	6,73
	100,00		0,01		41,44		50,61		7,94	
Monte Mor (SP)	2.451.281	1,52	35.564	2,29	1.403.422	2,53	774.654	0,85	237.641	1,81
	100,00		1,45		57,25		31,60		9,69	
Paulínia (SP)	30.125.744	18,73	26.025	1,68	17.671.370	31,86	11.451.593	12,62	976.756	7,46
	100,00		0,09		58,66		38,01		3,24	
Sumaré (SP)	10.226.878	6,36	108.211	6,98	3.819.902	6,89	5.392.022	5,94	906.743	6,92
	100,00		1,06		37,35		52,72		8,87	
Valinhos (SP)	4.759.045	2,96	37.345	2,41	1.437.531	2,59	2.732.932	3,01	551.237	4,21
	100,00		0,78		30,21		57,43		11,58	
Vinhedo (SP)	6.737.822	4,19	9.487	0,61	2.632.853	4,75	3.670.370	4,04	425.112	3,25
	100,00		0,14		39,08		54,47		6,31	
Indaiatuba (SP)	10.642.709	6,62	31.705	2,04	3.597.373	6,49	5.995.913	6,61	1.017.718	7,77
	100,00		0,30		33,80		56,34		9,56	
RMC	160.882.709	100,00	1.550.499	100,00	55.458.790	100,00	90.775.402	100,00	13.098.019	100,00
	100,00		0,96		34,47		56,42		8,14	

Fonte: Elaboração própria (IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de Referência 2010).

¹Refere-se aos Serviços de Administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social.

APÊNDICE F – Distribuição da População Ocupada, segundo a seção de atividade do trabalho principal. Médias e Grandes Concentrações Urbanas e Município Isolado (Indaiatuba) e participação relativa na RMC (%). 2010.

Tabela. Distribuição da População Ocupada, segundo a seção de atividade do trabalho principal. Arranjo Populacional “Americana-Santa Bárbara d’Oeste/SP” e participação relativa na RMC (%). 2010.

Seção de atividade do trabalho principal	AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste		Americana (SP)		Nova Odessa (SP)		Santa Bárbara d'Oeste (SP)	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.152	0,93	1.110	0,98	277	1,07	765	0,83
	6,55		3,38		0,84		2,33	
Indústrias extrativas	171	0,07	84	0,07	11	0,04	76	0,08
	6,21		3,05		0,40		2,76	
Indústrias de transformação	70.487	30,48	31.564	27,99	6.927	26,65	31.996	34,58
	25,56		11,45		2,51		11,60	
Eletricidade e gás	242	0,10	149	0,13	20	0,08	73	0,08
	8,37		5,15		0,69		2,52	
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2.168	0,94	1.142	1,01	125	0,48	901	0,97
	19,90		10,48		1,15		8,27	
Construção	14.594	6,31	7.076	6,28	1.579	6,07	5.939	6,42
	14,34		6,95		1,55		5,84	
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	39.043	16,88	19.874	17,63	4.170	16,04	14.999	16,21
	16,98		8,64		1,81		6,52	
Transporte, armazenagem e correio	9.379	4,06	4.637	4,11	1.040	4,00	3.702	4,00
	12,97		6,41		1,44		5,12	
Alojamento e alimentação	7.255	3,14	3.638	3,23	831	3,20	2.786	3,01
	13,53		6,78		1,55		5,20	
Informação e comunicação	3.718	1,61	2.159	1,91	436	1,68	1.123	1,21
	12,84		7,46		1,51		3,88	
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2.399	1,04	1.401	1,24	325	1,25	673	0,73
	12,71		7,42		1,72		3,57	
Atividades imobiliárias	1.139	0,49	799	0,71	41	0,16	299	0,32
	13,97		9,80		0,50		3,67	
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.480	2,80	4.091	3,63	552	2,12	1.837	1,99
	13,59		8,58		1,16		3,85	
Atividades administrativas e serviços complementares	5.163	2,23	2.764	2,45	630	2,42	1.769	1,91
	8,22		4,40		1,00		2,82	

Seção de atividade do trabalho principal	AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste		Americana (SP)		Nova Odessa (SP)		Santa Bárbara d'Oeste (SP)	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Administração pública, defesa e seguridade social	7.991	3,46	3.902	3,46	1.138	4,38	2.951	3,19
	16,84		8,22		2,40		6,22	
Educação	10.549	4,56	5.127	4,55	1.414	5,44	4.008	4,33
	13,98		6,79		1,87		5,31	
Saúde humana e serviços sociais	6.979	3,02	4.258	3,78	528	2,03	2.193	2,37
	12,27		7,49		0,93		3,86	
Artes, cultura, esporte e recreação	1.534	0,66	871	0,77	132	0,51	531	0,57
	13,61		7,73		1,17		4,71	
Outras atividades de serviços	6.570	2,84	3.241	2,87	810	3,12	2.519	2,72
	16,77		8,27		2,07		6,43	
Serviços domésticos	13.329	5,76	5.947	5,27	1.496	5,76	5.886	6,36
	13,92		6,21		1,56		6,15	
Atividades mal especificadas	19.933	8,62	8.917	7,91	3.509	13,50	7.507	8,11
	13,11		5,87		2,31		4,94	
Total	231.275	100,00	112.749	100,00	25.993	100,00	92.533	100,00
	16,20		7,90		1,82		6,48	

Fonte: Elaboração própria (IBGE, Censo Demográfico, 2010).

Tabela. Distribuição da População Ocupada, segundo a seção de atividade do trabalho principal. Arranjo Populacional “Campinas/SP” e participação relativa na RMC (%). 2010.

Seção de atividade do trabalho principal	AP Campinas/SP		Campinas (SP)		Cosmópolis (SP)		Hortolândia (SP)		Monte Mor (SP)	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	14.819	1,58	6.200	1,14	561	2,17	880	0,96	1.701	7,35
	45,10		18,87		1,71		2,68		5,18	
Indústrias extrativas	2.066	0,22	862	0,16	420	1,63	76	0,08	61	0,26
	75,05		31,31		15,26		2,76		2,22	
Indústrias de transformação	138.347	14,79	64.931	11,95	5.084	19,70	15.548	16,97	4.343	18,76
	50,17		23,55		1,84		5,64		1,57	
Eletricidade e gás	2.188	0,23	1.487	0,27	44	0,17	128	0,14	33	0,14
	75,63		51,40		1,52		4,42		1,14	
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	7.134	0,76	3.698	0,68	248	0,96	852	0,93	267	1,15
	65,49		33,95		2,28		7,82		2,45	
Construção	66.736	7,14	32.129	5,91	2.903	11,25	8.734	9,53	2.498	10,79
	65,58		31,57		2,85		8,58		2,45	

Seção de atividade do trabalho principal	AP Campinas/SP		Campinas (SP)		Cosmópolis (SP)		Hortolândia (SP)		Monte Mor (SP)	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	151.338	16,18	88.842	16,34	4.158	16,11	14.113	15,40	3.037	13,12
	65,80		38,63		1,81		6,14		1,32	
Transporte, armazenagem e correio	53.216	5,69	30.118	5,54	1.222	4,74	6.028	6,58	951	4,11
	73,60		41,65		1,69		8,34		1,32	
Alojamento e alimentação	37.438	4,00	23.130	4,26	863	3,34	4.076	4,45	844	3,65
	69,81		43,13		1,61		7,60		1,57	
Informação e comunicação	22.451	2,40	16.691	3,07	159	0,62	1.544	1,69	191	0,83
	77,55		57,65		0,55		5,33		0,66	
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	14.276	1,53	10.311	1,90	188	0,73	661	0,72	181	0,78
	75,65		54,64		1,00		3,50		0,96	
Atividades imobiliárias	5.692	0,61	3.986	0,73	65	0,25	301	0,33	96	0,41
	69,79		48,87		0,80		3,69		1,18	
Atividades profissionais, científicas e técnicas	34.030	3,64	23.378	4,30	497	1,93	1.327	1,45	366	1,58
	71,38		49,04		1,04		2,78		0,77	
Atividades administrativas e serviços complementares	49.589	5,30	31.909	5,87	963	3,73	5.703	6,22	1.079	4,66
	78,96		50,81		1,53		9,08		1,72	
Administração pública, defesa e seguridade social	31.765	3,40	17.253	3,17	1.125	4,36	3.272	3,57	753	3,25
	66,95		36,37		2,37		6,90		1,59	
Educação	52.809	5,65	35.479	6,53	1.106	4,29	3.677	4,01	1.126	4,86
	69,97		47,01		1,47		4,87		1,49	
Saúde humana e serviços sociais	43.038	4,60	30.940	5,69	497	1,93	2.879	3,14	696	3,01
	75,69		54,41		0,87		5,06		1,22	
Artes, cultura, esporte e recreação	7.807	0,83	5.429	1,00	93	0,36	508	0,55	117	0,51
	69,25		48,16		0,82		4,51		1,04	
Outras atividades de serviços	26.427	2,83	15.767	2,90	632	2,45	2.622	2,86	513	2,22
	67,47		40,25		1,61		6,69		1,31	
Serviços domésticos	65.537	7,01	36.633	6,74	1.453	5,63	7.740	8,45	2.022	8,73
	68,43		38,25		1,52		8,08		2,11	
Atividades mal especificadas	108.429	11,60	64.377	11,84	3.523	13,65	10.957	11,96	2.274	9,82
	71,32		42,34		2,32		7,21		1,50	
Total	935.129	100,00	543.550	100,00	25.803	100,00	91.625	100,00	23.149	100,00
	65,52		38,08		1,81		6,42		1,62	

Fonte: Elaboração própria (IBGE, Censo Demográfico, 2010).

Tabela. Distribuição da População Ocupada, segundo a seção de atividade do trabalho principal. Arranjo Populacional “Campinas/SP”, Município Isolado (Indaiatuba) e participação relativa na RMC (%). 2010.

Seção de atividade do trabalho principal	Paulínia (SP)		Sumaré (SP)		Valinhos (SP)		Vinhedo (SP)		Indaiatuba (SP)		RMC	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.031	2,45	1.864	1,60	1.896	3,27	686	1,99	2.526	2,37	32.859	2,30
	3,14		5,67		5,77		2,09		7,69		100,00	
Indústrias extrativas	435	1,03	109	0,09	84	0,15	19	0,06	117	0,11	2.753	0,19
	15,80		3,96		3,05		0,69		4,25		100,00	
Indústrias de transformação	6.590	15,67	22.857	19,61	11.836	20,44	7.158	20,74	28.567	26,80	275.770	19,32
	2,39		8,29		4,29		2,60		10,36		100,00	
Eletricidade e gás	214	0,51	178	0,15	75	0,13	29	0,08	205	0,19	2.893	0,20
	7,40		6,15		2,59		1,00		7,09		100,00	
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	562	1,34	954	0,82	368	0,64	185	0,54	686	0,64	10.893	0,76
	5,16		8,76		3,38		1,70		6,30		100,00	
Construção	3.347	7,96	11.011	9,45	3.468	5,99	2.646	7,67	8.542	8,01	101.759	7,13
	3,29		10,82		3,41		2,60		8,39		100,00	
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	6.869	16,34	20.642	17,71	8.502	14,68	5.175	15,00	16.526	15,50	229.994	16,11
	2,99		8,98		3,70		2,25		7,19		100,00	
Transporte, armazenagem e correio	2.537	6,03	8.226	7,06	2.505	4,33	1.629	4,72	4.156	3,90	72.305	5,07
	3,51		11,38		3,46		2,25		5,75		100,00	
Alojamento e alimentação	1.523	3,62	4.338	3,72	1.629	2,81	1.035	3,00	3.619	3,39	53.625	3,76
	2,84		8,09		3,04		1,93		6,75		100,00	
Informação e comunicação	688	1,64	1.538	1,32	1.062	1,83	578	1,67	1.322	1,24	28.952	2,03
	2,38		5,31		3,67		2,00		4,57		100,00	
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	442	1,05	1.093	0,94	915	1,58	485	1,41	988	0,93	18.871	1,32
	2,34		5,79		4,85		2,57		5,24		100,00	
Atividades imobiliárias	187	0,44	522	0,45	350	0,60	185	0,54	693	0,65	8.156	0,57
	2,29		6,40		4,29		2,27		8,50		100,00	
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.749	4,16	2.715	2,33	2.604	4,50	1.394	4,04	3.397	3,19	47.672	3,34
	3,67		5,70		5,46		2,92		7,13		100,00	
Atividades administrativas e serviços complementares	1.609	3,83	4.917	4,22	2.038	3,52	1.371	3,97	3.224	3,02	62.803	4,40
	2,56		7,83		3,25		2,18		5,13		100,00	

Seção de atividade do trabalho principal	Paulínia (SP)		Sumaré (SP)		Valinhos (SP)		Vinhedo (SP)		Indaiatuba (SP)		RMC	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Administração pública, defesa e seguridade social	2.587	6,15	3.644	3,13	2.020	3,49	1.111	3,22	2.660	2,50	47.443	3,32
	5,45		7,68		4,26		2,34		5,61		100,00	
Educação	2.602	6,19	4.574	3,92	2.775	4,79	1.470	4,26	5.078	4,76	75.475	5,29
	3,45		6,06		3,68		1,95		6,73		100,00	
Saúde humana e serviços sociais	1.412	3,36	3.613	3,10	1.932	3,34	1.069	3,10	3.027	2,84	56.864	3,98
	2,48		6,35		3,40		1,88		5,32		100,00	
Artes, cultura, esporte e recreação	281	0,67	690	0,59	441	0,76	248	0,72	781	0,73	11.274	0,79
	2,49		6,12		3,91		2,20		6,93		100,00	
Outras atividades de serviços	1.298	3,09	3.174	2,72	1.472	2,54	949	2,75	2.542	2,38	39.171	2,74
	3,31		8,10		3,76		2,42		6,49		100,00	
Serviços domésticos	2.559	6,09	8.082	6,93	4.301	7,43	2.747	7,96	7.436	6,98	95.769	6,71
	2,67		8,44		4,49		2,87		7,76		100,00	
Atividades mal especificadas	3.523	8,38	11.806	10,13	7.628	13,17	4.341	12,58	10.516	9,86	152.031	10,65
	2,32		7,77		5,02		2,86		6,92		100,00	
Total	42.048	100,00	116.546	100,00	57.900	100,00	34.508	100,00	106.607	100,00	1.427.325	100,00
	2,95		8,17		4,06		2,42		7,47		100,00	

Fonte: Elaboração própria (IBGE, Censo Demográfico, 2010).

APÊNDICE G – Estrutura setorial do emprego formal no setor terciário e participação relativa do emprego formal na RMC, segundo o tipo de atividade do setor de serviços e comércio. 2006 e 2018.

Tabela. Estrutura setorial do emprego formal no setor terciário e participação relativa do emprego formal na RMC, segundo o tipo de atividade do setor de serviços e comércio. Arranjo Populacional “Americana-Santa Bárbara d’Oeste/SP” e Arranjo Populacional “Campinas/SP”. 2006 e 2018.

Grupo de atividade	AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP				AP Campinas/SP			
	2006		2018		2006		2018	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Transporte, Armazenagem e Correio	4.098	7,2	4.657	5,9	33.118	10,0	51.512	10,3
	10,1		7,5		81,5		82,7	
Alojamento e Alimentação	4.207	7,3	4.868	6,1	19.702	6,0	38.716	7,7
	15,6		9,6		73,1		76,4	
Informação e Comunicação	1.630	2,8	2.607	3,3	13.309	4,0	18.337	3,7
	8,7		9,3		70,6		65,4	
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	1.361	2,4	1.917	2,4	9.990	3,0	10.885	2,2
	10,9		13,2		80,0		75,0	
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	1.215	2,1	2.813	3,5	8.926	2,7	20.248	4,0
	9,8		10,3		72,2		73,8	
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	6.298	11,0	11.025	13,9	40.822	12,3	76.788	15,3
	10,8		10,6		70,0		74,0	
Administração Pública	4.220	7,4	10.469	13,2	33.362	10,1	46.817	9,4
	7,4		14,4		58,4		64,3	
Saúde e Educação	5.678	9,9	10.034	12,6	45.449	13,7	78.690	15,7
	9,9		9,8		79,0		77,2	
Outros Serviços	3.146	5,5	3.371	4,2	18.677	5,6	19.487	3,9
	12,6		12,4		75,0		71,9	
Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	2.003	3,5	2.543	3,2	13.623	4,1	15.820	3,2
	11,3		11,9		76,6		74,0	

Grupo de atividade	AP Americana-Santa Bárbara d'Oeste/SP				AP Campinas/SP			
	2006		2018		2006		2018	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Comércio Atacadista	3.054	5,3	4.707	5,9	16.206	4,9	28.603	5,7
	13,6		12,0		72,4		72,7	
Comércio Varejista	16.465	28,7	20.414	25,7	72.993	22,0	94.553	18,9
	15,5		14,7		68,8		67,9	
Serviços e Comércio (Total)	57.303	100,0	79.425	100,0	331.066	100,0	500.456	100,0
	12,6		11,5		72,7		72,7	
Empregos Formais (Total) e Participação de Serviços e Comércio nos Empregos Formais (%)	113.728	50,4	134.288	59,1	469.820	70,5	652.651	76,7
	15,9		13,7		65,6		66,7	

Fonte: Elaboração própria (Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)/RAIS/SEADE).

Tabela. Estrutura setorial do emprego formal no setor terciário e participação relativa do emprego formal na RMC, segundo o tipo de atividade do setor de serviços e comércio. Município Isolado (Indaiatuba) e RMC. 2006 e 2018.

Grupo de atividade	Indaiatuba				RMC			
	2006		2018		2006		2018	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Transporte, Armazenagem e Correio	1.241	5,3	3.070	6,8	40.654	8,9	62.305	9,0
	3,1		4,9		100,0		100,0	
Alojamento e Alimentação	1.228	5,2	2.891	6,4	26.964	5,9	50.695	7,4
	4,6		5,7		100,0		100,0	
Informação e Comunicação	337	1,4	866	1,9	18.840	4,1	28.048	4,1
	1,8		3,1		100,0		100,0	
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	457	1,9	828	1,8	12.484	2,7	14.523	2,1
	3,7		5,7		100,0		100,0	
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	1.062	4,5	2.405	5,4	12.362	2,7	27.424	4,0
	8,6		8,8		100,0		100,0	

Grupo de atividade	Indaiatuba				RMC			
	2006		2018		2006		2018	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	2.653	11,3	6.869	15,3	58.312	12,8	103.835	15,1
	4,5		6,6		100,0		100,0	
Administração Pública	4.379	18,6	5.342	11,9	57.082	12,5	72.777	10,6
	7,7		7,3		100,0		100,0	
Saúde e Educação	2.748	11,7	6.063	13,5	57.552	12,6	101.960	14,8
	4,8		5,9		100,0		100,0	
Outros Serviços	1.016	4,3	1.627	3,6	24.896	5,5	27.110	3,9
	4,1		6,0		100,0		100,0	
Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	760	3,2	1.406	3,1	17.777	3,9	21.381	3,1
	4,3		6,6		100,0		100,0	
Comércio Atacadista	820	3,5	2.326	5,2	22.394	4,9	39.365	5,7
	3,7		5,9		100,0		100,0	
Comércio Varejista	6.818	29,0	11.132	24,8	106.024	23,3	139.179	20,2
	6,4		8,0		100,0		100,0	
Serviços e Comércio (Total)	23.519	100,0	44.825	100,0	455.341	100,0	688.602	100,0
	5,2		6,5		100,0		100,0	
Empregos Formais (Total) e Participação de Serviços e Comércio nos Empregos Formais (%)	45.263	52,0	74.705	60,0	715.782	63,6	978.148	70,4
	6,3		7,6		100,0		100,0	

Fonte: Elaboração própria (Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)/RAIS/SEADE).